

Elizabeth Ferreira Linhares

PASSOS E ESPAÇOS

Casas e Universo Simbólico de Ex-colonos em Minas Gerais

Dissertação de Mestrado em História da Arte
(Antropologia da Arte)

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Centro de Letras e Artes
Escola de Belas Artes

Rio de Janeiro
1998

Elizabeth Ferreira Linhares

PASSOS E ESPAÇOS

Casas e Universo Simbólico de Ex-colonos em Minas Gerais

Dissertação de Mestrado em História da Arte
Área de Concentração: Antropologia da Arte

Orientador: Prof. Dr. Afrânio Raul Garcia Jr.

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Centro de Letras e Artes
Escola de Belas Artes

Rio de Janeiro
1998

Elizabeth Ferreira Linhares

PASSOS E ESPAÇOS

Casas e Universo Simbólico de Ex-colonos em Minas Gerais

Dissertação submetida ao Corpo Docente da Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro como parte dos requisitos à obtenção do grau de mestre.

Prof. Dr. Afrânio Raul Garcia Jr.
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Profª. Drª. Beatriz Resende
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Rogério Medeiros
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro
31 de agosto de 1998

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi desenvolvido junto ao Mestrado em História e Crítica da Arte da EBA – Escola de Belas Artes da UFRJ, com o apoio do CNPQ – Conselho Nacional de Pesquisa. A estas instituições, meus agradecimentos.

Agradeço aos professores Beatriz Resende, Rogério Medeiros e Thereza Baumann, não só por seus ensinamentos, mas por todo o seu apoio e amizade. Foram ainda fundamentais as disciplinas cursadas junto ao PPGAS – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social do Museu Nacional – UFRJ, pelas quais agradeço aos professores Afrânio Garcia Jr., Antonio Carlos de Souza Lima, José Sérgio Leite Lopes e Luiz Fernando Duarte.

Agradeço a todos os amigos da turma de mestrado, por seu companheirismo e amizade; a Elaine Rosa, por todo o seu interesse e apoio nos levantamentos censitários junto ao IBGE; a Gustavo Sora, por suas importantes contribuições, por sua amizade e incentivo a este trabalho; a Nelson Moura, pela dedicação e eterna paciência com todas as vírgulas e estrelas aqui digitadas; a Alexandra Barbosa, por seu constante apoio e amizade, assim como pelas inúmeras contribuições em todo o percurso deste trabalho;

ao professor Afrânio Garcia Jr., por todos os seus ensinamentos, por sua orientação e amizade. Sua generosidade intelectual, sempre referida, o constante estímulo e a confiança depositada em meu trabalho, participaram e foram condições fundamentais a todo o seu desenvolvimento.

Agradeço à população de Santa Bárbara do Monte Verde em geral, pelo modo como nos aceitaram e acolheram; e à sua Prefeitura Municipal, pela confiança e apoio creditados à nossa pesquisa. Em meio a tantas ajudas recebidas, e muitas amizades construídas, eu gostaria de mencionar as professoras Vilma Almeida e Inês Portugal (de Rio Preto), Dr. Silvio, Marize

e Kátia (Prefeitura Municipal), Dr. Ricardo, Sr. Tião Lima, Rosahelena, Sidney, Dna. Santa, Seu Santinho, Sr. Bilão, Dna. Conceição, Sr. Osório, Dna. Izabel, Sr. Fernando, Dna. Pitita, Dna. Quita, Tião Pinto, Silésia, Zé Durica, Aninha, e, especialmente, Aparecida, Seu Adão, Teresa e Natália.

Agradeço finalmente, de modo muito especial, a meu pai, Ericsson Linhares, cujo incentivo e apoio, incondicionais, tornaram possível todo esse caminhar. E a minha filha, Camila, por toda a sua ajuda e pela compreensão com que me acompanhou em todos os momentos desse trabalho.

A todos, o meu carinho e gratidão, que são muito maiores do que eu consigo aqui escrever.

★ ★ ★

*À minha querida Camila,
uma assistente de pesquisa muito,
muito especial.*

... A casa é nosso canto do mundo. Ela é, como se diz freqüentemente, nosso primeiro universo. É um verdadeiro cosmos. Um cosmos em toda a acepção do termo. Até a mais modesta habitação, vista intimamente, é bela. Os escritores de "aposentos simples" evocam com freqüência esse elemento da poética do espaço. Mas essa evocação é sucinta demais. Tendo pouco a descrever no aposento modesto, tais escritores quase não se detêm nele. Caracterizam o aposento simples em sua atualidade, sem viver na verdade a sua primitividade, uma primitividade que pertence a todos, ricos e pobres, se aceitarem sonhar.

Gaston Bachelard

*Quando as cumeeiras de nosso céu se juntarem
Minha casa terá um telhado.*

Paul Éluard

ÍNDICE

Introdução	1
Capítulo 1 - Do ouro ao leite: Santa Bárbara do Monte Verde	7
Quadros (1 a 7)	30
Anexo 1 – Resumo das escrituras de doação de terras	37
Anexo 2 – Mapa dos caminhos	38
Anexo 3 – Perfis transversais da região	39
Anexo 4 – Mapas	40
Anexo 5 – Fotografias	43
Capítulo 2 - Chegando em Santa Bárbara: uma paisagem atual	51
<i>Roça</i> : uma primeira grande <i>casa</i>	54
<i>A Santa não tem como passar escritura</i>	60
São Cristóvão: uma segunda grande <i>casa</i>	66
Santa Bárbara: uma terceira grande <i>casa</i>	70
Amigos, amigos, os negócios fazem parte	73
Anexo 6 – Fotografias	81
Capítulo 3 - De colono a diarista: os tempos mudaram	82
Outros tempos	85
<i>Os tempos mudaram</i>	93
Vida de <i>colono</i>	97
<i>Roça</i> : um mundo acabado	114

Capítulo 4 - Uma casa não mais baixinha	116
O modelo da <i>roça</i> : a casa <i>baixinha</i>	118
Chegando em São Cristóvão: recursos materiais e humanos	127
A <i>casa</i> : concepção, técnica e materiais empregados	131
O interior das <i>casas</i> : mobiliário e objetos decorativos	140
Os artesãos da construção: <i>colonos</i> , <i>carapinas</i> e <i>pedreiros</i>	142
O caso de uma <i>casa</i> exemplar	147
Capítulo 5 - Uma casa de gente de casa da gente	153
<i>Vamo chegá?</i>	155
<i>Cozinha</i> não é lugar – só – de mulher	157
A <i>cozinha</i> , dos <i>de casa</i> ; a <i>sala</i> , dos <i>estranhos</i>	163
A <i>sala</i> : um lugar <i>mais no jeito</i>	171
<i>Quarto da sala</i> & <i>quarto de dentro</i>	174
<i>Quarto de dentro</i> & <i>quarto de fora</i>	176
<i>Quarto da sala</i> & (<i>quarto de fora</i> + <i>quarto de dentro</i>)	178
Crescimento e abertura	181
Anexo 7 – Fotografias na <i>roça</i>	185
Anexo 8 – Fotografias no <i>arraial</i>	197
Anexo 9 – Casos e <i>casas</i> em São Cristóvão	207
Conclusão	230
Bibliografia	237

INTRODUÇÃO

Sala, 2 qtos, armários, banheiro, cozinha, dependências, garagem – a breve descrição de um “classificado” é em geral suficiente para que tenhamos (enquanto pertencentes ao meio urbano brasileiro) uma primeira imagem a respeito da organização espacial de um apartamento. Não é preciso dizer que a entrada principal se faz pela sala, que é seguramente o maior espaço da “casa”; que há um corredor de acesso aos quartos e ao banheiro; e muito menos que “dependências”, traindo um significado maior, refere-se à área de serviço, quarto e banheiro de empregada, cujo acesso se faz por uma entrada própria, exclusiva. São espaços que, dentro de algumas variáveis previsíveis, nos são extremamente familiares, naturalizados ao longo de toda a nossa experiência de vida e, sobretudo, de infância. Suas concepções funcionais e estéticas correspondem não só a uma solução espacial de moradia, mas, junto com esta, a todo um conjunto de valores, à nossa própria concepção de vida, e de mundo.

Entender o caráter arbitrário do espaço doméstico, considerando a dimensão simbólica nele contida, é uma tarefa a que vem se propondo a abordagem antropológica, que tem na análise das formas assim criadas pelos indivíduos, um meio privilegiado de compreensão do sistema simbólico mais vasto no qual estão inseridos. Nesse sentido trabalharam, entre outros, Norbert Elias (*A Sociedade de Corte*), Pierre Bourdieu (*La Maison Kabyle*), assim como diversos autores brasileiros.

A importância da “casa” como instituição fundamental na formação social brasileira foi demonstrada por diversos autores, como Gilberto Freyre (*Casa-grande & Senzala, Sobrados e Mucambos, Oh de casa!*), Roberto DaMatta (*A casa & a rua*) e Moacir Palmeira (*Casa e Trabalho*), somando-se àqueles cujos estudos consideraram ainda a especificidade da organização espacial e respectivos significados dos espaços domésticos por eles analisados: Afrânio Garcia

Jr. (*Terra de Trabalho*), Beatriz Heredia (*A morada da vida*), Ana Heye (*Mata Machado*), Lauro Cavalcanti (*Casas para o povo*) e Louis Marcelin (*A invenção da família afro-americana*), entre outros.

Definimos como objetivo central do presente estudo analisar as *casas* construídas por um grupo de trabalhadores rurais, ex-colonos, ao mudarem-se da roça para a cidade, num processo em que são eles próprios reconstruídos enquanto indivíduos. Sua construção – material e simbólica – será considerada assim como resultante das diferentes condições historicamente constituídas e enfrentadas pelos agentes em sua trajetória de vida. Nesse sentido começaremos a análise enfocando as *casas de colono*: como representantes de uma realidade anteriormente vivida e como modelo básico a partir do qual foram concebidas as atuais casas construídas pelo grupo na cidade – Santa Bárbara do Monte Verde, Minas Gerais.

Conheci Santa Bárbara há 16 anos atrás, quando o *bairro* para onde vieram esses trabalhadores iniciava sua formação. Nessa época as poucas casas existentes eram ainda em sua maioria de pau-a-pique, sem luz elétrica, e a primeira referência, feita por uma corretora de imóveis de Valença, a respeito do lugar, foi de que se tratava de um “excelente estoque de mão-de-obra rural”, um verdadeiro depósito de trabalhadores, não só disponíveis, mas ávidos por serviço – algumas das famílias recém-chegadas da *roça* enfrentavam então graves dificuldades. Essa referência – que na época resultou na contratação de um trabalhador como caseiro de um sítio da família – foi pessoalmente muito marcante e “explica”, até onde pode ser “explicável”, a escolha desse lugar e desse grupo para desenvolvimento da pesquisa. Mantivemos ao longo desses anos alguns contatos de amizade com esse trabalhador, que após a venda do referido sítio (há cerca de 12 anos) retornou a Santa Bárbara, onde reside até hoje. Seu Adão e sua família eram as únicas pessoas que conhecíamos na pequena cidade quando fizemos os primeiros contatos tendo em vista esta pesquisa, e a sua amizade e apoio foram fundamentais para o nosso acesso ao grupo.

Entre janeiro de 96 e janeiro de 98 nós passamos em Santa Bárbara 10 períodos distintos, incluindo-se os curtos períodos possíveis em função de “feriados”, quando aproveitávamos para emendar uma semana completa na cidade, assim como os três períodos principais da pesquisa, com cerca de 30 dias cada um (julho/96, julho/97 e janeiro/98).

Após um primeiro período hospedadas num hotel de Rio Preto (era o hotel mais próximo), o que nos obrigava a ir diariamente “fazer a aldeia”¹, optei por alugar uma casa na cidade. Correu a notícia da nossa “mudança”, e aos poucos não só se alargava a nossa rede de relações, como estas se tornavam mais próximas e amigáveis. Nessa progressiva aproximação e confiança reciprocamente conquistadas, teve uma forte influência a constante presença de minha filha (no início da pesquisa com 9 anos) – companheira inseparável em todos os caminhos aqui percorridos –, construindo ela própria uma vasta rede de amizades entre as crianças da cidade. A partir dessa casa, que representava, de certa forma, a demarcação de um território nosso em meio a este espaço, intensificou-se o que com ela se materializava: fazíamos cada vez mais parte da vida local. Esse crescente pertencimento se expressava, entre outros, nas repetidas cobranças de diferentes moradores, quando nossa ausência se prolongava além do esperado. E eram cobranças nesse sentido muito confortantes de serem ouvidas. Por outro lado, apesar das nossas estadias terem se caracterizado muito mais como *temporada* do que propriamente moradia, o fato em si de termos uma casa (parcialmente) “montada” na cidade nos acarretava uma série de pequenos problemas e dificuldades cotidianas que, muitas vezes decorrentes das condições locais de vida, eram genericamente partilhados com outros moradores, favorecendo à nossa inserção e atuação em campo em termos próximos do que se define como observação participante.

A partir das primeiras experiências em campo, a coleta e o registro de dados foram sistematizados em quatro linhas básicas. A primeira consistiu no registro escrito, diário, de todas as informações, observações e impressões vivenciadas ao longo do dia, em campo. Esse registro era feito à noite, referindo-se à totalidade do dia, ou, no decorrer do próprio dia, quando tratava-se de algo a ser registrado com precisão de detalhes, de palavras exatas, de tudo que arriscaria-se perder caso não se registrasse de imediato. A segunda foi a gravação de entrevistas junto ao grupo central da pesquisa. Convivemos e trabalhamos de modo mais

1 - Expressão de Malinowski descrevendo as “condições apropriadas para a pesquisa etnográfica”, a respeito da necessidade de se fixar residência em meio ao grupo pesquisado (considerando-se pesquisas junto a grupos “distantes”). Bronislaw Malinowski. *O objetivo, método e alcance desta pesquisa* (1922), em Alba Zaluar Guimarães (org.). *Desvendando Máscaras Sociais*. Francisco Alves, 1975.

próximo (e aprofundado) com 6 famílias de ex-colonos, a partir das quais pudemos apreender os aspectos centrais a serem desenvolvidos e demonstrados. A partir de uma primeira entrevista de desenvolvimento mais “livre”, foi montado um roteiro básico visando a trajetória individual, com ênfase numa descrição paralela das diferentes casas habitadas e construídas ao longo da vida. Esse roteiro funcionava muito mais como uma referência, sendo aplicado com bastante flexibilidade, de modo que foram necessários vários retornos para que os diversos aspectos pudessem ser contemplados – frequentemente surgiam nos “desvios” pontos muito importantes para a indagação. Essas entrevistas foram integralmente transcritas. A terceira consistiu na realização de pequenas entrevistas junto a 41 famílias de ex-colonos, tendo como objetivo a verificação de certos dados centrais à pesquisa; estas foram registradas por escrito. Finalmente, realizamos o registro dos diversos aspectos formais, levantados por meio de contagem de materiais, medições, desenhos e fotografias.

O que estamos descrevendo como quatro linhas “distintas” ocorreram na prática simultaneamente e ao longo de todo o trabalho de campo, tendo sido fundamentais os intervalos “forçados” entre um período e outro, aqui no Rio, não só para o tipo de reflexão a que a distância só favorece, mas, sobretudo, para a discussão com o professor orientador sobre o material coletado e os caminhos da pesquisa.

O trabalho foi organizado em cinco capítulos, numa sequência que parte de uma visão mais abrangente e distanciada (geográfica e historicamente), para progressivamente aproximar-se até entrar, literalmente, nos dois últimos, na própria *casa* – na imagem criada pelo Prof. Rogério Medeiros, uma espécie de “zoom” em que nos aproximamos gradualmente, até chegarmos ao centro do nosso objeto. Enfocamos inicialmente toda a região do Vale do Rio Preto em suas características gerais e formação histórica (capítulo 1); em seguida nos aproximamos, no tempo e no espaço, para focar Santa Bárbara hoje, considerando um panorama etnográfico geral da cidade (capítulo 2); aproximando-nos ainda mais, chegamos a São Cristóvão, *bairro* onde mora o grupo pesquisado, para olharmos mais uma vez o seu passado, revisto agora bem de perto, “braudelianoamente”, junto aos próprios agentes (capítulo 3)². Finalmente, nos

2 - O capítulo 1 apoia-se basicamente em fontes bibliográficas, considerando os grandes movimentos operados na

capítulos 4 e 5, entramos em suas *casas* – no passado e no presente.

Adotamos como critério expositivo desmembrar a análise da *casa* em duas partes – material e simbólica. O capítulo 4, de caráter basicamente descritivo, refere-se à *casa* enquanto expressão material, abordando inicialmente as *casas* construídas na *roça*, nas condições impostas pelo colonato, cujos dados baseiam-se largamente nos relatos dos informantes e na observação de alguns poucos exemplares ainda existentes; em seguida as *casas* atuais, construídas em São Cristóvão, cujos dados baseiam-se na observação, medição, desenhos, fotografias, e nas diversas entrevistas “explicativas” quanto aos mais diversos aspectos materiais da casa, como técnicas e materiais de construção, planejamento arquitetônico, contratação de artesãos, etc³. No capítulo 5, de caráter interpretativo, consideramos a *casa* em sua dimensão simbólica, abordando, nos termos acima mencionados, os diferentes aspectos e significados relacionados aos usos e à própria concepção espacial da *casa*.

É importante sublinhar no entanto que o recurso de separar as expressões material e simbólica justifica-se exclusivamente por uma intenção expositiva, visando uma apresentação mais clara e aprofundada de cada uma dessas dimensões. Na prática no entanto, importa sublinhar, dá-se exatamente o inverso, constituindo ambas dois aspectos inseparáveis de uma mesma realidade, cujos respectivos sentidos só podem ser apreendidos em sua contínua interação: “A implantação da casa no espaço geográfico e no espaço social, e também sua organização interior são um dos ‘lugares’ onde se articulam a necessidade simbólica ou social e a necessidade técnica”. (Bourdieu, 1970:741). Em outras palavras, quando o menino na *roça* aprendia com o pai a *levantar* sua *casa* de pau-a-pique, o que estava sendo aí primariamente internalizado não se limitava a uma técnica de construção, mas, sobretudo, a própria concepção

história da região: tendo este primeiro capítulo como pano de fundo, o capítulo 3, baseado na história oral do grupo, aproxima-se dos agentes considerando suas trajetórias individuais – sendo o seu somatório central para o entendimento que buscamos. Nas palavras de Braudel: “Para mim, a história é a soma de todas as histórias possíveis: uma coleção de ofícios e de pontos de vista, de ontem, de hoje e de amanhã”. Fernand Braudel, *História e Ciências Sociais*, Lisboa, Ed. Presença.

3 - Não foram abordados aqui os poucos casos de casas de “colono” recentemente construídas na *roça*, em alvenaria, não por sua extrema raridade, mas pelo fato de, primeiro, não serem construídas pelo próprio trabalhador, que de um modo geral quando contratado já encontra a casa feita; segundo, por não se tratar exatamente de *casas de colono*, que no caso específico dessa região representa de fato uma categoria em *extinção*. Caberia no entanto – o que a nosso ver constituiria um objeto a parte – um estudo quanto aos modos de apropriação, pelo trabalhador, desse espaço recebido “pronto”, em sua relação com as transformações sofridas pela própria categoria *colono* (descaracterizada ao ponto da extinção).

de *casa* – ele aprendia não só a *levantar*, mas aprendia o que *é* uma *casa* – constituindo estes dois aspectos inseparáveis cujos significados encontram-se assim exatamente em sua articulação⁴.

Finalmente gostaríamos de observar que adotamos no texto o uso exclusivo do itálico para as categorias locais; e o itálico com aspas para citações formuladas diretamente pelos agentes.

Agora, por favor ...*vamo chegá?*

★ ★ ★

4 - A título de exemplo, o fato da *casa de colono* ser construída com materiais “in natura” então disponíveis na mata da região, não constitui um aspecto que possa ser isolado, na medida em que traz em si um significado historicamente relacionado com as condições de vida do grupo e com as diversas interrelações que iriam se materializar na própria concepção espacial da casa.

“Subindo a Serra da Mantiqueira, na Serra Negra, e transpondo a linha de cumiada, o aspecto do paiz muda repentinamente como o scenario d’um theatro. Descobre-se uma extensão immensa de morros arredondados, cobertos de um como tapete estendido de relva pardacenta, entre os quaes apparecem, por intervallos longos e desiguaes, capões de mato de folhagem densa e verde-negra. É a região dos Campos. (...) Esses campos a perder de vista dão uma imagem ainda mais perfeita de immensidade do que o mar, quando contemplados de um ponto elevado, e essa imagem tornava-se ainda mais frisante, ao sahir das florestas primitivas, em que o horizonte desaparece, fechado por objectos ao alcance da mão do viajante”.

Saint-Hilaire¹

1. DO OURO AO LEITE: SANTA BÁRBARA DO MONTE VERDE

Santa Bárbara do Monte Verde é uma pequena cidade da Zona da Mata mineira, situada à margem esquerda do Rio Preto, que demarca a divisa dos Estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro. O Rio Preto nasce nas Agulhas Negras, em Itatiaia, e desce a serra, percorrendo uma extensão de 198 Km até juntar-se ao Rio Paraibuna e ambos encontram o Rio Paraíba do Sul, do qual o Preto é assim considerado afluente indireto². Localizado portanto na borda meridional da Serra da Mantiqueira, o Vale do Rio Preto se caracteriza por um relevo montanhoso suave, ondulado – um “mar de morros arredondados” – cortado por inúmeros rios e córregos, com o predomínio de um clima temperado seco, de verões e invernos bem determinados e uma temperatura média anual entre 17° e 20° C³.

Os primeiros habitantes do *Sertão do Rio Preto* foram os índios Coroados, cujo território estendia-se da vertente sul da Mantiqueira até à bacia do Rio Paraíba, do lado que abrange o Vale do Rio Preto. Seu principal aldeamento situava-se onde hoje é a cidade de Valença, e por onde começou, por volta de 1780, o processo de sua dominação, através do batismo e catequese,

1. Trecho da descrição feita por Saint-Hilaire quando de passagem por essa região (início do séc. XIX), entusiasmado com a beleza natural do Vale do Rio Preto. August de Saint-Hilaire, *Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1938. Citado por Vieira de Castro (coord.), *Vale do Rio Preto: recursos e necessidades*. Valença. Ed. Valença, 1992. p. 17.

2. O Vale do Rio Preto ocupa cerca de um terço do espaço regional da chamada Região do Médio Paraíba, constituída pelos vales dos rios Paraíba do Sul e Preto. Vieira de Castro (coord.), *Região do Médio Paraíba do Sul: limites & desafios*. Rio de Janeiro, Quartet Ed., 1994. p. 25.

3. “Mantiqueira” significa “local em que se originam as águas” (origem provável tupi-guarani). Vieira de Castro (1992), *op. cit.*, p. 9 e 10.

confinamento e espoliação de suas terras. Estima-se em cerca de 1.400 a população indígena de então⁴. É importante observar no entanto, que essa relação com os índios, apesar de regulada pela dominação exercida pelos colonizadores, não excluía os frequentes casamentos ocorridos entre estes e jovens índias, dos quais originaram-se certamente grande parte das famílias da região⁵.

Os primeiros colonizadores chegaram à região em busca de ouro, fartamente encontrado não somente no próprio Rio Preto, mas em seus diversos rios e córregos afluentes – era o *Descoberto da Mantiqueira*. O extrativismo do ouro e do diamante eram então altamente rentáveis para a Coroa Portuguesa, que recolhia um *quinto* de toda a extração. Não era concedido aos sesmeiros o direito de exploração das minas possivelmente existentes nas terras recebidas. Por ordens da Coroa, fora expressamente proibida a abertura de novos caminhos na região, que pudessem servir à passagem “ilegal” do ouro. A intenção era, com a preservação da barreira natural das matas, limitadas pelo Rio Preto, forçar a passagem do ouro pelo caminho oficial e pelo controle do fisco⁶. E o *Sertão do Rio Preto* passou a ser conhecido como *Sertão Proibido* ou, como no dizer oficial da época, *Arias Prohibidas*. Visando intensificar o controle da área e a defesa dos interesses fiscais relacionados ao novo *descoberto*, foram estabelecidos

4. José Marinho de Araujo. *Rio Preto: resumo histórico*. Rio Preto, tipografia de *O Progresso*, 1937. Araujo cita o seguinte trecho de uma carta escrita pelo Coronel Manoel Rodrigues da Costa, em 24 de outubro de 1781, dirigida ao então governador da Capitania de Minas Geraes, a respeito do *Descoberto da Serra da Mantiqueira*: “Dos ribeiros do Bananal, e Bom Successo, nas cabeceiras do Rio Preto, ha boas esperanças de jornaes [trabalhadores diaristas], pelo que dizem os que agora de lá vierão, e alguns fizerão Rossas; porém o receio do gentio não dá lugar a alargarem-se na Conquista do dito gentio, ha de ser preciso cautela, sem que se mantem como costumão.

Sim, que se conservem nas suas Vivendas, porque fazem Rossas, tem Bananaes, e uzam de todas as plantas, só faltam lingoas para o persuadir a paz, a qual se ha de solicitar, e não hé muito brava, o que faz hé fugir, e pelo que me segurão a pouca distancia por detraz das Cabeceiras do Rio do Peixe, estão as primeiras Aldéas, e as mais estão encostada, a Paraiba, e girão pelo Rio Preto”.

5. Observa-se aqui o processo ocorrido no Brasil colonial de um modo geral – o casamento de homem branco com mulher índia, e não o contrário. A esse respeito ver Gilberto Freyre, *Casa grande & Senzala*, Rio de Janeiro, Ed. José Olympio, 1954, 1º volume.

O trecho seguinte foi extraído de um livro escrito sobre a genealogia de uma família de Santa Bárbara: “Manoel Gomes de Oliveira Lima – meu trisavô, casou-se com uma índia que recebeu no batismo o nome de Mariana Eugênia, filha do Cacique que então chefiava a tribo dos Coroados. Este casal deixou sete filhos: José, Manoel, Joaquim, Francisco, João, Ana Vitória e Maria.

José Joaquim de Souza Lima – meu bisavô, [vindo de Portugal] estabeleceu-se em Rio Preto: embrenhou-se pelos sertões à procura de ouro e pedras preciosas. E desde logo foi atraído pelos encantos de sua prima Ana Vitória. Houve, em Portugal, objeção ao casamento de José Joaquim, porque um fidalgo não podia desposar uma mestiça, mas ele renunciou à nobreza e uniu-se pelo matrimônio à formosa índia” Stela de Souza Lima Jorge, *Dados Genealógicos da Família Souza Lima*, Valença, Ed. Valença, 1977.

6. As matas eram limitadas, nessa região (lado mineiro do Vale do Rio Preto), de um lado pelo Rio Preto, e de outro, pela Estrada Geral, sempre patrulhada pelos soldados da Coroa. Foram também proibidas nessa época as canoas ou qualquer outro tipo de transporte pelo rio.

na região diversos *guarda-mores* – muitos dos quais tornariam-se mineiros, e, mais tarde, grandes *fazendeiros* da região⁷.

O lugarejo que veio a dar origem a cidade de Rio Preto (posterior sede de seu Município), nasceu à beira-rio como único ponto onde era oficialmente permitida a passagem do ouro, com destino ao Rio de Janeiro. Chamava-se então *Registro de Rio Preto*. O *Registro* ou *ponto fiscal* consistia num rancho aberto, onde as tropas de passagem descarregavam suas cargas para serem examinadas e tributadas. Junto ao *Registro*, na esplanada paralela ao rio, estendia-se o pequeno arraial – “uma rua muito larga, com umas cinquenta casas baixas, separadas umas das outras, todas elas com seus quintais plantados de bananeiras e laranjais” (Araujo, 1937:16)⁸. Mas apesar de todo o esforço da parte da Coroa no sentido de exercer um efetivo controle sobre a região, o *Sertão Proibido* foi na prática largamente utilizado para o contrabando do ouro, no qual o próprio Rio Preto desempenhara um importante papel como meio de transporte.

A colonização dessa região teve início portanto em função da atração e do movimento gerados em torno do ouro. Aos poucos, nativos brasileiros e imigrantes portugueses fixaram-se como pequenos lavradores e proprietários de pousos e ranchos – pontos de referência para tropeiros e viajantes, ao longo dos caminhos então estreitos e cercados de mata virgem. Essa foi a origem dos diversos povoados então surgidos, entre os quais a nossa Santa Bárbara. Com o esgotamento da mineração, esses primeiros colonizadores – entre eles antigos garimpeiros enriquecidos – em busca de outras formas de exploração econômica, voltam seus interesses para essas terras, naturalmente férteis, e próximas do mercado do Rio de Janeiro. Com o incremento da exploração agrícola, novas estradas são abertas, visando um melhor escoamento

7. Muitos dos maiores garimpeiros de Rio Preto foram para lá com a função original de *guarda-mores*, encarregados da vigilância do lugar. Fixaram suas residências à beira-rio – eram as terras mais férteis –, que vieram a ser, no período do café, sedes de algumas das principais fazendas da região. Esse é o caso, por exemplo, da família Fortes, descendentes do primeiro guarda-mor de Rio Preto – Francisco Dionísio Fortes –, e proprietário de uma das mais importantes fazendas de café da região – a Fazenda Santa Clara, que chegou a possuir 2.800 escravos.

8. É interessante observar que apesar de oficialmente nomeado *Registro de Rio Preto*, o lugar continuou por muito tempo a ser conhecido e chamado, pelo povo, a *Passagem de Rio Preto*, indicando uma certa diferenciação nas representações atribuídas, por parte das “autoridades” e dos habitantes do lugar.

Por volta de 1824 o *Arraial de Rio Preto* passou a sediar ainda um presidio, sendo a partir de então denominado *Presidio de Rio Preto*.

da produção – em geral açúcar, cachaça, milho, toucinho e café⁹. O anterior “horror às estradas”¹⁰ fora abolido, e estas passaram a ser valorizadas, como meio de desenvolvimento do comércio regional. A região se desenvolvia e crescia, na mesma medida, o interesse pela terra.

Os primeiros lavradores da região viviam de modo muito simples, voltados sobretudo para a formação de *roças* de produtos alimentícios – *mantimentos* – e para a experimentação da nova cultura do café. Stein (1961) considera essas primeiras fazendas como “núcleos de colonização”, onde “a tarefa precípua consistia em alimentar, vestir e alojar os habitantes da pequena colônia”¹¹. Aos poucos o plantio do café foi se generalizando, despertando interesses pelo seu valor comercial também crescente; métodos agrícolas foram desenvolvidos; o rendimento do café retornava principalmente sob a forma de mais escravos, que vinham para ampliar sempre mais a área cultivada¹². A auto-suficiência da fazenda, a fartura de terras então baratas

9. Vieira de Castro (1992) nos explica a respeito das estradas então existentes na região: Durante o século XVIII o único caminho de comunicação entre Minas Gerais e o Rio de Janeiro era o *Caminho Novo*, que passava pelas cidades de Paraíba do Sul e Vassouras, e descia a Serra do Mar chegando ao porto de Estrella, na Baía da Guanabara. “No início do século XIX esse caminho revelou-se insatisfatório” e novas passagens foram abertas, surgindo em 1817 a *Estrada do Comércio* e em 1820, a *da Policia*. “Esta, a mais extensa e importante do Brasil, estendia-se 400 léguas de Cuiabá ao Rio de Janeiro. Passava por Vassouras, atravessava o Paraíba, em Desengano, subia a Serra dos Mascates, cortava Valença e seguia em direção a Rio Preto. Essas estradas muito contribuíram para o tráfico de café, assim como de outros produtos, que vinham e iam em direção à Corte, com a vantagem das menores taxas no *Registro de Rio Preto*”. Nesse período o transporte dos produtos era feito por *tropas*, em lombo de mulas. Em 1856, por pressão dos Barões do Café, foi construída a Estrada de Ferro D. Pedro II; Em 1871 inaugurou-se uma linha auxiliar – Estrada de Ferro União Valenciana – ligando Valença à Estrada D. Pedro II; Em 1892 esta estrada foi estendida até a cidade de Rio Preto*. Vieira de Castro, 1992, op. cit., p. 21 e 26.

* Obs: Na verdade até Parapeúna, cidade “gêmea” de Rio Preto, na margem fluminense do rio.

10. A expressão serviu de título a um trabalho organizado pela Secretaria de Agricultura do Estado de Minas Gerais, em 1925, do qual foi extraído o seguinte trecho: “*Horror às estradas* – A visão estreita da política da Metrópole não podia permitir o menor progresso da Capitania de Minas e como um dos elementos de progresso é sem dúvida a estrada, o caminho que, unindo os logares, facilita o commercio, as côrtes portuguezas impediam o seu desenvolvimento na capitania, como já tivemos ocasião de ver em outra parte dessa obra.

Aqui queremos fallar apenas da carta regia de 12 de outubro de 1758, determinando ao governo de Minas Gerais que dê promptas e energicas providencias contra o padre Antonio Gonçalves de Carvalho e seus associados, por terem aberto uma picada que de Ayuruóca ia sahir no rio Parahyba”. Citado por Araujo, op. cit., p. 14 e 15.

11. Descreve Stein: “Em meio da mata que se estendia de todos os lados, tendo contacto com o mundo exterior somente quando um raro viajante pedia pouso para a noite, as primitivas fazendas eram mais do que meras estações de pouso cercadas de pequenas roças, típicas do século anterior. Constituíam também núcleos de colonização. Desses centros de irradiação partiam diariamente trabalhadores livres e escravos para procederem à derrubada da mata, para plantar e colher. Em troca do café e dos outros produtos despachados para o Rio recebiam as ferramentas necessárias para as derrubadas, assim como os escravos para manejá-las, e, também, sal e tecidos de algodão. Como soja acontecer em todas as lavouras pioneiras, tudo ali era transitório: a tarefa precípua consistia em alimentar, vestir e alojar os habitantes da pequena colônia” Stanley J. Stein, *Grandeza e Decadência do Café no Vale do Paraíba*, São Paulo, Brasiliense, 1961, p. 25 e 26.

12. No início do século o café era plantado apenas em pequenas chácaras, nos morros do Rio de Janeiro. Com seu gradativo crescimento comercial e a excelente adaptabilidade da cultura às condições geográficas da região, o café, após expandir-se pelos arredores do Rio, sobe a serra, primeiro ao longo desses caminhos das Minas, e, mais tarde, ao longo dos vales dos rios Paraíba e Preto. Stein, op. cit.

e férteis (solo virgem), e a crescente mão-de-obra escrava, garantiram o sucesso do empreendimento. Entre 1820 e 1870 o café foi a mais importante atividade produtiva do Vale do Rio Preto, sendo considerado esse período como do “apogeu econômico e político” da região¹³.

A posse da terra ao longo desses primeiros caminhos se deu basicamente de duas formas: através da concessão de sesmarias e doações de terra da Coroa Portuguesa, ou simplesmente pela posse “mansa e pacífica” daqueles que chegavam atraídos pelo movimento comercial das estradas. Estes, quando efetivamente cultivando a terra, tiveram em princípio sua propriedade “protegida” por uma série de dispositivos da Coroa¹⁴. A expansão comercial do café vem atrair o interesse de grandes proprietários e posseiros – até então voltados para a produção de *mantimentos* – e tem início uma generalizada disputa pela terra. A imprecisão das escrituras, assim como da própria demarcação das terras, agrava o problema e leva o governo a “regulamentar” a demarcação e o registro de propriedades das mais diversas origens: sesmarias, herança, escritura de compra e venda ou simples ocupação. Em 1822 o governo aboliu as concessões de sesmarias e instituiu o reconhecimento legal da posse de terras efetivamente cultivadas.¹⁵

O rápido e intenso crescimento do café agrava, no entanto, na mesma medida, os litígios pela terra e, por volta de 1830, os grandes proprietários (grandes pelo somatório de numerosas

Gostaríamos de observar que o referido trabalho de Stein tem por objetivo o café no Vale do Paraíba fluminense, concentrando sua análise especificamente na região de Vassouras. Essa região do Vale do Rio Preto no entanto participa rigorosamente do mesmo processo histórico analisado pelo autor, razão pela qual pudemos nos basear largamente em seus dados. Baseamo-nos ainda em autores (já referidos) que trabalham especificamente com a história de Rio Preto, como Araújo (1937), Magalhães (1934) e Vieira de Castro (1992).

13. Vieira de Castro (1992) op. cit., p. 35. É importante observar que o ciclo do café no Vale do Rio Preto vive sua “grandeza e decadência” um pouco mais cedo que o Vale do Paraíba como um todo. Stein observa que “entre 1850 e 1900 o Vale do Paraíba foi a zona de maior produção cafeeira do mundo”, constituindo o café, nesse período, o “núcleo político, econômico e social” do Brasil. Stein, op. cit., p. IX.

14. Diz Stein: “Atraídos pelo movimento comercial proporcionado pelas tropas, os posseiros construíam ranchos para os tropeiros, e formavam pastagens para os animais, assim como pequenas roças de milho, feijão, e cana-de-açúcar. Alguns deles obtiveram mais tarde sesmarias, outros venderam suas posses a recém-chegados permanecendo, outros ainda, na posse mansa e pacífica de consideráveis glebas. Os domínios desses proprietários foram consolidados mais tarde por uma série de dispositivos da Coroa Portuguesa, protegendo contra a evicção os lavradores efetivos e suas posses”. Stein, op. cit., p. 13. Essa “proteção” da Coroa parece no entanto ter se limitado ao século XVIII, ao período anterior à expansão do café. Com a extrema valorização das terras decorrente da nova cultura essa relação se altera, num processo que o próprio Stein irá mais à frente se referir. Na região cafeeicultora do Vale do Rio Preto, a doação de sesmarias teria se iniciado, de acordo com Vieira de Castro, no início do século XIX, favorecendo “exclusivamente a quem pudesse cultivá-las, pressupondo aqueles que possuíssem escravos e que fossem, portanto, ricos, pois esses eram caros”. Vieira de Castro, 1992, op. cit., p. 21 e 22. Ou seja, para que se efetivasse a propriedade da sesmaria recebida, era em princípio necessário cultivar a área, o que pressupunha altas condições econômicas. Stein observa no entanto que, apesar da pressão nesse sentido exercida pela Coroa, muitas sesmarias foram vendidas logo após a doação, sem qualquer demarcação ou cultivo. Stein, op. cit., p. 12.

15. Stein, op. cit., p. 15.

escrituras de compra e venda ou pelo simples recebimento de sesmarias) sentindo-se ameaçados pela possibilidade de legitimação de pequenas posses em “suas” terras, solicitam à Corte sua demarcação judicial, o que dá a seus títulos um caráter legal incontestável e definitivo, mesmo quando estes se sobrepujam a posses de terras cultivadas, em propriedades anteriormente estabelecidas. Desde então a região se caracterizou pela concentração de riquezas nas mãos dos grandes proprietários e da grande lavoura, subsistindo os pequenos posseiros em posição cada vez mais subalterna, voltados para a produção de *mantimentos*. A organização interna das famílias dominantes e o casamento entre clãs favoreceu sempre mais a concentração da propriedade, transformando grande parte dessa região “numa área em que umas poucas famílias de fazendeiros controlavam milhares e milhares de hectares”¹⁶. A esse processo de crescimento gerado pelo café, com os grandes fazendeiros dispendo de imensas áreas de terra e facilidades de crédito, equivaleram portanto dois processos: primeiro, a crescente concentração de riquezas, com o domínio das grandes propriedades absorvendo as médias e pequenas; segundo, um enorme crescimento no contingente de escravos “contrabandeados” para a região. (Stein, op. cit., p. 30)

Mas a “onda verde” não tardaria a passar. Como podemos ler em Stein, os mesmos elementos que originalmente propiciaram a extrema prosperidade de grande parte dessa região, resultaram, no final do século passado, na sua também rápida decadência – basicamente o modo, de certa forma inconsequente, de exploração das terras virgens, com a crença em sua “infindável” fertilidade¹⁷, e a mão-de-obra escrava, como base fundamental na qual se apoiava

16. Pais Leme. “Organização Agrícola”. p. 15. Citado por Stein, op. cit., p. 20, nota 36.

17. A respeito das preocupações ecológicas existentes já nesse período (Brasil colonial) ver tese do historiador José Augusto Pádua. *A degradação do berço esplêndido – um estudo sobre a tradição original da ecologia política brasileira (1786-1888)*, apresentada ao IUPERJ, onde o autor, contrariando o senso comum de que o pensamento ecológico brasileiro teria nascido nos anos 70, demonstra que desde o século XVIII ele faz parte das preocupações, reflexões e denúncias de diversos intelectuais brasileiros. A seguir um pequeno trecho de José Severiano Maciel da Costa (1821), citado pelo autor: “São raros os cultivadores que escolhem terreno, nele se fixam e procuram tirar dele, por meio do estudo e da experiência, o partido possível: os mesmos que obtêm sesmarias, enquanto há matas que derribar, fazem todos os anos novos roçados. Por tal método jamais a cultura se aperfeiçoará, porque o homem não emprega diligência alguma e tudo é obra da natureza, e em poucos anos o país apresentará um estado cadavé rico, se nos podemos explicar assim, como já acontece em algumas capitanias”.

Essa noção tão precoce surpreende-nos tanto mais à medida em que sabemos repetir-se, atualmente, exatamente o mesmo processo, ecológica e socialmente predatório, como vem ocorrendo por exemplo em Rondônia. Visando a ocupação e cultivo dessa região, o governo procedeu a distribuição de grandes lotes de terra (...ha), recebidos por candidatos das mais diversas origens e regiões, que demonstrassem certas condições para a produção agrícola na área (...). Predominou nessa região a banana, cujo cultivo vem se deslocando mata à dentro na medida em que o solo – recém desmatado – após a primeira safra, e sem receber qualquer tipo de tratamento, esgota-se, sendo a cultura transferida para uma nova

toda a economia, desorganizada assim com a abolição. A queda de preços do café no mercado internacional foi o último “golpe”.

Em Rio Preto – a “porta de entrada” do café em Minas¹⁸ – de acordo com a historiografia local (Araujo: 1937), a disputa política entre uma poderosa família da região, representante do poder conservador, e o chefe do Partido Liberal, levou, em 1863, ao assassinato deste e à consequente desorganização e perda de prestígio desta família, levando inclusive à fuga diversos membros importantes. O episódio teria favorecido e antecipado o declínio do café na região – do qual a referida família era a principal produtora – num momento em que, no restante do grande Vale, o café encontrava-se em sua mais brilhante fase. A vila de Rio Preto perdera ainda, na ocasião, a condição de sede do Município, transferida, em 1864, para o povoado de Nossa Senhora do Porto Turvo. De acordo com Vieira de Castro (1992), no entanto, nesse momento (por volta de 1870) as áreas produtoras de café em Rio Preto encontravam-se já em franco declínio econômico, dando-se inclusive início à substituição de alguns velhos cafezais por áreas de pastagem para criação de gado¹⁹.

De todo modo a virada do século vem marcar, para toda essa região cafeicultora, um profundo esvaziamento econômico e social. Empobrecidas e sem conseguir novos recursos, muitas de suas antigas fazendas foram hipotecadas e perdidas para os bancos²⁰. Grandes

área com esta finalidade desmatada. As áreas enfraquecidas que vão sendo abandonadas tornam-se extremamente desvalorizadas e, tendo sido recebidas gratuitamente, são repassadas a baixíssimos preços. Essas áreas vem sendo “arrematadas” nessas condições por grandes pecuaristas que, semeando *brachiaria*, as transformam em áreas de pastagem e, o que é mais grave, em imensos latifúndios – num processo que caminha na contramão da reforma agrária e da própria história do país. Informações coletadas em recente depoimento (abril/98) de um ex-comerciante de bananas da região, onde residia com sua família por cerca de 10 anos.

No caso do café nessa nossa região o enfraquecimento do solo deveu-se a diversos fatores, entre eles a não adubação, e a topografia montanhosa do terreno, com um plantio despreocupado com a chuva e a inevitável erosão (não eram seguidas curvas de nível).

18. “No rincão do Rio Preto é que se plantou o primeiro pé de café, na então província de Minas Geraes. E isso nos afirma Hildebrando Magalhães, no seu artigo *O café em Minas Geraes*, publicado no “O Malho”, de 23 de novembro de 1933”. Araujo, op. cit., p. 18.

19. De acordo com a autora, portanto, quando foi decretada a abolição a cafeicultura rio-pretana encontrava-se já em plena decadência. Vieira de Castro, 1992, op. cit., p. 29. Araujo refere-se ainda a uma fase – que seria em certo sentido intermediária entre o café e o gado na região –, definida como “pós-guerra do Paraguai”, considerada pelo autor como uma fase de renovação e progresso em Rio Preto: um novo estado de ânimo, minimizando as diferenças internas e gerando um incremento comercial dos produtos agrícolas da região. O autor considera esta fase como a terceira da história rio-pretana, quando o café, em declínio, teria sido aos poucos substituído pela lavoura da cana-de-açúcar. “Não havia uma grota em que não existisse um engenho de cana”. Araujo, op. cit., p. 27, 28 e 29. O autor relaciona ainda a esta nova fase de “progresso” a elevação da então “villa” de Rio Preto à categoria de cidade, em 21 de setembro de 1871.

20. O banco hipotecário na virada do século era o Banco de Crédito Real do Brasil, nesse momento sucedido pelo Banco Hipotecário do Brasil. Stein sublinha o esvaziamento, nessa passagem, da função de intermediação até então

extensões de terra desmatada, enfraquecida e desvalorizada encontram assim um novo destino, na criação de gado. E enquanto o século anterior fora marcado, com o café, por uma sempre crescente concentração da propriedade, o século XX vem assistir, com o leite, a um processo simetricamente oposto, marcado por sucessivas subdivisões das propriedades – seja pela herança e consequente divisão de um patrimônio que já não aumenta, seja pela necessidade e venda de pequenas parcelas de terra, compradas por “uma nova corrente de povoadores mineiros criadores de gado” que, oriundos do planalto sul de Minas, foram aos poucos se instalando no Vale do Rio Preto²¹.

O gado se implanta nessa região – sob a forma de pecuária leiteira extensiva – como um tipo de produção ou “solução” viável dentro das condições então apresentadas, primeiro, com a relativa perda de poder econômico da classe dos fazendeiros; segundo, com o referido enfraquecimento do solo e consequente desvalorização das propriedades; e terceiro, com as profundas transformações operadas, a partir do fim da escravatura, na relação de dominação tecida entre fazendeiros e trabalhadores “livres”. A pecuária extensiva se implanta aqui, como em outras regiões brasileiras, como uma estratégia de preservação de patrimônio (cf. Rangel, 1962, e Garcia Jr., 1983), adaptando-se às condições locais na medida em que, primeiro, não sendo exigente em qualidade de solo, ela permite o aproveitamento direto de áreas desmatadas e enfraquecidas, sem qualquer preparo prévio além da pura e simples “limpeza” do pasto²²; segundo, na formação de pastagens artificiais, ela se vale de combinações na relação de colonato

exercida pelos comissários do Rio entre fazendeiros e exportadores, e fazendeiros e banqueiros. Stein, op. cit., p. 339 a 343.

21. Vieira de Castro, 1992, op. cit., p. 31. A autora menciona ainda um terceiro fator de formação de pequenas propriedades na “aquisição de terras por ex-colonos ou ex-camaradas que compravam suas parcelas de terra com economia amealhada ou recebiam parcelas de terras de fazendeiros que não puderam saldar suas dívidas...” Considerando o período em questão (anterior à própria legislação trabalhista de Getúlio, de 1943) acreditamos ter sido pouco frequente esse acesso à terra por meio de indenização.

22. Ou seja, o investimento necessário para seu preparo limitava-se à mão-de-obra, que apesar de todas as dificuldades desse momento, era na verdade farta e barata. Com a “limpeza” – o *roçar* – do pasto, surgia “naturalmente” o *capim gordura*, nativo* da região e considerado forrageira de excelente qualidade nutricional para o gado. De acordo com Stein, nesse momento, o capim (não só o gordura, mas o angola e o membeca) na prática “invadia” os cafezais abandonados (Stein, op. cit., p. 344). Com o passar do tempo porém o contínuo desgaste (em certos casos, excessivo pisoteio) e crescente enfraquecimento do solo, cujos nutrientes não são nesse sistema jamais repostos, o próprio *gordura* diminui dando lugar – nas áreas especialmente fracas e ácidas – a diversas forrageiras impróprias para o consumo bovino, como por exemplo o *sape*, extremamente fibroso e que foi largamente utilizado na cobertura das casas dos trabalhadores da

e/ou parceria que reduz a custo zero a mão-de-obra utilizada, de modo equivalente ao ocorrido no nordeste açucareiro (cf. Garcia Jr., 1983)²³; e terceiro, ela exige, já em produção, um número proporcionalmente reduzido de trabalhadores, o que significou um aspecto também central nesse momento de transição.

Stein (1961) nos oferece um rico retrato dessa passagem, descrevendo-nos as diversas tentativas de reorganização do trabalho logo após a abolição. Segundo o autor, após alguns meses marcados pela dificuldade de aceitação da abolição, da parte dos fazendeiros, e por uma extrema euforia, da parte dos libertos, aos poucos a necessidade se impôs – a ambos os lados – dando início à busca de um “entendimento”, de uma nova relação que viabilizasse a continuidade do trabalho – havia uma safra a ser colhida²⁴. De todo modo, a reconstrução das relações entre fazendeiros e libertos caracterizara-se pelo sempre presente desequilíbrio de forças entre proprietários e trabalhadores – os libertos famintos e sem teto, precisavam urgentemente de trabalho²⁵. Apesar dos fazendeiros da região considerarem de um modo geral os libertos, em comparação com as outras opções de mão-de-obra, como “o melhor trabalhador rural” –

região. Recentemente foi introduzida no Brasil a *brachiaria*, forrageira de origem africana extremamente agressiva e resistente, de baixo teor nutritivo, que vem sendo semeada em diversas regiões de pastagens brasileiras. Voltaremos à *brachiaria* mais à frente

* Apesar de considerado “nativo”, o *gordura* é também de origem africana e parece ter sido introduzido no Brasil acidentalmente, ainda no período colonial, através da palha usada como cama pelos escravos nos navios negreiros. Nelsom Ignácio Hadler Pupo. *Manual de Pastagens e Forrageiras*. Campinas, Instituto Campineiro de Ensino Agrícola, 1979.

23. Garcia Jr. analisa a formação de pastos “a custo monetário zero, quando se utiliza de arranjos na relação de *morada*, ou nos arrendamentos e parcerias, que levam os próprios trabalhadores a saldarem a dívida contraída pelo acesso à terra mediante o plantio de capim” (Garcia Jr., 1989:204). Os pequenos produtores recebiam a terra para *botar roçado* durante dois anos, e no final desse prazo, eram obrigados a plantar capim nessa área que, assim devolvida, tomava-se *terra de gado*. Com a continuidade do processo, as áreas de pastagens vão progressivamente eliminando as *terras de trabalho*. Afrânio Garcia Jr., *Terra de Trabalho*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983 - p. 209 a 230. Ouvimos relatos na nossa região de uma passagem ainda mais radical, recentemente operada, em que num único plantio de *roça* pelo sistema de parceria (*meia*), o trabalhador era obrigado a semear o capim junto, na mesma cova aberta, por exemplo, para plantio de milho. Quando este é colhido, o pasto encontra-se já em plena formação. Voltaremos mais à frente a esta passagem (cap. 3).

24. De acordo com Stein, “A safra de café de 1888 não se perdeu (...) e as exportações de café de 1888 subiram de 48% em relação ao ano anterior”. O autor refere-se aqui ao café do grande Vale (fluminense e mineiro). Stein, op. cit., p. 318. Verena Stolcke (1986), analisa o desenvolvimento e a organização da força de trabalho livre na cafeicultura paulista como “um processo ao mesmo tempo econômico e político, determinado pelo confronto entre os interesses econômicos dos fazendeiros e a habilidade dos trabalhadores para resistir às imposições dos fazendeiros”. Verena Stolcke, *Cafeicultura*. São Paulo, Brasiliense, 1986. É considerando essa relação de confronto que devemos pensar as novas relações aqui em construção.

25. Essa passagem pode ser pensada em sua equivalência com as condições básicas de estabelecimento da “morada” como sistema de dominação no nordeste açucareiro. Ver Moacir Palmeira, *Casa e Trabalho: nota sobre as relações sociais na plantation tradicional*. Em: *Contraponto*, Ano II, vol. 2. Rio de Janeiro, 1977, e Afrânio Garcia Jr., *O Sul: caminho do roçado*. São Paulo, Marco Zero, 1989.

necessário para o seu sustento, os trabalhadores compravam fiado no “armazém”, tornavam-se eternos devedores assim perpetuando sua condição de dependência em relação ao senhor²⁹.

O “colono-camarada” foi a segunda imediata forma de organização do trabalho livre na lavoura. Esse colono era geralmente o liberto que, na condição de casado e livre, não podia mais aceitar o dormitório coletivo da antiga senzala³⁰. Com mulher e filhos, ou seja, com uma família estruturada, passa a residir em pequenos casebres construídos pelas lavouras. Plantavam, em volta de suas casas, pequenas *roças* de milho e feijão para seu consumo, sendo o excedente vendido ao fazendeiro ou trocado na venda próxima. De forma inversa ao que ocorria geralmente sob as condições da escravidão, nessa família cada elemento participa com uma função diferenciada no trabalho. O homem trabalha na grande lavoura, sua companheira cuida da casa e das crianças pequenas, e os filhos cuidam das *roças* e de pequenas criações³¹.

Houve ainda, com menor expressão nessa região, o sistema de empreitada de turma, que consistia no trabalho intermediado por empreiteiros portugueses, que contratavam turmas de cerca de 50 trabalhadores, cujos serviços temporários eram alugados aos fazendeiros, com altas margens de lucro, como mão-de-obra complementar.

Após um período inicial marcado pelas referidas “tentativas” e dificuldades em torno da implantação de um sistema de trabalho assalariado, o trabalho nas grandes lavouras se organizou basicamente sob duas formas: a parceria e a empreitada. O sistema de colonato-parceria (ou meação), suplementado pelo emprego de camaradas, parece ter sido a forma predominante nessa região³². A partir da “concordância” do fazendeiro, o camarada explorava uma determinada

29. A respeito do uso do “barracão” como instrumento específico de dominação, ver Palmeira (1976) e Garcia Jr. (1989). Stein observa ainda que, apesar da compra e preparo dos alimentos para a primeira refeição e o jantar estarem a cargo dos trabalhadores (“livres”), o fazendeiro ainda se encarregava de fornecer as refeições para as turmas em meio ao serviço das lavouras (como já ocorria na escravatura). Origina-se daí o pagamento *a molhado* e o pagamento *a seco*, até hoje praticados na região. Nesse período os trabalhadores *a seco* ganhavam 50% a mais que os primeiros.

30. A categoria anterior – os “camaradas” – era basicamente constituída de trabalhadores solteiros, que voltaram a ocupar as antigas senzalas – agora “dormitórios” – em compartimentos separados para homens e mulheres. Ver Stein, op. cit., p. 320 e 321.

31. Como “camaradas” ou “colonos-camaradas”, esses trabalhadores “livres” trabalhavam seis dias por semana nas turmas mediante salário. “Como nos dias de escravidão, o trabalho começava antes do nascer do sol e terminava ao anoitecer. Os fazendeiros faziam o pagamento semanal ou mensalmente”. Stein, op. cit., p. 325.

32. A empreitada era inclusive comumente chamada “empreitada paulista”, por ser usada com maior frequência na zona cafeeira de São Paulo. Nesse sistema o fazendeiro contratava o colono para fazer a manutenção e colheita de uma determinada área do cafezal, recebendo o colono-empreiteiro – o *contratista* – um valor previamente fixado por pé de café. Stein, op. cit., p. 326 e 328. A respeito da implantação do colonato na cafeicultura paulista, especialmente das

gleba da lavoura, cuja produção final era dividida ao meio entre o fazendeiro e o assim chamado meeiro. A parceria, ou meação, interessava aos proprietários não somente por reduzir o custo da produção, mas por incluir a mão-de-obra feminina, com a participação das respectivas companheiras nos trabalhos da lavoura. As áreas mais antigas e improdutivas dos cafezais eram as usualmente entregues ao colono-meeiro e exploradas no sistema de *meia*, enquanto as partes mais novas e produtivas eram eventualmente cuidadas pelos mesmos colonos, na condição de diarista. Além da *meia* do café, quando os colonos-meeiros plantavam *roças* de *mantimentos* em quantidades superiores às suas próprias necessidades de consumo, deviam entregar um *terço* dessa produção ao fazendeiro.³³

De acordo com Stein, a “sedução” da parceria para o trabalhador parecia vir, primeiro, do sentimento de liberdade causado pela ausência de fiscalização direta sobre seu trabalho; segundo, de um possível sentimento de propriedade da gleba por ele cultivada. Da parte do fazendeiro, além da redução de custos e da inclusão das mulheres nas lavouras, a parceria contribuiria para “radicar” o liberto – este aspecto, que para o autor representa um terceiro elemento participante da opção, pelos fazendeiros, do sistema de parceria, constitui, a nosso ver, o elemento chave dessa passagem, pelo qual torna-se possível a própria continuidade da dominação exercida sobre esses trabalhadores, a partir desse momento exercida sobre bases familiares. Morando com suas famílias em pequenos casebres nas terras da fazenda, os trabalhadores recém libertos inauguram uma nova forma de sua própria exploração como força de trabalho que, inversamente à escravidão, faz uso justamente da sua nova condição como família organizada³⁴. Opera-se assim nessa passagem uma radical inversão no processo de dominação. Enquanto o regime da escravatura apoiava-se, entre outros, em diversos fatores atuantes no sentido contrário

condições criadas de modo a perpetuar a “servidão virtual” em que se encontravam imersos, desde a imigração, os colonos europeus, ver José de Souza Martins, *O Cativo da Terra*, São Paulo, Ciências Humanas, 1979, e Thomas Davatz, *Memórias de um Colono no Brasil (1850)*, São Paulo, Martins, 1941.

33. Stein considera essa “feição dupla” do colono como trabalhador diarista e meeiro como causadora da “confusão” na organização inicial do trabalho “livre”. Stein, op. cit., p. 327.

34. A passagem da abolição parece-nos ter intensificado e favorecido a definição das relações pessoais já anteriormente existentes entre os escravos. Não havia, naquele momento, muito espaço para dubiedades – quem estava só era solteiro, e quem tinha companheira era em princípio casado. João de Azevedo C. Maia afirma, em *Notícias históricas e estatísticas do Município de Rezende*, ter havido um “extraordinário número de casamentos” entre os libertos depois do 13 de maio de 1888. Citado por Stein, op. cit., p. 315.

à organização e à união no interior do próprio grupo de trabalhadores – aqui incluída a estruturação familiar³⁵ –, no colonato-parceria é sobretudo através do casamento e da constituição de família que se instala a relação de dependência e sujeição à autoridade absoluta do fazendeiro. É portanto através da dominação familiar – representando a *casa de colono* o meio concreto pela qual esta se realiza – que o trabalho “livre” se organiza na região sob o sistema de colonato³⁶.

O *colono-meeiro* foi, até cerca de trinta anos atrás, a mão-de-obra básica sobre a qual desenvolveu-se a pecuária leiteira nessa região. As condições específicas do colonato aqui implantado com a pecuária leiteira – *a combinação com o patrão* – serão abordadas mais à frente, mas gostaríamos de adiantar que, coexistindo com a lavoura de *mantimentos* (apesar da pequena proporção e da progressiva diminuição desta – ver quadro 1), o sistema local se constitui, desde sua implantação, com a dupla feição colonato-meiação. Como *colono*, o trabalhador encontra-se numa condição de dívida e sujeição às prioridades e serviços necessários à produção leiteira, cuja remuneração, justamente pela condição de dívida que lhe é intrínseca, não é suficiente para a *despesa* de sua família. O plantio de *roças de mantimentos*, portanto vital, se dá em terras da própria *fazenda*, por meio de uma *combinação* à parte – o sistema de meiação, em que os produtos obtidos são divididos com o patrão, com algumas variações na proporção final correspondentes às diferentes participações de ambas as partes (por exemplo, quem fornece as sementes, o adubo, o arado, etc.). Veremos mais de perto essa relação no capítulo 3.



35. Não queremos com isso negar a formação de famílias entre os escravos, mas apenas indicar a existência de diversos elementos inerentes ao sistema, atuantes no sentido contrário, no sentido de sua desunião e desorganização enquanto família e enquanto grupo social. Referimo-nos aqui não só às diversas regras disciplinares impostas, mas à própria constituição arquitetônica de seu espaço “não privado” de vida – as senzalas –, que em nada favoreciam às ligações duradouras e à convivência íntima familiar. Para uma descrição detalhada a respeito das referidas regras, ver Stein, op. cit., p. 185 a 203.

Veremos mais à frente um processo similar ocorrendo na desconstrução do colonato nessa região, observando-se a maior mobilidade dos solteiros – muitos deles atualmente em Volta Redonda, Barra Mansa, Juiz de Fora, etc. – e a permanência das famílias, vindas para São Cristóvão. Como diz Dna. Glorinha: “O patrão não quer mais arranjar morada... O pessoal vem da roça, quer morar, quer um lote, vai aqui na rua [no Centro] não encontra, acaba indo pra lá. Lá compra mais barato... Os bobos tem família, pra longe não vai”.

36. A *casa de colono* nessa região tem nesse sentido um significado idêntico ao da *morada* na região açucareira do nordeste. Ver Palmeira, op. cit.; Garcia Jr., op. cit.; e Beatriz Herédia, *A morada da vida*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

Santa Bárbara do Monte Verde é uma cidade nascida em pleno *Sertão Proibido*, como ponto de pouso para aqueles que por ali circulavam em busca de ouro – originou-se de um pequeno *rancho de tropeiros*. À sua volta ampliava-se sempre mais a área de terras desmatadas e cultivadas, com *roças de mantimentos*, quando deu-se início às sucessivas doações das terras que constituiriam a área a ser ocupada pela futura vila. Essas doações representavam um ato de fé e devoção católica, sendo as terras doadas à *Senhora Santa Bárbara* – entre 1823 e 1879 a *Santa* recebeu, de fazendeiros da região, cerca de 38 alqueires de *terras de culturas*. Foram ao todo quatro doações, originalmente registradas na Secretaria do Bispo de Mariana, sendo as três primeiras (1823, 1829 e 1836) destinadas ao *Patrimônio e Edificação de huma Capella para Santa Bárbara*. A última, em 1879, dirige-se já à *Santa* como padroeira da vila – são 25 alqueires *pouco mais ou menos*, com todas as benfeitorias existentes, a *Santa Bárbara (do Monte Verde), Padroeira de Santa Bárbara do Monte Verde, d'este Municipio* (Ver Anexo 1 no final do capítulo). Nessas alturas a *Capella* já havia sido há muito construída, e, como podemos perceber pela escritura da última doação, o nome da *Santa* era claramente distinto do nome da vila a ela pertencente³⁷. Em 1885, com essa primeira *Capella* já em péssimo estado de conservação, foi construída a atual Igreja Matriz de Santa Bárbara. Bancou a construção o maior fazendeiro da região – João Evangelista de Almeida Ramos – o único na região a receber título de Barão. De acordo com o depoimento de descendentes seus, a construção da Matriz deveu-se a uma promessa feita por João Evangelista à *Santa*, por ocasião de uma misteriosa doença que vinha causando a morte de muitos de seus escravos. Feita a promessa e construída a Igreja, seus escravos teriam parado de morrer. João Evangelista era filho de um “opulento fazendeiro” de Lima Duarte. Nascido em 1826, transferiu-se mais tarde para o Município de Rio Preto, fixando-se em Santa Bárbara, onde tornou-se o maior proprietário da região – chegou a possuir 4.000 alqueires. Essa construção no entanto representava, a nosso ver, para além de um ato de fé, uma busca de objetivos políticos. Em 1889 João Evangelista foi “agraciado” por D. Pedro II com o título de Barão de Santa Bárbara.³⁸

37. A origem das referidas terras doadas é em parte de “posse” e em parte de “compra”. Ver em anexo o resumo das quatro referidas escrituras de doação.

38. Dados extraídos de Alexandre Miranda Delgado. *Memória Histórica sobre a Cidade de Lima Duarte e seu Muni-*

Em 1841 a vila de Santa Bárbara foi elevada a distrito do Município de Barbacena³⁹. Ao ser criado o Município de Rio Preto, em 1844, ficou pertencendo a este Município, do qual veio desmembrar-se somente com a recente emancipação, em 1995.

A história do atual Município de Santa Bárbara do Monte Verde deve ser pensada, a nosso ver, considerando-se os modos diferenciados de desenvolvimento das regiões que o constituem. De um modo geral e seguindo uma demarcação ainda muito imprecisa, podemos perceber ao menos três regiões parcialmente distintas quanto ao seu desenvolvimento histórico. Em primeiro lugar, a região mais próxima às margens do Rio Preto – especificamente o distrito de Barreado – que, entre outros fatores, pela maior fertilidade do solo, prestou-se no século passado ao cultivo do café, cumprindo portanto os três ciclos básicos do Vale do Rio Preto conforme já abordado – ouro, café e gado. Essa região concentrou – e ainda hoje concentra – grande parte das maiores e mais ricas fazendas da região, de um modo geral originalmente cafeeicultoras; em segundo lugar, a região composta genericamente pelas “baixadas”, próximas aos diversos rios e córregos aqui presentes, notadamente ao longo do rio Monte Verde e dos arredores do antigo *arraial*, surgido, como vimos, de um *rancho de tropeiros*. Essas terras foram originalmente cultivadas visando à produção e comercialização de *mantimentos* – de um modo geral milho, feijão, açúcar e toucinho de porco. Com o gradativo enfraquecimento do solo e conseqüente declínio das lavouras, essa região vai aos poucos se transformando, assim como Barreado, numa imensa área de pastagem para gado leiteiro. Em terceiro lugar consideramos, na especificidade de seu desenvolvimento histórico, as terras mais altas dessa região (talvez menos férteis), cujas matas teriam sido devastadas mais tarde, em função diretamente da exploração leiteira⁴⁰.

A pecuária leiteira implantou-se assim gradativa e diferenciadamente, aos poucos dominando

cipio. Atualmente a assim chamada *Fazenda Barão* tem 30 alqueires e pertence a um empresário do Rio que, de acordo com um fazendeiro vizinho, “*não vive da fazenda, ao contrário, a fazenda vive dele*”.

39. Pela lei nº 211 de 7 de abril de 1841.

40. A região de Santa Bárbara possui ainda hoje diversas áreas de mata nativa – nas partes mais altas do que estamos aqui considerando como uma “terceira região” – que são por vezes motivo de atritos decorrentes da fiscalização exercida pelo IBAMA no sentido de garantir sua preservação. Haveria nessa área ainda preservada diversos exemplares raros da flora e da fauna originais da Zona da Mata.

toda essa região. E apesar da *lavoura de mantimentos* ter subsistido e permanecido presente até bem recentemente, foi com o leite que Santa Bárbara, então distrito de Rio Preto, experimentou o que é percebido pelos próprios agentes como o período mais “próspero” de sua história⁴¹. (Ver Quadros 1, 2, 3 e 4, com dados dos censos do IBGE a respeito da utilização das terras, produção das principais lavouras e produção leiteira do Município de Rio Preto – no final do capítulo).

Em 1918 instala-se em Santa Bárbara um fabricante de laticínios paulista. *Alves Azevedo & Companhia*, cujos proprietários residiam em São Paulo, compraram então uma área de terra contígua ao *arraial*, onde instalaram inicialmente uma pequena usina hidroelétrica⁴². O *arraial* não possuía, até então, nenhuma fonte de luz elétrica, representando portanto a usina uma condição básica para a pretendida instalação de uma fábrica de laticínios na localidade. Em 1919 Alves Azevedo assina, com a Câmara Municipal de Rio Preto, um contrato de fornecimento de luz elétrica para Santa Bárbara por um prazo de vinte e cinco anos. Em seguida a inauguração da usina – em 1920 – entra em funcionamento a *fábrica de manteiga*⁴³ e dá-se início a um período de intensa prosperidade, sempre referido com muita nostalgia pelos mais velhos da cidade – trabalhadores e fazendeiros. A maior parte da produção, assim como os demais produtos da região (por exemplo o toucinho), seguiam então em *lombo de burro*, ou seja, em *tropas* até Rio Preto, de onde eram *exportados* por meio de trem para o Rio de Janeiro.

“Quando eu alcancei isso daí, só tinha lavoura de café lá pro lado de Barreado (...) Por aqui era tudo pasto. Tinha alguma lavoura de milho, mas pouca. Quando eu alcancei, já era tudo pasto”.

41. À medida em que crescia a importância econômica da produção leiteira, a referida *lavoura de mantimentos*, assim como a *criação* de animais de pequeno porte, como galinhas e porcos, restringia-se cada vez mais à subsistência dos trabalhadores e à manutenção e infra-estrutura da própria fazenda de leite. E apesar de ter feito sempre parte da vida local – representando até hoje uma referência central –, sua importância e centralidade nas últimas décadas parece relacionar-se muito mais ao âmbito cultural do que a resultados propriamente econômicos.

42. A área comprada é de oito alqueires de terra. Consta na escritura no entanto a “transmissão” do aforamento de mais dois alqueires, estes pertencentes “ao Patrimônio”, ou seja, à *Santa*. Essa área é cortada pelo Rio Monte Verde que apresenta nessa região uma pequena queda e um açude, o que viabilizou o projeto dos paulistas de construção inicial da usina. (ver fotos)

43. Apesar de sempre referida como a *fábrica de manteiga Alves Azevedo*, essa fábrica produzia, de acordo um antigo funcionário, além da *Manteiga Viaducto*, dois tipos de queijo: o *Minas* (frescal) e o *Cândido Tostes* (um queijo mais curtido).

É com um largo sorriso que seu Bilão, nascido em 1914, nos conta o que Santa Bárbara chegou a ter a partir da *fábrica de manteiga* – referencial central desse período – que empregava diretamente cerca de quarenta pessoas. “*Tinha ginásio, duas farmácias, dois médicos e um dentista [residentes no arraial], duas padarias, duas bandas de música [havia um coreto no jardim da praça] e... tinha Padre o tempo todo*”. Havia ainda três alfaiates no *arraial*. De acordo com seu relato, não havia praticamente nessa época engorda de gado. As fazendas eram todas de produção leiteira, e os novilhos em geral vendidos para Santa Cruz (RJ). Havia então muitos “*camaradas de boiadeiro, que ia tocando gado, por quatro ou cinco dias... Naquele tempo a gente dormia na estrada, não tinha um pingo de cisma, não tinha ladrão, não tinha nada*”. Não havia nessa época nenhum açougue no *arraial*. “*A gente comia carne quando uma vaca quebrava a perna (...) Toda semana morria uma vaca na fazenda de um português...*”⁴⁴. Seu Bilão relata ainda que *engordava-se muito porco e galinha* – tendo ele próprio feito por diversas vezes revenda de galinhas em Rio Preto – “*mas o custo de vida mesmo era da fábrica (...) Depois foi fracassando, fracassando...*”

Em 1941 – no auge da produção leiteira – os produtores da região se reúnem e fundam a Cooperativa dos produtores de Rio Preto. A partir do ano seguinte, 1942, a Cooperativa passa a comprar leite na região – até então monopolizado pela Alves Azevedo. Em 1951 a Cooperativa de Rio Preto compra a própria *fábrica de manteiga* dos paulistas – marcando o início de um gradativo processo de perdas que viria a sofrer Santa Bárbara a partir de então. A Cooperativa monta, em seguida, uma nova fábrica de laticínios, em Rio Preto. A partir de 1958 a fábrica de Santa Bárbara é desativada, limitando-se à recepção, medição e resfriamento do leite, que passa a ser todo enviado à nova fábrica da Cooperativa, em Rio Preto. Apesar de interrompida a fabricação de laticínios, a fábrica mantém-se ainda com alguma atividade em função do funcionamento da usina e do fornecimento de luz ao *arraial*. Em 1980 é inaugurado o fornecimento de luz da CEMIG e a fábrica é então definitivamente fechada.

44. Observar que *português* representa aqui uma categoria remanescente do período inicial da colonização da região, claramente identificada com a classe dos proprietários – que no período em questão constituía-se já de uma geração genericamente de brasileiros.

A década de sessenta encontra Santa Bárbara em meio a um período extremamente grave, marcado por um duplo – e profundo – processo de perdas. Por um lado, as perdas sofridas pelo próprio *arraial*, decorrentes do crescente esvaziamento sócio-econômico enfrentado a partir da desativação da sua *fábrica de manteiga*; por outro lado, as perdas decorrentes da generalizada decadência em que entrara a pecuária leiteira de toda essa região. O agravamento da situação acaba gerando um certo movimento no sentido de retomada das antigas condições perdidas: já não havia, no *arraial* decadente, os referidos elementos marcantes de sua fase “próspera” (ginásio, farmácias, médicos, alfaiates, etc.). Um grupo de produtores e comerciantes de Santa Bárbara reúne-se então, e, tendo por objetivo básico representar os interesses do *arraial* (e do distrito) frente à Prefeitura de Rio Preto, funda a CODESB – Comissão de Desenvolvimento de Santa Bárbara.

Aos poucos diversas melhorias vem sendo reconquistadas – entre negociações políticas e uma forte participação da população – sobretudo a partir do final da década de setenta: o Colégio Estadual, inaugurado em 1979, volta a incluir o segundo segmento do primeiro grau – antigo “Ginásio” –, o fornecimento de luz da CEMIG (de qualidade muito superior à anterior), o posto de saúde⁴⁵, o Centro Social (chamado na prática de *clube*: “*o certo lá é pra reunião [da própria CODESB], mas eles fazem baile*”), e, finalmente, a creche (criada com apoio e verba da antiga LBA). Entre as diversas atuações da CODESB encontra-se sua participação no processo de emancipação político-administrativa, desencadeado a partir de 1967 – quando foram reunidas quatrocentas assinaturas da população – conquistada, após diversas iniciativas, somente em dezembro de 1995.

Em 1967 o fracasso da iniciativa teria sido decorrente do desinteresse político do deputado designado para lutar pela emancipação; Em 1991 deveu-se ao não preenchimento do requisito relativo ao distrito possuir um mínimo de 3.000 eleitores (Santa Bárbara possuiria, na época, pouco mais de 2.200). Em janeiro de 1995 o TRE reprovaria Santa Bárbara por esta não possuir, junto com o distrito de Barreado, o número mínimo então exigido de 2.000 eleitores.

45. O posto de saúde, por exemplo, foi construído em *mutirão*, com a população doando não apenas a mão-de-obra, mas o próprio material de construção – “*cada um deu o que pode*” (Lindalva). O terreno na praça central foi doado, com essa finalidade, pela viúva de um fazendeiro da região.

Para tornar possível a emancipação, aprovada em dezembro do mesmo ano, foi preciso incluir no novo município a ser formado, as localidades de Conceição do Monte Alegre, Pirapetinga, Araxá e Três Cruzes, conseguindo assim reunir um total de 2.024 eleitores. Observa-se que a legislação de certa forma acompanhou o processo de esvaziamento da região, diminuindo o número mínimo de eleitores exigidos para a constituição de um município – e nem assim Santa Bárbara e Barreado juntos conseguiam atender à exigência legal.⁴⁶

É importante observar que o referido movimento de retomada e melhoria das condições de vida oferecidas pelo *arraial*, que culmina com a efetiva emancipação de Santa Bárbara – agora *cidade*⁴⁷ –, participa de um processo mais abrangente de “urbanização”, decorrente, entre outros, da generalizada decadência em que entrara a pecuária leiteira dessa região. Ou seja, o mesmo processo de perdas responsável pelo empobrecimento geral da região – o esvaziamento da *roça* – é o que torna possível, em função do conseqüente crescimento demográfico do *arraial*, o seu fortalecimento político e a sua própria organização e aprimoramento enquanto *cidade*⁴⁸. (Ver Quadros 5, 6 e 7 com dados do IBGE a respeito da população urbana e rural, produção de milho e animais pertencentes ao pessoal residente nos estabelecimentos rurais – no final do capítulo).

O processo de crescimento demográfico do *arraial* de Santa Bárbara, desencadeado especialmente a partir da década de setenta, tem nome e “lugar”: chama-se *bairro de São Cristóvão*. Durante toda a primeira metade deste século o pequeno *arraial*, apesar dos referidos *serviços* de que dispunha, consistia na praça central com a Igreja Matriz, tendo à sua frente duas ruas: as chamadas *Rua “de cima”* e *Rua “de baixo”*. Era na *Rua “de cima”* e em torno da praça que encontravam-se as principais *casas* do lugar, pertencentes à camada social mais alta de Santa Bárbara⁴⁹. Num plano um pouco abaixo – física e socialmente – ficava, paralela

46. Dados fornecidos pelo jornal *O Vale Riopretano* de março/94 e agosto, setembro, outubro e dezembro/95.

47. O primeiro e atual prefeito de Santa Bárbara tomou posse em 01 de janeiro de 1997 – data que marca portanto a elevação do *arraial* à categoria de *cidade*.

48. O que no entanto não conseguiu ainda desencadear, no plano econômico, nada além de grandes expectativas. A produção leiteira permanece “estagnada” em níveis muito baixos de produtividade e ainda não surgiu aparentemente qualquer iniciativa efetiva em outras direções.

49. De acordo com Seu Bilão havia nessa época três sobrados na praça, sendo um deles do Barão – “*A casa do Barão era um sobrado alto, de esteios de madeira...*”. Nenhum dos três existe mais. Apesar do *arraial* ter sido nessa época –

à anterior, a Rua “de baixo”. “Antigamente só tinha duas ruas, ‘de cima’ e ‘de baixo’, o resto era beco”. (Lindalva). A categoria *beco*, referida à constituição do *arraial* nessa época, representa aqui uma sutil forma de exclusão, de não pertencimento, não exatamente à área central – posto que nessa época não havia ainda se constituído propriamente uma área periférica para fazer-lhe oposição – mas à área, por assim dizer, “legítima” do *arraial*. O *beco* seria de certo modo uma *rua* ainda não legitimada, não reconhecida enquanto tal. A partir da recente nomeação de todas as *ruas* e *becos* da cidade – nesse momento genericamente denominados como *rua* – a passagem é frequentemente referida com um certo orgulho, como a uma espécie de “promoção”, o antigo *beco* sendo “elevado” à categoria de *rua*.

Na verdade, *antigamente*, além das duas ruas principais e dos pequenos *becos* referidos, havia ainda duas ruas – sequer mencionadas pela nossa informante acima – que eram, apesar de reconhecidas como *ruas* (provavelmente em função de sua extensão física), não somente excluídas, mas profundamente estigmatizadas enquanto *lugar de pobre*: eram a Rua do Sape e a Rua São Cristóvão, a partir da qual desenvolveu-se o *bairro* de mesmo nome. O fato da Rua do Sape não ter dado origem a um *bairro*, como ocorreu com a Rua São Cristóvão, deveu-se à sua localização geográfica, “espremida” entre a Rua “de baixo” (hoje pertencente à área considerada *Centro*) e o Rio Monte Verde. Não havia para onde expandir o arruamento naquela pequena área beira-rio (ver mapa em anexo). A antiga Rua do Sape hoje chama-se Travessa Muriaé. “Não é bairro, é Centro” – apressa-se em esclarecer uma senhora moradora da rua. A casa dela, apesar de na época ser *de barro*, foi a primeira a substituir o sape pela telha. Ela não gosta que chamem sua rua de Rua do Sape – “Nem um rancho de galinha não tem mais, de sape” – e nos explica que, como os *antigos* moradores que chamavam assim já morreram, tendo restado só ela, ela *decidiu acabar com isso* – só chama sua rua pelo novo nome: Travessa Muriaé.

Poderíamos portanto “resumir” o *arraial* dessa época dizendo que, à parte as Ruas “de cima” – lugar dos socialmente “privilegiados” – e “de baixo” – lugar de uma camada, por assim dizer, “média” –, todo o referido *resto* representava *lugar de pobre*, aqui incluídos os

aos olhos dos próprios agentes – *mais desenvolvido*, o padrão de construção era, por suas condições técnicas, mais simples. Não havia, por exemplo, mesmo entre as casas da praça, abastecimento de água.

pequeno. *becos* existentes e as *Ruas do Sape* e *São Cristóvão*. Gostaríamos de adiantar aqui um esclarecimento a respeito da mudança operada nas oposições pertinentes à constituição física do *arraial*, a partir do processo de desconstrução do colonato e da correspondente formação do *bairro* de São Cristóvão (passagem que será enfocada mais à frente). No período anterior à existência do *bairro*, como vimos, o sistema de oposições presentes parece-nos construído em torno da idéia de um pertencimento “legítimo” ao *arraial*. Tratava-se de pertencer ou não ao *arraial* e, nesse sentido, somente os moradores das duas *ruas* principais (e da praça da Igreja) podiam sentir-se de fato garantidos (a todos os outros aparentemente cabia um certo questionamento). Até hoje é possível ouvir a expressão “*aqui dentro de Santa Bárbara*” como referência à área central da cidade – o que consideramos como uma reminiscência do referido período. Com o crescimento do *bairro* em São Cristóvão, entra em operação a nosso ver uma sutil transformação no jogo de oposições então constituídas. São Cristóvão cresceu tanto, que tornou-se impossível não reconhecê-lo. Alcançando uma representatividade demográfica que fez da antiga *rua* um *bairro*, a existência de São Cristóvão vem alterar de certa forma a balança das oposições locais – com interferências inclusive no referido processo de emancipação, pois São Cristóvão recebeu em grande parte famílias oriundas de outro município, o de Lima Duarte – e o que antes podia ser pensado como “dentro” ou “fora”, como “pertencente” ou “não pertencente” ao *arraial*, a partir de então se impõe como uma presença inegável – e nesse momento a oposição passa a se constituir como entre duas áreas distintas, apesar de uma considerada periférica, mas ambas seguramente pertencentes ao *arraial*: o *Centro* e o *bairro* de São Cristóvão.

São Cristóvão *antigamente* era uma rua comprida, que descia do *arraial* em direção a uma fazenda vizinha, cortando a área limítrofe das terras da *Santa*; uma área de *baixada* feita em pasto por este fazendeiro, que a alugava da *Santa*⁵⁰. Ao longo da rua, algumas casinhas de *barro* com cobertura de sape – eram casas de trabalhadores vinculados à referida fazenda e/ou

50. Esse fazendeiro empregava diversos trabalhadores moradores do *arraial*. De acordo com Dna. Glorinha, era um homem “*muito rico e trabalhador. Chegava sempre cedo*”. Ele não morava na fazenda, *morava aqui na rua*, ou seja, no *Centro*, (onde Dna. Glorinha mora). E talvez exagerando um pouco ela nos conta: “*Aqui no arraial quase todo mundo era camarada do Manoel de Almeida. (...) Eu falava, no dia que o Seu Manoel nos faltar, vai fazer muita falta... E fez mesmo.*”

aos diversos serviços domésticos prestados a famílias do *arraial*⁵¹. A caminho de São Cristóvão passava-se, naquela época, por uma passagem chamada *Cava Funda*, marcada, no imaginário da população, pela ocorrência de um assassinato e um suicídio. Era *funda e escura* – uma passagem estreita entre dois morros altos, cercada e escurecida ainda por densas moitas de bambu. Num dos morros – o *Morro do Rosário* – que mais tarde seria aplainado (onde hoje é o chamado *morrão de festas*), havia uma pequena Capela, de Nossa Senhora do Rosário. Ela era de pau-a-pique e não resistiu ao tempo. Conta-se que fora construída por uma família proprietária na região, que teria sido toda enterrada junto à Capela. Por volta de 1930 foi colocado, no lugar onde antes havia a Capela, um enorme *Cruzeiro* entalhado em madeira com as representações dos “*martírios de Jesus*”. Mais tarde teria morrido ainda uma mula que ali caíra, passando o lugar a ser chamado também de *o buraco da mula*. De todo modo essa passagem, obrigatória para quem seguia em direção à *rua São Cristóvão*, era marcada por tudo isso como um lugar sombrio e inquietante – ao menos para quem morava “*dentro*” do *arraial*. “*Todo mundo tinha medo de passar*”, relata a filha de um proprietário morador do *arraial*. Alguns cogitam que esse *morro* teria sido, no século passado (antes da construção da referida Capela), um cemitério de escravos. Conta-se na cidade que quando as máquinas da Prefeitura começaram a levantar a terra no serviço de terraplanagem do *morro*, teriam aparecido muitos pedaços de ossos e pequenos objetos antigos de uso pessoal (mais provavelmente pertencentes à família que fez a Capela).

Por muito tempo São Cristóvão permaneceu nessas condições, limitando-se a uma única rua. Somente a partir da década de setenta, desencadeado o processo de desconstrução do colonato nessa região, dá-se início ao seu crescimento populacional e ao então necessário arruamento da área. À medida em que novas famílias chegavam da *roça*, novos *lotes* eram demarcados e vendidos, e crescia, aos poucos, a área por eles ocupada. São Cristóvão tornava-

51. É extremamente variável – de 3 a 30 – o número de casas indicado pelos informantes para esse período, mas é um número seguramente muitíssimo menor ao atual número de casas existentes no *bairro*. De acordo com pesquisa realizada pela prefeitura, em 1997 havia 98 casas em São Cristóvão; de acordo com o censo demográfico de 1940 (IBGE), a população referente ao “quadro suburbano” de Santa Bárbara era de 33 pessoas (Ver quadro 5).

Tentamos também em vão descobrir a origem do nome *São Cristóvão*, recebendo sempre respostas do tipo “*Desde que eu me entendo por gente aquilo ali se chama São Cristóvão*” ou “*Toda a vida foi São Cristóvão...*” (de uma senhora nascida em 1915 que, nas suas palavras, *nasceu, cresceu e se casou* em São Cristóvão – atualmente mora com a filha na parte mais baixa da *Rua “de cima”*).

se assim um *bairro* – ainda hoje em plena expansão⁵². Mas para conhecermos de fato esse *bairro* é preciso um olhar mais atento ao referido processo de desconstrução, responsável por sua formação original. Voltaremos a ele mais à frente (capítulo 3).

★ ★ ★

52. A população atual (1997) do *bairro* de São Cristovão é de 370 pessoas, de acordo com pesquisa desenvolvida pelo Serviço de Assistência Social da Prefeitura de Santa Bárbara. Das 98 casas levantadas, somente 7 encontravam-se fechadas, sendo, de acordo com informações de vizinhos, 5 casas de *temporada* (cujos proprietários não são moradores de Santa Bárbara, vindo para férias e/ou finais de semana), 1 casa construída para ser alugada, e 1 sem informações.

QUADRO 1:
UTILIZAÇÃO DAS TERRAS EM LAVOURAS E PASTAGENS – MUNICÍPIO DE RIO PRETO

ANO	Nº DE ESTABELECEMENTOS	ÁREA TOTAL (ha)	LAVOURAS (ha)		PASTAGENS (ha)				
			Permanentes	Temporárias	Total	Naturais	Artificiais	Total	
1920	746	149.790							
1940	900	118.626	2.080	6.916	8.996				88.516
1950	433	87.283	462	4.091	4.553	34.916	31.198		66.114
1960	649	83.445	184	2.520	2.704	65.987	814		66.801
1970	798	92.347	139	3.607	3.746	68.925	251		69.176
1975	912	94.289	122	4.459	4.581	71.500	1.114		72.614
1980	830	93.515	424	4.937	5.361	65.054	375		65.429
1985	758	80.983	881	4.901	5.782	52.734	2.474		55.208
1995 / 6	521	56.156	250	2.236	2.486	21.745	17.571		39.316

Fonte: IBGE

Obs: Observar que após uma forte queda na área de lavouras correspondente ao período próspero da produção leiteira (passagem 1940-1950), quando esta entra em declínio econômico, há um discreto aumento na área de lavouras (1970-1985), brutalmente diminuída (p/ metade) na última década, quando ocorre o “definitivo” esvaziamento da roça.

QUADRO 2:
PRINCIPAIS LAVOURAS DO MUNICÍPIO DE RIO PRETO

ANO	ARROZ			MILHO			FEIJÃO			CANA-DE-AÇÚCAR			CAFÉ		
	Nº Estab.	Área Cultivada (ha)	Produção (ton.)	Nº Estab.	Área Cultivada (ha)	Produção (ton.)	Nº Estab.	Área Cultivada (ha)	Produção (ton.)	Nº Estab.	Área Cultivada (ha)	Produção (ton.)	Nº Estab.	Área Cultivada (ha)	Produção (ton.)
1920	384	262	393,2	653	2.149	4.513	485	323	322,6	113	167	3.663,8	239	962	234,8
1940	297		273	685		3.086	490		174				57		92
1950	144	250	243	298	1.990	1.265	107	155	58	3	1	13	23	340	46
1960	113	111	123	367	1.010	982	139	77	31	18	21	168	95	113	20
1970	141	248	85	448	2.073	1.617	352	362	86	70	28	322	94	20	7
1975	119	205	83	538	2.106	1.311	371	232	82	82	32	536	19	2	4
1980	141	186	121	627	2.096	1.965	566	574	239	250	408	8.671	216	45	46
1985	176	299	218	490	2.168	1.546	513	1.101	166	230	474	9.275	244	268	339

Fonte: IBGE

Obs: Os dados aqui fornecidos referem-se à produção da fazenda. A produção particular dos colonos ("pessoal residente") encontra-se em tabela à parte.

QUADRO 3:

TRANSFORMAÇÃO DE PRODUTOS VEGETAIS - MILHO (RIO PRETO)		
Ano	Nº Estab.	Quantidade total transformada (ton.) Fubá (ton.)
1950	214	2.268 1.985
1970	165	305 256
1975	223	343 285
1980	263	444 417

Fonte: IBGE

QUADRO 4:
PRODUÇÃO LEITEIRA E DERIVADOS – MUNICÍPIO DE RIO PRETO

ANO	BOVINOS		LEITE		DERIVADOS					
	Nº Estab.	Total Cabeças	Nº Estab.	Produção (mil litros)	CREME		MANTEIGA		QUEIJO	
					Nº Estab.	Quantidade	Nº Estab.	Quantidade (Kg)	Nº Estab.	Quantidade (Kg)
1920	648	48.565	528	3.986		200 L	15.350			118.652
1940	794	47.172	565	9.042	10	25.087 Kg	124.414	4	82	268.270
1950	413	24.353	433	6.207	-	-	-	-	1	2.300
1960	564	27.327	300	6.207						
1970	736	24.583	393	6.712	-	-	-	-	14	18.000
1975			525	7.409	-	-	-	-	36	18.000
1980	802	28.254	519	8.480	-	-	-	-	80	44.000
1985		20.669		5.874					74	71.000

Fonte: IBGE

Obs: Notar que a partir da fundação da Cooperativa dos Produtores de Rio Preto (1941) há um brutal esvaziamento da produção de derivados nos estabelecimentos, aos poucos retomados (a partir da década de 70) em meio à estagnação e ao declínio econômico enfrentado pela produção leiteira na região.

QUADRO 5:
POPULAÇÃO TOTAL DO MUNICÍPIO DE RIO PRETO E DO DISTRITO DE SANTA BÁRBARA DO MONTE VERDE

ANO	RIO PRETO (Município)			SANTA BÁRBARA (Distrito de Rio Preto)				
	Total	Q. Urbano	Q. Suburbano	Q. Rural	Total	Q. Urbano	Q. Suburbano	Q. Rural
1920	26.589				4.969			
1940	16.733	1.986	1.484	13.263	2.688	345	33	2.310
1950	9.492	1.345	865	7.282	2.906	344	57	2.505
1960	9.397							
1970	9.034	3.285		5.749	2.444	430		2.014
1980	8.275	3.745		4.530	2.419	755		1.664
1991	7.271							
1996	7.313	4.485		2.828	2.066	992		1.074

Fonte: IBGE

Obs. 1: Dados referentes a Santa Bárbara do Monte Verde enquanto distrito pertencente ao Município de Rio Preto. Em 1920, o Município de Rio Preto era composto por sete distritos (Rio Preto, Santa Rita de Jacutinga, Santa Bárbara do Monte Verde, São Sebastião do Barreado, São Sebastião do Taboão, Nossa Senhora da Conceição do Boqueirão e Santo Antonio da Olaria); Em 1940 ele perde Taboão e Olaria, ficando com os outros cinco distritos; Em 1950 o Município de Rio Preto perde mais dois distritos, ficando com apenas três: Rio Preto, Santa Bárbara e Barreado. Os censos seguintes referem-se a essa composição do Município, mantida até a recente emancipação de Santa Bárbara.

Obs. 2: De acordo com Symphronio de Magalhães (1934), a população do Município de Rio Preto em 1934 era de 34.000 habitantes, e a do distrito de Santa Bárbara era de aproximadamente 6.500 habitantes.

QUADRO 6:
PRODUÇÃO PARTICULAR DE MILHO DO PESSOAL RESIDENTE NOS ESTABELECIMENTOS – MUNICÍPIO DE RIO PRETO

Ano	MILHO	
	Nº Inf.	Prod. (ton.)
1960		836
1970	273	216
1975	306	319
1980	162	182

Fonte: IBGE

QUADRO 7:
ANIMAIS PERTENCENTES AO PESSOAL RESIDENTE NOS ESTABELECIMENTOS – MUNICÍPIO DE RIO PRETO

ANO	BOVINOS	EQUINOS	MUARES	SUINOS	CAPRINOS	GALINHAS
1960	356	354	41	823	11	8.182
1970	407	209	24	748	13	4.246
1975	325	162	52	814	5	5.420
1980	303	131	16	492	1	5.221
1985	-	-	-	6	-	8

Fonte: IBGE

Obs: Comparar a bruta passagem dos censos de 1980 para 1985, com a mudança populacional no quadro urbano de Santa Bárbara intensificada a partir de 1980 (Ver quadro 5)

ESTABELECIMENTOS POR GRUPOS DE ÁREA TOTAL
MUNICÍPIO DE RIO PRETO

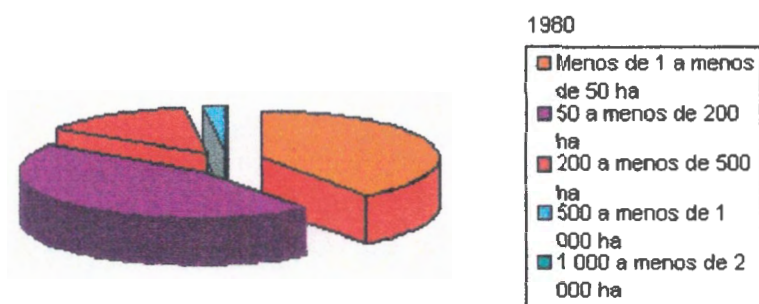


Total de estabelecimentos recenseados: 746

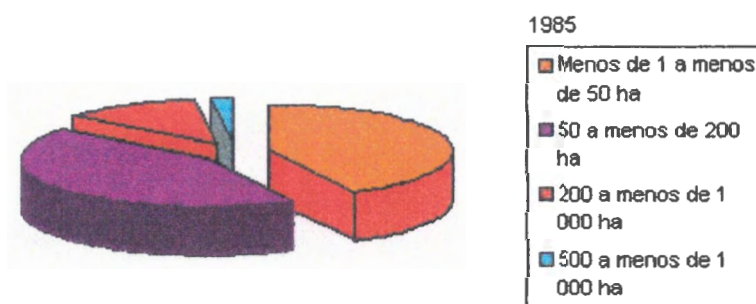


Total de estabelecimentos recenseados: 900





Total de estabelecimentos recenseados: 830



Total de estabelecimentos recenseados: 756

OBS.: 1 hectare corresponde a 10 000 m²; 5 hectares correspondem portanto a 1 alqueire geométrico, também chamado de "alqueire mineiro" (48 000 m²). Sendo o alqueire a unidade mais referida nessa região, podemos considerar, em termos aproximados: 1º grupo - de 1 a 10 alqueires; 2º grupo - de 10 a 40 alqueires; 3º grupo - de 40 a 100 alqueires; 4º grupo de 100 a 200 alqueires; 5º grupo - de 200 a 1 000 alqueires (1920 e 1940) e de 200 a 400 alqueires (1960, 80 e 85).

ANEXO 1:

Patrimônio da Matriz de Santa Bárbara do Monte Verde

Registrado originalmente na Secretaria do Bispado de Mariana e transcrito para o livro de registros da Matriz em 1893, pelo Vigário Manoel Nogueira Dte.

Resumo das escrituras de doação:

- 1ª) *Monte Verde, 8 de dezembro de 1823*
Jacinta Maria da Assumpção doa “um pedaço de terras de cultura” havido por posse, sendo “**1 alqueire** de planta de milho” para “edificar uma Capella da Senhora Santa Bárbara”.
- 2ª) *Ribeirão do Monte Verde, 8 de dezembro de 1829*
João Luiz de Oliveira e sua mulher Maria Jacinta de Jesus doam “um pedaço de terras de cultura” havido por posse, sendo “**4 alqueires** de planta de milho” para “Patrimônio de uma Capella da Senhora Santa Bárbara”.
- 3ª) *Freguesia do Rio Preto, distrito de Barbacena, 31 de outubro de 1836*
Francisco de Mello e sua mulher Aniceta Thereza de Jesus, moradores neste distrito, doam “humas terras de cultura citas no Ribeirão do Monte Verde”, havidas por compra, sendo “**8 ou 9 alqueires** de planta pouco mais ou menos”, cedidos desde o ano de 1829, “para Patrimônio e Edificação de huma Capella para Santa Bárbara”. Com a condição de que seja reservada “huma purção que levará huma quarta de planta de milho (...) no lugar onde tem um rancho de paçageiros (...)”.
- 4ª) *Cidade do Rio Preto, Comarca do mesmo nome, 4 de março de 1879*
Joaquim Lopes Pinheiro, morador na “Freguesia desta Santa Bárbara deste Município”, doa “5 partes de terras havidas por compra”, situadas no “logar denominado Piracicaba”, e “umas posses” havidas por compra, sitas nas margens do Rio Monte Verde, sendo, respectivamente, “**5 alqueires** pouco mais ou menos” e “**20 alqueires** pouco mais ou menos”, com todas as benfeitorias existentes, “a Santa Bárbara (do Monte Verde) Padroeira de Santa Bárbara do Monte Verde, d'este Município”.
(Escritura de doação de bens de raiz a Santa Bárbara, no valor de um conto de réis)

Total das doações (de 1823 a 1879): 38 ou 39 alqueires.




ANEXO 2: MAPA DOS

CAMINHOS DE PENETRAÇÃO
NO DESBRAVAMENTO DA
SERRA FLUMINENSE

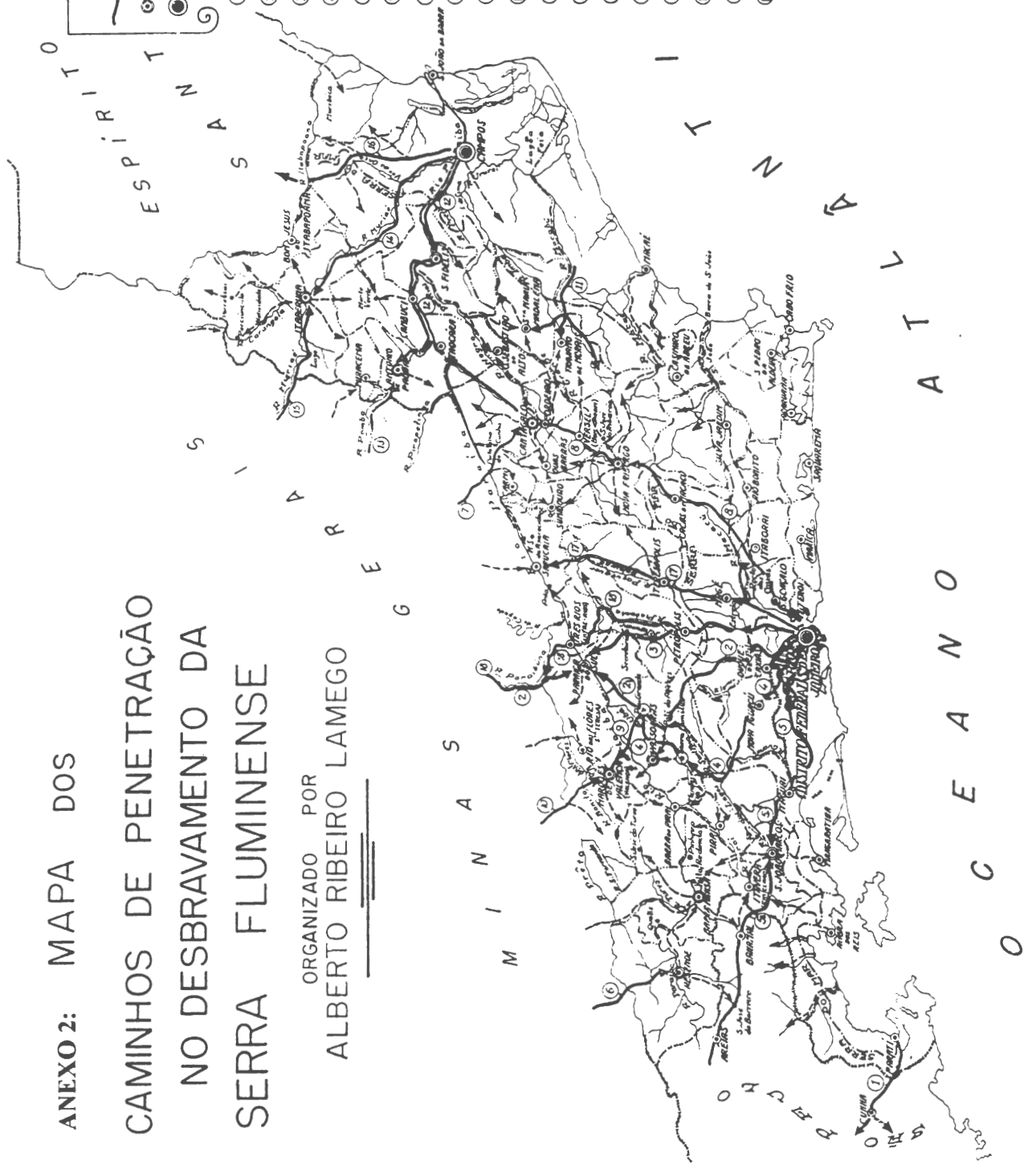
ORGANIZADO POR

ALBERTO RIBEIRO LAMEGO

LEGENDA

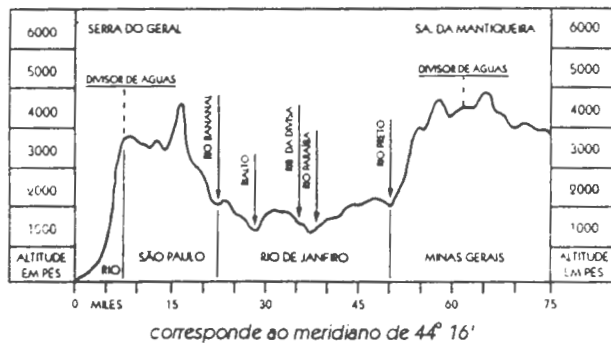
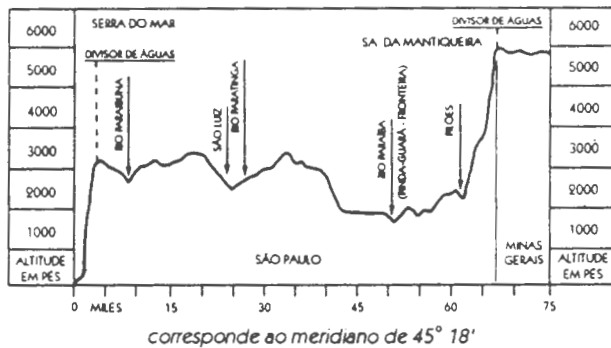
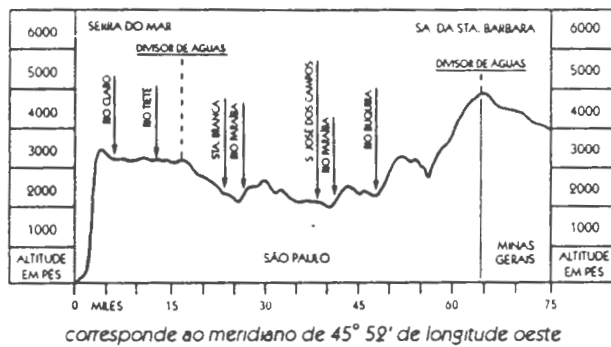
-  Caminhos principais de penetração
-  Centros de irradiação e caminhos secundários
-  Focos iniciais de irradiação

- 1 Caminho Velho ou dos Goiandás (século XVI)
- 2 Caminho Novo de Garcia Pais (1700)
- 3 Caminho da Proença (1722)
- 4 Caminho do Tingua (século XVIII)
- 5 Caminho de São Paulo (1733)
- 6 Caminho da Paraíba - Nova de Simão Cunha Gago (1744)
- 7 Caminho do "Mão-de-Luva" (meados do século XVIII)
- 8 Caminho dos Minas de Cantagalo (1787)
- 9 Caminho de Valença de João Rodrigues da Cruz (1800)
- 10 Caminho do Rio Preto (principios do século XIX)
- 11 Caminho do Macabú (século XIX)
- 12 Caminho da Paraíba (fins do século XVIII)
- 13 Caminho do Pombo (principios do século XIX)
- 14 Caminho Campista do Muriaé (século XVIII)
- 15 Caminho Mineiro do Muriaé (1833)
- 16 Caminho Campista do Espírito Santo (século XIX)
- 17 Caminho de Teresópolis (1640)
- 18 Estrada "União e Indústria" (1856)



ANEXO 3: Perfis transversais da região

Fonte: Elza M. Neffa Vieira de Castro (coord.), *Região do Médio Paraíba do Sul: Limites e Desafios*. Rio de Janeiro, Quartet, 1994.



▼ Estes perfis se estendem, através do vale do médio Paraíba, desde a costa atlântica, até a serra da Mantiqueira. A escala vertical é de trinta e três por um.

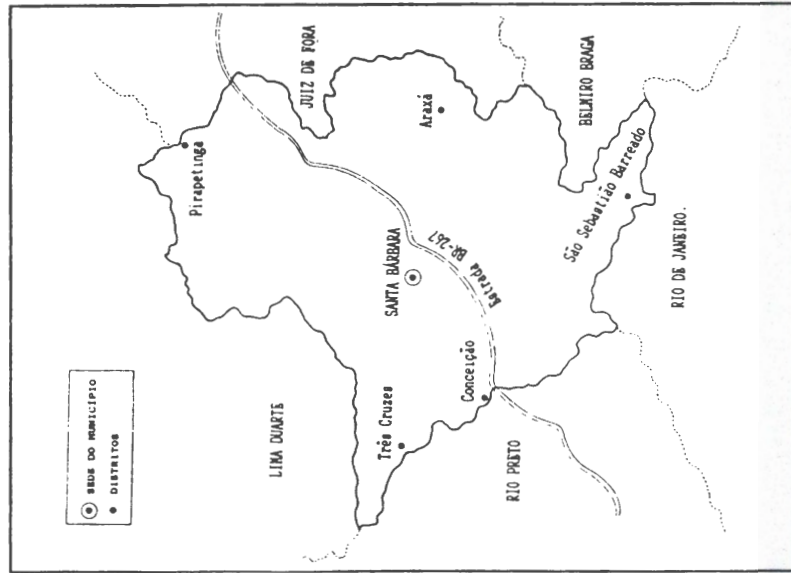
ANEXO 4: Mapas

Posição do Município de Rio Preto em relação ao Estado



Fonte: IBGE

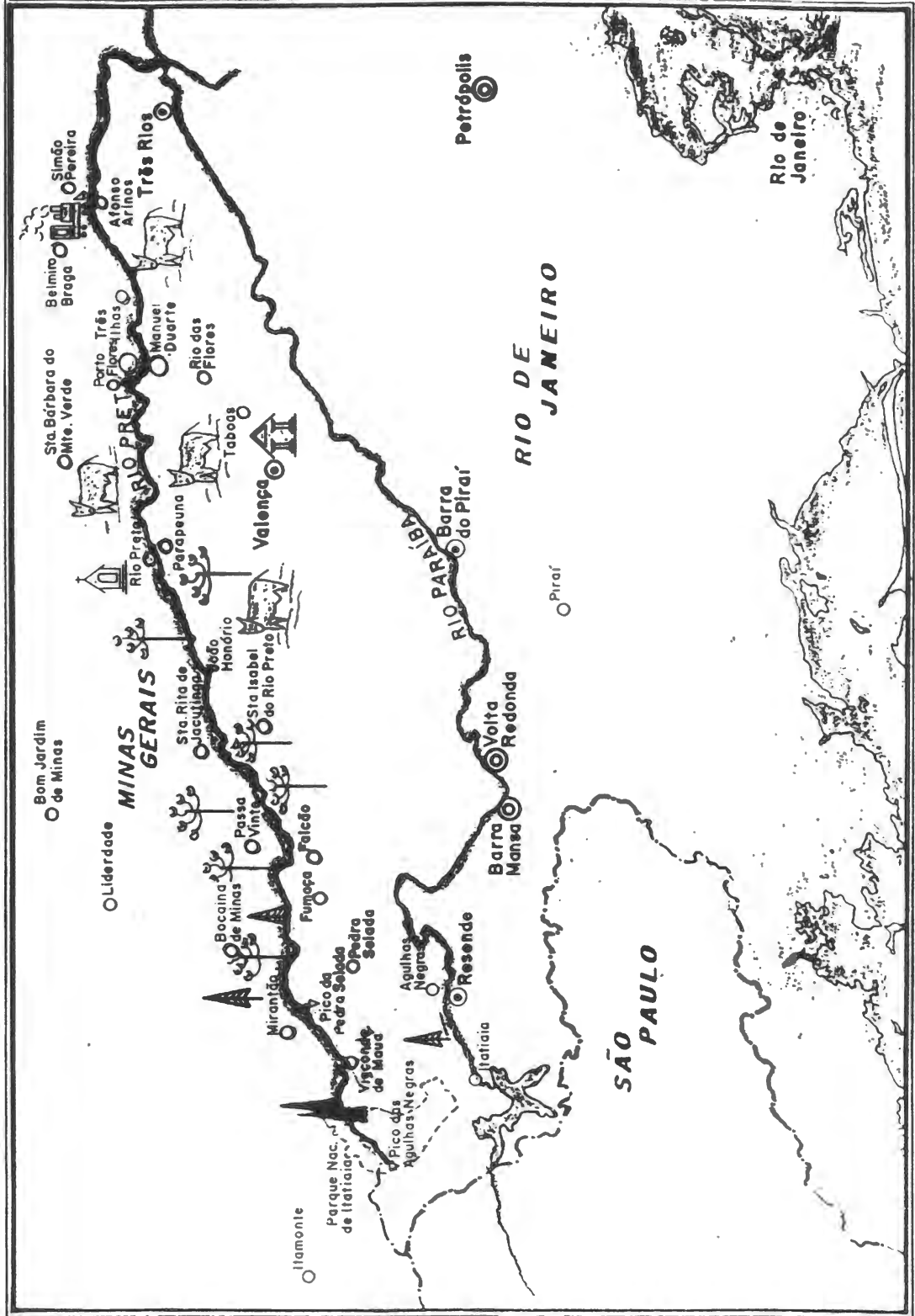
Mapa do Município de Santa Bárbara do Monte Verde



Fonte: o Vale Rio Pretoano - junho/95

O Vale do Rio Preto

Fonte: Elza M. Neffa Vieira de Castro (coord.), *Vale do Rio Preto: Recursos e Necessidades*. Valença, Ed. Valença, 1992.



ANEXO 5: Fotografias



Igreja Matriz de Santa Bárbara do Monte Verde



Antiga farmácia na Rua "de cima"



Fábrica de manteiga *Alves & Azevedo*



Creche pública, na *Rua "de cima"*



Entrada da Escola Estadual e da Câmara de Vereadores



Antigo armazém



Atual mercearia



Fim do asfalto: aqui termina o *Centro* e começa *São Cristóvão*



Antiga passagem da *Cava Funda* (antes da terraplanagem do *morrão*). Corresponde ao início da antiga rua *São Cristóvão* (atual rua *São Sebastião*)



Rua São Sebastião



Rua São José



Bairro de São Cristóvão: parte mais baixa e mais antiga



Bairro de São Cristóvão: parte mais alta e mais recente



Aqui terminam, em São Cristóvão, as terras da *Santa* (da porteira em diante são terras particulares de um fazendeiro)



Voltando para São Cristóvão: vista do *arraial* ao fundo

2 - CHEGANDO EM SANTA BÁRBARA: UMA PAISAGEM ATUAL

O ônibus saculeja sem pressa na estrada estreita e empoeirada (provavelmente não chove há vários dias). Ladeira acima, ele se arrasta, pesado, quase parando. Está superlotado. Na última parada, em Conceição, só parou de entrar gente quando não havia mais um único espaço vazio, e de pé. Era o grupo que acompanhara a procissão da Virgem de Guadalupe¹ – de um modo geral mulheres, adolescentes, crianças e alguns homens idosos – e que agora voltava pra casa.

“ Onze horas?... Isso não é hora de almoço de fazendeiro. Fazendeiro almoça lá pra uma hora, meio-dia...”. Diz um rapaz para o colega próximo. Ouvimos fragmentos de conversas. Todos ali parecem se conhecer e o falatório é geral. O calor e a animada agitação dos adolescentes tomam conta do ônibus. Os rapazes gritam, falam gracinhas, fazendo de tudo para chamar atenção; as moças se dividem entre as que assumem e compartilham à vontade daquele alvoreço (poucas) e aquelas que, não se permitindo participar abertamente, deixam num sorriso mal disfarçado um discreto sinal de aprovação, e uma forma própria de participação (a maioria). E como que movido por aquela animação geral, o ônibus segue o seu caminho.

Surge no meio da estrada um homem, fazendo sinal, e o ônibus para. Mas ele não entra. Contorna o ônibus procurando, nas janelas, alguém em especial. Finalmente encontra, é sua mulher, a quem ele entrega (pela janela) uma garrafa plástica com dois litros de leite. Era só isso.

1- A procissão da Virgem de Guadalupe, procedente do México, vinha percorrendo em peregrinação toda a América do Sul. Hospedaram-se por alguns dias na Casa Paroquial de Sta. Bárbara. Nesse dia esses peregrinos haviam retomado sua marcha, indo em direção a Rio Preto, e foram acompanhados por muitos barbarenses até o meio do caminho, que era justamente em Conceição, onde estes embarcaram de volta no ônibus.

Com grande esforço, o ônibus retoma o movimento, para pouco mais à frente tornar a parar. Houve um pequeno acidente de carro e todos no ônibus, a exemplo do próprio motorista, se levantam para tentar ver melhor. Era, naturalmente, alguém conhecido. Todos comentam a pouca importância da batida (nós não conseguimos ver), mas mesmo assim o motorista oferece sua ajuda para um possível recado ou busca de socorro no arraial. Depois de muita conversa, o ônibus consegue, mais uma vez, retomar viagem.

São 12:45h e nós começamos a subir a última ladeira: estamos quase chegando a Santa Bárbara do Monte Verde, no ônibus da Viação Frota Nobre que faz a linha Rio Preto Juiz de Fora.



Santa Bárbara fica mesmo num monte. Para se chegar ao centro da cidade, não importa de onde se venha, é preciso subir uma forte ladeira. O ponto central da cidade – que não corresponde à centralidade geométrica da área por ela ocupada – equivale ao ponto mais alto de sua topografia urbana. É nesse “centro do *Centro*” que se encontra a Igreja Matriz de Santa Bárbara, tendo à sua frente – mas num plano já mais baixo – uma bem cuidada praça; à sua volta, na área que é a um só tempo a mais antiga e a mais valorizada da cidade, suas mais antigas edificações misturam-se a diversas construções recentes ou reformadas². O terreno atrás da Igreja Matriz corresponde à área inicialmente ocupada pelo rancho de tropeiros que veio a dar origem ao *arraial*; e numa esquina em frente localizava-se a primeira Capela edificada para a *Santa* por ocasião das primeiras doações de terra. (sendo ambos nesse mesmo plano mais alto da cidade).

A partir desse centro, por assim dizer, “histórico”, *Santa Bárbara* cresceu, derramando-

2- Na verdade esse casario antigo já não é o originalmente construído, no século passado. As primeiras construções do *arraial* eram todas em *pau-a-pique* e não resistiram ao tempo. As edificações que hoje começam a ser percebidas como “históricas” foram levantadas de um modo geral no período de prosperidade da produção leiteira.

Parece-nos haver uma certa dubiedade na relação da população com esse passado “próspero” assim materializado. Algumas (poucas) iniciativas de conservação convivem com uma atitude generalizada de, no mínimo, indiferença. E nos surge então a seguinte questão: será que esse passado, do ponto de vista dos próprios agentes (ou de grande parte destes), seria mesmo merecedor do respeito e da veneração – e portanto, da preservação – que aos nossos olhos urbanos (talvez algo turísticos) se justificariam? A valorização do casario antigo parece-nos relacionar-se, primeiro, com a condição sócio-econômica (mais alta) e, segundo, com a distância física e cultural (pessoas nascidas na região mas que viveram uma vida fora e agora retornam, ou por quem nem é da região – como nós). Ver fotos.

se ao longo de suas baixadas até formar a malha urbana que atualmente conhecemos (ver mapa). A mais importante etapa de seu recente crescimento foi marcada, como vimos, pelo surgimento do *bairro* de São Cristóvão, ainda em plena expansão. A importância desse momento em sua história se expressa sobretudo na atual constituição da cidade, que se divide em duas áreas distintas: o *Centro* e o *bairro* de São Cristóvão.

O *Centro* de fato centraliza, em seus mais diversos aspectos, a vida da cidade. É onde encontram-se a escola, a creche, o posto de saúde, o posto bancário, o salão de baile, a parada de ônibus, o correio, o cartório, a recém criada Prefeitura, as principais casas comerciais (mercados, bares, padaria, material de construção, etc) e, em vários sentidos acima de tudo, a Igreja Matriz. Além de praticamente monopolizar os serviços – os *recursos* – oferecidos pela cidade, o *Centro* detém os pontos-chaves de duas esferas de fato centrais para a vida local: a Igreja, para o exercício da fé católica, e alguns pontos públicos fundamentais para o exercício da sociabilidade, como a praça, o salão de baile e os principais bares da cidade³. São Cristóvão, em contrapartida, é um *bairro* quase que exclusivamente residencial, possuindo alguns poucos (e pequenos) estabelecimentos comerciais, que são vistos de um modo geral, pelos próprios moradores do *bairro*, como uma espécie de “quebra-galho” para pequenas necessidades imediatas⁴. Além da forte demarcação topográfica, ocupando a área central, em sua maior parte, planos mais altos do que aqueles ocupados por São Cristóvão, as duas áreas se distinguem pelos níveis sócio-econômicos de seus moradores, aos quais correspondem frequentemente diferentes padrões de construção de seu casario, assim como pelo padrão de urbanização e serviços básicos implantados pelo poder público – até o momento, somente o *Centro* possui rede de esgoto e ruas pavimentadas.

3- Existem ainda dois lugares que, apesar de não participarem da vida cotidiana da cidade, são igualmente importantes para a sociabilidade local: o *campo* de futebol e o *morrão* de festas (uma área terra-planada onde, com a armação de uma imensa cobertura de lona, serve de local para certas festas anuais como o *Torneio Leiteiro* e o *Carnaval*). Ambos situam-se no limite da área considerada *Centro*. (ver mapa da cidade)

4- Estabelecimentos comerciais de São Cristóvão: um bar, uma mercearia, uma cabeleireira, o “Sem Luxo” e mais uma casa – ambos vendendo diversos tipos de produtos, desde roupas e objetos usados, a esmalte de unha, alguns produtos alimentícios, de higiene, etc. Gostaríamos de observar ainda que, mesmo o *Centro*, apesar de reunir os principais serviços e estabelecimentos comerciais da cidade, é também constituído de um número expressivamente maior de edificações residenciais.

De acordo com levantamento feito pela Prefeitura tendo em vista cobrança de IPTU (1997), há no *Centro* um total de 198 edificações, incluídas 17 declarações de atividade comercial; em São Cristóvão, um total de 98 edificações, com 4 declarações de atividade comercial.

Roça: uma primeira grande casa

Em Santa Bárbara, quase todos vêm da *roça* – independente de sua posição social – e são a ela ligados por diferentes distâncias no tempo (histórico), no espaço (geográfico) e em suas relações sócio-econômicas passadas e/ou atuais⁵. A vida nessa cidade não pode ser considerada sem levarmos em conta este aspecto central.

Em primeiro lugar, essa origem ou ligação comum com a *roça* representa um conjunto de referenciais culturais cuja herança, apesar de diferenciada, imprime à grande parte da população local uma primeira – e falsa – aparência de uma certa homogeneidade sócio-cultural. São modos de falar, de comportar-se, de vestir-se, que podem, num contato superficial, esconder distâncias por vezes importantes no interior de um determinado grupo⁶. Essas distâncias podem ser de mais difícil percepção na medida em que dois fatores estejam presentes: primeiro, no interior de grupos jovens, genericamente socializados tendo, até certo ponto, acesso comum aos referidos *recursos* (sobretudo em educação e saúde) – num processo, por assim dizer, socialmente “ascendente”; segundo, em meio à referida (e recente) decadência econômica da região, indivíduos oriundos de uma mesma família – tendo vivido portanto processos de socialização bastante próximos – podem vir a ocupar posições substancialmente distintas, como, por exemplo, deixar de ser proprietário de terra, o que representa por si só, numa sociedade rural, uma radical diferença – num processo de certa forma inverso, “declinante”⁷. Nesse mesmo sentido, a localização e o tipo de casa residencial, apesar de genericamente orientadas por uma lógica específica de distribuição dos espaços da cidade, podem por vezes contribuir para essa referida “falsa” percepção⁸.

5- É possível encontrarmos algumas raras exceções – pessoas não oriundas dessa *roça* – observando no entanto que mesmo estas mantêm atualmente uma ligação com a *roça*, em geral através da propriedade de algum *sítio* ou *fazenda* no Município (como p. ex. os donos do mercado do *Centro*, vindos do Rio de Janeiro, e proprietários também de uma *fazenda* de produção leiteira)

6- No nosso ônibus, por exemplo, as únicas distâncias para mim de imediato visíveis eram aquelas demarcadas por sexo e faixa etária.

7- Analisando a estrutura social da grande lavoura cafeeira do Vale do Paraíba fluminense, Stein nos adverte quanto à radical diferença, numa sociedade rural, entre ser ou não proprietário de terras. Ver Stein. op. cit.

8- Há no *Centro*, por exemplo, uma bela casa em estilo colonial (apesar das subsequentes reformas não terem respeitado o estilo original da construção), localizada bastante próxima e no mesmo plano da Igreja Matriz, no que chamamos aqui de

A homogeneidade aqui não passa de fato de uma falsa impressão. Há no entanto uma generalizada – e inegável – proximidade, marcante dessa população, da qual diversos fatores são participantes. Entre eles o fato de não encontrar-se, entre os moradores de Santa Bárbara, nenhum grande produtor, nenhum grande proprietário de terras. Sendo até cerca de um ano atrás apenas um dos distritos de Rio Preto, Santa Bárbara nunca ofereceu, aos olhos daqueles que efetivamente dispunham de boa situação econômica (e em princípio de maiores possibilidades de “escolha”), as condições correspondentes aos respectivos padrões de exigência – sobretudo a partir das perdas sofridas com seu esvaziamento sócio-econômico. Os poucos considerados grandes fazendeiros da região (acima de cerca de 80 alqueires) moram, ou na própria fazenda, ou em Rio Preto (anterior sede do município) ou em cidades maiores como Juiz de Fora e Rio de Janeiro, ou seja, grandes fazendeiros moram somente em sedes – da própria fazenda, ou do município⁹. Ausentes assim dessa sociedade, aqueles que certamente se destacariam, em todos os aspectos, dos padrões locais de vida, permanecem aqueles que trazem em comum, não somente a origem na *roça*, mas a própria “opção” (ou falta de) pela permanência nesse *arraial*, agora *cidade*¹⁰. Nesse sentido consideramos haver, para além das aparências, uma relativa, mas efetiva, proximidade entre essa população – algo como “estarem todos no mesmo barco”, e mais, vindos de um mesmo porto...

Em segundo lugar, é preciso entendermos o que significa *roça*. Vimos os significados locais de *roça*, relacionados a um modo tradicional de plantio e produção de *mantimentos*, e a todo um sistema de vida e de trabalho assim gerados – um modo de vida considerado pelos

“centro do *Centro*”. Quando soubemos que seu proprietário *mexia com leite*, imaginamos como algo quase óbvio tratar-se de um *fazendeiro*, ou, no mínimo, *sitiente*. Foi em princípio surpreendente saber que este senhor é *retireiro* de uma fazenda próxima ao *arraial*.

Nesse sentido parece-nos que a decadência aqui cria intermediações entre posições a princípio radicalmente distintas, fazendo com que todas as posições estejam, de certo modo, intimamente interligadas. No caso citado, por exemplo, este senhor encontra-se, em sua atual condição de *retireiro*, bastante próximo – com efetivas amizades – de diversos trabalhadores, moradores de São Cristovão; ao mesmo tempo, por condições familiares, é intimamente ligado a fazendeiros, *sitiantes* e comerciantes da região (irmão, genro, etc).

9- Os *fazendeiros* das duas principais famílias da região moram nas sedes de suas fazendas, localizadas em Barreado – distrito mais próximo do rio Preto.

10- É interessante observar como de fato se destaca a eventual presença, na cidade, de grandes fazendeiros e seus familiares, inclusive filhos jovens e adolescentes. São estilos de vida diferentes – é o tipo de carro, de vestuário, de comportamento, e, em alguns casos, a atitude para com a população local, claramente demarcadores da distância existente. A diferença é tanto maior na medida em que sejam fazendeiros não oriundos dessa região, como é o caso, por exemplo, de diversos fazendeiros “de primeira viagem” vindos do Rio de Janeiro que, não dependendo em nada dos possíveis rendimentos da fazenda, têm naquela terra muito mais o objetivo de lazer, de férias para a família.

trabalhadores em processo de “extinção” a partir do predomínio da pecuária leiteira na região – essa *roça* está *acabando*. Para pessoas oriundas de um contexto urbano de grandes centros, possivelmente alheias aos referidos significados locais, todo o Município de Santa Bárbara em suas diferentes realidades forma um conjunto que pode ser em princípio genericamente percebido como *roça*, definida assim por oposição à realidade de um grande centro urbano. Numa relação de certa forma similar, para a população atualmente moradora de Santa Bárbara, a *roça* se define também por oposição ao *arraial* – agora *cidade*¹¹. A *roça* ganha assim um significado cuja especificidade encontra-se no fato de não pertencer à malha urbana, ao arruamento constituidor do *arraial*: morar *na roça* é, por definição, o oposto de morar *na rua*. Essa oposição define uma distância simbólica tão grande, quanto, na mesma medida, podemos nos surpreender com sua possível extrema proximidade geográfica – a *roça* referida pode estar logo atrás da primeira curva de quem sai do pequeno *arraial*¹².

A *roça* é basicamente associada à idéia de uma vida *sossegada* e entre pessoas de *confiança*; o círculo de amizades da *roça* é por vezes explicitamente equiparado a uma grande *família*. Veremos mais à frente (cap. 3) como os trabalhadores de Santa Bárbara, especialmente os mais “velhos”, referem-se ao período de suas vidas na *roça* com nostalgia. E os diferentes sentimentos vividos pela geração mais jovem, cuja experiência de *roça* relaciona-se ao agravamento do declínio sócio-econômico da região e às consequentes rupturas enfrentadas. Veremos ainda que, mesmo entre estes, a *roça*, relacionada sobretudo à infância e à família, é pensada (ou sentida) como algo, apesar de tudo, merecedor de uma certa saudade¹³. Enquanto

11- A denominação *arraial*, ainda usada, refere-se à condição anterior de Santa Bárbara enquanto distrito de Rio Preto. A partir da emancipação, Santa Bárbara é elevada à condição de *cidade*, e aos poucos seus habitantes vão incorporando a nova denominação.

12- Quando conversamos com um morador do *arraial*, por exemplo, e ele se refere ao tempo em que morava lá na *roça*, a ênfase dada a essa expressão nos leva inevitavelmente a pensar em algum lugar muito, muito distante – o que muitas vezes não é verdade, nem no espaço, nem no tempo (é possível, p. ex., que sua mudança para o *arraial* tenha sido há três anos, ou menos, e sua *roça* pode localizar-se a menos de 1 km do limite dessa área urbana).

13- Veremos ainda a ambiguidade dos sentimentos dessa geração de trabalhadores hoje ainda ativos, em relação à *roça*, e, sobretudo, como isso se expressa materialmente na construção e no interior de suas casas (cap. 4). De todo modo gostaríamos de observar que, apesar da referida perda de sentido, a vida na *roça* para essas pessoas relaciona-se a uma memória de profundo valor emocional, primariamente interiorizada, cujo sentido – inteiramente diverso do anterior – certamente jamais será apagado. Como nos ensinam Berger e Luckmann (1985): “... a socialização primária implica mais do que o aprendizado puramente cognoscitivo. Ocorre em circunstâncias carregadas de alto grau de emoção (...) A criança identifica-se com os outros significativos por uma multiplicidade de modos emocionais. Quaisquer que sejam, a interiorização só se realiza quando há identificação. A criança absorve os papéis e as atitudes dos outros significativos, isto é, interioriza-os, tornando-os seus. (...) A criança não interioriza o mundo dos outros que são significativos para ela como sendo um dos

a *cidade*, como expressa no discurso dos próprios agentes, representa a “rua”, podemos pensar a *roça* como uma grande “casa”, nos termos da oposição formulada por DaMatta – de um espaço privado, de “próximos”, da intimidade e da família, que se opõe a um espaço público, de “distantes”, e, em princípio, desconhecido¹⁴. A *roça* assim identificada – a “casa” da infância para uns, da “mocidade” para outros – não poderia ser deixada *prá trás* sem as muitas dificuldades e dubiedades – nem sempre explícitas – marcantes dessa trajetória.

Vencer as dificuldades, deixar *prá trás* essa grande “casa” torna-se cada vez mais possível à medida em que, para além das possíveis conquistas e *melhorias* individuais, constitui-se num movimento coletivo. Muito mais do que uma “opção” individual, a ida para a *cidade* passa a representar o movimento de todo um grupo, num processo a um só tempo de preservação e reconstrução, coletiva, de sua própria rede de relações.

No plano individual, a atual condição de vida e moradia na cidade é percebida, especialmente entre os trabalhadores, como uma efetiva *melhoria*, como uma forma de progresso: ir para a cidade significou, sobretudo, um passo à frente em suas vidas. Uma vida que aqui se valoriza, não só para o trabalhador, mas para o próprio homem em questão¹⁵. Enquanto a vida na *roça* pode, nesse sentido, ser percebida como parte de um passado, viver em Santa Bárbara representa sua realidade presente – e a cidade “grande” (ou “desenvolvida”) é vista, de certo modo, como uma expectativa de futuro, a um só tempo desejado e temido¹⁶.

muitos mundos possíveis. Interioriza-se como sendo *o* mundo, o único mundo existente e concebível, o mundo *tout court*. É por est. razão que o mundo interiorizado na socialização primária torna-se muito mais firmemente entrenchado na consciência do que os mundos interiorizados nas socializações secundárias. Por mais que o sentimento original de inevitabilidade seja enfraquecido por desencantos subsequentes, a lembrança de uma certeza que nunca deverá repetir-se – a certeza da primeira aurora da realidade – fica ainda aderente ao primeiro mundo da infância” Berger e Luckmann. *A Construção Social da Realidade*. Petrópolis. Vozes, 1985, p. 176, 180 e 181. E é a centralidade ocupada pela *casa* nas interiorizações operadas na infância que torna fundamental o seu estudo, enquanto microcosmo social primariamente internalizado.

14- Roberto DaMatta, *A casa & a rua*, Rio de Janeiro, Guanabara'Koogan, 1991. Em dissertação de mestrado orientada por DaM: ita. Rosane Manhães Prado estuda a cidade de Cunha (SP) como um espaço onde predominam o “tempo” e as relações características da “casa”, considerando a pequena cidade, nesse sentido, como uma “grande casa”. Rosane Manhães Prado. *Mulher de novela e mulher de verdade: estudo sobre cidade pequena, mulher e telenovela*. Dissertação de mestrado apresentada ao PPGAS/UFRJ, Rio de Janeiro, 1987.

15- Referimo-nos aqui especialmente ao grupo de trabalhadores rurais moradores de São Cristovão; entretanto isso certamente se aplica a boa parte da larga e diversificada camada “média” local, composta de pequenos comerciantes, artesãos, professores, funcionários públicos, etc. Poderíamos considerar ainda nesse sentido uma exceção, representada pelos pequenos *sitiantes* cuja vinda para o *arraial* significa uma atitude de desistência frente às dificuldades e à própria inviabilidade econômica de sua propriedade rural. Para estes, morar no *arraial* pode significar a concretização máxima – uma linha de chegada – de uma já antiga trajetória de perdas.

16- A cidade “grande” aqui desejada não é nem de longe um grande centro urbano como o Rio ou São Paul), dos quais a imagem que se tem – veiculada pela TV – é muito mais de uma vida extremamente insegura e exposta às mais diversas

Não podendo acreditar na *roça* como um meio possível de se progredir na vida, os barbarenses – sobretudo os trabalhadores – localizam na *cidade* mais desenvolvida a possibilidade de um futuro melhor, especialmente para seus filhos. *Cidade* desenvolvida significa não somente a qualificação dos *recursos* por ela oferecidos, mas a instalação de indústrias e os decorrentes empregos e remunerações superiores aos oferecidos até então pela *roça*. Essa expectativa – ou esperança – explica em parte, como vimos, o alto valor e o investimento dirigido por muitas dessas famílias aqui chegadas à escolarização de seus filhos. Espera-se de fato prepará-los para um futuro melhor – e provavelmente urbano¹⁷.

Santa Bárbara encontra-se assim, numa posição temporalmente intermediária entre a *roça* e a *cidade* maior, mais desenvolvida. Assim como um morador da *roça* vem a Santa Bárbara para fazer compras no mercado, ter uma consulta médica ou assistir a uma missa – e para tudo isso ele dirigir-se-á ao *Centro* –, um morador de Santa Bárbara vai a Rio Preto ou a Juiz de Fora para compras diversas (por exemplo de vestuário), para uma consulta com um médico especialista (ou para qualquer tipo de cirurgia e/ou internação, pois em Santa Bárbara não há hospital), para cursar o ensino secundário, e para outros diversos assuntos/necessidades para os quais não há “solução” local¹⁸. Do mesmo modo, assim como um trabalhador da *roça*,

violências, do que propriamente a de seu desenvolvimento e de uma vida possivelmente “próspera”. Na verdade o que se percebe no discurso de boa parte dessa população é o desejo, ou a idealização, voltado para o desenvolvimento da sua própria Santa Bárbara, pensado aqui através da instalação de indústrias geradoras de bons empregos – legalmente formalizados, estáveis e de boa remuneração – e das decorrentes melhorias quanto aos *recursos* e às condições gerais de vida na cidade.

17- Complementando a nota anterior, gostaríamos de observar aqui a relativa dubiedade percebida no que é concebido quanto ao que seria *melhor* para suas vidas. O referido desejo de uma cidade mais desenvolvida e da decorrente melhoria nas condições sócio-econômicas, sobretudo para seus filhos, não significa que não haja consciência quanto aos diversos aspectos negativos inerentes ao crescimento de qualquer cidade. Muito pelo contrário, essa consciência (como já mencionamos sempre reforçada pelas imagens divulgadas pela mídia sobre a violência nas grandes cidades) alimenta a referida nostalgia pelos aspectos nesse sentido opostos (e positivos) característicos da vida na *roça*: o bucólico, a liberdade de espaço em estreita convivência com a natureza, o caráter afetivo das pequenas *criações*, o sempre referido *sosego* e, acima de tudo, o sentimento de segurança gerado pelas relações humanas outrora tecidas neste contexto.

18- Observamos aqui a cadeia de relações e interdependências que nesse sentido se forma, partindo do menor para o maior contexto urbano: a *roça* se volta para Santa Bárbara assim como esta se volta para Juiz de Fora ou Rio Preto; Rio Preto volta-se para Valença (sobretudo nas áreas de educação e saúde) que, finalmente, volta-se para o Rio de Janeiro (este, por sua vez, para o chamado “Primeiro Mundo”...). Caminhando em sentido inverso, as pessoas oriundas do Rio de Janeiro arcam-se a ter uma auto-percepção de certa “superioridade” cultural, vendo nos valencianos algo de “roceiros” (há uma clara distinção entre a população local – “minhocas da terra” – e, por exemplo, o numeroso grupo de estudantes universitários das mais diversas origens, inclusive Rio de Janeiro); do mesmo modo, mas já numa escala menor, para os valencianos “roceiros” são os riopretanos, para estes são os barbarenses (de quem até um ano atrás foram sede do Município) e, finalmente, para os barbarenses “roceiros” são, de fato, os moradores da *roça* – categoria na qual essa população em grande parte se sente incluída.

Um *pedreiro* morador de São Cristóvão, oriundo de Monte Verde, na Serra Negra (distrito rural de Lima Duarte – Município vizinho a Santa Bárbara) contou-nos a respeito da *fama* característica dessa região: “O pessoal da Serra Negra

ex-colono, pode mudar-se para Santa Bárbara na expectativa de novas e melhores condições de trabalho (como diarista ou empregado), muitos jovens já no *arraial* partem para cidades maiores em busca de melhores oportunidades de *emprego*.

Entre as diversas carências locais, a falta de *emprego* encontra-se entre as mais graves, não somente pelo que diz respeito diretamente à sobrevivência, mas por tocar na sensível esfera da organização familiar. Ter seus filhos *esparramados* pelo mundo afora – não por opção, mas pela falta de – representa, para a maior parte das famílias barbarenses, algo tão grave quanto as próprias dificuldades econômicas geradoras desse contexto (veremos mais à frente as implicações, ou melhor, a expressão dessas contingências na organização espacial das casas aqui analisadas). Em decorrência, observamos aqui a constituição de redes familiares interurbanas e interestaduais, de modo a favorecer, ou a viabilizar a inserção de seguidos membros de uma família (ou grupo doméstico) num determinado mercado de trabalho, em termos semelhantes aos expostos por Marcelin (1996) sob o conceito de “configuração de casas”¹⁹.

Como foi colocado, Santa Bárbara, no que diz respeito aos diversos e desejados *recursos*, encontra-se a meio caminho de uma trajetória nesse sentido aqui pensada como uma forma de “progresso”. A cidade é ainda dependente para a “solução” de diversas necessidades básicas, cotidianas. Mas há um aspecto também fundamental para a vida local, no qual Santa Bárbara possui uma quase absoluta autonomia – é o que diz respeito ao exercício da religiosidade católica²⁰. Abordaremos a seguir, a centralidade física da Igreja Matriz de Santa Bárbara como

era tido como bobo, de beijo caído, mas não era não, era pessoal ativo”. Quando chegava em Lima Duarte (sede do Município) alguém assim “tipicamente” trajado – “*usava muito calça curta, bota e chapéu... e o cigarro de palha no canto da boca*” – o pessoal da cidade logo *encarnava*: “*Olha o bobo da roça aí!*” (...) Grande parte dos trabalhadores rurais atualmente moradores de São Cristovão são, como Messias, vindos da Serra Negra e, especialmente, de Monte Verde, mas “*aqui ninguém gosta de dizer que vem de Monte Verde*”.

19- Marcelin define sob o conceito de “configuração de casas” a rede doméstica cotidianamente produzida a partir das referências espaciais concretizadas por cada casa participante, compreendendo “um espaço de fronteiras paradoxalmente tênues (para o observador) e claras (para os agentes), no qual se desenrola um processo de eterna criação e recriação de laços (redes) de cooperação e troca entre entidades autônomas (as casas)”. Louis Herns Marcelin, *A invenção da família afro-americana: família, parentesco e domesticidade entre os negros do Recôncavo da Bahia, Brasil*. Tese de doutorado apresentada ao PPGAS/UFRJ. Rio de Janeiro, 1996, p. 108. Em Santa Bárbara essas redes são basicamente tecidas a partir da saída dos filhos em busca de emprego, criando-se novas unidades domésticas em diferentes cidades próximas, que preservam, na relação com a casa materna em Santa Bárbara, uma referência central e convergente.

As cidades que empregam o maior número de jovens de Santa Bárbara são, de acordo com as nossas entrevistas, Juiz de Fora e Volta Redonda.

20- Dizemos “quase” porque, como veremos, Santa Bárbara “divide” um mesmo padre com algumas outras paróquias, o que faz com que as missas, por exemplo, possam se realizar apenas três vezes por mês.

a mais absoluta expressão da centralidade simbólica por ela ocupada, historicamente, na vida dessa cidade.

“A Santa não tem como passar escritura”

A centralidade e a função unificadora exercida pela Igreja Católica na formação social do Brasil colonial foi largamente tematizada por Gilberto Freyre (1933), para quem “o Catolicismo foi realmente o cimento da nossa unidade”²¹. Como pudemos ver, desde sua origem histórica, Santa Bárbara é por excelência expressão dessa realidade: uma cidade nascida de um ato de fé e devoção católica, concretizado na doação das terras que viriam a formá-la. Essa marca se faz sentir, ainda hoje, não somente em sua organização espacial, mas em diversos aspectos de sua vida cotidiana.

Em primeiro lugar, Santa Bárbara do Monte Verde – a cidade – pertence à Igreja, ou melhor, à *Santa*, como no dizer local, que a ela se refere, com bastante intimidade, como se tratasse de uma pessoa (física e/ou jurídica) viva, concreta, e muito respeitada²². Toda a área urbana constituidora da atual cidade pertence ao *Patrimônio de Santa Bárbara* (pertencente, portanto, à *Santa*). Nessas condições, no que se refere à posse de seus lotes, aqui não há exatamente “proprietários”, mas sim “foreiros” da Igreja – detentores apenas do *domínio útil*

21- Gilberto Freyre. *Casa-grande & Senzala*, 1º vol., Rio de Janeiro, José Olympio, 1954, p. 131, 132 e 133. Diz Freyre: “O Brasil formou-se, despreocupados os seus colonizadores da unidade ou pureza de raça. Durante quase todo o século XVI a colônia esteve escancarada a estrangeiros, só importando às autoridades coloniais que fossem de fé ou religião Católica. Handelman notou que para ser admitido como colono do Brasil no século XVI a principal exigência era professar a religião cristã: ‘somente cristãos’ – e em Portugal isso queria dizer Católicos – ‘podiam adquirir sesmarias’. (...) O perigo não estava no estrangeiro nem no indivíduo disgênico ou cacogênico, mas no herege. Soubesse rezar o padre-nosso e a ave-maria, dizer Creio-em-Deus-Padre, fazer o pelo-sinal-da-Santa-Cruz – e o estranho era bem-vindo no Brasil colonial (...)”

Temia-se no adventício acatólico o inimigo político capaz de quebrar ou enfraquecer aquela solidariedade que em Portugal se desenvolvera junto com a religião Católica. Essa solidariedade manteve-se entre nós esplendidamente através de toda a nossa formação colonial, reunindo-nos contra os calvinistas franceses, contra os reformados holandeses, contra os protestantes ingleses. Daí ser tão difícil, na verdade, separar o brasileiro do Católico: o Catolicismo foi realmente o cimento da nossa unidade”.

22- Essa “humanização” da *Santa* nos remete mais uma vez a Freyre (op. cit.), que fala dessa intimidade dos brasileiros com os seus Santos: “(...) Santos e mortos eram afinal parte da família. Nas cantigas de acalanto portuguesas e brasileiras as mães não hesitaram nunca em fazer dos seus filhinhos uns irmãos mais moços de Jesus, com os mesmos direitos aos cuidados de Maria, às vigílias de José, às patéticas de vovó de Sant’Ana. (...) Nunca deixou de haver no patriarcalismo brasileiro, ainda mais que no português, perfeita intimidade com os santos. O menino Jesus só faltava engatinhar com os meninos da casa: lambuzar-se na geleia de araçá ou goiaba; brincar com os muleques”. Freyre, op. cit., p. 29.

(direito a construir) – pois o *domínio direto* desses lotes mantém-se até hoje com a Igreja.

A cidade chama-se *Santa Bárbara do Monte Verde*. Conforme explicou-nos a atual responsável pelo *Cartório de Registro de Notas* da cidade, a expressão *Patrimônio de Santa Bárbara* (sem o complemento *do Monte Verde*), de cunho oficial (é a expressão utilizada nos registros cartoriais locais), refere-se efetivamente ao patrimônio da *Santa* e, por consequência, da Igreja. Por ocasião das doações originalmente feitas à *Santa*, a responsabilidade sobre essas terras ficara por conta da *Arquidiocese de Mariana* (como podemos ler nos registros então feitos pela Igreja). Atualmente, a responsabilidade sobre esse patrimônio é da *Cúria Arquidiocesana de Juiz de Fora*, que no entanto não detém o controle sobre seu aforamento e comercialização, na prática exercido pela administração da Igreja local. Ao comprar um *lote* da Igreja, o comprador pode registrar sua escritura junto ao cartório local, de *Registro de Notas* (o que na prática nem sempre é feito). Esse registro, apesar de ter valor jurídico, não pode ser registrado no *Registro de Imóveis*, porque as doações originais dessas terras também não foram nele registradas, não sendo portanto reconhecidas. O *domínio direto* continua sendo da Igreja; o que é comprado é o *domínio útil*, o que dá ao comprador direito de construir. A casa construída podia ser até o momento opcionalmente *averbada* junto à Prefeitura, que atualmente realiza um cadastramento geral visando a cobrança de IPTU. A casa pode também ser registrada no *Registro de Imóveis* – como *casa edificada no terreno do Patrimônio de Santa Bárbara* (sem o *Monte Verde*) – dependendo, para esse registro, da assinatura do Padre. De um modo geral as casas aqui analisadas, em São Cristóvão, não haviam sido registradas.

A administração local desse *patrimônio* é exercida pela chamada *Comissão da Igreja*, composta por um presidente, um tesoureiro, uma secretária e três suplentes. São todos escolhidos pelo Padre, em reunião feita para este fim, entre comerciantes e fazendeiros da região. O presidente e o tesoureiro assinam juntos e são responsáveis pela conta bancária da Igreja. São também responsáveis pela venda de novos *lotes*. Há ainda um escritório de contabilidade que recebe e emite recibos (recolhendo um percentual) relativos aos aforamentos pagos anualmente pelos “usuários” dos *lotes* vendidos.²³

23- Há assim um certo controle da elite econômica local sobre o crescimento da área urbana de Santa Bárbara, incluindo-

Numa de nossas primeiras entrevistas na cidade, perguntamos a Seu Adão se ele possuía escritura de seu *lote*. Ele respondeu-nos que não, explicando que tinha “*somente o direito de uso*” pois “*o terreno é da Santa e ela não tem como passar escritura*”. É preciso ouvir o tom de voz usado nessa fala para se ter uma efetiva idéia do grau de concretude com que essa *Santa* é humanizada e, sobretudo, da dimensão por ela ocupada na vida – e na “alma” – dessas pessoas. Especialmente para aquele que, vindo da *roça* na condição de ex-colono, constrói sua casa no *arraial*, o significado simbólico dessa condição traduz-se, a nosso ver, num certo deslocamento de uma relação de sujeição até então exclusivamente dirigida a um patrão, a um *fazendeiro*, sendo aqui parcialmente substituída pela sujeição à *Santa*, a quem todos se sentem, de alguma forma, “devedores”. Este fato parece-nos ainda contribuir, na mudança desses trabalhadores para o *arraial*, para a manutenção – em certos casos para a intensificação – da extrema devoção religiosa aqui observada²⁴. Podemos considerar, por outro lado, a atual proximidade física da Igreja como um aspecto prático relevante (por comparação à anterior distância da *roça*), por assim dizer “facilitador” ou estimulador da prática religiosa. Consideramos no entanto que, para além dessa facilidade de acesso, encontra-se a presença simbólica – poderosa – da Igreja Católica na vida local²⁵.

A Igreja, como dissemos, está no centro do *Centro*, e, como tal, em condições de tomar

se o *bairro* de São Cristóvão.

Fora do âmbito patrimonial, há um grupo de senhoras que se dedicam e trabalham para a Igreja: Lindalva, que centraliza diversas atividades (inclusive os comunicados feitos à população através do auto-falante da Igreja, como veremos mais à frente), responsável pela manutenção e limpeza da Igreja, assim como pela organização de festas e diversas atividades religiosas, como por exemplo, a *reza* diária do *terço*. Ela organiza uma lista de voluntárias, que se revezam mensalmente para a execução prática dessas diversas tarefas. Há uma outra senhora, responsável pelos livros de registro de batizados e casamentos, que recebe 50% do valor cobrado pela Igreja para a realização dessas cerimônias religiosas. E há finalmente uma responsável pela conservação e limpeza da *Casa Paroquial* (onde o Padre se hospeda quando está em Santa Bárbara), por lavar as vestimentas usadas pelo Padre nas cerimônias, e pelo fornecimento de suas refeições. Esta também recebe pelos serviços prestados.

24- É importante observar que a Igreja não se encontra entre as motivações prioritárias na mudança para o *arraial*. A centralidade por ela ocupada na vida dessas famílias vindas da *roça* parece-nos ter sido estabelecida ou, no mínimo, intensificada a partir da condição criada com o fato de morar-se em terras da *Santa*. De todo modo encontramos pessoas que declararam terem se tornado católicos *praticantes* somente após a mudança para o *arraial*. Gostaríamos de observar ainda com relação à referida *sujeição* à *Santa*, o fato da cúpula da Igreja local ser escolhida e fazer parte da mais alta camada sócio-econômica da região.

A respeito de *terras de santo* no meio rural nordestino, ver Doris Rinaldi Meyer, *A Terra do Santo e o Mundo dos Engenheiros*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

25- Acordar muito cedo no único dia da semana em que seria possível um repouso mais prolongado, parece-nos um pequeno porém vivo exemplo dessa presença. Nos domingos de missa, que em geral ocorre às 11:00 h da manhã, as pessoas acordam bem cedo para arrumar a casa e preparar o almoço, de modo a estarem, todos da família, de banho tomado e bem arrumados a tempo de chegarem ao *Centro* um pouco antes desse horário.

conta – e controlar – tudo que de mais importante possa acontecer na cidade. É através do auto-falante da Igreja (instalado no alto da torre) que são emitidos os principais comunicados à população, relativos não somente às próprias atividades da Igreja, mas aos mais diversos assuntos de interesse local. Por incrível que possa parecer, os comunicados assim transmitidos são ouvidos em praticamente toda a área urbana de Santa Bárbara²⁶. De um modo geral, quando o som do auto-falante, na voz de Lindalva, se inicia, as atenções se voltam, num gesto de grande expectativa – rádios são rapidamente desligados, conversas são interrompidas: certamente algo muito importante para a cidade aconteceu ou irá acontecer, e compete à Igreja a sua transmissão²⁷.

A Igreja Matriz de Santa Bárbara tem a ela subordinadas três Capelas da região: a de São Sebastião (do Barreado), a de Nossa Senhora de Lourdes (de Pirapetinga) e a de Jesus, Maria e José (de Araxá). O Padre por ela responsável, residente em Barreado, na fazenda de seu irmão (que é um dos maiores *fazendeiros* da região), divide-se entre as referidas Capelas, a Matriz de Rio Preto e a própria Matriz local. Resulta daí que o Padre encontra-se presente apenas três vezes por mês (primeira sexta-feira e primeiro e terceiro domingo de cada mês). Como ajudante e substituto do Padre, a Igreja conta com o Ministro da Eucaristia, morador de Santa Bárbara, que, além de ajudar o Padre nas missas por este celebradas, celebra o *Culto Dominical* nos domingos em que o Padre não vem. O *Culto* consiste em *leituras, orações e distribuição da comunhão* (das hóstias) – a *consagração do pão e do vinho* só o Padre pode celebrar, nas missas²⁸. Esse Ministro é sempre escolhido pelo Padre, que o *aponta* para o

26- Observamos que a Igreja é não somente audível, através do seu auto-falante, mas parcialmente visível em boa parte dessa área urbana. Ou seja, ela é de alguma forma vista e, inversamente, ela “vê”, do alto, quase toda a cidade.

27- Exemplos de comunicados assim transmitidos pela Igreja: convite para diversas cerimônias religiosas, como batizados, casamentos, enterros, missas especiais (p. ex. bodas de prata, de sétimo dia) etc.; data de matrícula da escola local e do segundo grau em Rio Preto; chegada das contas de luz (no posto da CEMIG); avisos diversos do serviço social da prefeitura, como p. ex. expedição de carteira de identidade, recebimento do INCRA, cursos eventualmente oferecidos pela prefeitura (p. ex. corte e costura, datilografia, secretariado, etc.), promovidos pelo Ministério do Trabalho através do SEFOR - Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional e do FAT/CODEFAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador / Comissão Estadual de Emprego); jogo de futebol local; horário de saída de ônibus levando time e torcedores para jogo em outra cidade; aviso sobre festas, bailes, bingos; sobre a reunião do Grupo Jovem, da Igreja; e, finalmente, quando vai ser feita a *repartição* (distribuição) de alguma coisa para a população, como cestas de alimentos para famílias carentes ou brinquedos para as crianças.

Quando voltamos a Santa Bárbara para realizar nosso último período de campo (janeiro/98), havia sido recentemente inaugurada: a *Rádio Barbarense*, que vem gradativamente ocupando parte desse espaço até então exclusivo da Igreja.

28- Quando o Padre vem e celebra a missa ele já prepara um excedente de hóstias consagradas – só ele pode consagrá-las – para ficarem prontas para os dias de *Culto*.

Bispo, que por sua vez o nomeia – é preciso ter a *ordem* do Bispo. “*O padre escolhe entre os mais apegados ali na Igreja*” (Lindalva). O atual Ministro é *fazendeiro*, bisneto do Barão de Santa Bárbara. Além das *missas* e dos *cultos*, há quase que diariamente a *reza do terço*, organizada por uma das senhoras dedicadas à Igreja.

O predomínio do catolicismo é de fato generalizado. Outras práticas religiosas encontram via de regra terrenos estéreis frente às suas pregações. Há na prática apenas uma Igreja não católica – a Assembléia de Deus – que, a duras penas, conseguiu reunir em cerca de 30 anos de atuação local um número aproximado de 50 *membros*; há ainda umas poucas pessoas que, apesar de apresentarem-se como católicas, frequentam eventualmente um Centro Espírita de Valença. Ao serem indagados quanto à sua “opção” religiosa, os católicos – grande maioria dessa população – respondem em geral rápida e firmemente, de modo a não deixar nenhuma dúvida. A eventual “dissidência” de um membro da família católica que passa à fé evangélica é por vezes referida em tom de profunda desaprovação.

A Congregação Evangélica de Santa Bárbara tem cerca de 50 *membros* registrados, ou seja, *batizados*, e aproximadamente 20 *congregados* ainda não batizados. Para *mudar de lei*, passando da católica para a evangélica, segundo explicou-nos o Pastor, algumas condições devem ser preenchidas – um casal *amigado*, por exemplo, sem casamento civil, não poderá se batizar. Os *congregados* não batizados podem assistir aos *cultos*, mas jamais terão a palavra, que só é possível para aquele que é *membro*. Há uma programação diária de *cultos*, sendo que às quartas-feiras realiza-se o chamado *Culto Público*, aberto a toda a comunidade, com o objetivo de tentar atrair ou aproximar possíveis novos *membros*. Há ainda nesse sentido um trabalho voltado para as crianças, aos domingos, é a *Escola Bíblica das Crianças*.

A prática religiosa *espírita* pareceu-nos ainda menos aceita por essa população. Pouquíssimas pessoas declararam o simples conhecimento a respeito do *Centro Espírita* de Valença, e somente uma fez referência a existência, em Santa Bárbara, de uma senhora *espírita* que *recebe e dá consultas* em sua própria casa.

A população participa maciçamente de todas as festividades religiosas promovidas pela Igreja, que pontuam o desenrolar do tempo por todo o calendário anual. Assistir a uma procissão equivale praticamente a ver desfilar, de uma só vez, a população da cidade, das mais diversas

condições sócio-econômicas²⁹. As principais festas religiosas são realizadas na Semana Santa, no dia de Santa Bárbara (4 de dezembro), no Natal e na passagem de ano. Em geral constam de missa, procissão e em alguns casos com *barraquinhas* organizadas e montadas *pelo povo* em frente à Igreja (como é o caso do dia da padroeira). Além dessas datas, o mês de *maio* todo é *consagrado à Nossa Senhora*; as meninas vestem-se de branco e levam flores para Nossa Senhora, e o mês de *junho* é *consagrado ao Coração de Jesus*; neste caso são os meninos da cidade que prestam sua homenagem vestindo-se com calça comprida azul, camisa branca e uma faixa vermelha na cintura. Eles ofertam um *coraçõzinho* de cartolina. Durante todo o mês consagrado, as crianças (meninos e meninas respectivamente) participam diariamente da *reza do terço*, ao fim da qual meninas ou meninos ofertam ao respectivo *Santo* suas flores ou corações. O mês consagrado se encerra (no último dia do mês) com uma *procissão* e um *culto*, ao fim do qual é feita a *coroação* do Santo, e com uma *festinha de doces* para as crianças. Tudo é organizado e realizado pelo grupo de senhoras voluntárias que trabalham pela Igreja.

Os domingos e dias santos são integralmente dedicados à *Santa* (ou ao *Santo* em questão), à família e aos amigos mais chegados. Nesses dias é pecado *trabalhar*, e em caso de extrema *precisão* o trabalhador pode chegar a pedir autorização para a *Santa*, justificando os motivos de tal necessidade. É Seu Adão quem nos *explica*: “... *em caso de precisão é só explicar pra Santa, pedir licença, aí não tem problema nenhum (...)* Se é dia santo e eu preciso fazer um serviço, eu digo: *meu santo, me perdoa, porque eu preciso de fazer... Não tem nada a ver, pode fazer, não tem problema nenhum, né*”³⁰. Esses dias são de grande importância, na medida em que dedicados aos dois pilares básicos de sustentação, não somente desta sociedade, mas de toda a estrutura patriarcal brasileira – a Igreja e a família.

A Igreja ocupa portanto, em vários sentidos, o mais alto ponto da cidade – como vimos, o centro do *Centro* – e é geradora, ao ocupar essa posição, de toda uma lógica específica de distribuição de espaços, não somente geográficos, mas sobretudo, sociais. Ascensão social em

29- As procissões de fato contam com a presença maciça da população. Das poucas famílias ou pessoas ausentes que tivemos conhecimento, as razões relacionavam-se à pouca idade das crianças ou ao estado de saúde debilitado de idosos.

30- Seu Adão contou-nos, como exemplo, o caso de um ex-patrão seu que *teimou em arar a terra*, sem pedir licença, no dia 13 de dezembro, dia de *Santa Luzia*. Houve um acidente e *o arado furou a vista dele. Ele ficou com uma vista só*. Para Seu Adão o *problema* é que ele havia *desafiado a Santa*, descreditando em seus poderes.

Santa Bárbara tem uma equivalência direta à ascensão geográfica – com a *Santa* ocupando o lugar mais alto nessa topografia “geo-sócio-econômica”. A mais evidente expressão desta demarcação espacial encontra-se, como mencionado, na atual divisão da cidade em duas áreas distintas: o *Centro* e o *bairro* de São Cristóvão³¹.

São Cristóvão: uma segunda grande casa

São Cristóvão é um *bairro*, o que significa, nas representações locais, uma área urbana periférica e essencialmente oposta, nesse sentido, ao *Centro* da cidade. Para o *Centro* convergem, como vimos, os mais diversos aspectos da vida da cidade, o que já é em si gerador de sua especial valorização por comparação a São Cristóvão, área basicamente residencial. *Lá em cima*, além de ter a Igreja, tem todos os *recursos* necessários – “... *sabe, tudo o que a gente aqui depende, tem que ir lá em cima*” (Dona Quita).

Mas a valorização do *Centro* não resulta exclusivamente da sua “superioridade” no atendimento das necessidades cotidianas da população ou da referida “topografia religiosa”. Há ainda uma marca simbólica fundamental, a nosso ver igualmente diferenciadora dessas duas áreas, relacionada a certo aspecto de sua origem e formação histórica. A área que hoje é denominada *Centro*³², mais antiga, foi de um modo geral edificada como consequência e expressão do mais importante período de **prosperidade** sócio-econômica da região; São Cristóvão, inversamente, tem sua formação e desenvolvimento historicamente relacionados a um período de **decadência** da região, marcado, entre outros fatores, pelo referido processo de desconstrução do colonato que veio a dar origem ao *bairro*. É importante observar que em

31- Até bem recentemente o crescimento de Santa Bárbara deu-se, como dissemos, ao longo de suas baixadas e do rio Monte Verde. Durante nossos últimos períodos em campo, no entanto, teve início um novo processo de loteamento, visando a expansão de sua área urbana, cujo arruamento começa a subir alguns morros próximos. De todo modo acreditamos que a Igreja, junto à praça central, será sempre, por sua extrema força simbólica, percebida como sendo o mais alto ponto da cidade.

32- Gostaríamos de observar que a própria categoria *Centro*, aqui referida, ganha sentido apenas a partir da existência dessa área (São Cristóvão) assim constituída como periférica. O que hoje chama-se *Centro* constituía o todo da cidade, inicialmente dividida em *rua “de cima”* e *rua “de baixo”*.

decorrência, ou melhor, como expressão materializada dos referidos (e opostos) processos históricos, o *Centro* começou a ser edificado do ponto mais alto (topográfico), crescendo em direção às baixadas; e *São Cristóvão*, inversamente, começou pela área mais baixa e só agora com sua expansão começa a ocupar a parte mais alta da área destinada à sua formação.

A idéia ou o sentimento de alguma forma de “inferioridade” de São Cristóvão vem à tona involuntariamente, ao se questionar, junto a seus moradores, quanto às possíveis diferenças entre o morar no *Centro* ou em São Cristóvão. Quando, nas entrevistas, perguntamos diretamente “– Qual a diferença entre morar em São Cristóvão ou no Centro?”, ouvimos invariavelmente (variando apenas a construção da frase) o seguinte: “... *pra mim não faz diferença nenhuma, eu acho aqui melhor do que lá*” (Tião Pinto). Perguntar pela “diferença” representa aqui perguntar por uma suposta “inferioridade”, da qual a resposta visa, acima de tudo, se defender. Ou seja, se não existe *diferença*, é preciso entender como se constrói esse São Cristóvão que é *melhor*.

Para os trabalhadores vindos da *roça* em busca de um *lote* na cidade, a qualidade do *bairro* mais frequentemente exaltada, e que se apresenta – em certos casos junto ao menor preço – como a principal razão para se “escolher” São Cristóvão, é o *sossego*: São Cristóvão é *melhor* porque é “*bem mais sossegado do que lá [no Centro]...*” (Tião Pinto). Ser um lugar *sossegado* significa não somente ser um lugar calmo, tranquilo, mas ser um *ambiente* de intimidade, amizade e confiança, e, sobretudo, em meio a uma *vizinhança* de *iguais* – um lugar onde, por todas essas qualidades, pode se viver com mais *liberdade*.

P- “Por que vocês escolheram São Cristóvão, e não lá no Centro?”

I- “*Isso é opinião minha, porque... aqui é o lugar mais dos pobre, e eu sou pobre [risos]... Isso é questão de... é, eu falei, aqui, eu vou citar melhor...*”

Observamos ainda que a divisão *Centro/São Cristóvão*, apesar de geograficamente bem demarcada, deve ser considerada: na peculiaridade de sua formação espaço-temporal, geradora de uma “fronteira” não tão precisa: se imaginarmos, numa representação cartográfica da cidade, as áreas relativas ao *Centro* e a *São Cristóvão* pintadas de cores diferentes, numa leitura fiel observaremos a existência de diversos “pingos” de *São Cristóvão* no *Centro* da Cidade, representantes das casas das primeiras famílias de trabalhadores vindos da *roça*, quando a área que veio posteriormente a constituir-se como *bairro* não havia sido ainda loteada.

Este aspecto deve ser pensado como mais um elemento “amortecedor” ou relativizador das mais diversas oposições constituidoras dessa relação: como algo que vem a quebrar, a inviabilizar mesmo qualquer forma que se pretenda radical de polaridade ou separação entre essas duas áreas da cidade. Voltaremos mais à frente a este aspecto.

que aqui, tem a companheirada aqui... Eu fui pr'um lugar muito bom, fiz amizade com todo mundo, e todo mundo é... aqui meus vizinho é tudo pobre, igual a eu. Ai é mais fácil pra gente, né... porque, lidar no meio do rico... eu não nasci muito pra lidar no meio do rico. É natureza, né?"

P- “Então foi pela escolha do ambiente, da vizinhança...”

I- “Do ambiente, da vizinhança. Eu tenho muito sistema nervoso, eu calculei que aqui, mais nesse canto, eu se dava melhor...”

P- “Agora, tem muito pobre morando lá no Centro também...”

I- “Tem, tem. Não, lá é de todo lugar, é de rico e de pobre também... Mas é que eu calculei que aqui seria melhor pra mim.”

P- “Pelo tipo de vizinhança...”

I- “De vizinhança. É, ficava mais com liberdade aqui.”

(Seu Osório)

É nesse *canto* dos *pobres* de Santa Bárbara que esses trabalhadores podem sentir-se à *vontade*, com mais *liberdade*. A essa *liberdade* sentida no convívio entre *iguais* associa-se a idéia de *sossego*, representando ambas todo um conjunto de qualidades positivas do *bairro*, estreitamente relacionadas à necessidade de reconstrução de laços da parte destes que, recém saídos da rede de relações na qual nasceram e viveram até então, buscam prioritariamente recriá-la, trazendo consigo um “pedaço” da sua *roça* para este novo lugar. Nesse sentido constrói-se um São Cristóvão que é *melhor*: um lugar mais *liberado*, mais *sossegado*; um *ambiente tranquilo* onde se vive em meio a uma *vizinhança* boa, de amigos – de *gente de confiança*; de pessoas que partilham uma história de vida bastante próxima, inclusive nas rupturas recentemente sofridas: uma *vizinhança* de *iguais*. Ou seja, um ambiente fértil onde se possa tecer, num processo de reconstrução, toda uma rede de relações perdida, *deixada prá trás*. E é assim que, em certo sentido, a *roça* vem para a cidade³³.

33- Não queremos com isso deixar de considerar a vinda da *roça* para a *cidade* através das diversas práticas culturais que acompanham famílias das mais diversas posições sociais oriundas da *roça* – como por exemplo a *horta de couve*, presente em todos os *quintais* da cidade. O que nos importa aqui sublinhar, no entanto, no que concerne ao *bairro* de São Cristóvão é que, muito além de uma simples continuidade das referidas práticas, percebe-se a reconstrução de uma rede entre indivíduos que trazem, como espécie de marca comum, não somente ser oriundo da *roça*, mas ter uma história de vida de trabalhador rural *colono* da região. São eles que constroem, assim – através da reconstrução da sua própria rede de relações – a profunda identificação que percebemos entre São Cristóvão e a *roça*.

A forte identificação que se estabelece entre São Cristóvão e essa *roça*, pode ser percebida no discurso dos agentes, através do uso comum, para os dois lugares, das categorias indicadoras de suas referidas qualidades. Ambos são lugares *sossegados, tranquilos e liberados*, onde se vive mais *à vontade* e, sobretudo, onde é possível sentir-se “em casa”. A reconstrução que se opera na ida para São Cristóvão busca, em última instância, a recriação da grande “casa” que se tinha na *roça*. E, assim como para o morador da *roça* a cidade é representada pela *rua*, para o atual morador de São Cristóvão a *rua* é o Centro, e o seu *bairro*, uma grande “casa”. Não se fala em “ir ao Centro”; fala-se em ir *lá na rua* e, mais raramente, ir *lá em cima*³⁴.

São Cristóvão é o *bairro* e o Centro é a *rua*. “*O certo tinha que ser [dizer] lá é o Centro e aqui é o bairro. Mas a gente acostuma a falar rua...*” (Aninha). São Cristóvão torna-se assim, também uma grande “casa”. A segunda grande “casa” que se constrói na trajetória de vida desses trabalhadores.

Gostaríamos de observar finalmente que a construção desse São Cristóvão que é *melhor* resulta da articulação de dois movimentos opostos de uma trajetória coletiva que, se por um lado traz consigo, num processo de continuidades, essa forte bagagem de um passado de *roça*, por outro lado, volta-se para um futuro que justifica, em grande parte, sua própria vinda para a *cidade*, num processo que exige rupturas. E é do encontro desses opostos – *roça x cidade*, passado x futuro, continuidades x rupturas, próximos x distantes, casa x rua, São Cristóvão x Centro – que surge não somente este *bairro*, mas a sua mais concreta expressão, nas *casas* aqui construídas por esses trabalhadores (como veremos no cap. 4).

★ ★ ★

34- É sempre interessante observar a distância simbólica colocada com a especial acentuação do advérbio “lá”.

Santa Bárbara: uma terceira grande casa

*“Na cidade grande, tudo é longe,
na cidade pequena, tudo é perto”.*

(Seu Osório)

A vida continua. E se encontramos trabalhadores cuja vinda para o *arraial* ganha sentido não somente pela relativa “autonomia” conquistada, mas na medida em que propicia a aproximação dos desejados *recursos* – sobretudo a escolarização para seus filhos –, encontramos também: aqueles que, de uma geração anterior, têm seus filhos, já adultos e em busca de emprego, *esparramados* por diferentes *idades grandes*. Para estes especialmente, a *solidão* teve forte participação na então difícil decisão de mudança para o *arraial*. Fora extremamente sentida a perda da unidade familiar. E é a sua história que nos aponta para um terceiro momento fundamental para a compreensão da vida nessa cidade. Vimos um primeiro momento (colonato), marcado por um conjunto de representações em torno da oposição *roça* x *cidade*, onde é possível perceber a constituição de uma rede que faz da *roça* uma grande “casa”; vimos a seguir um segundo momento (desconstrução do colonato e da própria *roça*), marcado pela oposição *São Cristóvão* x *Centro*, num movimento que transfere e recria, em São Cristóvão, a grande “casa” da *roça*. Gostaríamos de observar aqui, o que percebemos como um terceiro momento dessa trajetória, quando os filhos, uma vez adultos, **precisam** partir para centros urbanos maiores em busca de trabalho, num movimento que transfere e aglutina, em torno da oposição *Santa Bárbara* x *cidade grande*, todo um conjunto de oposições já anteriormente existentes³⁵. Assim, se para o *colono* a *roça* era a “casa” por oposição ao *arraial* de Santa Bárbara, se para o *ex-colono* São Cristóvão é a “casa” por oposição ao *Centro* (ou à *rua*), para os filhos de *ex-colonos* – e de muitos pequenos *sitiantes* –, moradores de qualquer centro urbano maior, é Santa Bárbara, como um todo, que passa a ser percebida como uma grande “casa” – por oposição a tudo, a todas as dificuldades enfrentadas numa *cidade grande*, onde

35- Observar que essas passagens (1º, 2º e 3º momentos) não representam uma ordenação cronológica. Encontramos por exemplo *ex-colonos* aposentados, com filhos há muito *esparramados*, chegados a São Cristóvão há mais tempo que *ex-colonos* jovens e com filhos em idade ainda escolar.

tudo é longe, ou seja, distante, desconhecido – *estranho* –, especialmente para aqueles que nela chegam em princípio desprovidos não somente dos *recursos*, mas dos referenciais culturais necessários à sua inserção³⁶.

É importante observar ainda que nenhum desses diferentes momentos de oposição pode ser pensado isoladamente. Muito pelo contrário, cada momento só poderá ser plenamente entendido se considerarmos a permanente atuação das forças opostas geradas justamente por sua coexistência. Assim, se quisermos entender o modo peculiar como a oposição *São Cristóvão* x *Centro*, apesar de bastante presente, não chega a se fechar, a se realizar completamente, é preciso levar em conta o efeito, em sentido inverso, ou seja, no sentido da união, da coesão social, produzido pelo confronto *Santa Bárbara* x *cidade grande*, que tende a atuar no sentido de um permanente reforço e manutenção dos laços tecidos entre as mais diversas posições sociais locais³⁷. Só assim, a nosso ver, podemos entender a aparente contradição de certas manifestações locais que expressam e atuam, a um só tempo, no sentido da união e da separação dos (diferentes) moradores dessa cidade. Por exemplo, entre as principais manifestações religiosas, encontramos a *procissão* e a *novena*. A *procissão*, como mencionado, conta com a participação maciça da população, reunindo, indistintamente, moradores do Centro e de São Cristóvão; mas seu trajeto limita-se a algumas ruas do *Centro*³⁸. A *novena*, inversamente, pode ser organizada em grupos distintos – entre os quais o de São Cristóvão –, mas isso terá por objetivo viabilizar seu desenvolvimento (em nove dias) de modo que nenhuma casa da cidade seja excluída, ou seja, deixe de ser visitada pela *Santa* (ou *Santo*) dessa *novena*. No mesmo sentido temos o exemplo do percurso percorrido pelo menino “padeiro”, a pé, vendendo pão de manhã cedo. A padaria determina que *toda* a cidade seja percorrida, nenhuma área é

36- A respeito das dificuldades materiais e psicológicas enfrentadas por trabalhadores rurais deslocando-se para áreas industrializadas do país, ver Garcia Jr., 1989, op. cit.

37- Gostaríamos de lembrar outros fatores, já mencionados, igualmente atuantes nesse sentido, por assim dizer, relativizador das oposições aqui demarcadas: os referidos “pingos” de São Cristóvão no *Centro*; o fato dos ocupantes do topo da pirâmide social local não morarem em Santa Bárbara; e o aspecto “aproximador” gerado pelo recente processo de decadência aqui genericamente enfrentado.

38- O trajeto da procissão traduz em parte o caráter hierarquizado da distribuição dos espaços na cidade. Ela parte do ponto mais alto, à frente da Igreja, desce a praça principal, segue pela antiga *rua de cima*, contorna pela *rua de baixo* e retorna pelo outro extremo da *rua de cima*, fechando um circuito ao chegar novamente à praça.

excluída (o que representa um esforço que não é pequeno, sendo necessário inclusive um ou mais retornos à padaria para reabastecimento). Mas seu trajeto inicia pela parte mais alta do *Centro*, desce pela antiga *rua de baixo*, e segue rumo a São Cristóvão – última parte percorrida.

Voltando a pensar no nosso ônibus inicial, percebemos o quanto ele pode representar, para nós, a própria cidade de Santa Bárbara. Excluído o *fazendeiro* – de fato ausente – estão todos ali juntos, partilhando uma forma comum de exercício não somente da religiosidade, mas, sobretudo, da sociabilidade. A conversa generalizada e, podemos dizer, a alegria e a descontração com que esta se dava, poderia certamente esconder-nos, à primeira vista, algumas importantes distâncias no entanto presentes. Importantes, porém incapazes de impedir que estivessem todos ali, guardando suas diferenças, mas presentes, lado a lado, como dissemos, “no mesmo barco”, ou melhor, no mesmo ônibus. Não queremos com isso pintar o que seria uma falsa imagem de uma sociedade “idílica” onde reina a mais absoluta paz entre os homens, mas sim sublinhar o quanto as diferenças socialmente demarcadas – entre elas as que se referem, ou melhor, as geradas em torno da oposição São Cristóvão x Centro – são aqui atenuadas, matizadas, pela articulação dos diferentes “momentos” de oposição que viemos de expor.

Nesse sentido, guardado o inevitável jogo de tensões resultante da coexistência das referidas diferenças e polaridades, impõe-se observar alguns aspectos etnográficos a nosso ver marcantes dessa sociedade, especialmente relacionados à extrema densidade na constituição de seu tecido social e cujas forças atuam, genericamente, no sentido de minimizar as distâncias, favorecendo sempre a coesão – e a preservação – do grupo como um todo. Referimo-nos aqui aos diversos elementos observados que se destacam, ao olhar *estranho*, quase como uma espécie de marca dessa cidade: são eles que, em conjunto, nos fazem pensar – e aos seus filhos sentir – Santa Bárbara em geral, e São Cristóvão particularmente, como de fato uma grande e acolhedora “casa”³⁹.

39- Os aspectos etnográficos que serão a seguir apresentados referem-se à população de Santa Bárbara em geral. A nossa experiência de campo estendeu-se de modo bastante abrangente, permitindo-nos tais colocações. No entanto alguns pontos devem ser aqui observados. Primeiro o fato, já mencionado, de encontrar-se praticamente ausente da cidade o que pode ser chamado de topo da pirâmide social local; segundo, é preciso reconhecer que, a julgar pela nossa pequena experiência, as

Amigos, amigos, os negócios fazem parte

Ser uma “casa” representa constituir-se de um grupo de indivíduos com distâncias mínimas entre si, ou seja, convivendo dentro da maior proximidade possível. Como as distâncias de fato existem, são socialmente criados diversos mecanismos que operam, prioritariamente, no sentido de aproximar, de “encurtar” as distâncias a princípio existentes⁴⁰. Esse movimento visa sempre estreitar, sempre mais, os laços tecidos, não somente no interior do próprio grupo, mas, sempre que possível, em relação àqueles que são, por definição, inicialmente *estranhos* – como nós.

O primeiro elemento nesse sentido observado refere-se a uma forma peculiar de permanente receptividade, não apenas entre os próprios moradores da cidade, mas também em direção aos recém chegados, guardados, neste caso, alguns critérios de análise e seleção. Voltaremos mais detidamente a este aspecto ao tratarmos do interior das casas (cap.4), mas gostaríamos de já registrar aqui as duas expressões características desse “jeitinho mineiro”, que participam não somente da construção da sua própria grande “casa”, mas que operam, sobretudo, no sentido em que esta mantenha sempre uma certa porta aberta... É o *Vamo chegá?* – convite que de fato leva o visitante não só a entrar na casa, mas a sentir-se rapidamente “em casa”; e o *Inda é cedo, uai!* – complemento inevitável da primeira, que assegura ao visitante em vias de retirar-se o quanto a sua visita agradou – sentimento indicado pelo que seria a não percepção da passagem real do tempo⁴¹.

peças desta posição não se apresentam com a mesma disponibilidade das demais posições; e terceiro, é importante sublinhar que o grupo para nós central, constituidor do nosso objeto de pesquisa, é o grupo de trabalhadores rurais, ex-colonos, moradores de São Cristóvão, tendo sido portanto entre estes que passamos a maior parte do tempo em campo, convivendo, conversando, realizando entrevistas, observando, etc. Ou seja, se por um lado a nossa experiência de campo foi suficiente para permitir-nos afirmar que tais aspectos não são exclusivos de São Cristóvão, mas pelo contrário, bastante característicos da cidade como um todo, por outro lado, é inegável que, pelas razões acima, tivemos muito mais oportunidade de observá-los e aprofundá-los entre as famílias das quais nos aproximamos mais intimamente, durante os diversos períodos em campo.

40- A título de exemplo, lembramos mais uma vez do nosso ônibus. O modo como aquele homem na estrada faz o ônibus parar para entregar dois litros de leite à mulher, expressa, a nosso ver, o seu não reconhecimento do ônibus enquanto transporte coletivo, pago e, nesse sentido, “distante”. A sua atitude de certo modo transforma essa relação, fazendo daquele ônibus um transporte particular, gratuito e bastante “próximo” – é como se fosse simplesmente o carro de um amigo que passava a quem ele pedisse esse pequeno favor, é como se todos naquele ônibus pudessem entender as suas prioridades individuais, ou seja, o coletivo estaria sendo percebido como apenas o interpessoal, e não como outra esfera de relações.

41- É importante observar, primeiro, que não se trata de um “jogo de cena”, de regra de boa educação ou qualquer coisa

Essas são algumas das formas mais facilmente observadas por quem é *estranho*, recém chegado. Mas esse movimento na verdade entra em operação muito precocemente nessa sociedade. Em primeiro lugar, no interior da própria família. É difícil imaginar uma aproximação maior do que a construída aqui entre pais e filhos *pequenos*. As crianças dormem junto dos pais – no mesmo quarto e frequentemente na mesma cama – até uma idade que pode variar em torno de dez ou doze anos, no caso dos meninos; e pode estender-se mesmo até o casamento, no caso das meninas⁴². Decorre daí (e não de determinações materiais/espaciais) encontrarmos quartos cujo espaço físico é quase que completamente tomado pelas diversas camas agrupadas, “coladas” umas às outras, praticamente sem espaço livre para circulação. Para essas mães é em geral inimaginável ter seus filhos *pequenos* dormindo em outro quarto que não seja o seu. “*Deus me livre dormir longe dos meus filhos!*” (Silésia). Quando crescidos, tudo que é esperado e cobrado dos *meninos grandes*, assim como das *moças*, dirige-se à manutenção e despesas da família como um todo. A prioridade está sempre no *serviço da casa*, sobrando pouco espaço, e provavelmente pouco tempo, para objetivos exclusivamente individuais⁴³.

Nesse mesmo sentido, visando estender e garantir, magicamente, a permanência da estreita vinculação e interdependência assim primariamente tecidas, costuma-se enterrar os umbigos dos recém-nascidos no quintal da casa, no intuito dos filhos “*ficá mais amoroso em casa*”

desse tipo. É de fato um convite e via de regra quando feito espera-se que seja aceito: segundo, que não é pouco o que está sendo oferecido – na disponibilidade do seu tempo, é a própria pessoa que se coloca disponível. É claro que não são todas as pessoas que convidam, e nem qualquer pessoa é convidada. Uma série de “regras” orientam essa entrada na casa, como será visto mais à frente, no capítulo 4.

42- Observa-se aqui uma relativa variação da idade em que um menino é considerado *grande* o suficiente para dormir em quarto separado dos pais (em geral em torno dos 10 anos). De todo modo essa passagem – *menino pequeno* para *menino grande*, relaciona-se ao grau de *esperteza* sexual e esta, por sua vez, à capacitação do menino para assumir alguma responsabilidade perante à casa e à família. Considera-se em geral *menino grande* aquele que na prática está pronto para começar a trabalhar com certa autonomia (em geral os primeiros serviços dos meninos na *roça* eram de *caudiar* bois de carro e capinar a *roça* da família). Já no caso das meninas, inversamente, os primeiros sinais de amadurecimento sexual representam mais uma boa razão para que ela seja mantida no quarto dos pais ou, como veremos no capítulo 4, no *quarto de dentro*, igualmente protegido. No caso das meninas, portanto, não são em geral usadas essas categorias diferenciadoras de pequeno grande, pois, de todo modo – ainda que comece a trabalhar – ela permanecerá muito bem guardada. Finalmente observamos que essa realidade descrita refere-se ao contexto cultural da *roça*, e que, embora genericamente ainda válida junto ao grupo pesquisado, profundas alterações estão se operando com a geração atual de crianças e adolescentes moradores da cidade.

43- Garcia Jr. (1983) e Heredia (1979) demonstram a função central do *roçadinho* individual no processo de “individualização progressiva” dos filhos (de pequenos produtores da Zona da Mata de Pernambuco), cuja produção permanece no entanto subordinada aos interesses do grupo doméstico: em caso de *precisão*, os pais apropriam-se da produção dos *roçadinhos* individuais dos filhos. Cf. Afrânio R. Garcia Jr., *Terra de Trabalho: trabalho familiar de pequenos produtores*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983, p. 191 a 207, e Beatriz Heredia, *A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores no Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979, p. 105 a 120.

(Dna. Júlia). Sendo menina, *no pé de rosa, pra sair bonita, ou no pé do cruzeiro*⁴⁴, *pra sair devota*; se for menino, junto à porta da cozinha ou ao esteio da porteira, *pra ficar agarrado em casa* – homem deve saber sair de casa, “ir à luta”, mas ao mesmo tempo deve conservar-se a ela ligado, *agarrado*, o que justifica a frequente opção por um limiar entre os mundos interior e exterior à casa. Há ainda algumas opções “neutras” cujo objetivo visa, indistinta e prioritariamente prender os filhos à casa, à vida familiar, como num cantinho da *horta de couve*, na *moita de bananeiras*, ou na cozinha, junto ao fogão⁴⁵.

O compadrio, socialmente construído com a finalidade de fortalecer ou garantir uma estreita vinculação entre as respectivas famílias paterna e materna, sobrepõe-se sempre às relações biológicas originais (uma irmã que se torna madrinha, por exemplo, passará a ser referida dali em diante somente como *comadre*). Para o primeiro filho do casal são convidados para padrinhos o avô materno e a avó paterna ou a avó materna e o avô paterno – eventualmente os quatro ao mesmo tempo – complementando e fortificando assim a “amarração” tecida entre as respectivas famílias a partir do casamento. “*A menina mais velha é da família mesmo. Porque sempre diz que a gente tem que levar o pai e a mãe. Eles fala, tem que levar o avô e a avó pra ser madrinhos do primeiro, né?*” Desse modo, os sogros e sogras tornam-se, para ambos os lados, *compadres* e *comadres* de seus respectivos genro e nora, categorias que representam uma forma toda especial de amizade, intimidade e forte ligação entre as pessoas. Tanto é assim que, a partir do segundo filho, os padrinhos são escolhidos entre irmãos e/ou amigos especialmente próximos. “*Então ficou invertido, eu chamo os [pais] dela e ela chama os meus [de comadre e compadre]*” (Tião Pinto).

Foi mencionado que domingos e dias santos são dedicados à *Santa*, à família e aos

44- *Cruzeiro* é uma cruz feita de madeira e, nesse caso, fincada no *quintal* com a finalidade de enterrar junto a ela o coto umbilical da criança.

45- As opções “neutras” são também bastante frequentes. O que não diminui a forte divisão entre as referidas formas femininas e masculinas. Nenhuma mãe de Santa Bárbara enterraria, por exemplo, o umbigo de um filho, menino, junto a uma *roseira*, ou qualquer outro *pé de flor*.

A força simbólica desse umbigo enterrado pode ser percebida junto à geração hoje adulta. Cléia, 36 anos, filha de um comerciante local, atualmente morando e trabalhando em Juiz de Fora, vem sempre passar os finais de semana e feriados na casa dos pais, em Santa Bárbara. Tendo tomado alguns “goles” extras, muito triste, ela nos desabafava assim suas mágoas familiares: “*Não sei o que que eu estou fazendo da minha vida que ainda não desenterrei o meu umbigo dessa cidade...*”. Seu Tião Pinto, por sua vez, disse-nos em entrevista que a maior tristeza da sua vida era “*ficar longe da minha mãe*” (ela continua morando na *roça* – onde o seu umbigo fora enterrado –, e por ser muito distante, sem acesso próximo por ônibus, ele raramente a vê).

amigos mais *chegados*. Não sendo dias de trabalho, poderíamos imaginá-los como dias de “lazer”, no sentido de ausência de compromisso, de uma maior liberdade na “escolha” de atividades e/ou repouso. No entanto, uma vez cumpridas as referidas obrigações com a *Santa*, as “escolhas” dirigem-se, via de regra, ao convívio íntimo familiar e às *visitas* entre familiares, vizinhos e amigos em geral⁴⁶. A própria idéia de “lazer” deve ser aqui repensada. Participar ou assistir a um jogo de futebol no *Campo*, por exemplo, faz sentido não somente pelo prazer proporcionado pelo jogo em si, mas faz muito mais sentido (ou tem assim o seu sentido completo) pela oportunidade, assim criada, de partilhar daquele prazer com um grupo de amigos – é um bom motivo para estarem juntos, reunidos. O lazer individual é praticamente inconcebível, e o seu pleno sentido parece de fato realizar-se à medida em que, através dele, esteja se exercitando uma das muitas formas criadas de sociabilidade – como dois aspectos na prática indissociáveis. É como se o lazer não pudesse aqui constituir um fim em si mesmo, mas um dos muitos meios locais usados para a manutenção e fortalecimento de seu tecido social⁴⁷.

A felicidade pode ser aqui concebida, entre outros, como o “*se dar bem com todo mundo*”, ou seja, pela amizade construída com a sua *vizinhança* – “*Amizade vale mais do que um dinheiro no bolso. Dinheiro é igual água, acaba. A gente vai lá na venda e ele acaba. Amizade não.*” (Seu Adão). A relação da amizade é construída como uma relação duradoura, como algo que não deve *acabar*. As rupturas radicais entre as pessoas são sempre que possível

46- Este foi sempre um elemento de dificuldade prática para os nossos períodos de campo mais curtos, quando aproveitávamos feriados e finais de semana prolongados para estarmos em Santa Bárbara. Era de fato difícil conseguirmos a disponibilidade das pessoas, especialmente aos domingos e dias santos, para uma atividade (nossas entrevistas, por exemplo) que apesar de não considerada como *trabalho*, também não se encaixava no que então constituía o objeto prioritário da dedicação daquelas pessoas: a(o) *Santa(o)*, a *família* e o mais íntimo círculo de *amizades*.

A respeito da categoria *trabalho* vale ainda comentar uma dificuldade pessoalmente enfrentada em campo. De acordo com os referenciais locais, o que faço não se inclui, decididamente, nesta categoria – ficar em casa aparentemente sem fazer “nada”, já que não lavo roupa nem cozinho, ou estar pelas ruas “conversando” com as pessoas, não pode aqui ser visto como *trabalho*. Apesar de todos os períodos já passados na cidade, tendo por diversas vezes explicado o motivo de minha permanência (pesquisa sobre a história e a casa dos trabalhadores rurais), a cada vez que chegamos (e frequentemente em “feriados”) ouvimos coisas do tipo: “*Olá, há quanto tempo... então, veio passear um pouquinho, descansar? Outro dia mesmo estava falando em você – é capaz da Beth vir pra esse feriado...*” (Selma, da padaria) E o pior é que ouvir isto de certa forma mexia comigo, pois frequentemente sofria com o sentimento algo frustrado de não estar, de fato, conseguindo “produzir” nada de concreto, de “palpável”, para o nosso trabalho.

47- Num primeiro momento pareceu-nos como um fator determinante a precariedade de opções “culturais” que propiciassem interesses ou práticas individuais. Pensamos, por exemplo, na inexistência de um cinema, de uma biblioteca, etc. Mas na verdade mesmo algumas práticas de lazer que independem de *recursos*, como por exemplo a caminhada – e que nas grandes cidades podem representar um fim em si mesmo, individualmente praticada –, no contexto em questão é via de regra transformada em mais um dos muitos meios aqui criados para se estar em grupo, numa prática comum, coletiva.

evitadas, e mesmo entre aqueles que conscientemente não se gostam, uma certa margem de relação – e negociação – é sempre preservada (assim como o recém chegado nunca é em princípio descartado). Quando uma ruptura chega a acontecer, familiares e amigos tentam, na medida do possível, promover uma reaproximação⁴⁸.

Os eventuais desvios da ordem estabelecida, como por exemplo, pequenos furtos (frutas, galinhas, roupas de cama em casas fechadas, etc) são frequentemente atribuídos a crianças ou, no máximo, a *moleques* (adolescentes), ou seja, àqueles de quem se pode justificar um “enquadramento” ainda incompleto em relação às regras estabelecidas⁴⁹. Entre adultos, dificilmente alguém em Santa Bárbara é concebido, pela própria população, como “marginal” – e deve ser de fato difícil, para alguém nascido nessa rede, e nela permanecendo, tornar-se, de alguma forma, um “excluído” (ou, em outras palavras – conseguir dela “escapar”)⁵⁰.

Há um permanente (e intenso) sistema de trocas – de favores, frutas, serviços diversos, etc – de modo que, genericamente, as pessoas aqui estão sempre “se devendo” alguma coisa. É uma sacola de frutas, um conserto de portão, uma troca de chuveiro elétrico, o empréstimo de uns cobertores extras, etc., numa comunicação ininterrupta onde para cada porta que se fecha uma outra (no mínimo) é aberta, numa sequencia de tal modo engendrada que torna-se de fato muito difícil interromper⁵¹. Dentro desse contexto, por assim dizer, de “dívidas” reciprocamente generalizadas, é de um modo geral também difícil realizar “negócios” – por

48- Essa permanente “negociação” entre as pessoas é aqui um aprendizado fundamental. É de fato preciso saber negociar, de modo a conseguir preservar, na medida do possível (e essa medida aqui é extremamente abrangente) a relação de amizade. Esse foi para nós um dos muitos aprendizados, sempre enriquecedores, da experiência de campo.

49- Como dizia uma das senhoras voluntárias trabalhando na festa do dia das crianças (outubro/97), dirigindo-se a um grupo recém chegado, que por alguma razão parara indeciso próximo à entrada: “– *Que isso, gente, vamos chegá. Criança é criança, é tudo uma coisa só. A festa é para todas*”. Ou seja, a criança é considerada aqui ainda fora do processo de socialização responsável não somente pela interiorização das “regras”, mas também das “diferenças” – criança é tudo igual. *é tudo uma coisa só*. (Essa festa fora organizada por iniciativa da atual Prefeitura, com o apoio de alguns comerciantes locais e a participação voluntária das professoras e várias outras senhoras da cidade; foi realizada no *campo* de futebol – ver fotos)

50- Somente no decorrer do nosso último período em campo ouvimos alguns comentários a respeito de dois adultos considerados aqui como “marginais”, o que, se nos mostra, por um lado, tratar-se de um fato não muito comum, mostra, por outro lado, tratar-se de algo que não se deseja transparente, sendo de certa forma vedado aos olhares *estranhos* – quase como um filho malcriado que se evita mostrar às *visitas*, o que não o destitui de sua condição primordial de *filho*.

51- É também muito mais difícil do que pode parecer, para alguém “de fora”, permanecer de fato fora desse circuito local de trocas. Mas se é difícil ficar fora, entrar também não é fácil. Não é fácil, por exemplo, aceitar o *serviço* de alguém que sabemos ser profissional no assunto, e que se recusa a receber qualquer pagamento: “*Não é nada não senhora... a gente aqui não costuma cobrar assim nada não, todo mundo se conhece, o lugar é pequeno, a gente faz um favorzinho assim, não é pra cobrar nada não senhora*”. Eu insisti e, certa ou errada, acabei pagando alguma coisa. Tratava-se aqui de um

exemplo a venda de um eletrodoméstico ou mesmo de um *lote* – enquanto transações objetivas e impessoais. Os “negócios”, quando realizados no interior dessa rede, são sempre de alguma forma “contaminados” pelo envolvimento pessoal inerente às relações: desde as mais variadas *combinações* e facilidades nas formas de pagamento, à substituição (parcial ou total) da moeda por algum objeto ou bem passível de troca. Nesse sentido em Santa Bárbara podemos dizer – amigos, amigos, os negócios fazem parte.

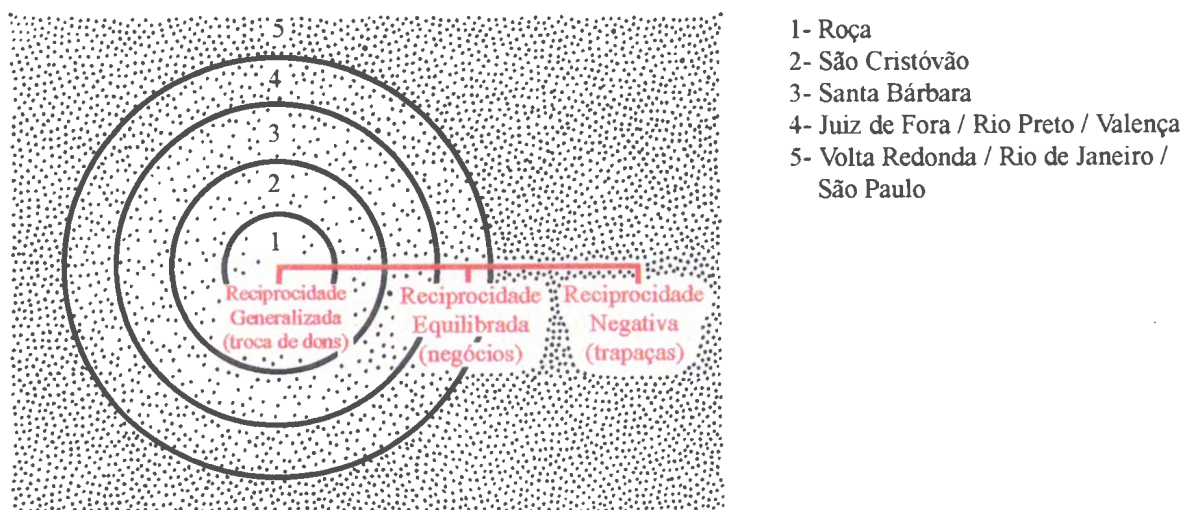
Essa dificuldade não sendo bem “administrada” pode num caso extremo inviabilizar a permanência de um profissional, como no caso relatado por um *carpinteiro* morador de São Cristóvão. Vindo de Orvalho (pequeno *arraial* próximo), Seu Francisco mora há sete anos em Santa Bárbara. Trabalhando *por conta própria*, ele nos explica sua necessidade de mudar-se periodicamente de cidade (já morou em várias do Município): “... *vai ficando conhecido, a gente sacaneia os outros, os outros sacaneia a gente... Mudando funciona mais, as pessoas são estranhas*”. Em Santa Bárbara Seu Francisco está conseguindo ficar mais tempo, do que talvez possamos concluir que de alguma forma ele conseguiu inserir-se no referido circuito de trocas: “*Aqui ainda tá funcionando... aqui deu pra mim parar, porque faço de tudo, roço pasto, tiro leite, faço casa...*”

Sahlins (1976), estudando as práticas de reciprocidade numa sociedade tribal, analisa a demarcação espacial de diferentes níveis de troca – desde a troca generalizada de dons à reciprocidade negativa, isto é, o roubo, a trapaça, etc. –, aos quais correspondem diferentes “setores residenciais de parentesco”: “E em cada setor, certos modos de reciprocidade são característicos ou dominantes: reciprocidade quase generalizada ao centro, mas que vai sempre decrescendo em direção à periferia. Nos setores intermediários prevalece a reciprocidade equilibrada, enquanto que a trapaça é frequente nos setores mais afastados do centro. Ou seja, podemos estabelecer um modelo geral das interações recíprocas aplicando o plano setorial da

pedreiro que havia fixado um forro plástico com ripas de madeira em nosso quarto. Ele havia levado um rapaz *ajudante* e os dois juntos gastaram uma tarde inteira para executar o *serviço*.

De um modo geral os profissionais criam para si mesmos uma distinção entre duas categorias de *serviços*: os *serviços* maiores, principais de sua profissão, pelos quais são remunerados; e alguns *serviços* menores que, mesmo sendo da sua área de atividades, funcionam como uma espécie de “moeda” dentro do referido circuito. No exemplo citado, o *pedreiro* vive basicamente da construção de casas, e executa paralelamente os mais diversos pequenos *serviços/ favores*, como a colocação do nosso forro, poderia ser o conserto de um portão, a troca de uma bóia de caixa d’água, etc.

sociedade sobre o *continuum* de reciprocidade”.⁵² Podemos considerar, de modo equivalente, a referida cadeia de interações (nota 18) entre roça x São Cristóvão x Santa Bárbara x Juiz de Fora / Rio Preto / Valença x Volta Redonda / Rio de Janeiro / São Paulo (ou qualquer outra “cidade grande” brasileira), como uma formação setorial onde predominam as respectivas formas de troca do *continuum* de Sahlins⁵³. A figura abaixo é uma adaptação do modelo proposto pelo autor.



Setores de reciprocidade e setores geograficamente demarcados a partir do modelo de Sahlins.

O código da personalidade constitui-se aqui, a nosso ver, como mais uma entre as diversas formas observadas que operam a favor da aproximação e do estreitamento das relações socialmente tecidas. A personalidade reforça, sobretudo, o pertencimento recíproco das pessoas – é o *Santinho da Santa* (marido e mulher), o *Zé do Rafael* (filho e pai), etc⁵⁴. Todos são conhecidos – alguns chegando assim a se “pertencer”; as relações são vividas num clima geral de *confiança* e relativa intimidade – com todas as implicações positivas e negativas daí

52- Marshall Sahlins, *Age de pierre, âge d'abondance: l'économie des sociétés primitives*, Paris, Gallimard, 1976, p. 253. A respeito do setor de reciprocidade generalizada, diz ainda Sahlins: “Os parentes próximos, aqueles que dão assistência [uns aos outros], são parentes particularmente próximos no sentido espacial: é para com as pessoas da casa, do campo, do vilarejo ou do arraial que há motivo e interesse a se mostrar compassivo, na medida em que as relações de interação são intensas e uma solidariedade pacífica essencial”. (p. 252).

53. Veremos mais à frente (capítulo 5) como essas formas se materializam na organização espacial das *casas*.

54- Um dos primeiros problemas aqui enfrentados por quem é *estranho*, recém-chegado, é o fato de não encontrar-se resposta para uma questão aqui central... *a Beth de quem?* Ou seja, é preciso uma excelente explicação para justificar a proximidade de quem “não é de ninguém”; de alguém não pertencente ou de alguma forma já ligada à rede local.

decorrentes⁵⁵. Santa Bárbara funciona de fato, nesse sentido, como uma grande “casa”, onde todos, de alguma forma, fazem parte uns da vida dos outros, e onde todos, gostando-se ou não, encontram-se aii inevitavelmente próximos.

Referimo-nos até aqui aos diversos aspectos etnográficos observados que apontam, a nosso ver, para a extrema densidade constituidora desse tecido social. Gostaríamos de observar finalmente que consideramos como a sua mais concreta expressão, as *casas* aqui materialmente construídas – *casas* de uma grande “casa” – que, na condição de objeto central deste trabalho, serão enfocadas mais à frente, em capítulos próprios (4 e 5).



55- Como expressão positiva da personalidade, a *confiança* está presente nas mais diversas relações aqui observadas: desde os contratos verbais de locação (inclusive o nosso), as *contas em bares e mercados* (onde o comerciante anota num caderno, junto ao nome da *pessoa* as diversas despesas acumuladas), aos *recados* anotados no posto telefônico (até o momento não há aqui linhas telefônicas particulares), etc. Como expressão negativa, a “fofoca” generalizada: todo mundo sabe da vida de todo mundo. Sobre os aspectos positivos e negativos da personalidade em cidade pequena, ver Prado (op. cit.) num contexto nesse sentido bastante próximo de Santa Bárbara – a cidade de Cunha (RJ).

ANEXO 6: Fotografias



Festa do dia das crianças, no campo de futebol

“Eu não sei não, mas... Sabe o que que é, aqui, é negócio de política. Política é que faz as coisas ficar parada. Porque política é igual dois boi, um bom e um ruim. O bom puxa o ruim... o ruim para, e o boi bom não pode trabalhar e depois puxar o outro. Pois foi isso que foi indo acabando, acabando, e acabou.”

(Seu Bilão)*

3. DE COLONO A DIARISTA: OS TEMPOS MUDARAM

A pecuária leiteira foi, ou melhor, vem sendo, desde a virada do século, a principal atividade econômica da região que constitui o atual Município de Santa Bárbara do Monte Verde. Importantes transformações no entanto operaram-se desde a chegada dos primeiros rebanhos até os dias de hoje, nessa região que conheceu, com o leite, a prosperidade e a decadência: o início e o fim de um modo de produção – e de vida – baseado, como vimos, no sistema de colonato.

Trata-se aqui de considerar um processo de desconstrução, não somente de um sistema de trabalho e das relações por este engendradas, mas de toda uma visão de mundo, de todo um conjunto de valores e referenciais culturais, a cada geração recriados em meio às novas condições – e dificuldades – enfrentadas, de modo diferenciado, pelas diferentes posições ocupadas nesse jogo. Formado em decorrência desse processo, o *bairro* de São Cristóvão, tal como o conhecemos hoje, é a mais concreta expressão da desconstrução do colonato nessa região – a quase totalidade dos trabalhadores ativos moradores do *bairro* são constituídos de trabalhadores diaristas e empregados vindos da *roça*.¹

* Saboreando o nosso espanto, Seu Bilão se divertia em nos contar tudo que Santa Bárbara teve em seu período mais próspero. Perguntamo-lhe então por que Santa Bárbara havia empobrecido assim, e essa foi a sua resposta.

1- *Roça*: no sentido mais abrangente do termo, ou seja, designando um “lugar” não somente geográfico, mas sócio-econômico e cultural. Esses trabalhadores a quem nos referimos são todos ex-colonos ou descendentes destes.

Categoria de trabalhadores ativos residentes em São Cristóvão:

Homens

Trabalhando ainda em *serviços* de *roça*: 26 diaristas, 15 retireiros e 13 lavradores; trabalhando em *serviços* da cidade: 14 serventes, 13 pedreiros, 2 vigias, 2 padeiros, 2 motoristas, 2 ajudantes, 1 carteiro, 1 cabista e 1 jardineiro. (58.7% em *serviços* de *roça* e 41.3% em *serviços* da cidade). Residem também em São Cristóvão 4 comerciantes, 1 pecuarista, 14 aposentados e 2 “do lar.”

Mulheres

Trabalhando em *serviços* de *roça*: 2 diaristas e 1 lavradora; trabalhando em *serviços* da cidade: 12 domésticas, 2

Diversos fatores nos parecem participar deste processo, percebido aqui genericamente em termos de um esvaziamento da *roça* – “*Lá tinha muita gente. Agora não tem quase ninguém*”. Voltaremos inicialmente nossa atenção às primeiras décadas deste século, período em que a pecuária leiteira, já plenamente implantada, parecia ter vindo responder não somente às expectativas de retomada de uma cafeicultura desiludida, mas àqueles que chegavam atraídos por essa então nova e promissora atividade econômica.

A fazenda de gado do princípio do século nessa região, mesmo entre aqueles considerados grandes produtores, já não se caracterizava pela sofisticação e requinte típicos do ciclo anterior, da cafeicultura². A então recente experiência da decadência econômica do café e do fim da mão-de-obra escrava parece ter deixado muito mais do que um gosto de perda; a pecuária foi aqui introduzida por homens, em maior ou menor grau e proximidade, “escaldados” pelo recente e sofrido fim do café³. A necessidade de se encontrar uma nova forma de organização do trabalho levava à busca de diferentes formas de negociação e, sobretudo, à constituição de uma nova rede de relações. Especialmente da parte do *patrão*, do *fazendeiro*, parece-nos iniciar-se aqui – timidamente – um processo de mudança na até então radical oposição entre as idéias de “trabalho” e “liberdade”. É preciso que todos, de alguma forma, “ponham a mão na massa”⁴. A pecuária se implanta aqui com base numa estrutura patriarcal cujas relações entre

lavadeiras. 2 faxineiras. 1 merendeira. 1 ajudante de manicure. 1 costureira, 1 auxiliar de educação. 1 professora. 1 auxiliar administrativa. 1 digitadora e 1 secretária. (11,1% em *serviços de roça* e 88,9% em *serviços da cidade*). Residem também em São Cristóvão 84 mulheres “do lar” (74,3% do total de mulheres adultas do *bairro*), 1 comerciante e 1 aposentada.

Obs: Foram aqui contabilizadas somente as ocupações de adultos; não foram contabilizadas as ocupações “não declaradas” de adultos.

Fonte: Pesquisa realizada em julho/97 pelo Serviço de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Santa Bárbara. Consideramos portanto um total de 119 trabalhadores ativos residentes em São Cristóvão (92 homens e 27 mulheres). Tratando-se de categorias de um modo geral direta ou indiretamente relacionadas à trajetória de ex-colonos (entre os próprios e entre seus filhos), estimamos aproximar-se de 100% o número de trabalhadores do *bairro*, nesse sentido, vindos da *roça*. As categorias relacionadas a um maior nível de escolarização (professora, digitadora, secretária, etc.) referem-se via de regra à geração seguinte, a filhos de ex-colonos, nascidos e/ou “criados” já na cidade.

2- A respeito das transformações operadas no estilo de vida e da sofisticação das fazendas de café – incluindo a reforma e/ou reconstrução de suas sedes – em seu período de maior prosperidade, ver Stein, op.cit, p. 46 a 54.

3- Em maior ou menor grau no sentido em que, como vimos, nem todos os *fazendeiros* que aqui chegaram para implantar a pecuária leiteira eram oriundos de famílias anteriormente cafeicultoras. De todo modo, a decadência do café foi uma experiência de largo alcance e dificilmente um produtor da época não a teria sentido ou sofrido de algum modo. Stein, op.cit., nos relata a gravidade do que se viveu nessa passagem.

4- A título de comparação – a figura do *capataz* como intermediário entre o *fazendeiro* e seus trabalhadores, típica da escravatura, parece não ter praticamente existido aqui. Martins, analisando o trabalho imigrante na cafeicultura paulista, observa que para o imigrante europeu a noção de liberdade, assim como para o fazendeiro, identifica-se com a propriedade: “ser livre era o mesmo que ser proprietário”, sendo esta a questão central pela qual se dava a sua própria

fazendeiro e trabalhador (e respectivas famílias) sofrem, nesse sentido, uma certa forma de aproximação. Por um lado, um patriarca cuja onipotência fora recentemente ameaçada, abalada – em alguns casos destruída; por outro lado, um trabalhador cujas necessidades básicas como comer, vestir-se e morar já não eram mais em princípio garantidas, mas pelo contrário, dependentes de todo um novo jogo de negociações. As diversas e profundas alterações nas relações de trabalho construídas com o fim da escravatura constituem um objeto específico de estudo⁵. O nosso objetivo aqui, ou melhor, o que consideramos fundamental ter em mente ao olhar para o passado dessas famílias de pecuaristas e trabalhadores, é a extrema gravidade e proximidade, no tempo, do que sofreram com o fim do café e da escravatura; e do imenso esforço, de parte a parte despendido, no sentido de que se chegasse a novas regras – o importante era não inviabilizar o jogo: havia, afinal, uma safra a ser colhida, e os libertos, com suas famílias, não tinham sequer onde morar. E o colonato foi assim gradualmente estabelecido.⁶

A *fazenda* que a seguir descreveremos, no intuito de oferecer uma pequena imagem dessa história, era uma antiga e decadente fazenda de café, quando foi comprada, em 1929, pelo pai do nosso informante. Este, que é considerado um dos maiores produtores leiteiros do município no momento, é ex-prefeito de Rio Preto (de um período em que Sta. Bárbara ainda era distrito deste município) e atualmente vereador da Câmara de Santa Bárbara do Monte Verde. Sua *fazenda* – onde fora nascido, criado, e onde trabalha e reside até hoje – possui atualmente 136 alqueires geométricos (ou “mineiros”: 1 alqueire = 48.000m²), que representam parte da outrora *fazenda* do pai. Localiza-se em Barreado, próxima da antiga *fazenda* de seu

incorporação enquanto colono nas fazendas paulistas: “A sua designação como colono já era parte de um ardid ideológico que o comprometia com a propriedade”. Se para o colono europeu o trabalho representava, nesse sentido, uma via de acesso à propriedade, e assim à liberdade (que na prática tornava-se, por meio de uma série de dispositivos programados, em geral inviável), para o trabalhador escravo, inversamente, trabalho e liberdade representavam noções em princípio incompatíveis; e para o proprietário, cuja noção de “liberdade” era então igualmente incompatível com a de “trabalho”, a “liberdade” do negro era percebida como coisa de “vagabundo”: “Quando o negro, libertado, fazia valer a sua liberdade, era acoimado de vagabundo, porque, para o branco, querer de negro era querer de sujeição, embora para o negro fosse afirmação e consciência da liberdade”. Martins, op. cit., p. 60 e 61. Para uma análise aprofundada sobre os significados da liberdade no processo de superação da sociedade escravista, ver Hebe Maria Mattos de Castro, *Das Cores do Silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista - Brasil Século XIX*. Rio de Janeiro. Arquivo Nacional, 1995.

5- A respeito das diferentes tentativas de reorganização do trabalho no Vale do Paraíba Fluminense após a abolição da escravatura ver Stein, op. cit.

6- Stein sublinha que apesar de todas as dificuldades e “controvérsias” precedentes à abolição da escravatura, esta “não provocou a completa desorganização do trabalho. A safra de café de 1888 não se perdeu, de acordo com certas informações, e as exportações de café de 1888 subiram de 48% em relação ao ano anterior.” Stein, op. cit., p. 318.

avô (hoje pertencente ao atual prefeito de Santa Bárbara). Suas instalações, originais e bastante preservadas, assim como a representatividade exemplar da trajetória dessa família, levou-nos a buscar em seu relato uma imagem, fundamental, do passado dessa região – visitado aqui pelo olhar de um *fazendeiro*. À exceção das senzalas, suas instalações foram todas conservadas, inclusive a sede, até hoje moradia de sua família⁷.

Outros tempos

Descendente de uma importante família cafeeicultora da região, seu avô fora *fazendeiro* no distrito de Barreado, e, já no final do século passado, começara a *mexer* com gado leiteiro, paralelamente ao café – do qual teria *desistido de vez* somente por volta de 1936.⁸

Seu pai nascera nessa *fazenda* de Barreado, em 1891. Aprendeu a trabalhar exatamente quando o café, decadente, começava a ser substituído pela então promissora pecuária leiteira. Quando, por volta de 1910, começara a trabalhar *pesado*, foi *mexendo direto com gado*. Em 1929 comprou sua própria fazenda, próxima à do pai, também em Barreado. Eram cerca de 330 alqueires de terras parcialmente ocupadas por uma antiga plantação de café. Comprara visando a implantação da criação leiteira. Nela trabalhou e viveu por toda sua vida, à frente de tudo – a fazenda em suas mãos nunca teve outro administrador. Em 1976 mudou-se para Rio Preto, então sede do Município, em função da idade (estava com 85 anos) e da necessidade de estar mais *perto dos recursos*. Faleceu em 1983, aos 92 anos.

“*Era uma fazenda de dois andar... muito alta, né...*”

(Dna. Izabel)

7- Atualmente, no que se refere às instalações físicas da *fazenda*, as principais diferenças são: a referida inexistência das antigas *senzalas*: o número e o tipo de construção das *casas de colono* (antes 28 *casas de pau-a-pique*, e hoje 4 casas de alvenaria); a água encanada e o *banheiro dentro de casa* instalados em 1948; e a *sala de leite B*, posteriormente construída.

8- Essa desistência relaciona-se possivelmente com a crise enfrentada pelo setor cafeeiro na década de 30, decorrente de sucessivas supersafra e da queda de preços no mercado internacional. Um dos mecanismos utilizados nesse período para enfrentar a crise de superprodução foi a destruição do café. “De acordo com as novas regras, somente 30 por cento da safra seriam despachados para os portos, outros 30 por cento seriam retidos no interior, e nada menos do que 40 por cento seriam destinados à destruição. Em 1933, 14 milhões de sacas de café foram incineradas. A meados de 1930, 50 milhões de sacas já haviam sido destruídas”. Edmar Lisboa Bacha, *Política Brasileira do Café: Uma Avaliação Centenária*. Em: Edmar Bacha e Robert Greenhill. *150 Anos de Café*. Rio de Janeiro, Marcellino Martins & E. Johnston, 1992, p. 60.

Bela construção colonial, tipicamente caiada de branco com estrutura e esquadrias azuis, essa *fazenda* nos fala, ainda hoje, pela *altivez* bem preservada de sua sede, um pouco do que foi a vida de seus antigos e diferentes ocupantes. Em sua especial altura, observada por Dna. Izabel, impõe-se a figura do dono – um signo de poder, marcando a extrema distância social existente entre o fazendeiro e seus colonos.⁹ Ainda na primeira metade deste século, em plena produção leiteira, a *fazenda* contava com as seguintes instalações:

A *fazenda* propriamente dita, ou seja, a casa sede, que servia não somente como residência do *fazendeiro* e sua família, mas também como ponto central de referência na administração dos trabalhos. Era ainda na cozinha da *fazenda* que eram preparadas as refeições servidas aos trabalhadores na *lida*.

Os *currais* – cercados de madeira aparelhada, sem cobertura, destinados à guarda do gado. Eram aqui em número de seis, correspondentes às diferentes áreas de pastagens nas quais o gado, ou parte dele, permanecia temporariamente, em sistema de rodízio. Havia apenas um *curral* “melhor”, com uma parte coberta (o *rancho*) – era o *retiro*, local usado para ordenha, ou seja, para se *retirar* o leite da vaca. Este localiza-se bastante próximo da *fazenda* (a cerca de 10m), materializando, na arquitetura, a máxima local que ensina: “o que engorda o boi é o olho do dono”¹⁰.

O *estábulo* – local de preparação e fornecimento de ração para o gado, também bastante próximo à *fazenda* (à sede). No *estábulo* encontram-se a *casa de ração* (local de armazenamento), a *picadeira* (máquina usada para *picar* o capim, a cana, o pé de milho ou

9- Já nos referimos anteriormente a uma certa diferença entre as condições sócio-culturais dos antigos cafeicultores e dos atuais (e antigos) pecuaristas dessa região. Essa diferença se expressa, entre outros, nas características arquitetônicas das sedes das fazendas. Na região por nós estudada predomina o estilo colonial mineiro, característico do período inicial da cafeicultura. Há poucas influências do neoclássico, estilo que viria marcar o auge do período cafeeiro no Vale do Paraíba fluminense, traduzindo a sofisticação e o requinte típicos do estilo de vida da elite econômica da época. A respeito das transformações operadas na arquitetura das *fazendas* com o rápido e intenso desenvolvimento do café, ver Eduardo Schnoor, *Das casas de morada à casa de vivenda*, em Hebe M. Mattos de Castro e Eduardo Schnoor (org.), *Resgate: uma janela para o oitocentos*, Rio de Janeiro, Topbooks, 1995. Para uma visão conjunta, com vasto registro fotográfico, dos estilos arquitetônicos do café, ver *Fazendas: Solares da Região Cafeeira do Brasil Imperial*, Coleção Memória Brasileira, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1986.

10- Esse curral era mais próximo da sede que o próprio banheiro, originalmente construído a cerca de 100m da casa.

qualquer planta forrageira a ser servida nos *cochos*) e os próprios *cochos*. Junto ao *estábulo* encontravam-se ainda algumas instalações acessórias e independentes, como o *paiol* (para armazenamento de milho), as *tulhas* (para armazenamento de café, arroz e feijão) e instalações para outras *criações* como o *chiqueiro* e o *galinheiro*.

O *banheiro* – “*banheirinho vagabundo*” – que até o ano de 1948 fora separado (a cerca de 100m da *fazenda*), consistia numa pequena *casinha* de alvenaria, com piso de cimento e cobertura de *telhas*, construída sobre um córrego próximo. Ao centro ficava a *privada*, feita em madeira, pelo *carapina* da fazenda.

O *chuveiro* – onde os homens tomavam banho (pois as mulheres tomavam *banho de bacia*, dentro de casa). Era uma *casinha* ainda mais rústica – paredes de *pau-a-pique* e cobertura de folhas de zinco – *levantada* em torno de uma *bica* próxima à *fazenda*¹¹.

As *casas de colono* – De pau-a-pique com cobertura de *sapé*¹², as pequenas casas onde moravam os colonos com suas famílias, eram distribuídas por toda a área da *fazenda* de acordo com a topografia e *as águas*. Cada casa devia ter em princípio sua própria nascente – da qual dependia, e à qual, em contrapartida, protegia. A cada casa correspondia assim um determinado *setor* produtivo, que podia ser uma área de *pasto* ou de plantio de *mantimento* – basicamente milho, feijão, arroz e cana de açúcar¹³. Eram aqui no total 28 *casas de colono*, sendo que apenas uma localizava-se próxima à *fazenda* – a casa do *colono de maior confiança*. Eram em geral pertencentes a esta família as mulheres escolhidas para o trabalho doméstico da sede – duas lavadeiras e duas cozinheiras.

11- Até 1948 não havia água encanada para abastecimento da sede. A água usada na casa, tanto na cozinha quanto nos *banhos de bacia* das mulheres, era buscada numa *bica* feita para isso, bem próxima, e levada em baldes para dentro de casa. A *bica* é um encanamento feito geralmente de bambu que traz a água direto da nascente até o ponto desejado, aproveitando-se do declive natural do terreno. Os bambus são cortados ao meio no sentido do comprimento e são retirados os nós para a passagem da água; em seguida são encaixados e amarrados uns aos outros com cipó, e ao longo de todo o trajeto são suspensos do chão por meio de forquilhas (de galhos de árvore) fincadas a intervalos regulares. O bambu em geral utilizado era o *bambu-gigante*; usava-se por vezes a *embaúba*, que também é ôca. A *bica* é portanto uma fonte ininterrupta de água. (ver fotos)

12- Observar que as *casas de colono* aparentemente equiparam-se, a julgar pelos materiais e técnicas de construção relatados, apenas ao *chuveiro*.

13- Os *mantimentos* cultivados destinavam-se em princípio ao consumo da *fazenda*, não só para alimentação humana, mas em parte à preparação de ração animal.

A *escola* – construída em 1940, destinava-se ao ensino de 1º grau (até a 4ª série) de todas as crianças da *fazenda* – filhos do *fazendeiro* e de todos os seus *colonos*¹⁴. Inicialmente foi contratada pela *fazenda* apenas uma professora. Com a progressiva inclusão de crianças vindas de *fazendas* vizinhas (de propriedade de parentes deste *fazendeiro*), contratou-se, em 1949, mais uma professora. Em 1952 a escola foi assumida pela Prefeitura Municipal de Rio Preto.



O principal produto da *fazenda* sempre foi o leite, mas vendia-se eventualmente *algum boi para o abate*. Até 1945, fora o que era consumido na própria *fazenda* (pela família do *fazendeiro* e pelas famílias dos *colonos*), todo o leite era comercializado em forma de queijo, sendo vendido para o Rio de Janeiro. O queijo seguia em *tropas* até Rio Preto, e de lá (Parapeúna, RJ) era *exportado*, seguindo de trem para a capital. A partir da criação da Cooperativa de Rio Preto, o queijo deixou de ser produzido e o leite passou a ser vendido diretamente, seguindo o mesmo caminho – *exportado* para o Rio de Janeiro (esse leite era e é ainda hoje comprado pela CCPL, sendo a única diferença a substituição do trem pelo caminhão-tanque refrigerado).

Além da atividade central voltada para a produção e comercialização do leite, boa parte dos trabalhos da *fazenda* destinava-se à própria manutenção e consumo de seus habitantes. Os *mantimentos* consumidos eram todos produzidos na *fazenda* – comprava-se basicamente *sal, querosene e tecidos* – de uma certa forma reproduzindo-se os “núcleos de colonização” do século anterior¹⁵. Além das *roças* de milho, feijão, arroz e cana, havia, em torno da *fazenda*, diversas fruteiras, café, alguma mandioca, e a “obrigatória” *horta de couve* – um cercado para plantio de couve e verduras diversas. Havia ainda a criação de porcos, patos e galinhas; alguns bois eram conservados e consumidos sob a forma de *carne seca*.

14- Isso precisaria ser melhor explicado. Não tivemos a oportunidade de entrevistar os *colonos* aposentados que ainda moram *nessa fazenda*, mas, a julgar pelos diversos depoimentos de *ex-colonos* da região, na prática essas crianças (filhos de *colonos*) parecem ter tido muito pouca chance de estudar.

15- “Núcleos de colonização” cf. Stein, op. cit.

A vida na *fazenda* girava em torno do trabalho, do qual toda a família presente – inclusive crianças a partir de cerca de 7 anos – de algum modo participava. Sempre à frente de tudo, na administração dos trabalhos, o *fazendeiro* não usava aqui a figura intermediária do *capataz*. *Lidava* direto com seus 28 *colonos* e familiares. Os filhos – entre os quais encontrava-se o nosso informante – quando não estudavam fora, *pegavam no pesado* junto com os *colonos*¹⁶.

“O serviço era pesado demais. Enquanto tivesse dia nós tava trabalhando. Se chovesse a gente escondia, quando parava, voltava. Não tinha esse negócio de 7:00 às 4:00. Não tinha horário não”.

(Tião Lima)

O dia de trabalho começava cedo, por volta das 6:30h. Às 9:30h era servido o almoço. Um *camarada* era encarregado de buscar, na *fazenda*, a *rede*¹⁷ com as *marmitas*. A comida era preparada na cozinha da *fazenda* e cada trabalhador tinha a sua *marmita* marcada. “Ninguém gostava de trabalhar a seco. Custou a pegar a moda de trabalhar a seco”. Entre 12:30 e 13:00h era servida a *merenda* – café acompanhado de alguma *quitanda* (broa, rosca, biscoitos, sequilhos, etc.)¹⁸. Às 15:30h era servido o jantar. Trabalhava-se enquanto houvesse dia, até aproximadamente às 18:00h. “Depois da janta ainda fazia muita coisa. A gente chegava em casa já tava com vontade de jantar outra vez”. À noite, em casa, antes de dormir, tomava-se

16- É claro que havia alguma diferenciação, na prática, entre os serviços executados por *colonos* e filhos de *colonos*, e filhos de *fazendeiros*, e esta parece-nos ser, muito sutilmente, reconhecida. Mas o fato é que os filhos do *fazendeiro* eram posto: em meio aos trabalhos da *fazenda*. A grande diferença, a nosso ver, começa com os objetivos dessa prática: enquanto os filhos de *colonos* precisavam trabalhar como forma de colaboração efetiva – e obrigatória – na economia familiar, os filhos do *fazendeiro* tinham em seu trabalho muito mais um meio de aprendizado que os capacitasse a assumir, num futuro provável, a posição do pai.

17- A chamada *rede* aqui era um grande cesto de taquara, similar ao que se usava, com igual denominação, como berço para os recém-nascidos nas famílias de trabalhadores.

18- *Quitanda* designa diversas massas preparadas em geral no forno (originalmente a lenha), como as citadas – broas, roscas, biscoitos, sequilhos, alguns doces, etc., servidas na *merenda*. Dia de preparar *quitanda* era um dia especialmente trabalhoso para as cozinheiras e donas-de-casa. “Amanhã tem que vir cedo que nós vai fazer *quitanda*” – dizia a patroa para Teresa.

Seu Bilão contou-nos o seguinte *causo*: Ia um caboclo caminhando quando encontrou com um compadre seu, que lhe chamou: “Oh compadre, vamo chegá, vamo tomá um café conosco”. O compadre aceitou, entrou e merendou, um café com *quitanda* – foram servidos *sequilhos*, que estavam frescos e especialmente saborosos. Ao chegar de volta em casa, o caboclo disse à mulher: “Oh mulhé, eu tomei um café na casa do compadre, com uma *quitanda* muito boa, ocê tem que saber. Chama nosco.” A mulher procurou no dia seguinte, a todo custo, saber de alguém que lhe desse notícia sobre essa *quitanda*, pois queria muito sua receita. Mas ninguém nunca ouvira falar...

No “Aurélio” *quitanda* refere-se, entre outros, à “pastelaria caseira”.

leite com angu. “*Naquela época era moda. Ninguém deitava sem tomar leite com angu*”.¹⁹

“*Oh Seu Felício, eu vou casar, o senhor podia me dar uma morada?*”.

(Tião Lima)

O sistema de colonato aqui implantado definia-se por algumas regras básicas – sublinhando-se sempre a existência de um excedente de mão-de-obra que propiciava ao *fazendeiro*, por esta razão entre outras, uma posição de saída vantajosa na negociação. Filhos de trabalhadores em idade de casar-se eram os candidatos típicos a uma vaga de *colono*, que implicava, prioritariamente, na autorização do *fazendeiro* para que se *levantasse* a casa, via de regra em *pau-a-pique* com cobertura de *sapé*. O futuro *chefe de família* recebia então a ajuda de parentes e vizinhos – o *ajutório* – e *levantava*, com materiais quase que exclusivamente retirados da mata, a sua futura casa²⁰. O casamento e com ele a criação de uma nova unidade doméstica entre trabalhadores, cuja concretização se dava por meio da *morada* em terras de uma determinada *fazenda*, representam assim o meio central de reprodução do colonato, estabelecendo as condições básicas da sujeição na qual se encontra, a partir de então, o trabalhador em relação ao *fazendeiro* em questão. Em torno da casa, a condição de *colono* incluía ainda uma área, geralmente cercada, para plantio da *horta* – incluindo a *horta de couve*²¹ –, fruteiras e pequenas criações. “*Os colonos usavam ter animais* [cavalo, porcos,

19- Esse hábito parece ter feito parte da vida não só de *fazendeiros* mas de *trabalhadores* também. Dna. Izabel é quem nos fala: “*Chegava o tempo de frio, acendia o fogo no chão da cozinha, então ficava todo mundo... usava assim... jantava cedo, e à noite, mexia o angu, a mãe ia repartir aqueles leite, pra todo mundo, né, à noite, antes de deitar...*”

20- *Ajutório* – adjutório, auxílio, muxirão. (“Aurélio”)

Muxirão - “Auxílio gratuito que se prestam os lavradores, reunindo-se todos os da redondeza e realizando o trabalho em proveito de um só, que é o gratificado, mas que nesse dia faz os gastos de uma festa ou função. Esse trabalho pode ser a colheita ou queima, ou roçada, ou plantio, ou taipamento de uma casa. Sinônimos: mutirão, mutirom, mutirum, muxirã, muxirom, pixurum, putirão, putirom, putirum, puxirão, ponxirão, puxirum; ademão, adjunto, adjutório, ajutório, ajuri, banjeira, batalhão, boi-de-cova, corte, junta, suta, traição.” (no “Aurélio”)

A julgar pela quantidade de variações dessas expressões, já se percebe o quanto presente está esta prática nas mais diversas regiões brasileiras. Aqui na nossa região soubemos, por outros relatos, de *fazendeiros* que ajudavam pessoalmente – inclusive na mão-de-obra – a *levantar* casas para *colonos*.

21- *Horta* aqui designa a parte do terreno em torno da *casa de colono* utilizada para plantios diversos – café, cana, milho, mandioca, batata doce, algumas fruteiras, etc. *Horta de couve* designa uma pequena área, dentro deste terreno, muito bem cercada, com bambu (de modo a impedir a entrada de *criações*, especialmente as aves) reservada ao plantio de diversas hortaliças, entre elas, a couve – certamente a mais consumida aqui. “*Uns tinham um pedacinho maior, outros menor, mas todos tinham, em roda da casa, lugar de fazer planta. (...) Sempre cercado, com arame*”. (Seu Osório)

galinhas e, mais raramente, algumas vacas]. *Os que eram mais folgados tinham mais. Os que eram mais apertados tinham menos...*” O *colono* recebia ainda o leite para a *despesa* da sua família, e as refeições em horário de *serviço* – trabalhava-se *a molhado*. “*O pessoal trabalhava satisfeito. Quem trabalha de barriga cheia trabalha satisfeito, né?*” O empenho aqui observado quanto ao maior aproveitamento possível no rendimento diário do trabalhador, associado ao fornecimento de condições básicas para sua boa manutenção e saúde, parecem-nos dois aspectos de certo modo indicadores da proximidade histórica do período da escravatura²².

A forma de remuneração do *colono* podia variar de acordo com o tipo de *serviço* executado, sendo previamente determinada na *combinação* com o *patrão/fazendeiro*. A forma mais frequente, relacionada a diversos *serviços* cotidianos da pecuária leiteira, era o recebimento semanal de um *ordenado* (ou *salário*), calculado de acordo com o número de *dias trabalhados* – nem todos os trabalhadores eram necessariamente solicitados todos os dias. O único *serviço* que dentro desse sistema justificava o recebimento de um salário fixo (semanal ou mensal) pré-determinado era o de *retireiro* – *colono* responsável pelo *retiro*, ou seja, pela ordenha diária do rebanho leiteiro – pois era o único *serviço* onde não era possível *falhar*. Além disso, alguns *serviços*, como o de *roçar pasto*, eram ocasionalmente contratados por *empreitada*, ou seja, calculava-se um valor para o *serviço* completo, independentemente dos dias gastos para sua execução²³. Habitualmente era contratado para *roçar* o pasto o *colono* morador daquele *setor*. Havia ainda na *fazenda* um *carapina* – artesão responsável pelos serviços de aparelhamento da madeira (extraída da própria *fazenda*) e diversas construções (em madeira). “*Ele fazia o serviço da fazenda, morava na fazenda, mas fazia serviço pros outros também*”. Apesar de sua condição de *colono*, o *carapina* era considerado um trabalhador *diferenciado*.

Quando não estavam trabalhando diretamente em *serviços* da *fazenda*, ou seja, relacionados à produção leiteira (pela não solicitação naquele dia ou fora do expediente

22- Não queremos com isso reduzir as relações assim criadas ao nível das trocas e interesses econômicos. Como pudemos perceber por diferentes relatos, a convivência entre algumas famílias desse período construiu efetivamente relações de amizade entre *patrões* e *empregados* – o que não anulava no entanto a relação de dominação/sujeição aqui implícita.

23- Isso certamente visava a diminuição do tempo gasto para a execução completa do *serviço*. Quando o pasto estava especialmente *sujo* a *empreita* era feita por *turma* (grupo de *camaradas*).

previsto), os *colonos* dedicavam-se via de regra às *roças de mantimentos*, cultivadas em terras da *fazenda* sob o contrato de *parceria*, geralmente regido pelo sistema de *meia*. O colono-meeiro foi, até cerca de 20 anos atrás, a força de trabalho básica da pecuária leiteira nessa região.²⁴

No sistema de *meia* a produção final é dividida em duas partes iguais, cabendo ao *fazendeiro* entrar com a terra arada (participando por vezes desse serviço), adubo e sementes, e ao *contratista (colono meeiro)* entrar somente com a mão-de-obra; mais raramente havia o sistema de *terça*, onde o *fazendeiro* entrava somente com a terra e levava, ao final, um terço da produção; e ainda mais raramente havia nessa época alguns *fazendeiros* que *davam a terra dada* para o *colono* fazer sua própria *roça*.

*“O povo era todo muito amigo do meu pai. Amicíssimos mesmo.
Até hoje tem gente morando lá, desde a época do meu pai”.*

(Tião Lima)

Não era explicitamente proibido ao trabalhador *colono* prestar *serviço* a outras *fazendas*, mas “o dia que a *fazenda* precisava, o *sujeito* era requisitado e tinha a obrigação de atender à *fazenda*”. Uma forma de *sujeição* naturalizada, o fundamental era a prioritária e permanente disponibilidade com relação ao dono das terras em que se morava²⁵. Acontecia, por exemplo, de algum *fazendeiro* amigo do *patrão* solicitar-lhe o “empréstimo” de um determinado *colono* para um serviço temporário – no que era geralmente atendido.

Apesar da grande oferta – da *facilidade* – de mão-de-obra, os filhos eram obrigados a *pegar no pesado* desde cedo, numa espécie de treinamento compulsório, tendo em vista capacitá-los para uma futura posição de *fazendeiro*. Assim foi com seu pai; assim foi com nosso informante – foi o único filho a ter seus estudos interrompidos, ao fim do 1º grau

24- É importante observar que esse colono-meeiro do leite difere daquele referido por Stein, que se implanta na cafeicultura logo após a abolição. No colono-meeiro do café, a *meia* referia-se à exploração em *parceria* de uma área de cafezal, ou seja, à exploração do principal produto da *fazenda*. No leite, a *meia* refere-se a uma exploração paralela, de lavoura de *mantimentos*, tornando-se portanto um dos elementos participantes e mantenedores do próprio colono enquanto sistema de trabalho e de vida.

25- A respeito da *sujeição* estabelecida com a morada ver Palmeira (1977), Garcia (1983 e 1989) e Heredia (1979).

(iniciando a 5ª série), a fim de dedicar-se, desde então, exclusivamente ao *pesado*.²⁶



Os tempos mudaram

“O meu pai era muito procurado. Graças a Deus, procuradíssimo. Nunca um camarada tocou uma demanda com meu pai. Tocou conosco. Os tempos mudaram”.

(Tião Lima)

As *mudanças* apontadas como principais causadoras das grandes dificuldades em que se encontra atualmente a pecuária leiteira nessa região, são: a legislação trabalhista e a decorrente subida no custo da mão-de-obra, e a queda no preço do leite, resultante, de acordo com o nosso informante, da abertura de mercado e conseqüente entrada de leite importado a preços subsidiados. Esse leite subsidiado seria importado da Argentina, Uruguai e Estados Unidos. Foi referida ainda, por outro produtor, a “fraqueza” do solo nessa região. Sem pretender aprofundar aqui a questão, gostaríamos de apenas mencionar alguns fatores possivelmente relacionados às dificuldades de fato observadas. Parece-nos em parte repetir-se no leite o que ocorrera com o café nessa região (e em todo o Vale do Rio Preto e Vale do Paraíba fluminense): uma produção em certo sentido imediatista e com pouco investimento técnico; no caso do leite, uma criação basicamente extensiva e com pouquíssima (para não dizer nenhuma) atenção dada às condições e melhoria do solo e do próprio rebanho. Muito recentemente a EMATER vem trabalhando junto a esses produtores a fim de que sejam feitas análise e correção do solo

26- Seus irmãos foram estudar em colégio interno de Juiz de Fora. “*Esses trabalhavam só um pouco, quando vinham de férias. Mas desabituararam com o pesado*”. Os meninos começaram a trabalhar (ou aprender a) com cerca de 7 anos. iam de manhã à escola e a tarde faziam algum serviço – ajudar a tirar leite, candiar boi, etc. Serviço *pesado* mesmo era a partir de 14, 15 anos. “*Ai era considerado maior pra trabalhar. Mas nós não ganhava não*”. Os filhos de colonos trabalhando nessa idade já *ganhavam o dia igual ao pai*.

(especialmente quanto ao grau de acidez), paralelamente à inseminação artificial do rebanho. Outro aspecto que nos parece relacionar-se a essa mesma “tendência” (à acomodação?) encontra-se no plantio generalizado da *brachiaria* na formação dos pastos.

A *brachiaria* é uma gramínea forrageira, perene, de grande capacidade reprodutiva e altamente resistente a diversos tipos de agressão (frio, seca, pisoteio, etc.). Não é exigente em fertilidade do solo e alastra-se rapidamente, ocupando todo o terreno (nenhuma outra forrageira consegue competir com ela).²⁷ Apesar do seu relativamente baixo teor nutritivo, ela mantém os pastos “verdes” por quase todo o ciclo anual e – o que parece ser mais importante – “*não dá trabalho*”. (a *brachiaria* foi, desde o início de seu uso no Brasil, motivo de preocupação de diversos agrônomos, justamente pela sua alta agressividade, que impede o consórcio com outros tipos de forrageiras, como as *leguminosas*, essenciais na alimentação verde do gado).

“Hoje é tudo diferente. Primeiro, hoje é todo mundo na carteira. Retireiro. Mudou demais, da água pro vinho... Segundo, a mão-de-obra está caríssima... E o horário, hoje, é tudo diferente. É de 7:00 às 4:00”²⁸

Seu Tião hoje toca a fazenda *sozinho* – sem ajuda de filhos – com apenas um *colono* e dois *retireiros*. Na verdade existem três *colonos* ainda morando na *fazenda*, sendo que dois são aposentados, ainda da época do seu pai. Estes não fazem “*praticamente nada, só um biscatezinho de vez em quando*”. Os dois *retireiros* são rapazes solteiros e moram na própria *fazenda* – “*tem cama e comida*” (não mais *casa* e *comida*), e trabalham de carteira assinada. Os *colonos* continuam a receber o *leite* para o consumo diário e o terreno para plantar sua *horta*. A título de comparação: na época de seu pai a *fazenda* possuía 330 alqueires, 28 *casas de colono*, 28 *colonos* e suas respectivas famílias, e cerca de 160 cabeças de gado; atualmente

27- Nelson Ignácio Hadler Pupo. *Manual de Pastagens e Forrageiras*. Instituto Campineiro de Ensino Agrícola. Campinas, 1979. A produção média diária da *fazenda* aqui apresentada é atualmente de 7 litros, o que parece ser considerada uma média relativamente baixa. De todo modo, como podemos ver no quadro 4 (cap. 1), houve uma progressiva melhora na produtividade leiteira na região (sobretudo quando comparada a do início do século) – o que por outro lado nos aponta para a relação custo x benefício como um provável fator da decadência econômica dessa produção.

28- Um trabalhador *diarista* (autônomo, sem vínculo empregatício e portanto sem qualquer benefício como férias, 13º salário, etc.) cobra hoje em geral R\$ 10,00 por dia de trabalho (8 horas de *serviço*). Alguns cobram até R\$ 8,00.

a *fazenda* possui 136 alqueires, 4 *casas de colono*, 3 *colonos* e suas respectivas famílias (lembrando que só 1 é ativo), 2 *retireiros* “na carteira”, e cerca de 50 cabeças de gado.

“Nós [os fazendeiros] ficamos sem condições de manter. Uns tocaram demanda e outros foram saindo por falta de serviço”.

(Tião Lima)

O processo de desconstrução do colonato ocorrido aqui a partir da década de 70 é portanto percebido como decorrência de um processo paralelo de decadência econômica cujo pivô central estaria, em primeiro lugar, nas novas relações trabalhistas²⁹; segundo, numa concorrência “injusta” com o leite importado. Uma espécie de ciclo fechado onde causa e efeito se revezam, repetidamente, mas cuja mola inicial encontraria-se, de todo modo, no governo. “Nós não conseguimos acompanhar a legislação, o governo não deu chance pra nós. Tinha que dar chance pra gente se organizar. Acabou a roça. O sujeito hoje não aguenta pagar um empregado. O produtor rural ficou liquidado”.

Observamos que nesse momento o produtor em certo sentido aproxima-se do trabalhador, percebendo-se igualmente *sujeito* a dificuldades e condições que seriam – na sua percepção – externamente impostas e sobre as quais parece sentir-se absolutamente impotente³⁰. Numa “respiração que é própria da História” (Vovelle, 1987)³¹, assistimos com um intervalo que passa de um século, a expressão de um sentimento de classe incrivelmente semelhante ao registrado pelo grupo de cafeicultores da região, por ocasião da abolição da escravidão – o

29- Em 1963 foi sancionado o Estatuto do Trabalhador Rural (Lei nº 4.214), “que estendeu aos trabalhadores rurais as vantagens materiais asseguradas aos trabalhadores urbanos – salário mínimo, repouso semanal remunerado, férias, indenização no momento da dispensa, etc. – bem como o direito à sindicalização e à proteção previdenciária”. (Garcia Jr, 1989) Sua aplicação nas diferentes regiões do país variou de acordo com as respectivas atuações sindicais.

30- Apesar da imensa distância entre os respectivos mundos, o caráter de sujeição a que se sente submetido aqui o *fazendeiro* – que por ocupar a posição de maior poder nessa sociedade poderia ser pensado como, na mesma medida, mais isento das pressões e submissões socialmente impostas – nos remete às pressões sofridas pelo rei na sociedade de corte, analisada por Elias, tanto maiores quanto mais aumenta a sua própria esfera de dominação: “... a sua margem de decisão – muitas vezes chamada ‘liberdade individual’ – e a sua submissão às pressões a que não podia furtar-se eram, no seu caso particular, as duas faces do mesmo fenômeno. (...) Este estado de dependência da mais livre e mais poderosa de todas as personagens quando está instalada à testa de uma organização gigantesca é um fenômeno quase universal”. Norbert Elias, *A Sociedade de Corte*. Lisboa, Estampa, 1986, p. 113.

31- Michel Vovelle. “Ideologias e Mentalidades”. São Paulo, Brasiliense, 1987, p. 292.

sentimento de estarem sendo não apenas brutalmente injustiçados, mas sobretudo o de que esta injustiça responde por todo o seu fracasso econômico. Assustados com a iminente libertação dos escravos, os cafeicultores reunidos em Vassouras (RJ), no fim do século passado, registraram que apesar das “injustiças cometidas contra a classe dos fazendeiros”, eles ainda confiavam no “patriotismo dos poderes públicos”³² – patriarcas talvez em busca de um pai, carentes em meio à própria expectativa de uma atitude paternalista da parte do “poder público”. E é a esse mesmo “poder público” que os nossos pecuaristas de hoje atribuem a responsabilidade pelo esvaziamento da *roça*. Esvaziamento de fato ocorrido, social e economicamente.

“Eles tão falando ai que está em extinção o porco do mato, a capivara... O que eu tou vendo mesmo em extinção, no Brasil, é o produtor rural”.

(Tião Lima)



O processo de desconstrução do colonato – *o esvaziamento da roça* – foi de fato desencadeado a partir da década de 70, com o início da aplicação na região da referida legislação trabalhista (E.T.R.). Essa legislação no entanto parece-nos ter seu peso multiplicado, no sentido

32- Reunidos no Paço Municipal de Vassouras em 20 de março de 1888, os fazendeiros debatiam “o grande assunto” da emancipação dos escravos. Seus principais adversários eram então “os ‘anarquistas’ abolicionistas dos centros urbanos brasileiros”. Ao final da reunião os fazendeiros registraram num documento, seus sentimentos em relação à ameaça da abolição: “Se bem que os acontecimentos recentes tenham provocado desânimo e apreensão, justificadas, naturalmente, pelas injustiças cometidas contra a classe dos fazendeiros, ainda assim os fazendeiros de Vassouras confiam na solicitude e patriotismo dos poderes públicos, e acreditam que a substituição do trabalho escravo, por todos desejada, realizar-se-á com a devida cautela e acompanhada das medidas que a mais comezinha prudência e o exemplo de outras nações cuja força de trabalho, como a nossa, consiste no braço escravo, recomendam...” Stein, op. cit., p. 306. Para uma maior compreensão dessa passagem, ver Stein, p. 301 a 311.

A História continua “respirando”, e os brasileiros... Enquanto escrevamos esse texto, a Rede Globo noticiava que, num gesto “de pai para filho”, o governo havia decidido refinar a dívida de grandes produtores rurais (R\$ 14,5 bilhões) por um prazo de 20 anos, e a juros muitíssimo abaixo do mercado (8% ao ano). “A solução foi transferir o risco de um calote futuro dos latifundiários para o Tesouro Nacional e, portanto, para os contribuintes. O risco já não é mais dos bancos, ou do Banco do Brasil, que é de longe o maior credor” (*Jornal do Brasil*, 20/02/98).

(A decisão foi tomada visando atender às pressões da bancada ruralista no Congresso, que negociava assim o seu voto aos projetos do governo, especialmente à reforma da Previdência Social e à criação do Banco da Terra, que vai financiar a Reforma Agrária)

em que, primeiro, recai sobre uma região cuja vida econômica encontrava-se já em franco declínio; segundo, ela torna ilegítimas as formas de remuneração não monetárias até então genericamente praticadas – o que vem a onerar o custo monetário da produção, tornando-a uma espécie de “última gota”. Na percepção de *fazendeiros* e de parte dos *trabalhadores*, os dois fatores – o suposto excessivo peso da legislação trabalhista e as dificuldades econômicas enfrentadas – confundem-se e constituem, em conjunto, a causa central de todas as “desgraças” locais. É possível distinguir, no entanto, importantes diferenciações nas formas de percepção deste processo, não somente entre *fazendeiros* e *trabalhadores*, mas, especialmente em meio aos próprios *trabalhadores*, entre a geração hoje de aposentados – cuja vida produtiva fora integralmente vivida na *roça*, no colonato – e a geração hoje ativa, de *diaristas/ambulantes* (ou *empregados*), ex-colonos, cuja experiência de ruptura com o “antigo regime” representa um verdadeiro “divisor de águas” em suas vidas. Em ambos os casos são todos, de um modo geral, atualmente moradores de São Cristóvão – *bairro* cuja formação se deve basicamente ao deslocamento desses *trabalhadores* e suas famílias, vindos da *roça* em busca de trabalho e/ou moradia no arraial.

Vida de colono

“Aquele vida era uma beleza... levantava cedo, trabalhava, trabalhava em cada serviço tão ruim... ih, a gente gostava daquela vida. Chegava em casa cansado, aquilo pra gente era gostoso, não é? Hoje eu vivo a toa aí... e tou satisfeito também”.

(Seu Osório)

Para os trabalhadores hoje aposentados – com cerca de 70 anos de idade – o sentido da vida, de certa forma, começa e acaba com a *roça*, em tudo que esta representa de *sacrifício*, de trabalho *pesado*, mas também de *sossego* e de *fartura*; da garantia não somente de casa e comida *farta*, mas do sentimento de estar cumprindo um destino que lhe pertence – este é o seu “lugar”. Estes compartilham com seus antigos *patrões* de uma visão naturalizada do colonato, julgando igualmente exagerado o peso da *responsabilidade* jogada sobre os

fazendeiros com a nova legislação – as leis ao prejudicarem os *patrões*, prejudicaram consequentemente seus *empregados*.

“Os fazendeiros não dá mais morada, pro seu colono, a responsabilidade deles são muito grande, hoje. A lei favoreceu tanto o trabalhador, que em parte ficou ruim. Que ficou ruim pro trabalhador arrumar serviço. De tanto que favoreceu”.³³

(Seu Osório)

Fazendo par com o referido excesso de *responsabilidade*, são igualmente apontadas as dificuldades e a decadência econômica enfrentadas pelos *fazendeiros* hoje.

“(...) Não tá dando pra eles possuir colono não. A renda que eles têm nas fazenda não dá pra pagar colonho não. (...) É o assunto que a gente vê eles se queixar, e a gente viveu em fazenda que teve dinheiro, a gente mais ou menos entende um pouquinho disso também, né... Eles têm razão de não guentar fazer movimento (...) Eles foi ficando sem dinheiro, foi perdendo... Eles [hoje] têm muita responsabilidade e não têm lucro”.

(Seu Osório)

Apesar de reconhecer o *empregado* como o *lado mais fraco da corda* e, portanto, *onde ela sempre arrebenta*, Seu Osório, compartilhando mais uma vez do olhar “patronal”, considera ambos os lados – *patrões* e *empregados* – igualmente expostos a *um mucado de sujeição*. Remetendo-nos ainda à análise de Elias, observamos aqui a percepção, da parte que representa em principio os subordinados nessa relação, a respeito do caráter de reciprocidade desta, ou,

33- Seu Osório dá como exemplo a sua própria saída da fazenda, quando o *patrão* lhe “chamou pra um acordo”:
I- “... Então ele chamou, a gente aceitou, fez, então a gente compreende (...) A família desse meu patrão é grande, são 11 filhos (...) Eles tudo lida com a gente, de jeito... eles gosta da gente do mesmo jeito. Porque a gente fez o acordo. A gente não procurou pelo direito que tinha, porque se fosse procurar pelo direito que tinha, a gente tomava quase metade da terra, quase, que ele tinha”.

P- “Mas é assim... os direitos são assim tão difíceis pro *patrão*?”

I- “Deus me livre! Morar igual eu morei lá 42 anos, sem carteira assinada, sem nada, e se eu resolvesse procurar... brigar, eu arrasava ele!”

nos termos de Elias, das “interdependências específicas” constituidoras dessa formação social.³⁴

“Que pra ser bom, tem que ser... tem que assujeitar a muita coisa... Porque se não assujeitar, passa a não ser bom. Isso não é nós. Todos os camaradas. Sendo camarada, tem que assujeitar (...) Infelizmente é assim... é uma coisa até que... com justiça, porque... vamo dizer assim, igual eu fui camarada, eu, vamo dizer, que eu podia ter sido patrão. E a gente vira... é só virar o quadro pro lado da gente. (...) A gente também ia querer um empregado bom. Eu sou justiceiro... Patrão, fazendeiro, por exemplo, fazendeiro assujeita a muita coisa. Eu já vi muita coisa, numa fazenda. Eu morei 42 anos, só numa fazenda. (...) Fazendeiro pra ser fazendeiro tem que assujeitar a muita coisa”.

(Seu Osório)

Na continuação desse diálogo, Seu Osório nos exemplifica o tipo de *sujeição* a que se submetem os *patrões*, e define o que é ser um *bom empregado*:

“...Porque fazendeiro tem que assujeitar muito... fazendeiro... eu vi muita coisa na fazenda... a gente vê muito companheiro da gente fazer as coisa de má vontade, fazer as coisa mal feito, né... Porque a gente tem que procurar agradar o patrão, porque o patrão só é muito bom se a gente agradar ele, né? Porque... tem um tal de chalerar, né? Tem um assunto de chalerar patrão. Porque chalerar é uma coisa. E ser bom empregado, agradar o patrão, é outra. (...)”

“Chalerar é assim... a pessoa fica com muito nhem-nhem-nhem, em roda do patrão, muita coisa, rodeando o patrão... com muita conversinha... não. Você faz a obrigação, trata o patrão bem, faz o que tem que fazer, e não tem muita conversinha não. Isso é importante. (...)”

“Eu, por exemplo, se eu fosse fazendeiro, eu era bem mais pior do que foi o meu patrão (...) Eu era muito pior do que ele. Eu não

34- Diz Elias: “Para o senso comum, parece por vezes que os subordinados dependem dos senhores enquanto os senhores não dependem absolutamente nada dos seus subordinados. Não é fácil mostrar que a posição social de um soberano, de um rei, por exemplo, emana das interdependências funcionais de uma sociedade, ao mesmo título que a posição de engenheiro ou de médico. (...) Assim, os soberanos e os membros de algumas elites poderosas são muitas vezes apresentados aos súditos como símbolos da liberdade individual (...). Vendo com mais atenção, descobrimos que aquilo que une os homens no seio de uma determinada formação, aquilo que dá estabilidade à formação durante várias gerações (...) são os modos específicos de dependências entre os indivíduos ou, para empregar um termo técnico, as “interdependências específicas”. Elias (1986), op. cit., p. 114, 115 e 116.

sujeitava igual ele sujeitava não, né. Fazendeiro pra ser fazendeiro tem que assujeitar a muita coisa”.

Seu Osório nos aponta como um fator também participante (ou decorrente) desse processo, o que seria um *desinteresse* dos trabalhadores atuais pelo plantio de roças. “*Lá tem terra hoje de planta que não tem quem planta (...) O pessoal agora não interessa mais não, plantar não, dá prejuízo...*” Segundo Seu Osório, o *mantimento* está tão *barato* em relação à atual valorização da mão-de-obra *diarista* e em relação ao alto custo do plantio, que este não compensaria mais, nem para o próprio trabalhador.

“... se for pra fazer conta, não pode plantar, porque... por exemplo, se um fazendeiro der uma terra pra um homem que mora aqui [em São Cristóvão, no arraial], fazendo 8 a 10 reais por dia, o fazendeiro der a terra dada pra ele plantar, ele enjeita a terra (...) Se for pra ele cercar o terreno, pagar o trator, comprar o adubo, comprar a semente, dá prejuízo pra ele. Então ele convém enjeitar a terra. Ele enjeita a terra. Aqui na nossa zona tá desse jeito”.

(Seu Osório)³⁵



Indagado quanto à diferença entre morar lá na *roça* e morar aqui na *cidade*, Seu Osório não hesita – “*A diferença é que se a gente pudesse estar lá naquela vida que tinha, a gente queria, estar continuando naquela vida que tinha*”³⁶

35- Na verdade essa hipótese é fictícia, pois parte do pressuposto que todos os trabalhadores tenham *serviço* certo para todos os seus dias úteis. Como na prática existem muitos desempregados, sem conseguir um trabalho diário, se alguém oferecesse terra *dada* para plantio certamente apareceriam muitos interessados, a fim de garantir assim, ao menos os *mantimentos* mínimos para subsistência. O próprio sistema de *meia* ainda é usado por alguns moradores de São Cristóvão com este objetivo, aproveitando parte de seus dias ou os dias em que não conseguem *serviço*. (de acordo com a pesquisa da prefeitura, há ainda 13 lavradores em São Cristóvão).

Mais uma vez a visão de Seu Osório aproxima-se da dos *fazendeiros*, no julgamento sobre a valorização do trabalho diarista atual. Dentro dessa mesma visão, em sua opinião o *Real* teria vindo acentuar ainda mais essa “valorização” do trabalhador: “*Enquanto tava no Cruzeiro, ainda podia plantar. Depois que passou pro Real, aí é que não teve mais jeito. (...) ... subiu de preço a mão-de-obra, o custo de vida, o trabalhador. Encareceu muito. O adubo ficou muito caro, com o Real; o trabalhador ficou muito caro, o trator ficou muito caro... (...) Eu peço a Deus que ele [o Real] nunca acaba. Pra mim ele tá sendo bom pra caramba... Mesmo com essa subida de preço*”. Seu Osório aqui explica que com o fim da inflação, ele, que vive de 1 salário mínimo, está muito melhor, “*porque o mantimento, essas coisa... roupa, calçado, relativamente é barato... no Real é relativamente barato*”.

36- Em relação a essa mesma questão, sua esposa, Dna. Izabel, contra-argumenta sublinhando aspectos a seu ver

Nascidos em 1927, filhos de *colonos* da mesma região em que sempre viveram (até mudarem-se, há cerca de 6 anos, para o *arraial*), aos 20 anos Seu Osório e Dna Izabel casaram-se e foram morar *de colono* na fazenda Pedra Negra, Pirapetinga, onde permaneceram por 44 anos. Quando o *patrão* quis dividir a *fazenda* entre os filhos, chamou Seu Osório “*mim acordo, pra me dar qualquer coisa [em dinheiro] pra mim sair da fazenda... mas no fim ele me deu foi um pedacinho de terra (...) Um lugar bem longe de recurso, nós viu que não dava mais, fomos ficando muito vendido, dentro de uma grotta muito feia, não passava quase ninguém...*”

Isolados e já sem a companhia dos filhos – haviam partido para cidades maiores em busca de trabalho – lá permaneceram ainda por 2 anos, até decidirem a venda deste terreno e a compra de sua atual casa, em São Cristóvão.

“... *A gente quando era criança a gente brincava muito, só que naquele tempo não tinha brinquedo igual hoje, né... A gente brincava era com boizinho de sabugo... eu fazia umas canguinha de pau, pra atelar dois sabugo, fazia carrinho pequenininho [carro de boi] ... eu e um outro irmão*”.

(Seu Osório)

Seu Osório *lidava* com os bois desde suas fantasias de *menino pequeno*. Frequentou a escola por pouco tempo. Aos 10 anos, já *menino grande*, começou a trabalhar como *candeeiro* – guiando carros de boi³⁷. A partir de então, brincar era só aos domingos e dias santos. “*Nos dias de trabalhar, levantava na rompida do dia e ia juntar boi, ia trabalhar [candiando], e*

positivos da vida no *arraial*:

Dna. Izabel- “*É, mas aqui também, é muito bom. Eu sinto muito a terrinha aqui*”.

Seu Osório- “*Mas aqui é muito bom porque a gente não pôde mais ficar lá, mas assim... que a gente tem muita saudade daquele tempo, a gente tem, aquela vida era boa, era gostosa...*”

Dna. Izabel- “*É, mas aqui a gente tem mais um conforto, né... uma casinha melhore, e tem mais uns trezinho, eu tenho a televisão, a geladeira, que eu não tinha, né?... Missa aqui perto pra ir... né, pertinho...*”

P- “*Que mais que a senhora vê de melhor aqui?*”

Dna. Izabel- “*Mais é tudo... pra ir fazer compra, né... era a maior dificuldade na roça onde a gente morava, que tinha que ir de ônibus, andar longe com o saco de compra, né... e aqui não, aqui a gente vai ali, é uma facilidade, né?*”

P- “*E o que a senhora acha que é pior aqui e melhor lá?*”

Dna. Izabel- “*Lá a gente vivia mais à vontade, né... assim, nos campo, né...*”

P- “*Mais à vontade como, Dna. Izabel?*”

Dna. Izabel- “*Assim... porque [a gente] saía mais assim pros pasto, pra roça, né... Aqui a gente fica mais presa, né?*”

P- “*E o senhor, Seu Osório? O senhor pensa mais ou menos como Dna. Izabel sobre essas coisas que são melhores aqui?*”

Seu Osório- “*É, não resta a menor dúvida, porque hoje... eu acho aqui hoje melhor do que lá, porque a gente ficou velho... entendeu bem, né? Porque se eu fosse novo, queria tá lá. Porque quando a gente era novo a gente gostava era daquela vida...*”

37- *Candiar* bois era usualmente tarefa de meninos e adolescentes. O menino vai à frente do carro caminhando e dando direção ao *carro de boi*.

chegava em casa quase de noite". Quem fazia a *combinação* com o patrão e recebia o *ordenado* era seu pai. "*Era o uso daquela época*". O dinheiro recebido pelos filhos, mesmo quando trabalhando "*pra fora*", para outros *fazendeiros*, era integralmente entregue ao pai, que centralizava a administração de todas as *despesas* da família. A partir dos 18 anos, seu pai "*abriu mão*" deste recebimento. Além disso – e este compromisso mantinha-se até que saíssem de casa – os filhos trabalhavam na *roça* de *mantimentos* do pai. "*Trabalhar pra gente ganhar era quando sobrasse tempo, porque tinha que fazer o serviço da casa... e esse não tinha dinheiro não*"³⁸. Com casa e comida assim garantidos pelo trabalho familiar, o dinheiro recebido pelo rapaz ao trabalhar *pra fora* destinava-se a certas despesas de ordem pessoal como roupas, calçados. etc.³⁹. Assim foi até seu casamento, aos 20 anos. "Quem casa quer casa" e o casamento representa aqui não só a entrada no colonato, mas o meio pelo qual todo um conjunto de condições é social e culturalmente reproduzido. Treinado – socializado – desde a mais tenra idade dentro das regras e condições assim geradas, e tendo realizado, dentro das expectativas possíveis, todo um ciclo completo de vida – cresceu, trabalhou, casou, criou filhos, etc. – a saída da *roça* significa para esse homem, acima de tudo, sua chegada à velhice⁴⁰. A *roça* relaciona-se, para essa geração, com a fase áurea de uma vida produtiva, em plena realização; a *cidade*, inversamente, relaciona-se com a velhice, em alguns casos com a solidão, e com uma vida cujo sentido eventualmente se renova com a *visita* dos filhos distantes, *esparrramados* por aí. Dificilmente poderia haver, nessas condições, uma visão "objetiva" ou questionadora desse

38- De uma certa maneira a vida desses trabalhadores no colonato dava continuidade às condições vividas nas primeiras lavouras dessa região, onde "a tarefa precípua consistia em alimentar, vestir e alojar os habitantes da pequena colônia" – Stein. op. cit., p. 25 e 26.

Os *mantimentos* assim produzidos destinavam-se basicamente à *despesa* da família – tanto do *colono* quanto do próprio *fazendeiro* – sendo uma parte excedente comercializada ou trocada, na própria região, por diferentes *mantimentos* excedentes de vizinhos próximos. Enquanto os meninos e rapazes participavam assim da *despesa* familiar, às meninas cabia ajudar à mãe nas tarefas domésticas, a um só tempo ajudando e preparando-se para, mais tarde, trabalhar nos serviços domésticos de uma *fazenda*. A partir dos 12 ou 13 anos de idade as meninas eram consideradas aptas a começar a trabalhar nesses serviços. Acontecia, parece que muito raramente, da menina trabalhar em *serviço de roça*, mas isso só acontecia em caso da família estar muito *apertada*.

39- Tratando-se aqui de trabalhadores sem terra, o dinheiro obtido pelos filhos ao trabalharem *pra fora* tem uma representação equivalente ao dinheiro obtido pelos filhos de pequenos produtores, no nordeste, através dos *roçadinhos* individuais. Cf. Garcia Jr (1983) e Heredia (1979).

40- Como demonstra Elias, para alcançarmos uma certa compreensão das emoções individuais – as formas de sentir e desejar, as expectativas e o sentido que a vida pode ter, ou não, para as pessoas, "é preciso ser capaz de traçar um quadro claro das pressões sociais que agem sobre o indivíduo", ou seja, é preciso conhecer a formação social no qual estão inseridas. Norbert Elias, *Mozart, Sociologia de um Gênio*, Rio de Janeiro, Zahar, 1995, p. 18.

passado. Ele será sempre visto com um olhar, no mínimo, saudoso.

“Tudo que Deus me deu vida eu vivi na roça. E a morada da roça é muito boa. É uma vida sossegada. É um lugar que a senhora tem tudo, sem preocupação. Só de fazer... tem a preocupação só de fazer, né... Agora, aqui, é um lugar que você não tem jeito de fazer nada, ué... A vida que eu tinha lá e a vida que eu tenho aqui... eu estranhei muito (...) Vou viver aqui porque não tenho como eu viver na roça. Mas o meu sonho é roça. Eu nasci e vivi a minha vida na roça”.

“Pra falar a verdade com a senhora, eu penso que os pobre não tão pensando, em largar de viver na roça, um lugar mais liberado, pra vir morar dentro de arraial. Não é?”.

(Dna. Quita)

Percebendo o colonato como uma condição “natural” de vida dos *pobres*, essa geração tem dificuldade em entender a ruptura vivida pelos mais novos, por vezes percebida como uma opção, incompreensível, pela vida na cidade. Na *verdade*, a geração seguinte, que constitui boa parte da mão-de-obra hoje produtiva e disponível para a pecuária local – igualmente nascida e criada dentro do colonato – vivenciou uma mudança bastante difícil na qual dois fatores parecem ter sido centrais.

Em primeiro lugar, todo um conjunto de regras que há pelo menos três gerações regiam suas relações de trabalho e familiares – a *combinação* com o *patrão* – perdem de um momento para outro sua efetiva validade, para serem substituídas por outras cuja elaboração e implantação de fato não considerara em nada as condições locais até então existentes. Algumas conquistas trabalhistas básicas (mínimas), como a fixação/limitação de um horário de trabalho – *esse negócio de 7:00 às 4:00* – vêm sendo aos poucos assimiladas, com muita dificuldade e resistência, pelos *fazendeiros* da região. A idéia de que “*a lei favoreceu*” excessivamente ao trabalhador não é de um modo geral partilhada pelos atuais *diaristas* e *empregados*.

“Antigamente, de primeiro, a gente pegava no escuro e largava no escuro. Agora a maioria trabalha 8 horas por dia”.

(Zé Duriquinha)

A ruptura vivida por Seu Adão exemplifica bem as dificuldades enfrentadas, por ambas as partes, nessa passagem. Morando *de colono* há três anos numa fazenda, Seu Adão trabalhava como *retireiro*. Começava o dia por volta das 5:00/6:00h da manhã e trabalhava até cerca de 20:00h, em função do horário do *cargueiro de leite*. Recebia, além de um salário mensal, o tradicional *leite pra despesa* (para seu consumo) e o direito a plantar sua *horta*, no terreno para isto delimitado em torno da casa. Em 1976 o *patrão* assinou, pela primeira vez, sua carteira de trabalho, registrando o dito horário das 7:00 às 16:00h. Como na prática o horário de trabalho sabidamente ultrapassaria o assim estabelecido (cerca de 5 horas a mais), ficou então *combinado* que o *leite* e a *horta* – não previstos pela lei – ficariam como pagamento, como uma espécie de compensação, por esse horário “extra”. Decorridos 17 dias da carteira assinada, no entanto, o *patrão* teria voltado atrás, decidindo suspender o *leite* e a *horta* – “*Você vai ter que trabalhar só pra mim*” (não poderia mais dedicar parte do seu tempo em benefício da sua própria *horta*). “*Aí deu essa diferença eu peguei e sai: – Desse jeito, Honório, eu não trabalho nem uma hora mais*”. A assinatura da carteira veio desse modo a desestabilizar, a quebrar o “equilíbrio” – um tanto desequilibrado de forças – que há três anos se mantinha por meio da *combinação*, do contrato verbal de trabalho, de acordo com as regras há muito praticadas na região. Seu Adão mudou-se então, provisoriamente, para a casa desocupada de um primo, em Santa Bárbara. “*Fui pra trabalhar particular, já não era empregado mais*”. E trabalhando assim, “*pra um, pra outro*”, como *diarista/ambulante*, comprou um *lote* e construiu sua primeira *casa* própria, no *arraial*. Para esse trabalhador, o fim do colonato deve-se, acima de tudo, ao não reconhecimento, por parte do *patrão*, dos direitos a partir de então adquiridos pelos *empregados*.

Apesar de tudo, a iniciativa de *tocar demanda* (ou *tocar questão*) na justiça trabalhista contra o *patrão*, é muitas vezes referida num tom sutilmente crítico, assim como a atitude oposta chega a ser, em certa medida, identificada e apresentada como uma qualidade positiva,

em meio aos próprios trabalhadores. *“Eu trabalhei 12 anos lá em cima e nunca pensei em tocar demanda com ninguém... Meu pai, eu... nós nunca pensou por esse lado... nunca teve essa idéia.”* (Seu Fernando). Por outro lado, ser reconhecido como parte de uma família que “tradicionalmente” não costuma *tocar demanda* contra *patrões*, ajudaria na hora de conseguir trabalho. *“Mas aí a gente não tinha dificuldade de arrumar morada em lugar nenhum, porque já sabiam da nossa fama”*.

A aparente ambiguidade desse discurso parece-nos caracterizar o caráter de transição da fase atualmente vivida nesse processo. A lei é muito bem vinda mas a questão é que ela por si só não garante a sobrevivência – o *emprego* – de ninguém. Perguntamos ao Tião Pinto:

- P- *“Mas os fazendeiros não empregam, não tem mais nenhum colono pra cuidar das coisas na fazenda?”*
- I- *“Ah, deve ter, algum pra cuidar só do gado, né, que quase ninguém hoje tá dando emprego mais. Que se ficar um ano lá dentro da fazenda, a pessoa quer tomar a posse do lugar... então tá difícil (...) Se sair, já quer tocar questão com o patrão... então fica difícil... Um vai, toca questão com o patrão, aí um outro às vezes que não vai tocar questão nem nada, não arranja serviço porque o outro já fez aquilo.”*

O *direito* à propriedade da terra – talvez atualmente reforçado por sua recente condição de possuidor de *casa* própria – é para alguns aparentemente inquestionável e em parte motivador desse sentimento crítico em relação às reivindicações trabalhistas, cujo resultado via de regra consiste numa indenização paga ao trabalhador sob a forma de uma pequena área de terra, na *fazenda*, ou de um *lote* no *arraial* – sendo esta a origem de diversas *casas* de ex-colonos *levantadas* em São Cristóvão. Como nos fala Seu Osório em conversa sobre as invasões de terra praticadas pelo MST: *“O que é de Pedro é de Pedro. O que é de César é de César. Isso é ditado antigo...”*

Diz ainda Dna. Quita:

“Eu morei lá no terreno do meu patrão, quando foi pra mim sair, muitos falou pra mim que eu tinha o direito de requerer. Dele me dar um dinheiro. Eu falei: não posso fazer isso. Eu não posso fazer isso, porque... se a gente viveu num lugar, o tempo que trabalhou, o patrão pagou; deu terra pra você plantar, você tinha tudo dentro de casa. Por que que você sai porque quer e quer demandar com o patrão pra pagar direito? Direito de que, Dna. Teresa?”

E referindo-se, como exemplo, ao genro que, tendo se apropriado de uma parte do seu lote (em São Cristóvão), está lhe exigindo uma indenização para sair, Dna. Quita questiona: *“Eu tenho que pagar direito de uma coisa que é meu?”*

Seu Tião Lima estima em apenas cerca de 10% o percentual de ex-colonos que tem partido ultimamente para reivindicações na justiça trabalhista.

Em segundo lugar, ainda que em parte reconheçam as dificuldades econômicas enfrentadas por muitos fazendeiros e sitiantes da região⁴¹, esses trabalhadores consideram como um elemento também central, não somente para o fim do colonato, mas para o crescente desemprego desde então enfrentado, o fim da própria lavoura local. Esses dois processos – o fim do colonato e o crescente desemprego – em parte se confundem, se tocam, mas respondem, ao nosso ver, por duas desconstruções distintas. A carência atualmente sentida por esses trabalhadores é de *emprego*, de *serviço*, e não de uma *casa* para morar e trabalhar na condição de *colono* – posição que para a grande maioria desses trabalhadores parece de fato não interessar mais. O fim dessa lavoura é atribuído aqui, de modo inverso à geração anterior, ao desinteresse da parte dos *fazendeiros*. *“Fazendeiro não quer mais plantar roça, só quer plantar brachiaria. Porque o leite dá mais dinheiro que a lavoura. E a brachiaria não dá trabalho.”*⁴² (Seu Fernando). Além do *leite dar mais dinheiro*, esses trabalhadores em parte reconhecem que essa lavoura hoje *não compensa economicamente*, ao menos para os *fazendeiros* – a quem atribuem, assumindo

41- *“Os fazendeiros estão quebrando...”* É de fato difícil não reconhecer essa *quebra*, no mínimo pela imensa quantidade de sítios e fazendas atualmente à venda, e por sua compra, cada vez mais frequente, por parte de profissionais liberais e empresários de centros urbanos – muitos do Rio – com finalidade de veraneio.

42- Sobre esse plantio generalizado da *brachiaria* – que *não dá trabalho* (nos dois sentidos possíveis) – é interessante observar que sua história, desde os primeiros plantios ao progressivo alastramento, “coincide” com o processo de desconstrução desse colonato e da conseqüente saída do homem da *roça*.

uma posição oposta à geração anterior, as iniciativas que deram fim à sua prática.

- I- *“Hoje a maior parte quer plantar é uma brachiaria. Então já não dá terreno pra plantar. Milho, feijão... A gente vai plantar um milho, ah, não... tem que plantar a brachiaria na cova do milho. Então chega o ano que vem já não tem aquele lugar mais (...) Ai é pasto pra boi, só. Hoje, acabou, esses lugar de planta tá acabando (...) O adubo vai ficando caro. As pessoas... os que têm o terreno pra plantar não quer dar pra plantar mais, quer criar boi, plantar brachiaria, só...”*
- P- *“Mas os fazendeiros não têm interesse em ter uma parte com plantação, nem pra colher pra eles mesmos?”*
- I- *“Não tá tendo não. Não tá querendo plantar mais. Eles compram ali na venda, tá tudo mais no jeito, né?”*
- P- *“Bom, mas pra ter ali na venda, alguém em algum lugar tem que estar plantando...”*
- I- *“Mas vem mais é tudo de fora”*
- P- *“Então o senhor acha que o que está esvaziando a roça é porque estão botando cada vez mais brachiaria, pasto, e acabando com a área de plantação?”*
- I- *“É. Porque se for pra senhora morar lá na roça e vir buscar tudo na venda cá, não tem... então muda pra cidade d'uma vez, que já vai vir tudo dali...”*

(Sebastião Pinto)

Adubo aqui se refere sempre à adubação química, comprada. O adubo orgânico é referido somente como *esterco*. Plantar a *brachiaria* na cova do milho (plantio simultâneo) tem aqui um sentido econômico (de tempo e de mão-de-obra). Ao ser colhido o milho (cerca de seis meses), a *brachiaria* estará num tamanho razoável para continuar seu desenvolvimento e em pouco tempo estará formada uma nova área de pastagem (onde não será mais possível plantar milho ou qualquer outra *roça*). Esse método de plantio consorciado de *milho/brachiaria* parece-nos especialmente representativo dessa passagem histórica.

As “inovações” introduzidas no meio rural brasileiro a partir da década de 60 não se limitaram ao campo das relações trabalhistas. Inovações de ordem tecnológica – o plantio mecanizado de grãos em extensas áreas planas – trouxeram um benefício na

relação custo/produzibilidade com o qual a lavoura tradicional parece ter tido de fato poucas chances de competir. O *mantimento* tão *barato* referido por Seu Osório é produzido realmente bem longe daqui. Os *mantimentos* mais consumidos pela população de Santa Bárbara (especialmente milho, feijão e arroz) têm as seguintes procedências:⁴³

Farinha de milho - Goiás e Paraná

Feijão preto - Paraná, Espírito Santo e Argentina

Arroz - Rio Grande do Sul

Macarrão - Minas Gerais (Bicas e Juiz de Fora) e São Paulo

Farinha de trigo - Pernambuco e Minas Gerais (Juiz de Fora)

Farinha de mandioca - Santa Catarina, Paraná e Rio de Janeiro

Café - Minas Gerais (Guarará e Ervália)

Açúcar - Minas Gerais (Rio Pomba)

Leite em pó (!) - Minas Gerais (Contagem e Ituiutaba)

Sal - Rio de Janeiro

Óleo de soja - Paraná

A gradativa desativação da lavoura local que, ao que tudo indica, ao menos em princípio não *compensaria* para ambos os lados – fazendeiros e trabalhadores⁴⁴ – parece-nos ter um papel também central nesse processo de esvaziamento da região. Consideramos nesse sentido o fim do colonato aqui como parte de um processo maior

43- Esse levantamento foi feito junto ao mercado mais procurado da cidade, tanto pelos moradores do Centro quanto pelos de São Cristóvão. Eles trabalham com um sistema de *cadernetas* pessoais (da família), onde vão sendo anotadas todas as compras e respectivos valores e, ao final de cada mês, é paga a conta total e aberta uma nova. Desse modo, ao ir fazer alguma compra o que se leva não é dinheiro, mas a *caderneta*, que fica sempre com a dona-de-casa (ou com o chefe da casa) a fim de que estes se mantenham cientes da quantia devida acumulada.

44- Gostaríamos de sublinhar, mais uma vez, o fato dessa lavoura possivelmente não compensar para aqueles trabalhadores que tenham *serviço* para todos os seus dias úteis. Como na prática isso raramente acontece, a lavoura, mesmo de *meia*, ainda é um meio, literalmente vital, de se tentar garantir ao menos algum *mantimento* básico. Nesse sentido ouvimos referências quanto aos aspectos positivos da vida na *roça* (por comparação à cidade), que apontavam que "...Aqui [na cidade] é melhor, tem escola pras crianças, as coisas são mais perto. Mas lá era melhor o terreno de plantar, de lavoura". Teresa nos explicou aqui que a *bondade* que havia na *roça* (ainda por comparação à cidade) era não só a maior chance de conseguir terreno, mas sobretudo a sua proximidade física.

onde o que está *acabando* é a própria *roça*, e do qual decorrem o desemprego generalizado e o subsequente esvaziamento sócio-econômico da região.⁴⁵ “*Pra tratar da família cada um tem que seguir um caminho*” (Messias)

Mas esse esvaziamento da *roça* não se restringe a um processo sócio-econômico. As profundas transformações que vêm sendo vividas nessa trajetória – nas diferentes posições – não se limitam ao âmbito das relações trabalhistas e familiares, ou das técnicas de plantio. É todo um universo cultural cujas referências fundamentais são postas em questão.

A vocação original desse *arraial* fora a produção de *mantimentos*. Como vimos, Sta. Bárbara começou como ponto de pouso e abastecimento de tropeiros e viajantes. À exceção de Barreado, cujo desenvolvimento inicial deveu-se ao café, a história de boa parte desse município foi marcada pela lavoura de *mantimentos* e por criações de pequeno porte (aves e porcos) – seja como principal produção, comercializada (especialmente para o mercado do Rio de Janeiro), quando na fase anterior à chegada do gado leiteiro, ou posteriormente, como produção paralela, visando sobretudo à manutenção e *despesa* da *fazenda* e de seus *colonos*. De um modo ou de outro, o plantio de *mantimentos* – a *roça* – é parte essencial do meio cultural do qual descendem e no qual foram ainda criados esses trabalhadores. Essa passagem implica portanto num delicado processo de reconstrução não somente de relações sociais, mas de novos valores e referenciais culturais. Algumas aparentes ambiguidades em seu discurso parecem-nos em parte relacionar-se às dificuldades nesse sentido aqui enfrentadas.⁴⁶

Para o trabalhador que assiste a partida de tantos filhos e compadres – *esparramando-se* mundo à fora – em busca de *emprego*, forma-se aos poucos a noção de que, o que até então fora válido, não mais o seria; se até ali o conhecimento necessário à vida, por exemplo, era aquele aprendido junto aos pais, na *lida*, a partir de então este perde em parte seu valor: seria

45- *Roça* aqui no sentido da categoria local, designando não somente um espaço físico (oposto ao da cidade), mas sobretudo a lavoura de *mantimentos*, no modo como foi tradicionalmente praticada nessa região. Devemos entender aqui por *roça* todo um sistema de trabalho – e de vida.

A respeito do esvaziamento demográfico da área rural nessa região, ver quadro 5 no capítulo 1.

46- De acordo com um dos primeiros *Livros de Notas* do cartório de Santa Bárbara, o livro nº5, de 1875 (os livros anteriores, a partir de 1862, registram quase que exclusivamente a negociação de escravos), era já frequente a venda de pequenas áreas de *terras de culturas* – variando desde 2,5 até 23 alqueires *po-co mais ou menos* – contendo por vezes *huma casa coberta de capim, caffezais e mais bem feitorias...*

preciso estudar e preparar-se para uma vida cuja realização em princípio encontra-se bem longe dali. A ida para o *arraial* (agora *cidade*) ganha então sentido não simplesmente por uma falta de opção – porque está de fato difícil conseguir um bom *emprego* na *roça* – mas sobretudo porque representa a aproximação de todo um conjunto de *recursos* que precisam agora ser incorporados. *Escola* para os filhos foi a mais frequente resposta quanto às possíveis motivações na mudança para o *arraial*.⁴⁷



“Hoje está melhor do que antigamente. De primeiro a gente nem calçado não tinha. Os pequenos usavam camisinhas de saco... pelados, nem calçãozinho não tinha. Vivia com a bunda cheia de areia...”

(Seu Fernando)

“A gente fala... as crianças de hoje já nasce calçado, né?”

(Teresa)

Para essa geração de trabalhadores *diaristas* ou *empregados*, ex-colonos, que hoje moram, trabalham⁴⁸ e criam seus filhos no *arraial* – próximos dos *recursos* – o sentido da vida certamente já não é o mesmo.

Para além do que podem ter sido as motivações originais no momento de sua *mudança* para o *arraial* – numa “opção” algo planejada ou na urgência de um desempregado – a condição atualmente vivida por esses trabalhadores, tendo como elemento central a relativa “autonomia” aqui conquistada, é, apesar de todas as dificuldades ainda enfrentadas, genericamente percebida

47- A vinda para o *arraial* nem sempre resulta de uma falta de opção ou de uma ruptura repentina com a condição de *colono*. Algumas famílias vieram de forma planejada, usando inclusive recursos acumulados com essa finalidade. No caso do Seu Fernando, por exemplo, depois de comprado o *lote e levantada* a casa em São Cristóvão, sua mulher veio primeiro, com as crianças, e ele só pode vir (em função de seu trabalho) 3 meses depois. Sua vinda teria como motivo prioritário a necessidade de escola para seus filhos, que nessa época alcançavam idade de escolarização.

48- Os que trabalham ainda em *serviços de roça*, vão e voltam diariamente. Um trabalhador explicou-nos que “bóia-fria” aqui é chamado de *ambulante a sêco* (trabalhador que não recebe a refeição, durante a jornada de trabalho, como parte do pagamento *combinado*). Ver pesquisa da prefeitura com os percentuais de *serviços de roça e da cidade* (nota nº 1)

como uma efetiva *melhoria* em suas vidas.

“Aqui na cidade acaba sendo mais melhor um mucadinho porque os fazendeiro dá mais valor à pessoa, né, ao trabalhador. Porque na roça, lá, quando a pessoa mora no terreno deles, né, então eles não ... Aqui, se eles der bobeira, o empregado vai embora ... então eles paga mais um mucadinho pra segurar o caboclo ali, né?”

(Zé Duriquinha)

“Aqui melhorou ... porque lá eu trabalhava, mas não tinha assim condição de fazer uma casa, né... trabalhava mais apertado (...) Depois que eu mudei pra cá, eu tive condição de fazer uma casa, ter o lote ... lá eu não tinha condição (...) Depois que eu vim pra cá, eu só melhorei”

(Seu Adão)

“A maior satisfação que eu tenho é ter meus filhos e ter onde morar agora, né. Que a gente morar no que é do outro, não presta. Então hoje, graças a Deus, eu tenho onde morar”

(Sebastião Pinto)

A conquista dessa “autonomia” traduz-se aqui, substancialmente, num processo de valorização do trabalhador, materializada sob duas formas distintas: primeiro, na valorização de seu trabalho. Tanto o *diarista* quanto o *empregado* ganham mais um *mucadinho* – em dinheiro – do que ganhavam enquanto *colonos*; segundo, na sua própria valorização enquanto homem – que tem aqui na construção da *casa* própria uma de suas mais fortes expressões.

“Muda, muda muito. Muda porque na casa da gente a gente fica mais livre, né... fica mais à vontade. A casinha que nós morava lá em Pirapetinga era muito ruinzinha.

(...) É tudo muito longe, não tem vizinho por perto. É difícil cismar de morar, né... Eu não quero morar mais de colono não. Acostumei a morar aqui”

(Zé Duriquinha)

“Na roça você pode morrer de trabalhar que não adianta nada. Se tinha fartura [de comida] mas não se tinha dinheiro”

(Messias)

Gostaríamos de observar, mais uma vez, que por *roça* devemos entender todo um conjunto de condições de vida em torno da lavoura de *mantimentos*, no modo como foi sempre praticada nessa região. É a ela que Messias se refere quando explica que a única coisa que se conseguia, naquela vida, era *fartura* de comida. “*Não se tinha dinheiro*”, ou seja, não se tinha nada do que se pode ter através do dinheiro – e que entendemos aqui referir-se a tudo que se passa a desear a partir dos novos referenciais culturais incorporados.⁴⁹

A experiência dessa relativa autonomia – de ficar *mais à vontade* – participa de uma profunda *mudança* gradativamente operada na vida desses trabalhadores, num processo que reconstrói seus mais íntimos valores e significados. Ao processo de desconstrução da *roça*, corresponde um processo de reconstrução do próprio sentido que a vida pode ter para essas pessoas. Trata-se aqui de tentar compreender, com Elias (1995), o modo pelo qual seus desejos vêm sendo socialmente construídos – e reconstruídos – numa história que busca, nesse sentido, alguma forma possível de realização⁵⁰. Entendemos assim o esvaziamento da *roça* como um esvaziamento do sentido da *roça*, ou seja, do sentido de se viver uma vida de *roça* no que ela significou, até então, nessa região. Isso não ocorre porém da noite para o dia, nem de forma

49- Há uma música dos *Titãs* (1987), cuja letra a seguir reproduzimos, que nos parece exprimir algo muito próximo do sentimento ao qual nos referimos. Chama-se **Comida**.

Bebida é água / Comida é pasto / Você tem sede de que? / Você tem fome de que?
 A gente não quer só comida. / A gente quer comida, diversão e arte.
 A gente não quer só comida. / A gente quer saída para qualquer parte.
 A gente não quer só comida. / A gente quer bebida, diversão, balet.
 A gente não quer só comida. / A gente quer a vida como a vida quer.

Bebida é água. / Comida é pasto. / Você tem sede de que? / Você tem fome de que?
 A gente não quer só comer / A gente quer comer, quer fazer amor
 A gente não quer só comer / A gente quer prazer para aliviar a dor.
 A gente não quer só dinheiro / A gente quer dinheiro e felicidade.
 A gente não quer só dinheiro / A gente quer inteiro e não pela metade.

No que me diz essa letra, não se pode reduzir as necessidades humanas ao alimento físico – assim reduzidas a condições animais (Bebida é água / Comida é pasto). Atualmente ao menos, ao que me parecem dizer esses trabalhadores, trabalhar *de barriga cheia* já não significa garantia de *satisfação*.

Explicando a atuação do MST na luta pela reforma agrária, diz Gilmar Mauro, um dos líderes do movimento: “Nossa causa nem chega a ser uma luta pelos direitos humanos. É pelos direitos animais: comer e ter um lugar para morar. Até bicho precisa disso.” – *Jornal do Brasil*, 22 de março de 1998.

50- Diz Elias: “Para se compreender alguém, é preciso conhecer os anseios primordiais que este deseja satisfazer. A vida faz sentido ou não para as pessoas, dependendo da medida em que elas conseguem realizar tais aspirações. Mas os anseios não estão definidos antes de todas as experiências. Desde os primeiros anos de vida, os desejos vão evoluindo, através do convívio com outras pessoas, e vão sendo definidos, gradualmente, ao longo dos anos, na forma determinada pelo curso da vida: algumas vezes, porém, isto ocorre de repente, associado a uma experiência especialmente grave. Sem dúvida alguma, é comum não se ter consciência do papel dominante e determinante destes desejos. E nem sempre cabe à pessoa decidir se seus desejos serão satisfeitos, ou até que ponto o serão, já que eles sempre estão dirigidos para outros, para o meio social.” Norbert Elias (1995), op. cit., p.13.

igual para todos. Para o grupo que constitui aqui o centro dos nossos interesses – trabalhadores ex-colonos moradores de São Cristóvão – o processo de esvaziamento do sentido que uma vida nessa *roça* pode ter, encontra-se, por assim dizer, a meio caminho, ou seja, se essa vida perdeu em parte sentido, ela ainda é, por outro lado, motivo de saudades e nostalgia.⁵¹

E nesse aspecto uma imensa distância pode separar esta geração da anterior, atualmente aposentada.

I- *“... Hoje pode, minha filha, fazer uma casa aí... um senhor que tem terreno e vir aqui dentro de Sta. Bárbara e falar assim: – Oh fulano, eu vim aqui, eu fiz uma casa lá, você vai... eu quero que você vá morar lá no meu terreno, eu te pago o salário, te dou o leite pra despesa, te dou o terreno pra'ocê plantar, pra'ocê manter lá junto com a gente no serviço. Eles abre a boca e fala: muito obrigado.”*

P- *“E não pega, Dna. Quita?”*

I- *“Não pega, não pega. Não quer nada.”*

P- *“Mas não pega por que, Dna. Quita?”*

I- *“Uai, porque quer ficar e viver à vontade. Porque a senhora pensa bem: chega aqui um camarada que trabalhou lá numa fazenda. Ele chega aqui, ele se toma um banho, se parte aí pra rua... fica o tempo que quer, chega em casa deita, dorme, amanhã levanta, pega a sua marmita, torna a sair, chega de tarde é a mesma coisa... e pronto.”*

P- *“E será que não é mais cansativo ir e voltar todo dia?”*

I- *“Aí pode ser, mas eles prefere assim do que morar lá. Eles pensam assim: ah, não, se eu for morar aqui eu vou virar escravo. Vou virar escravo de patrão. E ele não vira nada. E se morar um ano, quando chega na hora de sair, quer ter o direito de receber quase a metade do que o patrão tem. Eu acho isso tão errado... Eu acho.”⁵²*

(Dna. Quita)

51- Uma evidente expressão dessa condição “transitória” encontra-se, como veremos mais à frente, em diversos aspectos materializados nas *casas* de São Cristóvão. Entre eles, a presença generalizada dos fogões a lenha e a gás, lado a lado, em suas cozinhas. É como se essas pessoas estivessem com um pé na *roça* e outro na *cidade*. Observamos ainda que, à parte as variações decorrentes das experiências individuais e familiares sofridas quando na *roça*, podemos perceber uma tendência genérica associando aos trabalhadores mais “velhos” (ainda ativos) uma maior ligação emocional com a *roça*, e aos mais jovens, inversamente, um maior (relativo) desligamento.

52- O emprego fictício aqui proposto por Dna. Quita parece de fato não mais interessar de um modo geral a esses trabalhadores. Zé Durica admitiu, no entanto, que retornaria à vida de *colono*, mas somente no caso de surgir uma proposta de *emprego* especialmente boa.

Roça: um mundo acabado

Finalmente gostaríamos de observar que, entre o início de todo esse processo – por volta da década de 70 – e os anos mais recentes, as condições enfrentadas pelas famílias vindas da *roça* já não são exatamente as mesmas. Tanto no que se refere ao que se deixa(va) *prá trás*, quanto ao que se encontra(va) ao chegar no *arraial*. As condições *de primeiro* encontradas para moradia em São Cristóvão parecem ter sido em vários aspectos inferiores ao que então se deixava na *roça*. Sem arruamento, sem luz e água encanada, e, o que parece ainda mais grave, com pouquíssimos vizinhos próximos, São Cristóvão inicialmente “perdia” em muito da *roça*, quando Dna. Pitita mudou-se com seus filhos para o *arraial* (em 1979): “... só tinha 3 casas aqui. Isso aqui tudo era mato... Se eu pudesse dar pra trás, se eu fosse um passarinho, acho que eu voava de volta. Não tinha água. (...) Busquei muita água do rio na carcunda.”⁵³ Nessa época, se Dna. Pitita desse *prá trás*, ela ainda reencontraria provavelmente muitos de seus vizinhos e familiares na *roça*.

- I- “Na casa que esse meu cunhado aí... do pai dele, chegava dia de sábado, domingo assim, de tarde, ficava quase igual uma festa, então tinha gente toda vida. Hoje não tem ninguém. O pai dele morreu, a mãe dele morreu, então mudaram tudo. A casa ficou lá, sem ninguém. (...) Na roça, agora, lá onde nós morava, então tem muito pouca gente. Os amigo que a gente tinha lá são poucos. A maior parte tá quase tudo aqui agora. Então, eles mudaram pra cá.”
- P- “Quer dizer, a roça está mais vazia mesmo?”
- I- “Ah, tá. Lá acabou tudo mesmo. (...) Lá tinha muita gente. Agora não tem quase ninguém.”

(Sebastião Pinto)

Com o progressivo esvaziamento da *roça*, portanto, a balança passa aos poucos a pender

53- Dna. Pitita reconhece ter melhorado em suas condições de vida com a vinda para o *arraial*, mas faz questão de sublinhar o quanto fora difícil a fase inicial em São Cristóvão.

para o *arraial*, invertendo, cada vez mais, alguns desses referenciais. Para aqueles recentemente chegados a São Cristóvão, para além do *bairro* já lhes oferecer uma certa infra-estrutura, o último período vivido na *roça* fora especialmente marcado, por um lado, pelo sentimento, cada vez mais presente, de carência de recursos básicos (educação, saúde, comércio, etc.); por outro lado pelo também crescente sentimento de *solidão* – que nos parece ter sido frequentemente decisivo.⁵⁴

“Dava uma solidão na gente, a gente... dava uma tristeza na gente, sei lá, ficava triste sem saber porque.”

(Aninha)

Viver na *roça* faz cada vez menos sentido. A *roça* tornou-se um lugar *triste*, pois de fato a *roça* onde muitas dessas pessoas nasceram e viveram parte de suas vidas não mais existe. Como diz Seu Bilão, *foi indo acabando, acabando e acabou*. Mas no imaginário dessa população a antiga *roça* – aquela de sua infância... – não só existe como ainda responde por um conjunto de referenciais culturais fundamentais para a vida local. O delicado jogo no qual esses dois aspectos em princípio opostos – rupturas e continuidades – coexistem e se interrelacionam, encontra-se materializado nas *casas* construídas por esses trabalhadores ao mudarem-se para o *arraial* – que constituem o foco central da nossa análise.

★ ★

★

54- No caso dessas famílias chegadas mais recentemente, este parece-nos ter sido um fator frequentemente mais influente do que o explicitado no discurso dos agentes.

“A casa antiga era muito baixinha, a gente tinha que se abaixar...
Vida de pobre é uma tristeza...”

(Dna. Conceição)

4. UMA CASA NÃO MAIS BAIXINHA

A construção das casas desses trabalhadores vindos da *roça* para o *arraial*, em São Cristóvão, orienta-se por algumas condições centrais que gostaríamos de inicialmente rever e sublinhar: em primeiro lugar, pelo especial significado da casa própria para essas famílias vindas do colonato, cuja condição de sujeição construía-se essencialmente através da *casa de colono*;¹ segundo, pela articulação de dois movimentos opostos – continuidades e rupturas – e pelo caráter gradual marcante do deslocamento desse grupo para o *arraial*; terceiro, pelo fato de sua idealização ser criação exclusivamente masculina – do *chefe da casa* – independente do grau em que este participe efetivamente da construção; e, finalmente, pelas dificuldades e limitações econômicas, não somente para a obtenção do material necessário, mas para a possível contratação de um artesão da construção – um *pedreiro*. Essas dificuldades respondem parcialmente pela variação encontrada nas técnicas e materiais “escolhidos” para a construção, alterando, basicamente, o caráter restritivo ou o grau de dependência com relação: 1º) aos materiais disponíveis na natureza – barro, pedras, palhas e madeiras “in natura”; 2º) à técnica empregada, na medida em que esta se afaste do domínio comum de conhecimento – a *casa de barro (pau-a-pique* ou *adobe)* com cobertura de *sape* – tornando então necessária a contratação do referido artesão.

A casa de *pau-a-pique* com cobertura de *sape* caracterizou o período inicial de ocupa-

1- A construção de uma nova condição de vida ao virem para o *arraial* tem na casa própria, como vimos, o seu eixo central. Nessas condições dificilmente o aluguel, por exemplo, poderia ser pensado como uma solução definitiva para a moradia. Existem aqui poucos casos de casas construídas com a finalidade de serem alugadas, e quando isto ocorre (na história mais recente do bairro) é geralmente dirigido a pessoas “de fora”. Para as famílias de trabalhadores de um modo geral o aluguel é visto como uma condição provisória e eventualmente necessária enquanto constróem ou se preparam para construir a própria casa. Entre as 91 *casas* ocupadas atualmente (julho/97) em São Cristóvão, 76 são *próprias*, 12 são *cedidas* e somente 3 são *alugadas*. Fonte: pesquisa da Prefeitura Municipal.

ção dessa região, sendo então genericamente utilizada em diferentes níveis sócio-econômicos – tratava-se sobretudo de uma resposta arquitetônica ecologicamente relacionada às condições enfrentadas pelo colonizador.² Desde as sedes de *fazendas* às casas de pequenos *sitiantes*, desde as *senzalas* às posteriores *casas de colono*, o *pau-a-pique* fora então largamente empregado, variando, segundo as condições históricas e sociais, a participação do proprietário na mão-de-obra de sua construção.³ De todo modo sua técnica tornou-se, nessas condições, de domínio comum do conhecimento, sendo ao longo do tempo transmitida, sobretudo junto às famílias trabalhadoras, como parte dos ensinamentos domésticos passados, neste caso, de pai para filho – assim como, por exemplo, os ensinamentos culinários eram passados de mãe para filha – através da *ajuda*, da efetiva participação do menino nos afazeres do pai relacionados à construção, reparo ou ampliação da sua própria casa.⁴ A chegada das *lajotas*⁵ e do cimento, ou seja, da construção em alvenaria, veio marcar mais uma forma de diferenciação sócio-econômica das construções, não somente pelo maior número de materiais a serem comprados, mas pela frequente necessidade de contratação de mão-de-obra especializada nesse tipo de construção.

2- Na verdade não somente nessa nossa região, mas de um modo geral em todo o Brasil. Cf. L. Castro Faria. *Origens Culturais da Habitação Popular do Brasil*, Rio de Janeiro, Boletim do Museu Nacional, nº 12, 1951.

3- Com a gradativa ocupação e desenvolvimento da região uma das diferenciações materiais mais evidentes encontrava-se no tipo de cobertura das casas, tendo a palha – o *sape* – permanecido como característico das casas de *trabalhadores* e as telhas *de bica* (de barro cozido) das casas de *patrões*, tanto nas casas da área central do *arraial* como nas *fazendas* (casas sedes das fazendas).

4- Os meninos começavam a participar de serviços relacionados à construção na mesma idade em que começavam a trabalhar na *roça*, ou seja, por volta dos dez anos de idade.

5- *Lajota* é o tijolo de barro cozido, de produção industrial, comprado; *adobe* é o tijolo de barro cru, de produção artesanal e caseira.

O modelo da roça: a casa baixinha⁶

“Eram cabanas de madeira cruzada, barreada, cobertas de capim... Hoje eles fala sape...”

(Seu Adão)

As *casas de colono* dessa região caracterizaram-se assim pelo uso generalizado do *pau-a-pique* e, em certos casos, do *adobe*. Em ambas as técnicas as casas são *levantadas* a cerca de 30cm acima do *terreiro*, sobre uma base de barro e pedras, na qual é fixada a estrutura básica da casa, em madeira.⁷ Nas casas de *pau-a-pique* as paredes são estruturadas em madeira cruzada, com *ripas* horizontais de *bambu (taquaraçu)* amarradas com *cipó* aos *pés direitos*, nas quais são fixadas (pela tensão decorrente do cruzamento), uma série de *ripas* verticais, que são os chamados *paus-a-pique*. Feita essa estrutura, a casa recebe então o *barreado* – massa de barro e água, amassada com os pés e aplicada com as mãos, aos “punhados”, sobre a madeira cruzada.⁸ No caso do *adobe*, de uso menos frequente, as paredes não possuem estrutura interna, sendo constituídas de tijolos maciços de barro cru, secos ao sol e interligados por argamassa de barro e água.

Levantar a casa, ou seja, construir sua base, estrutura e cobertura, é de responsabilidade

6- A categoria *baixinha* é usada pelos próprios agentes para designar suas casas do tempo da *roça*, *casas de colono*, cujo pé direito variava entre 1.70 a 2.00m. *Altas* eram somente as casas de *fazendeiros*, em geral de dois pavimentos, e com um pé direito em torno de 3.80m. Além disso as *fazendas* (casas sede) mineiras situam-se caracteristicamente “a cavaleiro do espaço geográfico” (Schnoor, 1995), o que já é por si gerador de uma perspectiva que tende a “engrandecê-las”. As *casas de colono* desse período, de *pau-a-pique*, foram de um modo geral destruídas pelo tempo. A breve descrição aqui apresentada foi feita com base em alguns modelos ainda encontrados na *roça* e, principalmente, a partir da lembrança e do relato de nossos informantes, constituindo este um dos momentos mais ricos da pesquisa, já que ao “puxar” pela memória e ao justificar-se as formas descritas (desenhadas em conjunto conosco) surgiam dados fundamentais para a compreensão dos principais valores e significados relacionados aos diferentes espaços e aspectos evocados. (por exemplo “*Aqui dormiam minhas irmãs... ah, então, aqui era o quarto de dentro, e tinha aqui uma porta pro quarto do pai e da mãe...*”).

7- As madeiras mais usadas na estrutura da casa são – lei nova, canela, canela parda, ipê e braúna. Suas principais peças são: os *esteios*, que funcionam como colunas de sustentação, fincados no *chão*; os *badrames*, peças básicas horizontais apoiadas nos *esteios* junto ao *chão*; sobre os *badrames* são apoiados os *pés direitos*, a intervalos de cerca de 2m, sobre os quais apóiam-se as *travas* horizontais e as diversas peças de sustentação do telhado – *linhas*, *pontaletes*, *caibros* e a *cumeeira*. Os *portais* e as *guarnições* das janelas são via de regra fixadas junto aos *pés direitos* (sobretudo no caso do *adobe*). Essa estrutura básica é a mesma empregada nas duas técnicas referidas, cuja diferenciação encontra-se no modo de construção das paredes. É importante lembrar ainda a forte diferenciação marcada nessas construções pelo uso da madeira “in natura”, roliça, por comparação ao uso exclusivo da madeira *lavrada* (ou *aparelhada*) na construção das *fazendas* (casas sede).

8- A casa de *pau-a-pique* é, por essa razão, também designada aqui como *casa* ou *cabana de madeira*, ou ainda, *casa de barro*. As madeiras geralmente usadas para fazer os *paus-a-pique* são – *mexerico*, *gaviãozinho*, *espeto*, *adráguia*, e *cambráia*.

exclusiva do *chefe da casa*, que recebe eventualmente a *ajuda* de um parente próximo.⁹ É da etapa de *barrear* a casa que participam familiares, amigos e vizinhos em geral, no chamado *ajutório* ou *mutirão*, constituindo um momento extremamente importante para a vida social desse grupo. “*Tô precisando de uma força pra barrear uma casa*”, assim avisa Seu Adão. O *ajutório* costuma acontecer aos domingos, começando de manhã bem cedo, e, terminado o trabalho, é oferecido pela família beneficiada um *lanche* (ou um *almoço*) e uma *pinga*.¹⁰ Finalmente, sobre o *barreado* é aplicado um *reboque* de massa preparada com terra, areia fina, esterco de gado e água.¹¹ Em alguns casos usa-se ainda nas paredes internas, por cima do *reboque*, uma camada de *tabatinga* – argila branca de granulação muito fina – que é aplicada e alisada com as mãos, num trabalho extremamente delicado. Tanto o *reboque* quanto a aplicação de *tabatinga* – ambos referidos ao interior da casa – são serviços executados pela mulher, eventualmente ajudada pelas meninas maiores.

Essas casas caracterizam-se por uma apresentação formal muito especial, em que o predomínio de seus ângulos retos é suavizado pela plasticidade orgânica dos materiais empregados. Tanto no *pau-a-pique* quanto no *adobe*, o que seria a rigidez dessa geometria tão reta é quebrada com o uso da madeira roliça aparente e com uma certa irregularidade aqui característica do uso artesanal do barro e do sape. Não sendo jamais pintadas, essas casas permanecem, em ambas as técnicas, na cor do barro local, o que gera uma espécie de continuidade pictórica entre a casa e o solo do e no qual ela fora erguida. São casas em geral *baixinhas*, com sua altura interior – cuja variação parece referir-se sobretudo à altura física de seus moradores adultos – em torno de 1,70 a 2,00m.¹² Esses e outros aspectos nos levam a pensá-las como

9- Esse parente pode ser, por exemplo, um irmão, um cunhado e/ou, se for o caso, um filho em idade de ser iniciado no ofício. Ouvimos um relato sobre um patrão participando pessoalmente na mão-de-obra da casa para um futuro *colono* de sua *fazenda*.

10- Seu Adão explica que na *roça* barreava-se uma casa *rapidinho*, porque juntava cerca de quinze a vinte pessoas. Já na sua primeira casa no *arraial*, *barreou com dois dias*, pois tinha então poucos *conhecidos* no lugar.

11- O esterco de gado é misturado à massa a fim de aumentar-lhe a resistência. Apesar disso nem sempre é utilizado. O *reboque* costuma ser aplicado somente no interior da casa.

12- Essa altura interior (o chamado “*pé direito*”) refere-se à altura das paredes, estando excluído o vão livre entre as vigas e o telhado. Encontramos um exemplar, em *adobe*, cuja altura interna variava de 2.15 a 2.25m, representando, de acordo com os diversos relatos, uma exceção. Tivemos a oportunidade de conhecer e entrevistar a família que a construiu, e esta era, de fato, uma família especialmente alta para os padrões locais.

constituídas em íntima intermediação entre seu *chefe*/construtor e o meio do qual são construídas.

Seu piso interno é *de chão*, ou seja, de terra batida; sua cobertura, de *sape* ou, em períodos mais recentes, de *telhas de bica* ou *francesa*. De um modo geral não são *forradas*, encontrando-se raramente alguns cômodos – os quartos – *forrados* com *esteira de taquara*.¹³ Os vãos de porta internos têm sua altura delimitada pelas *travas* horizontais (vigamento de sustentação do telhado), ou seja, vãos e paredes têm a mesma altura. Somente os vãos externos recebem efetivamente portas, de madeira aparelhada (tábuas); os demais, quando protegidos, o são por meio de panos fixados em seu extremo superior, na *trava*. Cada cômodo possui uma pequena janela, também de *tábuas*, cuja área varia em torno de 0,45 m², o que gera ambientes de pouca ventilação e iluminação naturais.¹⁴

A medição da casa para sua construção utilizava como unidade de medida o *palm*, e era feita por meio de *varas de bambu* assim medidas e cortadas. Desse modo a divisão interna da casa era marcada diretamente no terreno, num processo que reúne a um só tempo sua concepção e construção.¹⁵ Numa área total construída que pode ser quadrada ou retangular, o espaço interno do menor modelo, básico, constitui-se de quatro cômodos – *sala*, *cozinha*, *quarto da sala* e *quarto de dentro*, distribuídos de modo a interrelacionar intimamente a *sala* com o *quarto da sala*, e a *cozinha* com o *quarto de dentro* (ver figuras 1 e 2). Quando a casa possui mais de dois quartos, é o sistema *cozinha/quarto de dentro* que se desdobra (no caso de um terceiro quarto) em *cozinha/quarto de fora* e *quarto de fora/quarto de dentro* (figura 3).

13- A *esteira de taquara* era mais frequentemente usada em casas de *sitiantes* e *fazendeiros*. De todo modo há dois tipos de *esteiras*: a *esteira simples* e a *esteira dobrada*, sendo esta última mais forte e mais eficiente na proteção e isolamento do cômodo, o que já determina em si dois níveis sócio-econômicos distintos. Uma diferenciação mais forte no padrão da forração encontra-se no uso de madeira pintada, em geral somente nas salas e quartos de *fazendas*.

14- A pouca ventilação proporcionada pelo pequeno número e pela pequena área dessas janelas é de certa forma compensada pela ausência generalizada de forração, o que permite, no caso da cobertura de *telhas* (francesas ou de bica), uma boa entrada de ar na casa. A cobertura de *sape* já cria um maior isolamento, não permitindo igual ventilação. De todo modo essas casas têm em geral um interior bastante escuro, mesmo em dias ensolarados. Esse caráter algo fechado, por demais “protegido”, dessas casas, nos remete ao significado original da palavra “mocambo” (assim são chamadas as casas de *pau-a-pique* no nordeste brasileiro) como “refúgio, abrigo seguro, esconderijo”, vindo posteriormente a designar “casa de pobre”. Cf. Castro Faria, op. cit., p. 14 e 15.

15- A título de exemplo, de acordo com o relato de um ex-colono aposentado, sua casa na *roça* subdividia-se em cinco cômodos (sala, cozinha, e três quartos), numa área total de 20 x 30 palmos, o que equivaleria a aproximadamente 30m².

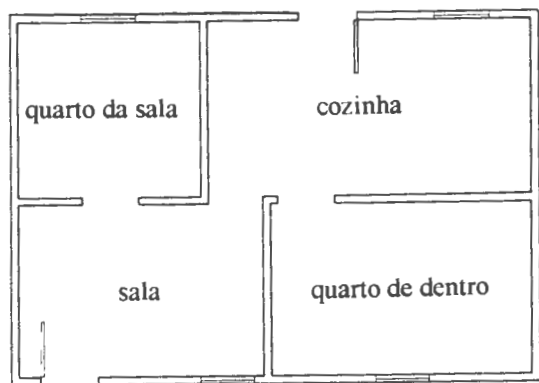


figura 1

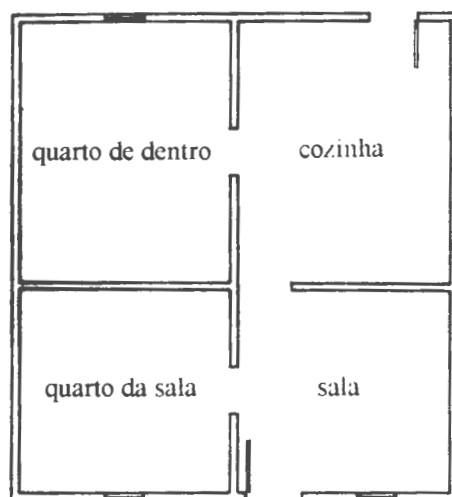


figura 2

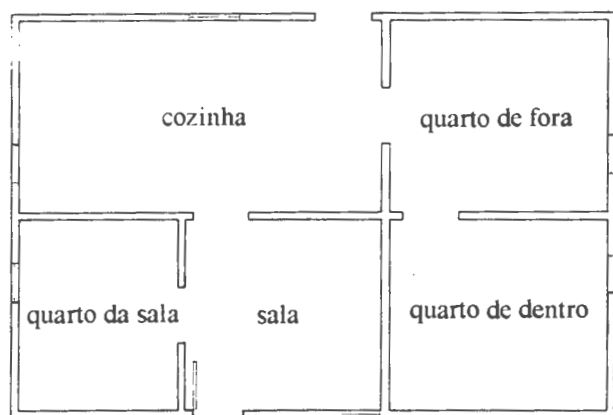


figura 3

A *cozinha* é via de regra o maior cômodo da casa. O *fogão a lenha* – peça central da *cozinha* (e de certa forma, da *casa*) – é feito de barro e pedras, como parte do corpo da casa. Subdivide-se em duas alturas, servindo a parte mais baixa como apoio para os utensílios em uso e como acesso à entrada da lenha na cavidade existente na parte mais alta, sobre a qual apoia-se a *trempe* – chapa de ferro com aberturas para o apoio das panelas e tachos sobre o

brasei: (figura 4).¹⁶

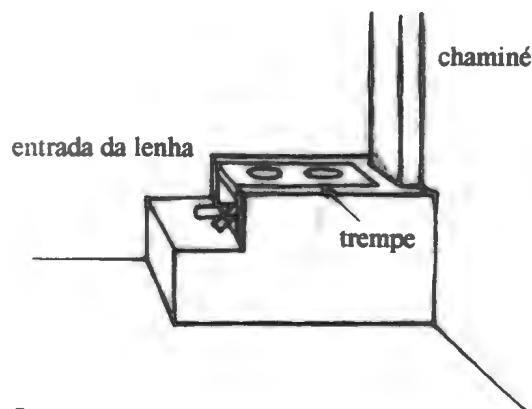


figura 4

O abastecimento de água não chega ao corpo da casa, sendo feito através de um único ponto, no *quintal*, próximo à porta da cozinha: a já referida *bica* – água corrente ininterrupta *puxada* de nascente próxima por meio de bambus. O “banheiro” inicialmente mais frequente era, no dizer de um ex-colono aposentado, *atrás da bananeira*.¹⁷ De todo modo, quando existente, o então chamado *lavatório* ou *privada* não faz parte do corpo principal da casa, sendo *levantado* como um pequeno cômodo isolado, na parte mais baixa do terreno, sobre o pequeno *córrego* (ou *ribeirãozinho*) ao qual se junta a água da *bica*. Seu piso é um *assoalho* de madeira – *tipo um jirauzinho* – suspenso a cerca de 1m da água, sobre o qual é colocada a *privada*, que é um caixote de madeira com uma abertura no fundo, fixado emborcado ao

16- De um modo geral esses fogões não possuem forno. Alguns pratos a serem assados, como as *quitandas* (broa de milho, por exemplo), são nesse caso feitas em forma tampada sobre a própria *trempe*, sendo colocadas algumas brasas sobre a tampa a fim de favorecer um aquecimento mais homogêneo. Nas *fazendas* (casa sede) usava-se fazer um grande forno, de barro, na *varanda* contígua à cozinha, destinado ao preparo não só das *quitandas* mas de diversos assados, como por exemplo, o de leitões. Não tivemos notícia de fornos desse tipo em *casas de colono*.

17- A bananeira é uma planta que “pede” água em abundância, de modo que as *moitas de bananeiras* são via de regra plantadas junto a algum pequeno *córrego* que passe no terreno. Isso explica a “escolha” aqui referida, justificada pela presença da água corrente.

centro do *jirau*. O *banho* dos homens costumava ser ao ar livre, na *bica*, no *quintal*, ou diretamente no *ribeirão* próximo; o das mulheres era de *bacia*, e sempre dentro de casa.¹⁸ (figura 5)

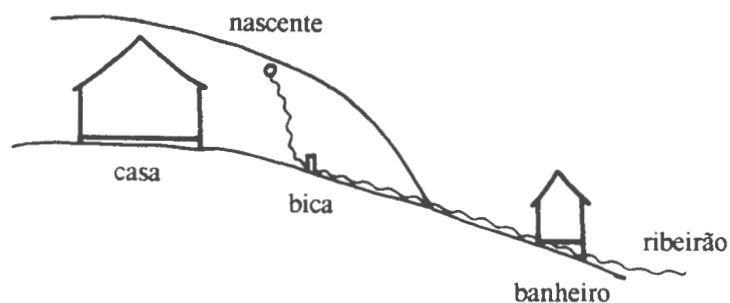


figura 5

A *casa de colono* inclui ainda a demarcação de um terreno à sua volta – *um quintalzinho em roda da casa* –, de um modo geral cercado com arame farpado, constituído por: 1º) *terreiro* – área mais próxima e em torno da casa, sem *plantação* (com apenas algumas plantas decorativas, em geral flores) e em geral mantida muito bem varrida; 2º) *horta de couve* – pequena área (em torno de 60m²) cercada com bambu, de modo a impedir o acesso das *criações*, destinada ao cultivo de diversas hortaliças, dentre elas, a couve; 3º) um *pedacinho de terra*, genericamente chamado *horta*, destinado aos mais diversos plantios como milho, feijão, mandioca, café, fruteiras, ervas medicinais, etc. Junto ao *terreiro* ficavam as instalações para *criações*, como *galinheiro* e *chiqueiro*, e ainda um pequeno *paiol*, para armazenamento de milho e *mantimentos* em geral. O tamanho desse *quintal* era variável – “*Tinha fazendeiro que só*

18- Instalações específicas para banho – o *chuveiro* – surgiram somente muito recentemente e, de um modo geral, apenas com a mudança para o *arraial*, cujas condições de proximidade para com a *vizinhança* passa a inviabilizar o banho ao ar livre. O mesmo acontecera, em muitos casos, com a *privada*.

dava um quilo, dois quilos de milho...” – mas certamente insuficiente para prover os *mantimentos* necessários à *despesa* da família.¹⁹ (figura 6)

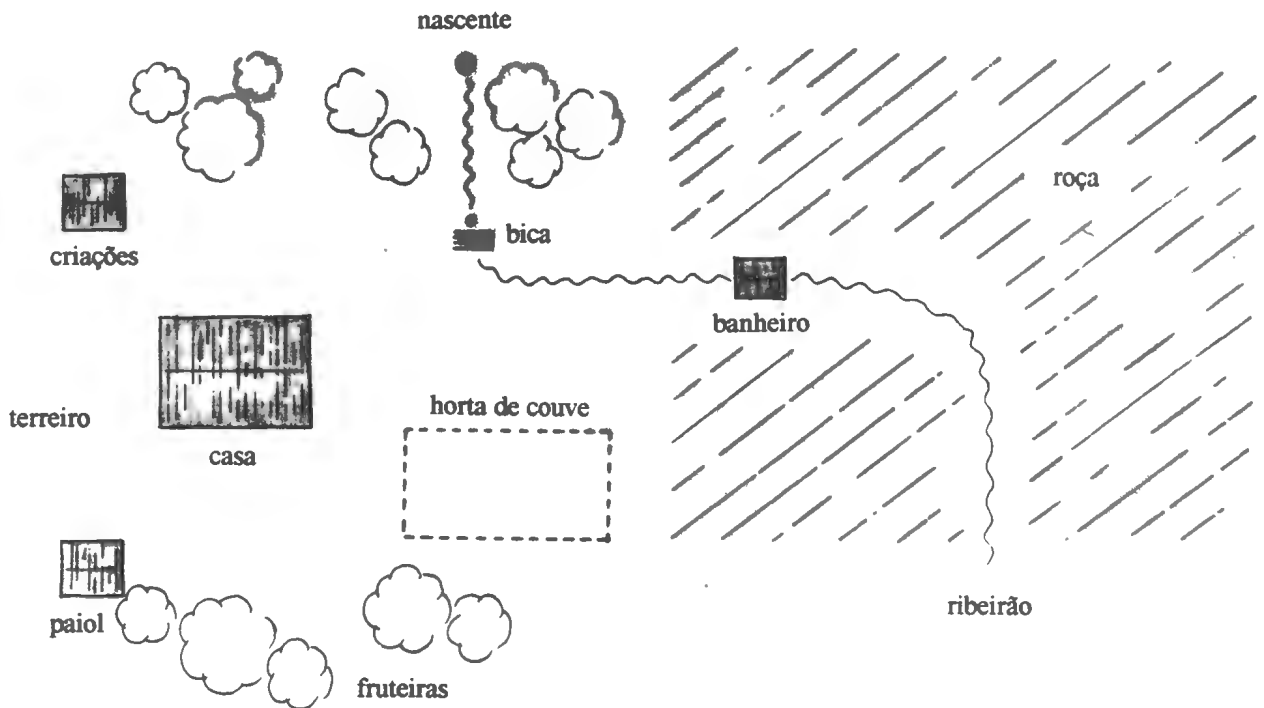


figura 6

O mobiliário das *casas de colono*, assim como a sua própria construção, era produzido basicamente com materiais “in natura”, extraídos de um modo geral da mata da própria *fazenda* na qual se *levantava*. Vimos no capítulo 1 que por ocasião da implantação da pecuária leiteira nessa região, grande parte de suas terras encontrava-se ainda em mata virgem, decor-

19- Um a dois quilos de milho equivalem a cerca de 900 a 1800 m² de terreno. O uso do milho como unidade de medida de área mostra-nos bem a centralidade dessa cultura para a *roça* local. Um quilo de milho representa aqui a área que se pode cultivar com um quilo de sementes de milho, dentro do espaçamento entre plantas usado na região. A equivalência em metros é calculada da seguinte forma: 1kg de milho = 1 *quadro* de 6 *varas de bambu*, sendo cada *vara de bambu* = 5m. Portanto 1kg de milho equivale a uma área de 30 x 30m de milharal.

Gostariamos de observar ainda o significado local de *horta*. *Horta* representa aqui uma pequena área de *roça*, onde são cultivados os mesmos gêneros de *mantimentos* (milho, feijão, mandioca, cana. etc), sendo que em pequena quantidade – insuficiente, como dissemos, para a *despesa* de uma família. Por isso a necessidade do plantio das *roças* que, exigindo uma área maior para cultivo, são necessariamente plantadas no já referido sistema de *meia* ou, mais raramente, de *terça*, com o *patrão*. O plantio de hortaliças e de alguns legumes faz parte da mencionada *horta de couve*, cujo nome nos fala também na centralidade dessa verdura na alimentação desse grupo.

rência provável da preservação imposta por sua anterior condição de “Sertão Proibido”. Havia portanto grande fartura, não somente desses materiais “naturais”, como de mão-de-obra não especializada para sua manufatura. A maior parte dos móveis e pequenos utensílios então utilizados eram feitos pelo próprio colono, empregando para isso esses materiais por ele extraídos da mata. Nesse contexto, uma especial valorização recaía sobre os móveis e objetos em geral, produzidos por um artesão especializado – o *carapina* – como era o caso de tudo que se produzia com destino ao interior da *fazenda* (casa sede). As *fazendas* de um modo geral possuíam pelo menos um colono artesão, responsável não somente por parte de seu mobiliário, como pelas mais diversas construções e manufaturas em madeira (incluindo, por exemplo, as instalações para animais). Assim, não somente os móveis feitos por *carapina*, mas qualquer parte de *madeira aparelhada* eram (e são ainda hoje) altamente valorizados e, sempre que possível, conservados.

Seu mobiliário constituía-se basicamente de alguns *bancos* de madeira, com assento de *tábua* e pés em madeira roliça (não aparelhada) fixos ao *chão* (de terra batida); *camas de forquilha*, compostas de um estrado de bambu apoiado sobre quatro *forquilhas* fincadas no chão (com amarração feita com *cipó*) e/ou *camas de cavalete*, onde o mesmo estrado de bambu se apóia sobre dois *cavaletes* de madeira roliça (montados com uso de pregos), ambas com colchão feito de sacos de farelo costurados e recheados com palha de milho; *redes de taquara* – pequenos cestos que serviam de berço para recém-nascidos; *caixas de tábua* (ou *baús*), sempre feitas por *carapina*, destinadas a guardar roupas em geral; *prateleira*, composta por tábuas, mas não necessariamente montada pelo *carapina*, destinada a guardar os mais diversos utensílios da cozinha (panelas, tachos, coités²⁰, canecas, etc). Algumas casas possuíam ainda uma mesa (na *sala* ou na *cozinha*, mas nunca para refeições, que eram feitas com as pessoas sentadas nos *bancos* da *cozinha*)²¹ e, eventualmente, um *catre* (cama feita por *carapina*, toda

20- *Coité* ou *cuité* são variações de *cuia*: “Fruto da cuieira (*Crescentia cujete* L.) de cuja casca, cortada pelo meio ao comprido, se fazem vasilhas conhecidas com esse nome, aplicadas a diversos misteres (...)” – no “Aurélio”. Nesse caso os *coités* eram usados como pratos, nas refeições. As *canecas* esmaltadas eram substituídas, nas casas mais pobres, por latinhas usadas de massa de tomate (quando estas apareceram no comércio local).

21- As mesas eram geralmente usadas para a execução de certos *serviços* domésticos (por exemplo passar roupa) e/ou, em alguns casos, como apoio para o *oratório*. A mesa estando na *cozinha* servia de apoio para os *serviços* e, no máximo, às refeições, como apoio para pratos, panelas e/ou coités. Ninguém sentava à mesa para comer (e de um modo geral é assim até hoje).

em madeira aparelhada, e móvel – não fixa no chão). Quando acontecia de uma família mudar-se (para outra *fazenda*, e na mesma condição, como *colonos*), levava-se na mudança tudo que era de madeira aparelhada – desde uma simples *tábua* até uma *caixa* –, abandonando-se, junto com a própria casa, quase tudo que havia sido feito exclusivamente com materiais “in natura” e mão-de-obra da própria família trabalhadora.²²

O uso de objetos decorativos no interior das casas, ou seja, de objetos cuja função primordial e consciente seria a de embelezar o seu interior, parece não ter feito parte da vida dessas famílias no período do colonato. De um modo geral, o uso de *enfeites* nas *casas de colono* era bastante restrito e estreitamente vinculado à manifestação do sentimento religioso, a uma devoção genericamente dirigida aos *Santos*. Se alguma parte da casa deveria ser *enfeitada*, que fosse junto ao *oratório* (ou à qualquer imagem religiosa) – com a colocação, por exemplo, de um vaso de flores.²³ Caminhando em sentido inverso, mas de igual significado, observamos que, se alguma parede da casa merecesse uma especial valorização (por exemplo, sobre a cabeceira das camas no *quarto de dentro*), esta se expressaria através da fixação de quadros e imagens de *Santos*, terços e crucifixos. De todo modo o *enfeite*, quando existente, é marcado por seu pertencimento à esfera feminina – assim como tudo que dissesse respeito ao acabamento interior da casa, como o *reboque* interno e o acabamento final feito com *tabatinga* – “*Os homens jogavam barro male e male, você sabe como, né?*” Por isso Dna. Pitita cuidava pessoalmente do *reboque*, amassando *barro, cinza e bosta de vaca* (esta última para dar firmeza e não deixar rachar o *reboque*), aplicando e alisando; e por cima dessa massa era ainda delicadamente aplicada a *tabatinga*, “*pra ficar branquinho*” – era tipo “*um cremezinho, passava com a mão*”. Além disso as mulheres *usavam* plantar, *em roda da casa*, diversas flores e plantas ornamentais.

22- Isso ocorria particularmente com o que acarretasse peso ou dificuldade extra para a mudança, como as peças grandes, por exemplo, as *camas de cavalete* ou de *forquilha*.

23- Algumas mulheres faziam *flores de papelão*, cujas pétalas eram revestidas com retalhos de pano colorido, colados com cola de polvilho, e costuradas umas às outras, formando a flor. Faziam também *bonecas de pano*, destinadas ao brinquedo das meninas, sendo eventualmente usadas como elemento decorativo, neste caso fixadas na parede. Eram totalmente feitas com retalhos de pano, inclusive o recheio: olhos, nariz e boca eram bordados com linha. “*Ficava honitinha mesmo. Só os pés e as mãos ficava feio*” (porque não se conseguia fazer dedos).

Chegando em São Cristóvão: recursos materiais e humanos

Os *lotes* em São Cristóvão foram de um modo geral inicialmente comprados por trabalhadores rurais em vias de sair, ou recém saídos da *roça* – seja por aposentadoria, pela ruptura da condição de *colono* (ou por sua previsão), ou, como vimos, numa opção de fato planejada de mudança para o *arraial*. Com a gradativa expansão do *bairro* este tornou-se, para algumas famílias moradoras do *Centro*, uma forma de investimento mediante os preços de seus *lotes* (até então relativamente baixos) e a expectativa de crescimento da área urbana do *arraial*.²⁴ Muito recentemente teve início um novo tipo de compra de *lote* em São Cristóvão, da parte de famílias de cidades maiores, próximas (por exemplo Juiz de Fora) com a exclusiva finalidade de veraneio. Suas casas se destacam das demais em todos os aspectos, desde os materiais de acabamento até a própria concepção arquitetônica (ver fotos). De todo modo, como vimos no capítulo anterior, o grupo composto por famílias de trabalhadores rurais vindos da *roça* para fixar moradia no *arraial* representa de fato a grande maioria dos atuais moradores do *bairro*.

A compra dos *lotes* por esses trabalhadores fora feita de um modo geral diretamente da *Santa*, ou seja, da Igreja, representada por sua *Comissão*. Os *lotes* são todos *marcados* pelo *marcador* da Igreja. Os primeiros foram *marcados* à medida em que foram vendidos, e situavam-se na parte mais baixa dessa área, próximos à primeira rua aberta no *bairro*. Estes são de tamanhos variáveis, o que gera em alguns (poucos) casos motivos de dúvidas e questionamentos quanto à posição da cerca divisória. Com o crescimento do *bairro* – em direção a sua área mais alta – os *lotes* passaram a ser previamente *marcados*, de acordo com o planejamento e a abertura das subsequentes e novas ruas.²⁵ A compra sendo diretamente da Igreja, o pagamento pode ser *de uma vez só* ou *em dois ou três períodos*; em caso de revenda ou troca, a negociação pode não envolver dinheiro, ou, além deste, parte em materiais de construção.²⁶ Em certos casos a saída da *roça* ocorrera por meio de uma negociação entre o *patrão*

24- Esses *lotes* permaneceram de um modo geral sem construção, sendo utilizados em alguns casos para plantio de *hortas*. Bem recentemente no entanto observamos o início de uma construção que se destinava, nesse caso, ao filho (já adulto) da família compradora do *lote*.

25- Processo que continua atualmente em andamento. (ver fotos) Com o crescimento do *bairro* ocorrera também progressivamente casos de revendas de *lotes*.

26- O caso do Seu Adão, por exemplo, quando trocou sua primeira casa no *arraial* pelo atual *lote* de São Cristóvão

e o *empregado*, resultando numa indenização – em dinheiro (raramente), num *pedacinho de terra* (da própria *fazenda*, sendo depois revendido), ou diretamente num *lote* em São Cristovão, neste caso adquirido pelo próprio *patrão*.²⁷ Encontramos ainda casos em que os recursos para a compra do *lote* advieram de economias recentemente acumuladas com esta finalidade, seja na situação de uma mudança previamente planejada, seja na situação subitamente enfrentada de desentendimento com o patrão. Sendo após a ruptura com o patrão, pode tornar-se necessária a instalação provisória do trabalhador com sua família no *arraial*, em casa para isso alugada ou, o que parece ter sido mais frequente, em casa desocupada e emprestada por algum parente.

Os *lotes* da *Santa* não podem ser registrados junto ao Registro de Imóveis. Seu documento oficial até o momento é uma escritura de compra e venda registrada no Registro de Notas da cidade. Na prática, no entanto, a maior parte desses trabalhadores guardam – quando o fazem – como documento do *lote* apenas o recibo emitido por ocasião da compra. Quando Seu Adão fez a referida troca pelo seu atual *lote*, por exemplo, nem ele nem o outro envolvido possuíam sequer recibo das respectivas compras, ao que ele nos explica: “*De primeiro o pessoal confiava naquele negócio. Pagou, era dono e pronto. Hoje não é mais assim*”. Ou seja, com o gradativo crescimento do *bairro* e a conseqüente expansão da rede de moradores – incluindo a referida entrada de famílias de procedências diversas – cresceu de certa forma a preocupação com a guarda de algum documento comprobatório da legitimidade de sua ocupação. Anualmente é pago à Igreja um *aforamento* relativo ao uso do *lote*.

O material de construção utilizado varia, conforme mencionado, de acordo com a técnica “escolhida” e com as condições enfrentadas pelo trabalhador por ocasião da construção. As primeiras casas do *bairro*, cujo crescimento se deu a partir da década de 70,²⁸ foram

(que nessa ocasião possuía uma casinha *de barro*, bem *baixinha*), ele recebeu *de volta* uma certa quantia de *blocos* de cimento, pois apesar dele mesmo considerar este *lote* superior ao seu (que ficava 20m abaixo de um *barranco*, abaixo do nível da rua), a sua casa além de maior era melhor construída (mas também de *pau-a-pique*). Essa troca não envolveu nenhum dinheiro.

27- Há casos em que não só a compra do *lote* mas a própria construção da casa foram financiadas – no todo ou em parte – pelo ex-patrão. Isto parece ter ocorrido pouco e particularmente em casos de saída por aposentadoria do colono, num contexto em que se mantivera uma relação amigável entre patrão e empregado – contexto mais frequente junto à geração hoje de fato já aposentada.

28- Referimo-nos aqui às primeiras casas construídas a partir do loteamento feito nessa área e que veio a dar origem

em geral *de barro* (*pau-a-pique* e/ou *adobe*) com cobertura de *sape* ou telhas, não só reproduzindo fielmente o modelo da *roça* – essas primeiras casas também eram *baixinhas* – mas reaproveitando, sempre que possível, os materiais “compráveis” da casa anterior, da *roça*, como por exemplo madeiras aparelhadas usadas para portas e janelas, e telhas, frequentemente (quando existentes) trazidas com a mudança. Com o passar do tempo observa-se uma presença cada vez maior de materiais de construção comprados: o crescente uso de telhas (de bica, francesa e de amianto) substituindo o *sape*, inicialmente nas mesmas casas *de barro*;²⁹ aparelhos sanitários, com a progressiva inclusão de banheiro nas casas; e a generalização do uso de *lajotas* (tijolos de barro cozido),³⁰ seja nas novas construções, seja na reforma ou ampliação de casas mais antigas. De todo modo há um valor especial atribuído a esses materiais “compráveis”, que fazem com que, por exemplo, quando uma casa antiga é *derrubada*, esses materiais sejam cuidadosamente guardados, representando uma espécie de bem, como parte do patrimônio da família.³¹

Entre as casas de trabalhadores rurais atualmente existentes em São Cristóvão, encontramos a expressão de diferentes momentos e condições enfrentadas na história recente desse grupo. Os pouquíssimos exemplares (ainda de pé) representantes da fase inicial do *bairro*, de *pau-a-pique* e/ou *adobe*, reproduzem integralmente o modelo da *roça*, e foram portanto *levantados* com a mão-de-obra de seu futuro *chefe*, que contava então com a *participação* – o *mutirão* ou *ajutório* – de familiares, amigos e *vizinhos* em geral, no *barreado*, assim como com a mão-de-obra feminina da família para seu acabamento interior. Com a gradativa generalização do uso de *lajotas*, como mencionamos, tornara-se necessário o domínio de uma

ao *bairro* de São Cristóvão – categoria que surge e tem o próprio significado relacionado ao processo desencadeado a partir da década de 70. Não estamos aqui considerando as casas existentes no princípio do século ao longo da única rua que havia então (atual rua São Sebastião), nem as eventuais *casas de colono* relativas ao período em que essa área era alugada pela *fazenda vizinha* e usada como *pasto*.

29- A progressiva substituição da cobertura *de sape* pelo telhado *de telhas* de barro cozido ocorrera não somente nas casas construídas no *arraial*, mas nas próprias *casas de colono*, na *roça*. Por essa razão as *telhas* encontram-se aqui incluídas entre os materiais possivelmente trazidos na mudança da *roça* para o *arraial*, sobretudo tratando-se de famílias mais jovens cuja mudança ocorrera em período mais recente.

30- De uso menos frequente mas também presente entre os materiais comprados para as construções em São Cristóvão, encontra-se o *bloco* de cimento (usado em substituição ao tijolo).

31- Tião Pinto, por exemplo, quando se casou, ainda na *roça*, ganhou do sogro e do pai as tábuas para portas e janelas, e as telhas necessárias para a casa que então *levantara*. Por ocasião de sua mudança para São Cristóvão esses materiais foram levados e integralmente aproveitados na construção de sua atual casa.

nova técnica de construção, em alvenaria, levando via de regra à contratação de um artesão especializado – um *pedreiro* – e à não participação do grupo, da *vizinhança*, na construção da casa.

Apesar da *maioria entregar de empreita* essa construção, o homem sempre participa de alguma forma como ajudante na mão-de-obra. Não há *mutirão* para construir *casas de lajota*. “Eles fala assim: se você tá fazendo de telha e lajota você não precisa de ajuda.” (Seu Adão).³² Como na prática sabidamente isso nem sempre é verdade, o próprio grupo trata de manter uma “margem de garantia” para um eventual acionamento dessa rede: “Se depender, se a pessoa diz assim – eu preciso de uma força – aí [a gente] vai, né?”³³ O único caso em que ainda se justifica aqui, num aparente paradoxo, o acionamento do chamado *mutirão*, é na construção das *casas de laje*, que são, no entanto, pouco numerosas em São Cristóvão.³⁴ O *mutirão* é acionado exclusivamente no momento de *bater a laje*. Sendo este um serviço que precisa ser executado em tempo curto (devido ao processo reativo de endurecimento do concreto), de outro modo (sem o *mutirão*) seria necessário contratar *de empreita* diversos ajudantes de pedreiro para sua execução.³⁵

32- Observar como a “voz” do grupo é representada pela terceira pessoa do plural, ou seja, como algo à parte, independente da esfera individual.

33- Seu Adão nesse momento nos descreve dois casos de imediato lembrados, referentes a duas casas de pessoas extremamente carentes (ambas de lavradores aposentados, já de idade) e já há muito *conhecidos de todos*. Não houve exatamente *mutirão*, mas uma forma mista de colaboração coletiva que incluía pequenas doações de materiais de construção (em geral de demolição), rateio para contratação de um *pedreiro* (para os serviços onde era de fato indispensável a mão-de-obra profissional) e a participação direta na mão-de-obra onde não era necessária especialização, por exemplo, como *ajudantes* em geral.

É importante observar ainda que a construção com *lajotas* nem sempre resulta exatamente de uma “escolha”. Hoje em dia é muito difícil construir em *pau-a-pique*, pela própria dificuldade em conseguir uma *madeira aturável*, em função da *pressão da florestal* (fiscalização do IBAMA). Esse processo de mudança no modo de construir tomara-se, nesse sentido, de certa forma irreversível.

34- Das 14 casas de laje encontradas em São Cristóvão, pertencem a *sitiantes* (6), *pedreiros* (3), *pessoas “de fora”*, para *temporária* (3), *comerciante* (1) e *ex-colona* (1) – nesta última, trata-se de uma senhora idosa e a laje foi posteriormente colocada pelos seus filhos. (Dados fornecidos por um morador do *bairro*).

35- O que justifica portanto esse *mutirão* é, por um lado, uma necessidade de ordem técnica de que o serviço seja executado no menor tempo possível, e, por outro lado, numa certa indisponibilidade do proprietário – que aqui não se refere necessariamente à ordem econômica – para contratar o número de *pedreiros* e/ou *ajudantes* que seriam para isso necessários. O proprietário avisa pelo auto-falante da Igreja o dia em que vai *batê-la*, e convida genericamente aos amigos a *participarem*. Ao final do *serviço* é oferecido um *lanche*. Todos os *conhecidos* costumam comparecer, faltar a um chamado desse gênero poderá, se não for muito bem justificado, ser considerado uma grave desfeita.

A participação nesse tipo de *mutirão* faz parte do já referido sistema de trocas de favores (cap. 2) que pode envolver, em maior ou menor grau de distinção, moradores do Centro e de São Cristóvão. Pode ocorrer assim, por exemplo, de moradores de São Cristóvão em difíceis condições sócio-econômicas participarem de um *mutirão* para *bater a laje* de uma casa no Centro sabidamente em condições de vida muitíssimo superiores às suas, o que não os impede nem desestimula necessariamente a irem ofertar, “graciosamente”, sua própria mão-de-obra. Para se tentar entender esse aparente paradoxo é preciso voltar ao capítulo 2, rememorando a peculiaridade com que os mais diversos

Durante o tempo gasto na construção da casa – que pode variar em torno de dois a três meses – a família encontrando-se já no *arraial*, *usa* instalar-se provisoriamente na casa desocupada de algum parente ou, na falta desta, em casa próxima alugada para este fim. Como foi dito, o aluguel parece de fato não ser considerado como uma possível solução definitiva para moradia junto a esse grupo de trabalhadores.

Devido às frequentes dificuldades e limitações econômicas aqui enfrentadas, não somente quanto aos recursos materiais disponíveis, mas também quanto ao tempo necessário para a conclusão da obra – considerando-se não só as diversas decorrências de ordem prática, mas sobretudo o que está em jogo nesse momento de *mudança* que não é só de casa, mas de vida – as casas desses trabalhadores em São Cristóvão são de um modo geral construídas, num primeiro momento, segundo o menor modelo possível para a família e, pelas mesmas razões, raramente têm seus acabamentos concluídos no que se constitui assim como uma primeira etapa de construção e ocupação. É comum encontrarmos, por essa razão, um certo “clima” de obras em muitas dessas casas³⁶, cuja construção, como veremos a seguir, raramente se faz numa só etapa, mas sim numa sequência recorrente de acréscimos a partir de um modelo básico inicial.

A casa: concepção, técnica e materiais empregados

A idealização, assim como a responsabilidade, perante o grupo doméstico, pela construção, manutenção e eventual reforma da casa, compete via de regra ao homem, o *chefe da casa*. O planejamento espacial básico – medidas gerais e distribuição dos cômodos – é frequentemente riscado direto no chão, a um só tempo concebendo e localizando a casa em relação ao espaço

pares de oposição constituídos em torno da oposição São Cristóvão x Centro não chegam a se “fechar” efetivamente. É preciso lembrar ainda que mesmo entre os moradores do *Centro*, genericamente em melhores condições sócio-econômicas, a condição não é tão “alta” a ponto de se poder descartar uma significativa *ajuda* em meio às tantas despesas inevitáveis a uma construção em alvenaria completa e inteiramente acabada (como ocorre de um modo geral no *Centro*).

36- É muito comum encontrarmos assim os mais diversos materiais de construção armazenados nos *quintais* – lajotas, telhas, madeira, areia, etc – comprados ou ganhos: novos ou de alguma demolição e/ou mudança anterior da família.

total do terreno, assim como definindo seus espaços interiores – é como uma planta baixa em tamanho natural (em V.G., verdadeira grandeza), concebida e desenhada diretamente na terra onde será *levantada*.³⁷

Sua concepção espacial reproduz, no plano horizontal, o modelo das referidas *casas de colono*, independente da variabilidade técnica e material empregada em sua construção que, como fora mencionado, depende em grande parte das restrições econômicas enfrentadas pela família por essa ocasião.

As *casas de barro* – *pau-a-pique barreado* ou *adobe* – com cobertura de *sape* marcaram, como mencionado, o período inicial de construção do *bairro*. Dessas primeiras casas – que reproduzem, em **todos** os aspectos, as *casas de colono*, da *roça* – restam muito poucos exemplares. Pela pouca durabilidade do próprio material, foram aos poucos – e muitas vezes por partes – sendo substituídas pelo uso das *lajotas* (tijolos cozidos) e do *cimento* (em argamassa e/ou *blocos*), assim como das *telhas de bica*, *francesas* (ambas de barro cozido) e de *amianto*. A diversidade de materiais encontrados numa mesma casa, cumprindo uma só função (por exemplo parte das paredes em adobe, parte em alvenaria) corresponde via de regra às dificuldades enfrentadas numa mudança cuja realização se faz aos poucos e em diferentes condições; por outro lado, as casas com padrão de acabamento mais uniforme e de construção concluída referem-se em geral àqueles cuja vinda se deu de modo mais planejado e/ou com melhores recursos econômicos (ver quadro 8). Observamos assim um padrão de construção recorrente, marcado por uma certa variabilidade material, que expressa, nesses termos, um modelo referencial poucas vezes efetivamente concretizado. Nesse sentido, as variações hoje encontradas entre as casas de trabalhadores em São Cristóvão representam a expressão de diferentes níveis de sua realização, convergindo para um modelo idealizado de construção e acabamento, encontrando-se desde o menor e mais simples possível – casas, por exemplo, sem nenhum tipo de reboco, com piso de terra batida e/ou cimento grosso, sem qualquer forração, sem portas internas (apenas vãos), etc. – até o modelo plenamente realizado, do

37- Eventualmente risca-se no papel no momento de definição e/ou apresentação, ao *pedreiro*, da planta baixa pretendida, como parte da negociação a respeito do custo da mão-de-obra.

qual encontramos de fato poucos exemplares em São Cristóvão.

Quanto ao padrão de acabamento e materiais empregados, esse modelo poderia ser assim sintetizado: paredes de alvenaria, com o uso de *lajotas* interligadas com argamassa de cimento, terra e areia, rebocadas e pintadas (caíadas) interna e externamente; o piso, cimentado bem fino, com ou sem uso de pigmento (a ser posteriormente encerado); o telhado, de telhas de barro cozido (*de bica* ou *francesa*); a sala e os quartos de dormir devem ter *forro* (de esteira de taquara ou de madeira); a cozinha dificilmente abre mão do fogão a lenha, mas deve possuir também um a gás, assim como instalação hidráulica – uma pia; o banheiro (que, como veremos a seguir, aqui junta-se à casa), deve ser revestido com “nata” de cimento – piso e, ao menos, meia parede – e possuir pia, vaso sanitário e espaço próprio para o banho (com piso rebaixado ou murado), com chuveiro elétrico instalado. O banheiro deve possuir *laje* que, além de garantir um vedamento mais eficiente contra o frio, serve de base para a caixa d'água de abastecimento da casa. Todos os cômodos devem possuir portas e janelas de madeira aparelhada (*tabuís*) pintadas, preferencialmente com tinta à óleo. A casa deve possuir instalações e ser abastecida com água e energia elétrica, e ainda, possuir instalações de esgoto sanitário (até o momento o sistema usado é a *fossa*).³⁸

38- Esse modelo referencial aqui descrito corresponde ao que seria a completa realização das construções efetivamente encontradas em São Cristóvão, ou seja, como ficariam de um modo geral suas casas, caso surgissem condições materiais para a conclusão total de sua construção no momento, e dentro da realidade sócio-econômica atual desse grupo de trabalhadores. Referimo-nos como modelo idealizado porque de fato raramente encontramos casas assim plenamente acabadas. Gostaríamos no entanto de observar a existência de um modelo idealizado num outro nível que, apesar de não diretamente pretendido, na prática, age como fonte de inspiração e padrão de excelência. Esse modelo, pensado ou sentido assim como algo não pertencente à realidade desse grupo, reúne em si elementos da construção de casas de *patrões*, genericamente, incluindo as do passado (as antigas *fazendas*) e as do presente (as melhores casas não só de sua cidade, no *Centro*, mas de outras possivelmente conhecidas). O primeiro, pertence à esfera do possível, do real; o segundo, à do inatingível e, de certo modo, do sonho.

Seu Adão nos resume assim as principais características dessa casa “ideal”: casa de laje com paredes de alvenaria rebocadas e pintadas (com tinta, e não cal); piso de *tacos* de madeira (sala e quartos) e piso cerâmico ou cimento liso com *vermelhão* encerado (cozinha e banheiro); telhado de telhas *coloniais** e madeiras aparelhadas; forro de madeira, pintado (*tabuinhas* de 10 cm); e janelas de veneziana com parte de vidro.

* Apesar dessa nomenclatura essas telhas são recentes, de produção industrial e segundo um modelo “novo”, inspirado nas originais telhas *de bica*, não mais produzidas. São consideradas superiores e mais eficientes que as *francesas* (e são também mais caras do que estas).

QUADRO 8:
MATERIAIS EMPREGADOS EM PAREDES E TELHADOS DAS CASAS DE SÃO CRISTÓVÃO DE ACORDO COM A OCUPAÇÃO DO
CHEFE DA CASA (NÚMERO DE CASAS E PERCENTUAL APROXIMADO)

OCUPAÇÃO DO CHEFE DA CASA	Nº CASAS INFORMADAS	PAREDES (MATERIAL PREDOMINANTE)				TELHADO (PREDOMINANTE)			
		Adobe	Pau-a-Pique	Avenaria	Combinados	Telhas Cerâmicas	Amianto	Combinados	
APOSENTADO	21	5 - 23,8%	1 - 4,8%	13 - 61,9%	2 - 9,5%	15 - 71,4%	5 - 23,8%	1 de laje* (4,8%)	
DIARISTA	17	1 - 5,9%	3 - 17,6%	12 - 70,6%	1 - 5,9%	11 - 64,7%	5 - 29,4%	1 - 5,9%	
PEDREIRO	12	-	1 - 8,3%	11 - 91,7%	-	11 - 91,7%	1 - 8,3%	-	
RETIRO	10	4 - 40%	1 - 10%	5 - 50%	-	8 - 80%	2 - 20%	-	
LAVRADOR	9	-	2 - 22,2%	6 - 66,7%	1 - 11,1%	9 - 100%	-	-	
SERVEITE	8	-	-	7 - 87,5%	1 - 12,5%	8 - 100%	-	-	
COMERCIANTE	3	-	-	3	-	2	-	-	1
PADEIRO	1	-	-	1	-	1	-	-	-
DOMÉSTICA	1	-	-	1	-	1	-	-	-
CABISTA	1	-	-	1	-	1	-	-	-
MERENDEIRA	1	-	-	1	-	1	-	-	-
COSTUREIRA	1	-	-	1	-	1	-	-	-
TOTAL	85	10 - 11,8%	8 - 9,4%	62 - 72,9%	5 - 5,9%	69 - 81,2%	13 - 15,3%	3 - 3,5%	

Fonte: Serviço de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Santa Bárbara do Monte Verde

Obs. 1: Há em São Cristóvão um total de 98 casas, dos quais somente 85 encontram-se aqui contabilizadas.

Obs. 2: Nota-se uma maior incidência de um padrão mais uniforme de construção, em alvenaria, entre os pedreiros. Devemos observar no entanto que a pesquisa da prefeitura registrou genericamente os materiais predominantes (ou mais visíveis) nas construções, não sendo rigorosamente de uso exclusivo. De acordo com a nossa própria observação há uma maior ocorrência do uso combinado de diferentes materiais nas respectivas partes das casas. É o que buscamos apresentar nos dados abaixo.

QUADRO 9

MATERIAIS EMPREGADOS NA CONSTRUÇÃO (Rua São Sebastião. São Cristóvão)
Casas examinadas: 22 Ocupação dos <i>chefes das casas</i> : 6 aposentados. 5 diaristas. 3 lavradores. 3 serventes. 2 retireiros. 2 pedreiros. 1 costureira.
Paredes: 1 em adobe / 1 em pau-a-pique / 2 combinando adobe e pau-a-pique / 1 combinando pau-a-pique e blocos de cimento / 1 combinando adobe, blocos de cimento e lajotas (alvenaria) / 2 combinando adobe e alvenaria / 2 combinando blocos de cimento e lajotas / 2 combinando pau-a-pique e lajotas / 3 em lajotas não rebocadas / 7 em lajotas rebocadas (no todo ou em parte). Obs: Total de casas com paredes de 1 só material - 12; total de casas com paredes combinando diferentes materiais - 10. Piso: 2 de chão (terra batida) / 2 de chão e de cimento grosso / 5 de cimento grosso / 4 de cimento grosso e cimento liso / 9 de cimento liso. Telhado: 1 de telhas de bica / 5 de amianto / 7 de telhas francesas e amianto / 9 de telhas francesas. Portas e janelas: 15 em madeira / 3 em madeira, com basculante de vidro / 2 em madeira e em alumínio / 1 em madeira e em ferro com vidro / 1 em ferro com vidro. Fogão: 2 somente a lenha / 7 somente a gás / 13 com fogão a lenha e a gás.

Quanto à sua concepção propriamente espacial, gostaríamos de sublinhar aqui alguns aspectos que consideramos centrais: 1º – que esta concepção até certo ponto independe da técnica e dos materiais empregados na construção, e que uma casa originalmente *de barro* quando refeita – no todo ou em parte – reproduz em geral a mesma distribuição horizontal de espaços interiores;³⁹ 2º – que, apesar do número de cômodos e das dimensões totais planejados para a casa variarem de acordo com o tamanho da família, ou melhor, com o número de membros do grupo doméstico, em função das já referidas restrições econômicas em meio às quais as casas costumam ser construídas, observamos, também no plano espacial, uma variabilidade que representa, na prática, diferentes momentos, ou melhor, diferentes etapas de uma construção que pode levar vários anos para atingir sua plena realização, ou seja, um tamanho total de fato adequado para as necessidades idealizadas por aquele grupo doméstico;⁴⁰ 3º – uma marca diferencial importante na constituição de seu espaço interior horizontal está na inclusão do banheiro junto ao corpo principal da casa – sempre próximo à cozinha; 4º –

39- Estudando as casas de uma favela no Rio de Janeiro, Ana Heye observa ocorrer o mesmo com as casas originalmente em pau-a-pique ou tábuas, quando refeitas em alvenaria. Ana Margarete Heye, *Mata Machado: um estudo sobre moradia urbana*. Dissertação de mestrado apresentada ao PPGAS/UFRJ, Rio de Janeiro, 1979.

40- Pode ocorrer inclusive desse tamanho ideal nunca ser atingido, ou ser atingido num momento em que a sua própria necessidade ou parte do seu próprio sentido se esvazia, por exemplo, com a saída da casa dos filhos adultos – *esparramados* em busca de emprego ou em função de casamento. A casa pode portanto permanecer – e vir a “envelhecer” – dentro da primeira etapa, sem que a família tenha recursos para ampliá-la ou melhorá-la em seu acabamento.

observamos que, se no plano horizontal, conforme mencionamos, as casas de São Cristóvão são construídas em linha de continuidade com as da *roça*, em grande parte reproduzindo a concepção espacial das *casas de colono*, no plano vertical evidencia-se uma ruptura, com um expressivo “crescimento” das casas (independente de seu “tamanho” horizontal), que ganham um acréscimo em seu pé direito (altura interior) em torno de 10 a 40cm – essas já não são casas *baixinhas*; 5° – finalmente observamos um acréscimo igualmente significativo (em torno de 10 a 20%) na área das janelas, o que, somado ao aumento vertical do espaço interior, faz com que essas casas sejam naturalmente mais ventiladas e iluminadas do que suas antecessoras.

QUADRO 10:

PÉ DIREITO E ÁREA DAS JANELAS - NA ROÇA E EM SÃO CRISTÓVÃO

ÁREA	PÉ DIREITO (m)				ÁREA DAS JANELAS (m ²)			
	Nº Casas medidas	Mínimo	Máximo	Média	Nº Casas medidas	Mínima	Máxima	Média
ROÇA*	2	1,80	2,20	2,00	2	0,29	0,68	0,45
SÃO CRISTÓVÃO	18	1,80	2,40	2,10	19	0,31	1,07	0,51
FAZENDA BARÃO (SEDE)	1	–	–	3,86	1	–	–	1,81

(*) A medição foi feita em apenas duas casas de colono, mas os números encontrados são condizentes com as médias referidas por ex-colonos em diferentes relatos – especialmente quanto ao pé direito de 2.00m.

Obs: Devemos considerar, com relação a média de área de janelas, o fato do frequente reaproveitamento de esquadrias de madeiras trazidas da *roça* na mudança para o *arraial*. De todo modo, o próprio fato em si do reaproveitamento é igualmente significativo, e frequentemente associado aos menores pés direitos, assim como à combinação de diversos materiais (em parte também reaproveitados) numa mesma parte da construção – formando esses dados em conjunto um quadro relacionado às famílias cuja mudança se deu em meio a maiores dificuldades econômicas (frequentemente relacionadas às rupturas e mudanças não planejadas).

As casas medidas em São Cristóvão pertencem a famílias de ex-colonos e descendentes seus. A título de comparação, medimos uma das casas de “temporada”, pertencente a uma família de São Paulo: pé direito – 2.74m; área das janelas – 2.40m².

O menor modelo encontrado, representativo, no sentido acima mencionado, de uma primeira “etapa” da construção – de modo a viabilizar, na prática e no menor tempo possível, a mudança e ocupação da mesma pelo grupo doméstico – é constituído por *sala, quarto da sala, cozinha e quarto de dentro*, interrelacionados entre si de modo idêntico ao da *roça*, ou

seja, *sala & quarto da sala, cozinha & quarto de dentro*.⁴¹ A *cozinha* é via de regra o maior cômodo da casa.⁴² Nas primeiras construções do *bairro*, o banheiro não era necessariamente incluído nessa primeira “etapa” da casa. Com a progressiva generalização da construção no *bairro*, e a crescente aproximação de casas vizinhas, o *banheiro* foi aos poucos incluído nesse modelo inicial, construído sempre junto à porta externa da *cozinha*. Frequentemente a casa ganha, já nessa “etapa”, uma *varanda*, nos fundos, onde se localiza a *bica* ou o tanque de lavar roupas, e onde é estendido parte do varal para sua secagem. (ver figura 7).

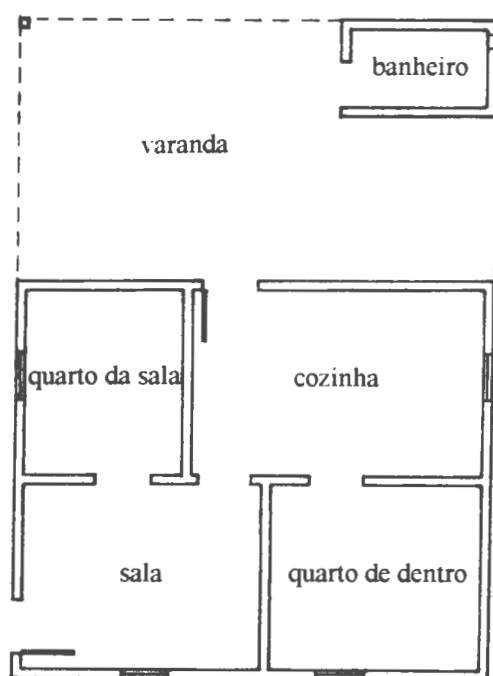


figura 7

A situação dessa primeira casa/etapa em relação ao *lote* é via de regra bastante próxima de seu limite frontal, ou seja, da rua, de modo a permitir sua futura expansão – via de regra em

41- Encontra-se excepcionalmente uma casa menor que o modelo aqui descrito, ou seja, com somente um quarto, o que pode chegar a destituí-la da categoria *casa*: seria apenas um *barraco* (encontramos um só caso, de caráter extremamente provisório, visando legitimar a ocupação de um *lote* – era ocupado por um rapaz solteiro, sobrinho do proprietário do *lote*).

42- Ver em anexo (plantas baixas) os percentuais das áreas ocupadas pelos diferentes cômodos das casas. Quando a *cozinha* isoladamente não representa o maior espaço da *casa* (o que raramente ocorre), é porque algum outro cômodo está cumprindo parte de sua função, sendo utilizado de modo a complementá-la (em geral a *copa* ou a *varanda*).

direção aos fundos do *lote* – e, ao mesmo tempo, quando possível, bastante próxima de uma das laterais do *lote*, garantindo assim a maior área livre possível de *quintal*.⁴³ A expansão da casa – que ocorre quando economicamente viável – se concretiza via de regra com a construção de uma nova *cozinha*, que ocupa o espaço até então relativo à *varanda*, deslocando não só a própria *varanda*, mas necessariamente o *banheiro*, que é reconstruído mais para os fundos, de modo a preservar sua anterior relação com a *cozinha*. O antigo *banheiro* torna-se então *dispensa*; e a antiga *cozinha* torna-se *quarto de fora*, caso seja de fato necessário mais espaço a ser usado, cotidianamente, como dormitório, ou, caso contrário, torna-se *copa* (também chamada *salinha* ou, mais raramente, *sala de janta*).⁴⁴ Nessa nova configuração, de modo similar ao da *roça*, o sistema *cozinha & quarto de dentro* se desdobra em *cozinha & quarto de fora* e *quarto de fora & quarto de dentro*. (figura 8)

43- O sentido de se preservar o maior vão livre – contínuo – de *quintal* refere-se não somente ao seu uso enquanto *quintal* propriamente dito, ou seja, um espaço que permita pequenas *plantações* (basicamente algumas fruteiras, plantas medicinais e as verduras na *horta de couve*) e algumas *criações* (galinhas e patos), mas também – e isso é igualmente importante – a uma espécie de “reserva” de terreno livre onde seja possível a construção de outra(s) unidade(s) doméstica(s) caso isto se faça necessário (em geral para os filhos).

44- O uso da antiga *cozinha* como *quarto de fora* não é necessariamente assumido e declarado, e mesmo quando seu uso enquanto dormitório evidencia-se no próprio mobiliário, a nomenclatura atribuída pode ser *salinha*, *copa* e até *sala de janta*, na apropriação de uma categoria referida ao universo da *roça*, às sedes das *fazendas*. Todas as refeições são aqui feitas na *cozinha*. (nas *fazendas* – casas sedes – habitualmente existe uma sala cuja função exclusiva é a de se fazer as refeições – é a *copa* ou *sala de jantar*).

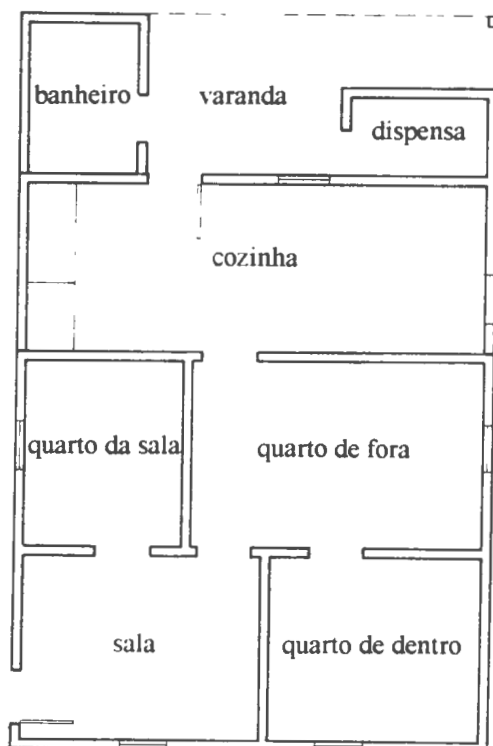


figura 8

As casas desses trabalhadores em São Cristóvão são portanto construídas segundo dois processos evolutivos distintos: primeiro, o da expansão horizontal do espaço, tendo em vista a reprodução do modelo da *roça*; segundo, a também gradativa complementação – ou melhoria – de seu padrão de acabamento que visa, em certo sentido, como que ultrapassar o modelo antecessor (ver fotos que registram as marcas na casa dessa expansão em etapas).

Esses dois processos, concretizados sempre por etapas, caracterizam a maior parte das construções no *bairro*. Devemos observar, no entanto, a existência de algumas – poucas – casas que representam, por assim dizer, os dois extremos desse desenvolvimento: por um lado, as casas construídas, enquanto solução definitiva, segundo o referido “menor modelo”

(*sala, quarto da sala, cozinha, quarto de dentro, banheiro e varanda*)⁴⁵ – é o que ocorre, por exemplo, com alguns poucos casos de grupos domésticos pequenos (em torno de 1 a 4 membros); por outro lado, o caso inverso (ainda mais raro) de casas construídas já de início com o desdobramento do sistema básico (*cozinha & quarto de fora e quarto de fora & quarto de dentro*),⁴⁶ quando, além de um grupo doméstico numeroso, a família dispõe de recursos econômicos de modo a viabilizar essa construção integral imediata. (ver em anexo as plantas das casas da Dna. Quita e do Seu Fernando como exemplos dos respectivos extremos).

O interior das casas – mobiliário e objetos decorativos

Num movimento de certa forma paralelo ao que ocorre com a construção das casas de ex-colonos em São Cristóvão, seu mobiliário permanece, por um lado, basicamente o mesmo, sendo no entanto cada vez menor o emprego de materiais “in natura”, assim como sua manufatura realizada pelo próprio usuário; por outro lado, diversas casas no *bairro* incorporaram a seu mobiliário um número variável de produtos industrializados, tais como eletrodomésticos, estofados e alguns móveis de marcenaria industrial. Nesse sentido observamos, no âmbito do mobiliário, um processo equivalente ao verificado na construção de casas, que tentamos a seguir exemplificar:

45- Já nos referimos à rara existência de casas com um único quarto de dormir, que pode ser aqui considerada como exceção. O menor modelo genericamente encontrado é este, com pelo menos um *quarto da sala* e um *quarto de dentro*.

46- Encontraremos também raramente o caso de haver dois ou mais *quartos de dentro*.

QUADRO 11

CÔMODO	MOBILIÁRIO	
	CASA DE COLONO (NA ROÇA)	CASA PRÓPRIA (EM SÃO CRISTÓVÃO)
SALA	<ul style="list-style-type: none"> • banco fixo ao chão batido • caixa (ou baú) • mesa (pouco frequente) 	<ul style="list-style-type: none"> • banco móvel e/ou estofados • mesa • televisão • estante (pouco frequente)
QTO SALA	<ul style="list-style-type: none"> • cama(s) de <i>forquilha</i> ou <i>cavalete</i> com estrado de bambu. (eventualmente um <i>catre</i>, que é a cama de madeira aparelhada com estrado de tábua) 	<ul style="list-style-type: none"> • cama(s) de madeira aparelhada (= <i>catre</i>) • máquina de costura (eventualmente no quarto de dentro)
COZINHA	<ul style="list-style-type: none"> • fogão a lenha (construído c/ a casa) • banco(s) fixo(s) • prateleira p/ vasilhas (estante) • mesa de trabalho (muito rara) 	<ul style="list-style-type: none"> • fogão a lenha • fogão a gás • banco(s) móvel(is) • prateleira p/ vasilhas e/ou armário(s) • mesa de trabalho (raramente p/ refeição)
COPA OU SALINHA	– Categoria inexistente na <i>roça</i> ⁴⁷	<ul style="list-style-type: none"> • geladeira • caixa • cômoda ou cristaleira
QTO FORA OU QTO DENTRO	<ul style="list-style-type: none"> • cama(s) de <i>forquilha</i> ou <i>cavalete</i> (eventualmente <i>catre</i>) • caixa(s) • rede de taquara (p/ bebê) 	<ul style="list-style-type: none"> • cama(s) de madeira aparelhada (obs: encontramos um só caso de bambu) • guarda-roupa e/ou cômoda • mesinha • berço

A observação dos respectivos mobiliários parece-nos indicar o caráter gradual da *mudança* que se opera com a ida para o *arraial*. É de se notar o crescente uso não somente dos móveis feitos por *carapinas* – alguns já existentes na *roça*, como as *caixas* e algumas (mais raras) *mesas* e *catres* – mas sobretudo dos móveis industrializados, como guarda-roupas, cômodas, cristaleiras, conjunto de estofados, etc., e dos eletrodomésticos. Essa forma de transição faz-se sentir ainda na adaptação de certas peças, como por exemplo o *banco*, anteriormente de pés roliços (madeira *in natura*) fincados ao *chão* (de terra batida), que ganha, ao mudar-se para as casas de piso cimentado, pés independentes, de madeira aparelhada, permitindo sua *mobilidade* – tornando-se efetivamente uma peça de *mobília*.⁴⁸

47- Essa categoria não existia na *casa de colono*. Ela é criada a partir do referido processo de expansão espacial, característico da construção das casas de ex-colonos em São Cristóvão; foi referida uma só vez quanto a uma casa da *roça*, numa evidente e recente apropriação do termo.

48- É interessante observar que a categoria *mobília* é aqui literalmente apropriada, designando exclusivamente as peças *móveis* do mobiliário, em geral feitas por *carapinas* ou, mais recentemente, marcenarias industriais (eventual-

Um aspecto central a ser aqui observado refere-se ao fato da incorporação dos referidos móveis e eletrodomésticos industrializados não levar à exclusão de seus equivalentes oriundos da *roça*: é o caso, por exemplo, da coexistência – não rara – numa mesma casa, de guarda-roupa e/ou cômoda com as antigas *caixas*, cuja função é em princípio a mesma; ainda mais expressiva é a generalizada convivência, literalmente lado a lado, dos fogões a lenha e a gás.⁴⁹

Vimos como a categoria *enfeite* no período do colonato, pertencente ao universo feminino, vinculava-se estreitamente à manifestação do sentimento religioso, a uma devoção genericamente dirigida aos *Santos*. Apesar de preservada e mesmo em certos casos intensificada a devoção religiosa – a partir da sujeição que se estabelece em relação à *Santa*, no *arraial* – a mudança para São Cristóvão vem marcar nesse aspecto uma importante ruptura com relação ao período anterior, da *roça*. Apresentando-se à primeira vista como uma forma de autonomia da intenção estética (abordaremos este aspecto no cap. 5), observa-se aqui um expressivo aumento no número de objetos encontrados com função exclusivamente decorativa: quadros e/ou estampas, de motivos variados, cobrem diversas paredes internas da *casa*; o vaso de flores será encontrado não somente junto ao *oratório*, mas também sobre a mesinha da sala – ou sobre a televisão; e os mais diversos objetos *enfeitam* a casa, especialmente a *sala* – porta-retratos, compoteiras de louça (jamais utilizada), porcelanas, bichinhos de pelúcia, peças artesanais de crochet e bordado, etc.

Os artesãos da construção: colonos, carapinas e pedreiros

Diversas mudanças operaram-se nas condições de vida e de moradia na história recente desse grupo de trabalhadores, ex-colonos, sobretudo a partir de sua vinda para o *arraial*. No

mente por um trabalhador com essa habilidade). Assim ouvimos relatos em que se declarava que no tempo da *roça* a família não possuía *móvel* nenhuma, ou seja, possuíam apenas as peças feitas artesanalmente pelos próprios trabalhadores, de um modo geral fixas ao *chão*: “[No tempo da *roça*] não tinha *móvel* não, minhas coisas eram fincadas no *chão*. O banco pra sentar era o cocho de sal do gado que o patrão deu pra nós colocar uma tábua em cima...” (Dna. Pitita)

49- As justificativas declaradas para o uso de um ou outro tipo de fogão referem-se, primeiro, a uma diferenciação qualitativa no preparo de certos alimentos – sendo o fogão a lenha considerado genericamente “superior”; segundo, a uma possível economia no uso de um ou outro combustível – neste aspecto as “defesas” se alternam, por razões circuns-

que se refere à construção de suas casas, uma das mudanças centrais ocorridas encontra-se na mão-de-obra por ela responsável.

Durante todo o período do colonato, da vida na *roça*, como vimos, as casas ocupadas por esses trabalhadores eram *levantadas* por eles próprios, utilizando-se para isso de um conhecimento técnico cujo aprendizado, operado em meio familiar, fazia parte de uma experiência coletiva, interiorizada desde a mais tenra infância, como parte de um processo primário de socialização. Tão inimaginável pensar um rapaz desse grupo que não soubesse *levantar* uma casa em *pau-a-pique* (ou *adobe*), quanto o seria pensar uma *moça* que nada soubesse, por exemplo, de *cozinhar*. Os artesãos do *pau-a-pique* foram portanto, em meio a este grupo, os seus próprios usuários, cujo conhecimento técnico, iniciado desde muito cedo – os *meninos pequenos* já acompanhavam eventualmente o pai nesses trabalhos – incluía não somente os aspectos propriamente técnicos da construção, mas toda uma concepção espacial assim internalizada e naturalizada.

Havia no entanto nesse período um *artesão* central para a construção – o *carapina* – responsável não só pelo processo de aparelhamento da madeira extraída das matas, mas pelas mais diversas manufaturas neste material (de móveis a instalação para animais), aqui incluída toda a estrutura de sustentação e as peças de acabamento não só da casa sede, mas de grande parte das edificações de uma *fazenda*.⁵⁰ Demarcador de posições sociais, o produto realizado pelo *carapina* revestia-se de um valor todo especial e, no tocante à construção de casas desse período, a contratação da sua mão-de-obra constituía com efeito um fator de distinção exclusivo aos *fazendeiros*, aos *patrões*.

Nesse sentido a mudança operada na construção de casas desse grupo em São Cristóvão é de extrema importância, na medida em que tira do usuário a exclusividade da responsa-

tanciais de maior ou menor facilidade e frequência com que se possa obter gratuitamente alguma reserva de lenha (se a lenha tiver que ser comprada o gás de fato sai mais barato). Na prática, e de um modo geral, o fogão a gás se mostra mais eficiente (e econômico) para preparos culinários mais rápidos, e o fogão à lenha, inversamente, para alimentos que exigem um longo tempo de cozimento (como por exemplo o feijão).

50)- O sistema de *colonato* veio encontrar uma grande parte dessa região com suas matas ainda inteiramente preservadas. Havia portanto muita fartura de madeira, que constituiu-se por muito tempo um material central não só para a construção, mas para as mais diversas soluções práticas cotidianas. Resulta daí a centralidade do *carapina*, a julgar pelos relatos, uma presença constante em toda grande *fazenda* do período. Participava ainda da construção das sedes o alvenciro (ou alvanel) cuja importância cresce à medida em que estas deixam de ser construídas em *pau-a-pique*.

bilidade por sua mão-de-obra, rompendo desse modo, e em certo aspecto, com a radical diferença anteriormente estabelecida. Suas casas são atualmente construídas em alvenaria, o que implica necessariamente na contratação de um artesão, já que esta técnica não pertence ao domínio comum de conhecimento do grupo (como o era, por exemplo, o *pau-a-pique*). Via de regra contrata-se um *pedreiro*, um *ajudante*, e, sempre que possível, o próprio dono da casa participa com sua mão-de-obra, como mais um *ajudante*. O futuro morador permanece responsável, como vimos, pela concepção espacial da casa. É importante observar no entanto que os *pedreiros* aqui contratados, oriundos na verdade do mesmo grupo social destes trabalhadores, partilham com estes de uma visão naturalizada do que é concebido e de como deve ser construído um espaço doméstico em seus mais diversos detalhes.⁵¹

O deslocamento da importância desses diferentes artesãos – de *carapina*, no colonato, para o *pedreiro*, no período atual, se expressa no próprio número de profissionais encontrados no *arraial*: 2 *carapinas* e 26 *pedreiros*.⁵² A atuação do *carapina* hoje já não é a mesma. Não se trata mais de *lavrar* ou *aparelhar* madeiras extraídas da mata – a madeira atualmente utilizada no *arraial* é de um modo geral comprada já aparelhada.⁵³ O *carapina* hoje vive basicamente de *fazer e reformar móveis*; na construção sua participação, quando ocorre, limita-se à estrutura do telhado e às esquadrias de madeira. Os *pedreiros*, em contrapartida, têm uma importância central na forma atual de construção e são, na medida em que o *arraial* cresce, cada vez mais solicitados. Os *pedreiros* e seus *ajudantes* são, como mencionado, oriundos de famílias de *lavradores* – *colonos* e/ou pequenos sítiantes, cujos filhos frequentemente trabalham *pra fora* lado a lado com filhos de *colonos*; em certos casos são filhos de pequenos comerciantes do *arraial* cuja origem no entanto é a mesma: ex-trabalhadores ou filhos de trabalhadores da *roça*.

51- Gustavo Sora observou-nos um aspecto aqui fundamental quanto ao fato de que, na ausência de regras técnicas formais e juridicamente impostas, essas construções são (até o momento) governadas basicamente pelas regras sociais e culturalmente constituídas ao longo da história do próprio grupo.

52- De acordo com pesquisa realizada pela Prefeitura Municipal.

53- É importante observar que o próprio desuso do *pau-a-pique* como técnica de construção relaciona-se aqui em parte à diminuição das áreas de mata nativa e à crescente fiscalização do IBAMA para que esta não seja mais derrubada. Em parte por essa razão o *fogão a lenha* vem dividindo espaço com seu atual companheiro, a *gás* (a lenha tornou-se mais difícil e cara).

O serviço de *pedreiro* se apresenta para os rapazes dessas famílias como uma opção profissional frente à gravidade do desemprego na região – sobretudo em serviços *de roça*. O aprendizado e a formação profissional do *pedreiro* ocorre através da própria prática, quando o rapaz, *precisando seguir um caminho*, consegue um serviço como *ajudante* de pedreiro. Neste caso o período de aprendizado e treinamento ocorre já na adolescência ou mesmo idade adulta, atuando junto a um profissional, num processo portanto de socialização secundária, sendo, nesse sentido, radicalmente diferente do aprendizado já referido do *pau-a-pique*. O pretendente à profissão de *pedreiro* cumpre, para sua completa formação, três etapas distintas, sendo extremamente variável o tempo permanecido em cada uma delas. A primeira etapa é categorizada como de *servente*, que é o simples *ajudante* braçal e o de menor remuneração numa obra; a segunda é o *meia-colher*, considerado de certo modo um “semi-profissional” – e recebendo de fato exatamente a metade da remuneração de um profissional formado; e finalmente o *profissional*, que é a categoria referente ao *pedreiro* plenamente formado, capaz de assumir portanto a inteira responsabilidade pela construção.

Finalmente devemos registrar que a “opção” pela profissão de *pedreiro* representa não somente a pura e simples busca de *serviço*, eventualmente de *emprego*, mas a busca de uma atividade que traz a possibilidade de um padrão de vida um pouco acima daquele obtido pelos serviços de *roça* – condição alcançada por alguns profissionais do *arraial* reconhecidos como efetivamente competentes no exercício desse ofício. Ver quadro 12.

O caso de uma casa exemplar

Considerando basicamente a diversidade das casas aqui enfocadas em sua correspondência com os diferentes momentos/etapas desse longo processo de expansão e complementação espacial/formal pelo qual são construídas, tomaremos um caso exemplar do que seria uma posição “mediana” nesse desenvolvimento – representativa de fato de uma parcela significativa das casas do *bairro* – para proceder a uma descrição de certa forma mais detalhada do espaço doméstico construído por essas famílias de trabalhadores.

Em 1976, ao romper brusca e definitivamente com sua condição de *colono*, Sr. A mudou-se provisoriamente para a casa (desocupada) de um primo, no *Centro* de Sta. Bárbara.⁵⁴ Não tinha, em princípio, nenhum trabalho à vista. Começou a trabalhar “*pra um, pra outro*”, como *ambulante* (ou *diarista*); trabalhou por 10 meses na CEMIG (que estava então em fase de implantação visando o fornecimento de energia ao *arraial*). Do dinheiro ganho nessa nova condição, pode juntar algum, que viria a permitir-lhe a compra de um *lote* no *arraial* e a construção de sua primeira casa própria, situada na área *central* porém junto à “divisa” com São Cristóvão. Tratava-se de um terreno pouco valorizado, por localizar-se embaixo de um *barranco*, cerca de 20m abaixo do nível da rua. Nele Sr. A *levantou* sua primeira casa, “*sozinho*”, ou seja, sem receber qualquer *ajuda* (de algum parente, por exemplo) em material ou mão-de-obra.⁵⁵ – “... *tinha dia que eu passava um aperto... tinha umas peças de madeira*

54- Esse primo nessa ocasião trabalhava ainda como *colono* numa *fazenda* da região, mas havia conseguido construir essa casa que mantinha estrategicamente disponível para o caso de necessidade súbita de mudança. Esse tipo de passagem, de precaução, foi observada em diferentes relatos.

Voltamos a observar que no período anterior ao arruamento da área hoje constituidora de São Cristóvão, as famílias de trabalhadores vindas da *roça* “escolhiam”, para compra de *lote* e construção de *casas*, os locais menos valorizados da área hoje denominada *Centro*, anteriormente representativa do todo do *arraial*.

55- É importante observar que *levantar* a casa representa aqui a construção de toda a sua estrutura de madeira – que no *pau-a-pique* equivale a quase toda a construção –, colocação de telhado, esquadrias, etc. O que está excluído desse *levantar* é somente o *barreado* – necessariamente feito em *mutirão* – e o acabamento interior, o *reboque*, via de regra feito pela(s) mulher(es) da casa. Sr. A. sente tê-la *levantado sozinho* porque na *roça* é bastante frequente nesse momento receber-se a *ajuda* de um parente (irmão, pai, cunhado, sogro, etc), e não pela inexistência de *mutirão*, que jamais ocorre para essa fase da construção. Sua esposa no entanto contou-nos ter participado com alguma *ajuda* – “*jogava telha pra cima segurava ripa, pregava prego...*”

Dominando perfeitamente essa técnica – Sr. A. começou a aprendê-la aos 6 anos, com o pai – ele nos explica que *de primeiro* não se usava prego, sendo o *pau-a-pique* *amarrado com cipó* (pregos eram usados só nas portas e janelas); para *amarrar* o *sapé*, quando não se dispunha de *arame*, usava-se *óleo de capáiba*.

pesada... levantei a casa todinha sozinho". No momento de *barrear* a casa formou-se um pequeno *mutirão* da *vizinhança* – "*barreou com dois dias*", pois tinham nessa época poucos *conhecidos* no *arraial*.⁵⁶ Finalmente o acabamento interno, o *reboque*, foi dado por sua esposa, acompanhada das crianças.

Era uma casinha *de barro*, em *pau-a-pique*, mas já com cobertura de telhas francesas. Tinha cinco cômodos: *sala*, *quarto da sala*, *quarto de fora*, *quarto de dentro* e *cozinha*; no *terreiro* havia a *bica* d'água e, separado da casa, no *quintal*, o *banheiro*.⁵⁷ Nessa casa permaneceram por cerca de três anos, até que surgira uma oportunidade de trocá-la por outra, melhor localizada – no seu atual *lote* em São Cristóvão. Nessa troca, que não envolvia dinheiro algum, Sr. A recebeu "*500 blocos [de cimento] de volta*", pois, apesar da qualidade superior do *lote* pretendido, a casa – também *de barro* – além de muito *baixinha*, era bem menor que a sua, com *sala*, *quarto da sala*, *cozinha* e *quarto de dentro*.

Enfrentando dificuldades para se manter como trabalhador *ambulante*, Sr. A aceitou, alguns anos mais tarde (1982), a oferta de um *emprego* como *caseiro*, no Estado do Rio. Mudou-se então com a família, mantendo, nesse período em que esteve fora (dois anos), a sua própria casa alugada. Ao retornar, tendo juntado algum dinheiro, hospedou-se por sessenta dias na *casa da balança*⁵⁸ – tempo gasto na retomada e demolição da antiga casa, e na construção da atual, em sua primeira etapa: *sala*, *quarto da sala*, *cozinha* e *quarto de dentro* (com a *bica* e o *banheirinho da fossa* no *quintal*). Cerca de sessenta dias mais tarde Sr. A *levantou* um *banheiro*, junto à casa, e uma *varanda*; certo tempo depois foi construída uma nova *cozinha*, com a antiga tornando-se *quarto de fora*; um novo *banheiro*, com o anterior

56- Sr. A. explicou-nos que no tempo da *roça* *barreava-se* em muito menos tempo, e num só dia – "*na roça não, barreava rapidinho, juntava umas quinze, vinte pessoas*".

57- Esse *banheiro* – que não é aqui categorizado como cômodo – inspirado no modelo já descrito das *casas de colono*. limitava-se a uma *privada* instalada aqui, na falta de um *córrego*, sobre um *girauzinho* fixado diretamente sobre a fossa, no *quintal*, e protegido apenas lateralmente por um plástico (sem parede nem cobertura). Os banhos eram tomados, por Sr. A., direto no rio, e por sua esposa e as crianças na bacia, dentro de casa (exatamente como era na *roça*).

58- A *casa da balança* foi construída por um fazendeiro cujas terras faziam divisa com as terras da *Santa*, junto à área onde hoje existe o *bairro* de São Cristóvão. Nessa época o fazendeiro arrendava toda esta área – que era de pasto – e construiu esta casa onde ficava a balança para *pesagem* do gado. Esta casa, já muito antiga e mal conservada, apesar de atualmente localizada dentro de um *lote* particular, na ocasião em que Sr. A. nela instalou-se era considerada uma casa sem dono, já que as terras já não eram mais arrendadas, existindo já o primeiro arruamento constituidor do *bairro*.

tornando-se *despensa*; e uma nova *varanda*, pois o espaço da anterior fora ocupado pela nova *cozinha*.⁵⁹

Para a construção dessa primeira etapa, Sr. A contratou um *pedreiro* e um *ajudante de pedreiro*, participando ele próprio como mais um elemento *ajudante* na mão-de-obra.⁶⁰ O *risco* no chão para fazer o *ciclope* fora feito por ele próprio, determinando assim não só as dimensões básicas da casa toda (cerca de 5,50 x 6,50) como dos cômodos em que se dividiria. O *ciclope* é uma espécie de canaleta cavada na terra, com cerca de 0,30m de largura por 0,60m de profundidade, preenchida com concreto, sobre o qual são *levantadas todas* as paredes da casa – de *lajotas* interligadas com argamassa de cimento, terra e areia. Não há colunas nesse tipo de construção, e o vigamento, de madeira, apoia-se diretamente nas paredes para dar sustentação ao telhado. A escolha do local em que se *levantou* a casa teve em vista não só a preservação da maior área livre possível do *lote*, como a de um espaço previsto para a futura – e certa – ampliação da casa.⁶¹

A casa do Sr. A se apresenta ao observador externo com a segurança e a estabilidade tranquila de seus ângulos retos precisos, sua geometria fechada, em parte suavizados por um colorido “ecológico” – cerca frontal de bambu, fachada de *lajotas* (tijolos de barro cozido) não rebocada, portas e janelas em madeira ao natural (não pintada) e cobertura de telhas francesas.⁶² Logo à frente do *terreiro*, folhagens e flores misturam-se a diversas madeiras,

59- Retornando ao campo cerca de dois meses após esses registros junto à família de Sr. A., encontramos a referida *despensa* já demolida e Sr. A. estava reconstruindo e ampliando a *varanda*, instalando um novo tanque de lavar roupa. duplo. e nos anunciava que construiria um novo fogão a lenha naquele espaço, ou seja, a *cozinha* iria em breve sofrer mais um parcial deslocamento. O motivo prático referia-se ao fato do atual fogão ter sido “invadido” pelas formigas. Essa alteração realizada representa uma quarta etapa na construção de sua casa.

60- Gostaríamos de relatar um episódio aqui ocorrido, que nos remete ao que vimos, no capítulo 2, a respeito do intenso sistema de troca de favores característico dessa rede. Sr. A. “contratou” como *pedreiro* um irmão seu, artesão *profissional*. Insistiu em pagar pelo *serviço* e este não aceitou, e, apesar de omitidos os detalhes dessa história, o fato é que o irmão *pedreiro* rejeitou a condição imposta por Sr. A. de atuar “profissionalmente” e acabou abandonando a obra, que teve que ser concluída pelo próprio Sr. A.

61- A importância desse espaço livre de *quintal* para uma eventual necessidade dos filhos na constituição de novas unidades domésticas é expressa nas palavras de Sr. A.: “Eu já enjeitei mil reais naquele pedacinho ali [parte livre do lote]... porque eu comprei isso aqui, mas isso aqui não é meu, isso aqui é da família. Se as meninas quiserem construir uma casinha... cabem três casas aqui no terreno, né?” (o negrito corresponde a uma extrema ênfase em seu tom de voz)

62- Essa casa foi toda *levantada* com tijolos vazados de barro cozido, as *lajotas*, com exceção de uma parede interior (entre o *quarto de fora* e o *de dentro*) que é de *blocos* de cimento. Foi rebocada parcialmente em seu interior, sendo sua fachada toda de tijolos aparentes. É interessante comparar o resultado formal do *pau-a-pique* com essa construção em alvenaria, onde, apesar de ambas orientarem-se em sua geometria de modo bastante similar, e permanecerem na cor do próprio barro (com a diferença deste estar cru ou cozido), há uma forte diferença marcada pelo caráter orgânico e flexível da primeira, frente a uma relativa rigidez geométrica da segunda (ver fotos).

armazenadas para uso combustível. Essa não é, de fato, uma casa *baixinha*. Não só por seu pé direito⁶³ – 2,40m – mas pela base elevada (cerca de 40 cm) sobre a qual fora *levantada*: subimos dois degraus, de cimento, para alcançarmos seu interior. Seu piso é de cimento grosso e irregular; ela não possui forração geral (somente os quartos de fora e de dentro possuem forração plástica); cada cômodo possui uma janela – exceto a *cozinha*, que possui três.

Entramos pela *sala* – é um ambiente pequeno⁶⁴ (7,72m²) mas especialmente cuidado. Sobre suas paredes, rebocadas com acabamento em *tabatinga*, dois quadros de motivos religiosos e três ilustrações infantis; sobre uma mesinha ao canto, forrada com uma toalha, a televisão, que traz sobre ela um vaso de flores artificiais. No canto oposto ao da televisão, uma cômoda, igualmente coberta por uma toalha, sobre a qual encontra-se um rádio, um porta-retrato, uma compoteira e dois bibelôs de louça. Nas paredes opostas à televisão, um banco de madeira e uma poltrona estofada.

O *quarto da sala*, ainda menor (5,12 m²), comunica-se com a sala por um vão aberto, sem porta. Suas paredes não são rebocadas; nele encontram-se apenas duas camas de solteiro.⁶⁵ Já o atual *quarto de fora* – aqui também chamado *quarto do meio* (ex-cozinha), bem maior (9,50 m²), comunica-se com a *sala* e com o *quarto de dentro*, por meio de *portas* de madeira; com a atual *cozinha*, por meio de um vão aberto, sem porta.⁶⁶ Suas paredes também não são rebocadas. Nele encontram-se um armário e uma cama de solteiro, sendo ambos de alvenaria, uma *caixa*, um *catre* e uma mesinha de cabeceira; sobre o canto no qual encontram-se as duas camas, foi estendido um forro de lona plástica preta (fixado nas vigas); sua janela é protegida por uma cortina de plástico branco. O *quarto de dentro* mede 6,87 m²; suas paredes também não são rebocadas, mas trazem alguns quadros e imagens religiosas, um desenho infantil e um

63- O pé direito aqui refere-se à altura das paredes, medidas internamente, estando excluído o vão livre entre as vigas e o telhado (a casa não possui forração, exceto um plástico estendido no *quarto de dentro* e uma parte, sobre as camas, no *quarto de fora*).

64- Pequeno para os nossos padrões de classe média urbana brasileira.

65- Na casa de Sr. A. o *quarto da sala* vinha sendo ocupado, há cerca de três anos, por sua sogra, já bastante idosa e debilitada. No final de 1997 ela faleceu e o *quarto* voltou a ficar sem uso cotidiano.

66- Esse *quarto* funciona também como passagem entre a *sala* e a atual *cozinha* (ver planta baixa). Veremos mais à frente (cap. 5) os significados das diferentes passagens que separam o *quarto de dentro* e a *sala* em relação ao *quarto de fora* e à entrada para a *cozinha*.

boneco de pano – um palhacinho – aqui usado como *enfeite*. Todo o quarto é protegido com forração de lona plástica preta. Sua *mobilieria* constitui-se de uma cama de casal, um berço, um guarda-roupa e duas prateleiras – uma das quais contendo um *oratório*.⁶⁷

Descendo um degrau chegamos finalmente à *cozinha* – o maior ambiente da casa (13,31 m²).⁶⁸ Suas paredes foram rebocadas externa (com argamassa de cimento) e internamente (com acabamento em *tabatinga*). Na menor parede à esquerda, encontra-se o fogão a lenha, ladeado por uma pequena pia – as paredes aqui, originalmente brancas pela *tabatinga*, encontram-se bastante escurecidas pela fumaça. No extremo oposto, à direita, encontra-se o fogão a gás. Sua *mobilieria* constitui-se de uma mesa (de trabalho, permanecendo bem ao lado do fogão à lenha), um armário baixo e uma *prateleira* (para mantimentos, *vasilhas* e diversos utensílios), e três bancos.

Descendo mais um degrau chegamos à *varanda*, onde, recentemente, fora demolida a antiga *despensa* (ex-banheiro) e instalado um tanque duplo para lavar roupas. A *varanda* é a única parte da casa cuja cobertura não é de telhas francesas, mas de amianto. Pela *varanda*, junto à porta da cozinha, chegamos à entrada do *banheiro* – medindo 2,86 m², é coberto por lage (sobre a qual apóia-se a caixa d'água); suas paredes são rebocadas com argamassa de cimento e seu piso recebera um acabamento de cimento mais fino que os demais da casa.⁶⁹ Nele encontram-se uma pequena pia e um vaso sanitário, ambos de louça branca, e um chuveiro elétrico instalado. Sua janela é apenas uma pequena abertura na parede.

Da *varanda* podemos bem observar o *quintal*: o galinheiro, as fruteiras e a *horta de couve*... é de fato um pedacinho da *roça* trazido na mudança para São Cristóvão.⁷⁰ Aqui a

67- No *quarto de dentro* dormem atualmente as duas filhas solteiras de Sr. A. (10 e 16 anos); no *quarto do meio* dormem Sr. A. e sua esposa.

68- Esse degrau de descida para a *cozinha* justifica-se não só em função de um ligeiro declive natural do terreno, mas também pelo fato dessa *cozinha*, posteriormente *levantada*, não encontrar-se sobre a mesma base inicialmente construída.

69- A argamassa aqui referida como “de cimento”, usada no *reboque*, compõe-se em geral de uma mistura onde o barro é o elemento predominante, e o cimento usado em muito pequena proporção, criando em certos casos uma massa bastante trágil (na casa em que nos instalamos no *arraial* o *reboque* interno era assim, e desmanchava-se como uma farofa a um simples prego martelado). Já no piso do banheiro usa-se o cimento em maior quantidade tendo em vista sua maior resistência em presença constante de água.

70- As fruteiras dessa casa são: 2 pés de laranja, 1 de café, 1 *moita de bananeiras*, 2 de mamão, 1 de chuchu, 1 de

horta de couve é igualmente cercada com *bambu* de modo a impedir o acesso das aves. No *quintal* encontramos ainda o principal *varal* de estender roupas – um arame cuja altura é regulada por meio de uma *vara* de bambu, móvel, que o apoia ao centro.

Contornando a casa pelo *terreiro* fazemos uma observação final: nada na casa é pintado – exceto uma pequena cruz na face externa das duas portas de entrada da *casa*, uma na porta da *sala* e outra na da *cozinha*.

Aqui vivem atualmente Sr. A, Dna. T, e as duas filhas solteiras do casal.⁷¹

jaboticaba e 1 pé de erva-cidreira arbórea (de uso medicinal). Na *horta de couve* são cultivados: couve manteiga, alface, beterraba, cenoura, salsa, cebolinha e diversas ervas medicinais como o funcho, *saião*, *novalgina*, gengibre e alevante.

71- No início dessa pesquisa eram três as filhas ainda solteiras morando com os pais. Nesse meio tempo a mais velha *fugiu* com o namorado, montando uma nova unidade doméstica – numa casinha próxima alugada no mesmo *bairro*. Pouco tempo depois a filha primogênita, casada, veio da *roça* com seus dois filhos pequenos, em meio a uma tentativa de separação do marido, permanecendo na casa dos pais por cerca de três meses – nesse período a família já planejava *levantar* uma outra casinha no terreno, a fim de abrigá-la, quando o marido voltou para buscá-la e o projeto se desfez.

5. UMA CASA DE GENTE DE CASA DA GENTE¹

As casas construídas por esses trabalhadores em São Cristóvão materializam um processo de continuidades e rupturas pelo qual se opera sua mudança para o *arraial*. Uma mudança que não se faz, como vimos, num único movimento, mas numa pluralidade de tempos e transformações que devem ser consideradas em conjunto e dentro da especificidade do processo no qual se desenrolam. Seja na organização de seu espaço horizontal, no modo como os diferentes cômodos são distribuídos e comunicados, seja na manutenção de grande parte do mobiliário vindo da *roça* – que aqui convive com as “novidades” aos poucos adquiridas, são diversos os aspectos que nos apontam para o caráter gradual em que se opera essa mudança, onde novas categorias podem ser incorporadas sem que isso implique, necessariamente, na negação das antigas referências, de antigos valores. E é a preservação do seu espaço horizontal, assim como os referidos elementos indicadores da continuidade desse processo que expressam, na construção dessas casas, o seu pertencimento às diferentes “grandes casas” construídas e reconstruídas na trajetória desse grupo.

Essa trajetória, referida, como vimos, à desconstrução do colonato, não deve ser pensada como algo homogêneo, mas como uma experiência que, apesar de coletiva, guarda suas diferenças relativas às condições com que fora individualmente enfrentada. Assim, por exemplo, considerando o que vimos sobre a construção por etapas (na expansão horizontal do espaço, assim como no nível de acabamento da casa) como uma característica geral dessas casas – das quais a grande maioria encontra-se de fato, nesse sentido, “a meio caminho” – destacam-se

1- Expressão usada por Sr. Osório referindo-se à sua juventude, quando seus pais só o deixavam ir a uma festa se esta fosse “em casa de gente de casa da gente”.

aquelas (poucas) que se apresentam como uma construção plenamente realizada, concluída, pertencentes via de regra a trabalhadores cuja vinda para o *arraial* se deu de modo planejado – seja por aposentadoria, pela previsão de uma provável ruptura na relação com o patrão, ou por uma intenção mesmo de *mudança* de vida, freqüentemente relacionada à necessidade (só nesse momento percebida como tal) de escolarização dos filhos.²

O primeiro e mais evidente aspecto, externo, a nos indicar o caráter gradual dessa mudança, ou, visto de outro modo, a nos apontar a forte presença da *roça* no *bairro* de São Cristóvão, encontra-se no *quintal* dessas casas. O *quintal* reproduz, do modo mais fiel possível, no pequeno espaço livre do *lote*, as condições de uso do *pedacinho de terra* que costumava fazer parte das *casas de colono*, destinado basicamente ao plantio de verduras, pequenas *roças* e algumas *criações*. O *quintal* de São Cristóvão representa de certa forma uma miniatura desse terreno da *roça*. E é, assim como na *roça*, dotado de um valor simbólico central para essas famílias: é no *quintal*, como vimos, junto a certas plantas especiais que são “plantados” os cotos umbilicais dos recém-nascidos, como meio de garantir seu enraizamento definitivo junto, a um só tempo, à família e à *casa* onde nascera – “...*diz que a pessoa onde enterra o umbigo, fica amoroso naquele lugar, né?*”³ *Lugar* que representa não só um ponto espacialmente demarcado, mas o meio social de pertencimento, a família, ambos numa relação de profunda identificação. A *casa* de São Cristóvão, fundamentalmente identificada com seus proprietários / moradores – *gente de casa* – é a própria expressão materializada de uma força social intensamente agregadora, representando, nesse sentido, um elemento central na constituição e manutenção desse denso tecido social.

2- Quando não pertencente a um trabalhador rural, uma *casa* nessas condições poderá pertencer a um *pedreiro*, que, oriundo em geral do mesmo grupo de trabalhadores, constrói segundo o mesmo modelo, sendo que favorecido não só pela própria mão-de-obra especializada, mas por possuir melhores condições econômicas para a compra dos materiais. Não estamos aqui considerando as raras casas, já referidas (cap. 4), pertencentes a famílias oriundas de outras regiões cujo modelo de construção é, como vimos, radicalmente diferente do modelo corrente em meio aos trabalhadores.

3- Há uma diferença aqui entre a *casa* da *roça* e esta do *arraial*, que é o fato desta em geral possuir o piso cimentado, o que impede a antiga prática de enterrar cotos umbilicais de meninas ao pé do fogão. Por essa razão o *quintal* de São Cristóvão torna-se o *lugar* exclusivo nessa representação. A noção de “enraizamento simbólico” junto ao meio familiar, materializado no ato de enterrar o coto umbilical da criança, encontra-se em Louis H. Marcelin. *A Invenção da Família Afro-americana: Família, Parentesco e Domesticidade entre os Negros do Recôncavo da Bahia, Brasil* – tese de doutorado apresentada ao PPGAS/UFRJ, Rio de Janeiro, 1996.

Vamo chegá?

A extrema receptividade dessa população⁴ tem na *casa* um meio central de expressão – a *casa* aqui funciona como uma espécie de “polo magnético”, exercendo uma intensa força de atração sobre quem por ela passa. Seu raio de ação – quase que mensurável – abrange na prática, aproximadamente, o trecho de rua que lhe faz frente, dentro do qual o convite pode tornar-se inevitável... *vamo chegá?* Esse convite, que pode partir em princípio de qualquer membro adulto (raramente de crianças e/ou adolescentes) do grupo doméstico que eventualmente esteja na frente da casa ou, por exemplo, à sua janela, pode dirigir-se a pessoas de diferentes graus de conhecimento e/ou amizade, desde que seguidas duas regras básicas: primeiro, que não se dirija a um *estranho*, ou seja, uma pessoa completamente desconhecida de quem não se tenha qualquer referencia presente ou passada;⁵ e segundo, que se respeite a diferença sexual – dificilmente esse convite será feito a uma pessoa do sexo oposto, exceto em caso de uma intimidade não só especial, mas sobretudo socialmente reconhecida. De um modo geral, uma mulher não convidará um homem a *se chegar*, e vice-versa.⁶ Um terceiro elemento que pode em certa medida participar como regulador desse convite é a diferença social, sendo no entanto bastante variável – e nunca tão radical quanto os dois primeiros – a força de sua atuação. Como já mencionado (cap. 2) este é um convite “pra valer” – não é jogo de cena – e muitas vezes uma atividade doméstica importante pode ser interrompida para que se priorize o gesto de **receber**. Esse caráter efetivo do convite é ainda reforçado por sua já referida expressão complementar – *inda é cedo, uai!* – inevitavelmente ouvida ao menor movimento

4- Referimo-nos aqui de um modo abrangente a toda a população do *arraial* – modo como é percebido por um *estranho* recém-chegado. Veremos que tanto em direção aos *estranhos* quanto entre os próprios moradores (do Centro e de São Cristóvão), essa receptividade obedece a uma série de regras socialmente demarcadas.

5- No nosso caso, por exemplo, eu costumava questionar, intencionalmente, o fato de ser convidada a entrar em espaços íntimos da *casa* por pessoas que estavam me vendo na verdade pela primeira vez. A explicação recorrente encontrava-se na referência dada por Seu Adão a meu respeito, o que, tendo circulado rapidamente por todo o *bairro*, era suficiente para que suas portas se abrissem, sem restrições, à nossa entrada – ou seja, a partir daquela referência, dada por um integrante do grupo, eu já não era mais uma *estranha*, apesar de na prática desconhecida de todos.

6- Ou convidará, no caso de um efetivo interesse sexual, mas nesse caso o convite só será feito em circunstâncias muito especiais e que consiga “escapar” ao controle da sociedade. Uma condição que pode amenizar ou tornar aceitável o convite pelo sexo oposto é a presença no interior da *casa* de outros membros da família, preferencialmente do mesmo sexo convidado.

do convidado que manifeste sua intenção de retirada.⁷

O que gostaríamos de sublinhar aqui é o fato desse recorrente movimento de acolhida colocar a *casa* numa posição central nas intermediações constitutivas dessa rede social. É como se o entrar na *casa* de certa forma justificasse a própria oportunidade de aproximação assim criada; é como se o abrir a *casa* – a quem *se chega* – abrisse a oportunidade não só de se aprofundar uma relação recente, mas de preservar e fortalecer antigas relações. Essa *casa* está portanto no centro de um processo de fundação e manutenção de novas e antigas relações sociais: ela é o foco central de um sistema de trocas que está na base de construção dessa sociedade. Veremos mais à frente de que modo a *casa* materializa, em seu espaço interior, os diferentes níveis de troca operados pelo grupo. Mas gostaríamos de já adiantar que, estando a *casa* no centro desse circuito, ela materializa não somente sua fundação e manutenção, mas também sua reprodução: é no interior da família e na percepção das diferentes trocas espacialmente demarcadas na *casa*, que a criança internaliza, primariamente, as regras pelas quais estas se dão, assim como as concepções espaciais pelas quais respondem.⁸

A *casa* representa, nesse sentido, estritamente a família ou grupo doméstico construtor/morador, numa relação de profunda identificação: ao abirmos a *casa* a alguém, estamos implicitamente nos abrindo à essa pessoa. Encontraremos assim, nos diferentes graus em que uma *casa* se abre, assim como nas diferentes posições ocupadas por cada cômodo nessa gradação, um reflexo direto dos níveis de relacionamento mantidos por aquele grupo (e por cada membro seu) em direção a diferentes pessoas, ou, em outras palavras, um reflexo direto da posição ocupada e do modo como este grupo doméstico se relaciona com a teia de relações à qual pertence.

7- Vivenciamos essa situação inúmeras vezes no decorrer da pesquisa de campo. Por um lado nos beneficiando imensuradamente, já que éramos sempre muito bem recebidas. Por outro lado isto representou uma dificuldade extra, relacionada à administração e uso do tempo em campo. *Conhecendo* um número cada vez maior de pessoas na cidade e estando inicialmente despreparada para lidar com os respectivos convites – aos quais o fato de ser mulher favorecia (veremos isto mais à frente) –, tornava-se quase impossível chegar diretamente ao destino programado, ou seja, cumprindo o horário. Foi preciso um aprendizado à parte – observando o modo como essas situações eram resolvidas entre eles – para saber recusar convites, quando necessário fosse, sem sentir ou criar qualquer tipo de constrangimento.

8- E às quais correspondem diferentes comportamentos na *casa*, como observa Garcia Jr: “A existência de padrões de comportamento dentro de uma *casa* está associada ao fato de que a *casa* é o espaço social próprio onde acontecem certos fatos básicos à reprodução física e social do grupo estudado [neste caso, pequenos produtores periféricos à grande plantação canavieira de Pernambuco], como: o ato sexual, o nascimento, a morte, o comer, o tratamento de doenças, etc. Uma das formas de se estudar as atividades desempenhadas na *casa* é examinar a ligação entre a distribuição do espaço interno à *casa*, ‘sua planta’, e os fatos que têm lugar em cada ‘local’.” (Garcia Jr, 1983:165)

Cozinha não é lugar – só – de mulher

A responsabilidade pela construção da *casa* pertence aqui ao homem – *o chefe da casa*. No período do colonato, da *casa de pau-a-pique*, cabia ao homem *levantar a casa*, ao grupo social (rede de parentesco e vizinhança) *barreá-la*, e à mulher *rebocá-la* por dentro, cuidando do acabamento e demais aspectos do seu interior. A *participação* de diversos membros do mesmo universo social da *casa* na sua construção, no chamado *mutirão* ou *adjutório*, representa, como observa Garcia Jr. (1983:163), o reconhecimento público de um novo espaço privado que se constrói com a *casa*. “O fato de construírem juntos a *casa* implica no reconhecimento de que ali estará uma unidade de mesma qualidade das que já existem socialmente, num certo comprometimento em garantir os limites que a nova unidade imporá”. A mudança para São Cristóvão e a construção de *casas* em alvenaria – técnica não pertencente ao domínio comum de conhecimento – vem inviabilizar essa forma até então praticada de entrada da *casa* na rede social e portanto no circuito local de trocas, o que parece-nos relacionar-se com a intensificação desse circuito, sob outras formas, a partir da moradia no *arraial*. Voltaremos mais à frente a este aspecto, mas gostaríamos de sublinhar que, de todo modo, tanto o homem quanto a mulher permanecem aqui com as respectivas responsabilidades perante à *casa*: responsável por sua construção, cabe ao homem uma posição de mediador entre os mundos interno e externo à *casa*; cabe a ele obter com seu trabalho, em meio externo, o necessário à *despesa* e à vida da *casa*,⁹ assim como defendê-la frente a qualquer possível ameaça externa. À mulher, responsável por seu acabamento interno, cabe zelar por tudo que diga respeito à vida interior da *casa*, desde o cuidar das crianças, ao cuidar da própria *casa*, incluindo-se não só os chamados *serviços* domésticos, mas tudo que se relacione com o modo como a *casa* se apresenta ou é percebida pelo meio externo a ela: limpeza, arrumação, enfeites, etc. – enquanto o homem constrói a “barreira” (ou a “casca”) de proteção/intermediação frente ao meio exterior, a

9- Em condições de dificuldade econômica a mulher pode participar das *despesas* da casa, trabalhando “fora”, mas de acordo com o modelo social vigente para a geração hoje “madura”, esta é uma responsabilidade em princípio exclusivamente masculina. Junto à geração hoje jovem e/ou adolescente, sendo escolarizada e vivendo, desde criança, no *arraial*, esse modelo vem sofrendo profundas alterações relacionadas às transformações decorrentes da crescente presença da mulher no mercado de trabalho de um modo geral.

mulher “prepara” o seu interior para essa troca com o exterior; o homem se volta, nesse sentido, ao universo exterior e ao fechamento da *casa*; a mulher, inversamente, ao universo interior e à abertura da *casa*.

“Eu costumo dizer, esse negócio de casa, isso é coisa de mulher. Homem é bicho do mato”

(Tião Pinto)

A possível inversão dessas posições, ainda que circunstancial, é fortemente cobrada pelo grupo. Tanto um homem que fique direto em *casa*, quanto uma mulher que esteja sempre na *rua* serão, salvo raras exceções (por exemplo em caso de doença grave do homem), motivos de críticas e comentários. Nesse sentido as crianças usufruem de uma absoluta liberdade, como seres ainda não inseridos nas respectivas posições, e a entrada na adolescência marca de certa forma o início de um crescente processo de cobrança das respectivas responsabilidades e atitudes perante a *casa*.¹⁰ O peso que representa não somente a responsabilidade, mas sobretudo a circunscrição da mulher ao espaço intra-doméstico pode ser percebido em diferentes relatos, que nos falam de uma extrema necessidade feminina de sair para “respirar” um pouco fora de *casa*. “Assim que acabo meu serviço pego as crianças e saio” (Silésia). Ou ainda na especificidade das palavras de Teresa: “Se eu não varrer a casa eu não tenho expediente pra fazer mais nada. Se eu arrumei as camas e varri a casa, pronto, eu me liberei, parece até que eu tenho asa, parece que eu vôo”. É importante observar que a “leveza” aqui referida não resulta do cumprimento de todos os *serviços* domésticos, mas daqueles relacionados a deixar a *casa* em condições de ser aberta, de ser vista e, portanto, de receber uma eventual *visita*. Abrir as janelas, arrumar as camas e varrer a *casa* são as primeiras tarefas realizadas, de manhã

10- Responsabilidades e atitudes no sentido que a cobrança a que nos referimos não se limita a uma crescente participação nos serviços domésticos (por exemplo, no caso das meninas), mas abrange todo um conjunto de comportamentos esperados e característicos, no caso, da mulher. As crianças de fato usufruem, assim, de uma boa margem de liberdade e circulação, tanto no espaço extra quanto intra-doméstico.

bem cedo, por praticamente todas as mulheres do *bairro*.

Rybczynski (1996), em seu estudo sobre a evolução do interior doméstico, localiza na Holanda do século XVII o surgimento do sentimento de “domesticidade”, sentimento este resultante da especialização do trabalho doméstico como um trabalho feminino e do consequente controle feminino sobre a *casa*.¹¹ Participa desse processo de feminização do interior doméstico uma paralela valorização do espaço da cozinha, “como um reflexo da posição central da mulher na família holandesa”. De acordo com o autor, “na casa holandesa, a cozinha era o cômodo mais importante”.¹²

Voltando a São Cristóvão, se a *casa*, por oposição ao mundo que lhe é exterior, é de domínio feminino, o seu interior, quando consideradas as possíveis interrelações entre seus diferentes cômodos, apresenta-se subdividido numa oposição central entre um espaço predominantemente feminino – a *cozinha* –, e outro, predominantemente masculino – a *sala*. Veremos mais à frente as diversas representações consubstanciadas em torno dessa oposição, mas devemos antes nos deter na especificidade da valorização do espaço da *cozinha* junto ao nosso grupo.

Uma das características mais marcantes na distribuição espacial dessas *casas*, observada em todas que pudemos conhecer interiormente, está no espaço ocupado pela *cozinha*: via de regra o maior cômodo da *casa*.¹³ Como vimos também no capítulo anterior, na primeira oportunidade de ampliação da *casa* – o que consideramos como a sua segunda “etapa” – o que se constrói prioritariamente é sempre uma nova e geralmente maior *cozinha*.¹⁴ Esse tamanho “especial” da

11- “A casa não só estava ficando mais íntima, como também estava adquirindo, neste processo, uma atmosfera especial. Ela estava se tornando um lugar feminino ou, pelo menos, um lugar sob o controle feminino. Este controle era palpável e real. Ele ocasionou a limpeza e a imposição de regras, mas também introduziu algo na casa que não existia antes: a domesticidade.

A domesticidade é um conjunto de emoções sentidas, e não um único atributo. Ela está relacionada à família, à intimidade, à devoção ao lar, assim como a uma sensação da casa como incorporadora – e não somente abrigo – destes sentimentos. (...) a domesticidade caseira dependia do desenvolvimento de uma vasta consciência interior, consciência essa que resultou do papel feminino na casa. Se a domesticidade foi uma das principais conquistas da Era Burguesa, como propõe John Lukacs, ela foi, acima de tudo, uma conquista feminina”. Rybczynski (1996:85).

12- Rybczynski, op. cit., p. 83 e 84.

13- Visitamos um total de cerca de 47 casas de São Cristóvão. Ver em anexo, nas plantas baixas apresentadas, os percentuais da área de ocupação dos diferentes cômodos da *casa*.

14- Ainda que a necessidade de ampliação da *casa* seja a de mais um *quarto* de dormir, observa-se com frequência a construção de uma nova e maior *cozinha*, com a anterior tornando-se, então, pela necessidade e pelo uso, um novo *quarto*.

cozinha, que ultrapassa largamente o âmbito das necessidades práticas relacionadas aos *serviços* domésticos ali realizados, refere-se, por um lado, ao que podemos considerar como uma dimensão ainda “funcional”, relativa ao seu uso enquanto local onde são feitas todas as refeições e, sobretudo, enquanto espaço privilegiado da *reunião*, não só no interior do próprio grupo doméstico, mas extensiva às relações deste com a rede social; e, por outro lado, à decorrente valorização simbólica desse espaço, assim constituído de importância central não só na organização da família, mas do próprio grupo social.

P- “Tem lugares, Sr. A, onde o próprio dono da casa praticamente não vai na cozinha. Porque cozinha é considerado lugar de mulher...”

Sr. A custa a entender, nos faz repetir, explicar melhor, e, literalmente boquiaberto, muito surpreso mesmo, nos responde:

Sr. A- “Ah... o dono da casa mesmo... que coisa, ein?... sei, sei... não, por aqui não tem isso não.”

Cozinha aqui não é lugar só de mulher – apesar deste ser um espaço sob o seu controle – a *cozinha* de São Cristóvão é o lugar por excelência da *família*.¹⁵ É na *cozinha* que a *família* se reúne. não só para fazer suas refeições, mas tendo como único objetivo conversar, *participar*, simplesmente estarem juntos – a *cozinha* é sobretudo o lugar de *gente de casa*, ou seja, membros da própria família ou grupo doméstico, parentes e amigos/vizinhos em geral.¹⁶ É na *cozinha* que os amigos devem ser recebidos, sob o risco de ficarem seriamente magoados.¹⁷ **Receber** na *cozinha* equivale, no corpo, a um “abrir os braços” – é certamente um movimento de

15- Na condição de responsável, perante a família, pelos serviços domésticos relativos ao preparo dos alimentos, a mulher detém a autoridade deste espaço enquanto referido ao universo interior da *casa*. Em direção ao exterior no entanto, a autoridade permanece masculina, ainda que a questão se desenrole no interior da *cozinha*.

16- A expressão *gente de casa* já denuncia por si a posição central da *casa* na constituição da rede social local [e podemos dizer de modo extensivo à sociedade brasileira em geral, como indicam Freyre (1954 e 1979) e DaMatta (1991)]. e, quando aplicada à *cozinha*, nos indica a posição central deste espaço não só para a *casa*, mas para a própria formação social.

17- Passei pessoalmente por essa experiência, recebendo “erradamente” três amigas na *sala* (era onde tínhamos maior conforto e um maior número de lugares para sentar). Elas não chegaram a se magoar – aceitando a minha possível ignorância a respeito das normas locais – mas também não aceitaram ficar na *sala*, insistindo tanto que acabamos todos de fato nos acomodando na *cozinha* para conversar.

acolhida. um abraço; um voto de *amizade* e, sobretudo, *confiança*.

P- “Fora da hora de refeição (...) onde ficava-se mais tempo?”

Sr. O e Dna. I - “*Na cozinha. Era o comum.*”
(juntos)

P- “Por que?”

Sr. O- “*Era o comum, da roça... era na cozinha.*”

P- “Mas por que?”

Sr. O- “*Não sei, o povo gosta mais... em geral era da cozinha.*”

P- “É engraçado, é diferente do que a gente está... então por isso que era maior?”

Sr. O- “*Por isso que era maior.*”

(...)

P- “Mas, por exemplo, se a família ficava reunida, conversando, onde era isso?”

Sr. O- “*Na cozinha. E contando causo, né... (risos). Se chegasse uma pessoa, uma visita, também, gente de casa, vinha pra cozinha, pra conversar, pra contar causo.*”

P- “Ah, se fosse gente de casa...”

Sr. O- “*É, gente de casa. Uma pessoa amiga, gente conhecida, né... Não precisava ser parente, mas se fosse gente muito amigo, era na cozinha.*”

Dna. I- “*Chegava o tempo do frio, acendia o fogo no chão da cozinha, então ficava todo mundo... Usava assim: jantava cedo, à noite, mexia o angu, a mãe ia repartir aqueles leite, pra todo mundo, né, à noite, antes de deitar...*”

P- “(...) a cozinha realmente fica mais quente... mas, e no verão, também era na cozinha...[que se reuniam], ou só na época do frio?”

Dna. I- “Não, era também.”

O trecho acima é relativo ao período ainda da *roça*, do colonato, cuja simbologia no entanto, no que se refere à espacialidade horizontal da *casa*, é integralmente reproduzida na mudança para São Cristóvão. À idéia de um espaço afetivamente “quente”, próprio de um

convívio íntimo, familiar, do aconchego e da segurança de se estar entre pessoas amadas e/ou de confiança, associa-se estreitamente a idéia de prazer, que faz da *cozinha* o lugar onde, de um modo geral, as pessoas mais gostam de ficar na *casa*. E é esse prazer, esse gostar, que vem a afirmar e justificar a especial valorização deste espaço e a sua importância perante os demais espaços da *casa*, expressa não só pela área que ocupa, mas pela recorrente priorização quando da ampliação da *casa* em São Cristóvão.

P- “Qual é o lugar, assim, que vocês mais gostam de ficar na casa, nessa casa aqui, se é um momento assim... de sentar pra conversar, de estar à vontade...?”

Dna. I-“*Acho que é aqui na cozinha mesmo. Aqui na cozinha.*”
(onde nós estávamos)

P- “Aqui nessa casa também?”

Dna. I-“*Aqui nessa casa também. É. Quando nós não tá aqui, às vezes, se não tá fazendo frio, a gente senta ali fora, no terreiro.*” (na frente da casa)

P- “Mesmo nessa casa aqui... então continua a mesma coisa?”

Dna. I-“*Mesma coisa.*”

P- “E o lugar mais importante da casa...”

Dna. I-“*... é aqui. É aqui na cozinha.*”

É preciso sublinhar no entanto que esse convívio íntimo que se materializa no espaço da *cozinha*, longe de representar qualquer caráter de exclusão ou fechamento de um círculo limitado de relações, muito pelo contrário, representa uma oportunidade, permanentemente aberta, de se fazer de um distante um próximo; de se fazer abarcar (ou “abraçar”) o público, pelo que seria em princípio a esfera, por excelência, do privado. A categoria *participação*, referida a práticas de sociabilidade, é aqui indistintamente aplicada aos espaços público (a praça, por exemplo) e privado (no caso, a *cozinha*), demonstrando em parte o que representa este espaço da *casa*:

Sr. A costuma ir ao *Centro* nas noites de sábado ou domingo, para encontrar-se com sua roda de amigos, na pracinha ou em algum bar, e justifica:

Sr. A- “É importante a gente **participar** daquilo ali, né? A gente senta ali, tá **participando**, tá conversando... senta um, senta outro... começava um jogo de purrinha e ia até tarde...”

Mais adiante na entrevista, sendo indagado a respeito das diferentes valorizações do espaço da casa, Sr. A responde assim:

P- “Qual é o lugar mais importante da casa pro senhor?”

Sr. A- “Pra mim é a cozinha, né?”

P- “Por que, Sr. A?”

Sr. A- “Porque sempre é onde a gente **participa** mais, não é? Na sala a gente vai só um pouquinho e volta, o mais é na cozinha, né?”

A cozinha, dos de casa

A sala, dos estranhos

A *cozinha* não é apenas o maior espaço da *casa*, como frequentemente representa quase o dobro do espaço da *sala*. A *cozinha*, como vimos, é onde se recebe os *de casa*, os *de dentro* do circuito – ou em vias de ser nele incluído – da família, das amizades, da *vizinhança*, ou seja, dos próximos. A *sala*, inversamente, é onde se recebe as *visitas*, os *estranhos*, ou seja, aqueles que por alguma razão não devem naquele momento ser incluídos neste circuito.¹⁸

Receber na *sala* é um gesto, bastante evidente, de colocar-se uma espécie de “barreira”; é como braços cruzados num gesto que sinaliza uma forma de fechamento, deixando bem claro os limites e as restrições dirigidas àquele relacionamento, ainda que sejam momentâneos ou circunstanciais.¹⁹ Na prática, recebe-se muito mais na *cozinha* – fazendo-se mesmo de um recém-chegado, um próximo. Assim como a amiga que chega, conforme mencionamos, pode ficar magoada ao ser recebida na *sala*, por outro lado, uma dona-de-casa pode sentir-se

18- Veremos mais à frente a ambivalência da categoria *visita*, que no presente contexto refere-se a *estranhos*, sendo a sala também chamada *sala de visita*. e quando referida ao *quarto da sala* (também chamado *quarto de visita*) ganha o sentido inverso, referindo-se a pessoas muito chegadas, a ponto de pernitem na casa (de um modo geral são inclusive *parentes*).

19- Frequentemente o receber na *sala* equivale a uma fase transitória de reconhecimento mútuo que em pouco tempo evolui para uma maior aproximação, cuja afirmação se expressa na extensão do convite à *cozinha*.

envergonhada de receber uma *conhecida* sua na *sala*. Receber e/ou ser recebido no lugar “errado” certamente fará com que ambos os lados não se sintam bem.

Dna.I- “*Costuma chegar aí às vezes o meu filho à noite, nós tá lá [na sala] assistindo televisão, aí a gente desliga a televisão e vem pra cozinha pra conversar.*”

Sr.O- “*Se eles chegarem, nós tiver lá na televisão e eles chegarem de lá e nós não vier com eles aqui na cozinha, nós não se sente bem não, nem eu nem ela. Pra gente se sentir bem, nós tem que trazer eles aqui...*”

Dna.I- “*Vem, toma um cafezinho...*”

P- “*Se ficar só com eles lá...*”

Sr.O- “*Nós não se sente bem. Nós acha que não recebeu eles bem. Porque... lugar de nós estar junto toda a vida...*”

Dna.I- “*E eles também gostam muito de vir aqui na cozinha...*”

P- “*E vocês acham que eles, se não forem chamados pra vir um pouco na cozinha, eles podem sentir isso?*”

Sr.O- “*Podem. Pode eles não se sentir bem. Nunca reclamaram. Nunca aconteceu.*”

P- “*Quer dizer, os dois lados vão sentir que alguma coisa tá errada...*”

Sr.O e Dna.I- “*É...*” (risos)²⁰

A oposição *sala* x *cozinha* materializa assim diferentes níveis de relações sociais constituídas em torno das categorias *gente de casa* e *gente estranha*, tornando-se fundamental a compreensão dos referenciais sobre os quais se definem essas duas categorias opostas.

P- “*(...) E quando é que ficavam na sala? A sala servia pra que?*”

20- Isso acontece especialmente com a chegada dos filhos, já casados, cuja presença os pais, já idosos, tentam aproveitar o máximo e da melhor maneira possível. Há aqui uma preocupação ainda mais intensa em não suscetibilizar essas relações. Atualmente, no entanto, segundo declararam, pode ocorrer de chegar alguém “de casa” (mas não tão importante quanto um filho distante) no horário de algum programa favorito da televisão, e aí, inversamente, justamente pela grande intimidade – que garantirá que não haja qualquer ressentimento – poderão eventualmente continuar todos na *sala* assistindo à TV.

Sr.O- “*Servia só pra se chegasse visita. Geralmente só servia pra se chegasse visita, do contrário...*”

Dna.I-“*É, visita, as moças hospeda os namorado...*”

Sr.O- “*Que nem um rádio... não existia rádio, não existia televisão... pra dizer que tinha uma televisão lá na sala, né?*”

P- “*Que tipo de visita era recebida na sala? Por exemplo...*”

Sr.O- “*Tipo de visita era assim... gente... assim: é que quando vem na casa da gente é conhecido, porque se não for não vem, né?... e se não era, passa a ser conhecido, mas é com as pessoas mais estranho, né, que era recebido na sala. Uma pessoa mais estranho que precisava ir, a fim d'um negócio, uma coisa, é que os pais recebia [na sala].*”

P- “*Dá um exemplo, Sr. O, de uma pessoa que o senhor lembra assim... que foi recebida na sala... o senhor lembra?*”

Sr.O- “*Por exemplo, assim... a gente que era pobre, conforme chegasse uma pessoa de... rico, por exemplo, a gente recebia na sala, com reserva assim, né, a pessoa era rico... né, a gente recebia na sala.*”

Dna.I-“*Ai levava café, lá pra visita, lá na sala...*”²¹

Ser *estranho* ou ser *de casa* refere-se portanto a graus diferenciados de distância social.²² Uma distância que pode se impor, entre outros, na diferenciação sócio-econômica (*rico x pobre*), ou que pode ser circunstancialmente buscada, como no caso dos *namorados*. Aos diferentes graus de distância social relacionam-se diretamente os diferentes níveis de *confiança* que podem ser dirigidos às relações, por assim dizer, especialmente constituídas – confiança na honestidade, no caráter, com implicações diretas à integridade e segurança do próprio grupo doméstico –, e aos quais correspondem, fundamentalmente, as diferentes formas de troca possivelmente operadas nestes respectivos espaços.

21- Observar mais uma vez a distância simbólica acentuada com o advérbio “lá” – deixando tanto a *visita* quanto a própria *sala* a uma imensa distância do “interior” da *casa* (de onde vinha o café).

22- É interessante observar a diferença entre as categorias *pessoa da casa* (relacionada ao conceito de “configuração de casas”, no Recôncavo da Bahia. cf. Marcelin) e *gente de casa* (usada aqui na nossa região), marcada pela presença do artigo definido. A primeira de certa forma restringe o pertencimento à rede a que se refere (uma determinada configuração de casas), enquanto a segunda mantém, na própria “indefinição”, uma maior abertura.

- P- “Sr. A, a sala... é onde são recebidas as pessoas, assim, mais de fora, né?”
- Sr.A- “... *as pessoas mais estranho, né?*”
- P- “... e a cozinha é onde chegam as pessoas que já são mais próximas...”
- Sr.A - “... *mais de casa...*”
- P- “(...) Quais são as pessoas... como é que o senhor organiza isso, da pessoa ser de fora ou ser de dentro? Quem é que merece... quem é que pode ser considerado de dentro e quem é que é considerado de fora?”
- Sr.A- “*É as pessoas mais estranha, né... que quando é uma pessoa de casa, a gente recebe ele mais na cozinha, né? Quando é uma pessoa estranha, que assim... que a gente não tem quase... assim... como se fala... é...*”
- Dna.T-“... *intimidade com a pessoa.*”
- Sr.A- “...*quase intimidade com aquela pessoa. Você vai na casa... vai, é uma visita, uma coisa... a gente recebe mais é na sala. Que a parte de visita mais é na sala, né...*”
- P- “E aí, nisso, Sr. A, faz alguma diferença mesmo, como o senhor estava comentando aquele dia, de ser homem ou mulher?”
- Sr.A- “*Faz, né... que mulher sempre chega... é quase assim, mesmo entrando pela porta da sala ela é logo chamada pra cozinha. E o homem não.*”
- P- “Mas no caso, o Sr. F, seria uma pessoa que poderia ir até a cozinha?”²³
- Sr.A- “*Pode, pode...*” (risos)
- P- “Sr. A, pode falar...” (risos)
- Sr.A- “*Pode... é uma pessoa que a gente já conhece, já tem intimidade com aquela pessoa, sabe o que que aquela pessoa é, não é?*”
- P- “Quer dizer, então... isso é que eu estou querendo entender... Não é uma questão de ser uma pessoa que o senhor tenha intimidade, de ver todo dia... de estar sempre com... sempre vendo a pessoa... não é isso então...”
- Sr.A- “*Não, não... não é não.*”

23- Sr. F é ex-patrão do Sr. A. *conhecido* há cerca de 16 anos atrás, com quem Sr. A teve relativamente pouco contato e a quem, no decorrer desse tempo, não voltou a ver. Sr. F é nosso conhecido comum e esteve em minha companhia visitando Sr. A. por ocasião dessa pesquisa, sendo tranquilamente recebido, junto comigo, na cozinha da casa. Essa entrevista realizou-se poucos dias após nossa “visita”: o Sr. F estava presente nessa entrevista.

Dna.T- “A pessoa que é conhecida, pode passar muito tempo, que quando ele vier aqui...”

P- “Que o senhor já não vê o Sr. F há muitos anos...”

Sr.A- “É... mas a gente tem uma confiança de que aquela pessoa seja uma pessoa que a gente pode receber dentro de casa... uma pessoa honesta, né?”

P- “Entendi. É uma questão de confiança...”

Sr.A- “É, de confiança.”

P- “Não é só de intimidade, quer dizer... essa intimidade quer dizer confiança...”

Sr.A- “É... confiança, né?”

Receber na *cozinha* confunde-se, ou melhor, equivale a receber *dentro de casa*, o que faz da *sala* um espaço intermediário, uma espécie de “fronteira”. Uma vez ultrapassada essa fronteira, ou seja, sendo o visitante incorporado como *gente de casa*, *gente conhecida*, a diferenciação sexual perde em parte sua razão de ser. É especificamente no momento/espaço da intermediação *dentro x fora* (ou *casa x rua*), ou seja, na relação com aqueles que são, ao menos até então, considerados *estranhos*, que atuam critérios de diferenciação sexual. A mulher *estranha* é percebida como sendo em princípio – e sob determinadas condições – menos ameaçadora que o homem *estranho*, e, por essa razão, tem o acesso a áreas mais íntimas da *casa*, como a *cozinha*, de certa forma facilitado.²⁴

A oposição *sala x cozinha* nos revela assim o modo privilegiado como a *casa* participa do sistema de reciprocidade do grupo, materializando, na organização do seu espaço interior, os diferentes níveis de troca correspondentes, como vimos, às diferentes distâncias sociais em

24- Isso não quer dizer, no entanto, que ela estará isenta de ser analisada e julgada como sendo ou não pessoa merecedora da confiança das pessoas da casa. Trata-se de uma certa facilidade inicialmente concedida, da qual – é importante que seja dito – eu me beneficieei largamente no decorrer de toda a pesquisa de campo. Somara-se ainda à minha condição de mulher, as referências previamente dadas a meu respeito por Seu Adão, antigo conhecido, reforçando a idéia de que ser conhecido e portanto confiável, não passa necessariamente por um efetivo conhecimento direto, pessoal, e portanto muito menos pela idéia que poderíamos ter de *intimidade*. A seguir um trecho da entrevista em que eu questiono, com o Sr. Osório e Dna. Izabel, o modo como fomos por eles recebidas (e como ocorreria na maior parte das casas em que entramos), entrando diretamente na cozinha:

P- “O senhor já tinha me explicado isso... que o senhor recebe na cozinha as pessoas que são mais chegadas, e na sala, as pessoas que são mais distantes, mais de cerimônia. Mas por que eu fui recebida na cozinha... o senhor não me conhecia...?”

Sr.O- “Mas a gente mais ou menos já conhecia. De nome já conhecia... nós já tava informado...”

operação. Trata-se portanto da materialização, na *casa*, de uma economia de distâncias regente, não somente do interior doméstico, mas de todas as relações constituidoras desse tecido social.

Percorrendo a *casa* numa escala crescente de privacidade, iremos, de acordo com a percepção dos próprios agentes, da *sala* para a *salinha* (ou *copa*)²⁵, daí para a *cozinha* e finalmente para os *quartos*. Estes, representantes do grau máximo de intimidade da *casa*, constituem, como veremos mais à frente, um sistema próprio de interrelações no interior doméstico. O *banheiro* não é pensado como passível de classificação, sendo considerado, nesse sentido, um território “neutro”, já que usado exclusivamente em caso de *precisão*, ou seja, em função de necessidades biológicas, e não sociais: o *banheiro* pertence à ordem da natureza, e não da cultura, sendo portanto isento da referida classificação.²⁶ O que esta escala nos informa refere-se às diferentes distâncias sociais ou aos diferentes níveis de relação possíveis

Dna I- “É...” (rindo)

Sr O- “Nós já tinha sido informado, que tinha essa dona aqui... que tava vindo nas casa assim... a gente tava já esperando que podia, que poderia vir aqui... já sabia que você tava morando no arraial, que alugou a casa da Lena Vilela, que tava morando aí... já não era, por informação, já não era uma pessoa estranha pra gente. Sem a gente conversar, já não era estranho. (...) Então, é uma pessoa mais ou menos conhecida.”

P- “Quer dizer. não é preciso que o senhor já tenha conhecido mais... assim. pessoalmente?”

Sr O- “Não. Precisa... depende muito da gente ser informado... que fulano chegou, tem fulano aí... se ele vir na casa da gente, a gente recebe ele pela cozinha, ... sem a gente já ter visto ele a gente recebe também. Aqui a gente recebe. Aqui na nossa terra a gente recebe” (com ênfase)

Dna I- “Fora a época das eleições...”

P- “Se eu fosse homem, eu também taria sendo recebida na cozinha?”

Sr O- “Taria. Taria também.”

P- “Não tem essa diferença?”

Sr O- “Não, não tem nada a ver não.”

P- “Quer dizer. quem é pra ser recebido na sala ou na cozinha, independe de ser homem ou mulher?”

Sr O- “É. Não tem nada a ver de ser homem ou de ser mulher. É uma coisa só.”

P- “O que muda é a questão de ser conhecido ou não...”

Sr O- “É.”

25- Como foi mencionado, a *salinha* ou *copa* é de um modo geral a cozinha original da casa, que quando ampliada gera esse cômodo, de função aparentemente pouco definida, mas que pode ser usado inclusive como *quarto de fora*, como na casa do Sr. A. De qualquer modo, apesar da nomenclatura que lhe é atribuída, esse cômodo não funciona como local de refeições, que são via de regra realizadas na cozinha.

26- Isso significa, na prática, que não será negado a qualquer pessoa o acesso ao *banheiro* da casa, independente do tipo de relação que mantenha com seus proprietários/moradores.

em cada um desses espaços, e, de forma correlata, aos diferentes tipos de troca que podem ser esperados em cada um deles. Considerando o *continuum* de formas de troca demonstrado por Sahlins (1976), e tendo agora como foco central de referência o espaço da *casa*, podemos dizer que a *cozinha* constitui, por excelência, o espaço da reciprocidade “generalizada”, totalmente positiva, da troca de dons e contra-dons, ou seja, o espaço da solidariedade; a *sala* é, em princípio, o espaço do “meio-termo”, da reciprocidade “equilibrada”, das trocas diretas e impessoais, ou seja, o espaço onde devem ser possíveis os *negócios*; e a *rua* representa, nesse sentido, o espaço onde se está exposto à reciprocidade “negativa”, que inclui as mais diversas formas abusivas de apropriação de algo alheio.²⁷ É importante no entanto não perdermos de vista o caráter efetivamente *continuum* desse esquema, considerando sempre as diversas intermediações possivelmente existentes entre os referidos polos (que devem ser pensados enquanto tais): alguns *negócios* poderão, por exemplo, ser efetuados na *rua*, assim como a *sala* poderá abrigar, ainda que por pouco tempo (o tempo suficiente para a devida avaliação da situação), um recém chegado “golpista”. A *sala* é, como mencionamos, o espaço da intermediação entre os mundos interno e externo à *casa*.

A referida proporção entre as áreas ocupadas por esses dois espaços é fortemente indicadora de suas respectivas valorizações: sendo a *sala*, no interior da *casa*, o lugar privilegiado da “distância”, dos *estranhos*, das trocas objetivas e impessoais – dos *negócios* –, o espaço a ela reservado é o menor possível (cerca de metade da área ocupada pela *cozinha*); inversamente, sendo a *cozinha* o lugar privilegiado da “proximidade”, de *gente de casa*, das trocas generosas de dons e contra-dons – da *confiança* –, é via de regra o maior espaço da *casa* – o espaço destinado, na vida dessas pessoas, à amizade, à interação social, e ao sentir-se fazendo, íntima e inevitavelmente, parte desse circuito.

Entrar ou não neste circuito não resulta propriamente de uma “escolha” individual, mas, como demonstra Bourdieu (1996), do pertencimento (ou não) a um universo cultural específico do qual participam determinadas disposições – entre elas a generosidade –, que são incorporadas

27- Os *quartos* representam, nessa escala doméstica, o limite máximo da solidariedade, da reciprocidade generalizada de trocas efetuadas no interior da própria família, ou seja, mediadas por relações da maior proximidade possível. Voltaremos a abordá-los mais à frente.

ao longo de um processo de socialização: “... pela educação expressa (...) ou pela participação precoce e prolongada em universos onde ela é a lei indiscutível das práticas”.²⁸ Participante de uma economia de trocas simbólicas²⁹ – que só é possível entre indivíduos dotados de esquemas comuns de percepção – o dom se expressa sob a forma de obrigações, conhecidas e reconhecidas, levando à produção de “relações duráveis de dependência”, e assim, à coesão social. (Bourdieu, 1996). A noção do dom como parte do habitus, ou seja, como uma “disposição durável” socialmente incorporada, vem sublinhar que a centralidade ocupada pela *casa* na alta densidade desse tecido social, não se limita à materialização, no espaço, de um “lugar” privilegiado das práticas da generosidade, mas, sobretudo, da internalização primária das regras pelas quais estas são governadas, implícitas já na própria concepção espacial pela qual a *casa* é levantada.

A *casa* encontra-se assim numa posição central dentro desse sistema generalizado de dependências recíprocas, ou, em outras palavras, dentro da rede de interdependências constituidora desse tecido social. Vimos aqui a centralidade da *cozinha* como um espaço fundamental não somente das práticas do dom, mas do próprio aprendizado que as tornam possíveis. Vimos também a relativa “desvalorização” espacial da *sala*, em oposição à *cozinha*, representada pela ocupação de uma área de aproximadamente metade desta. Mas se o espaço da *sala* é proporcionalmente desvalorizado por suas dimensões, ele apresenta uma forma própria de valorização à qual corresponde, como veremos, a especificidade de sua participação na referida rede social.

28- “Em outros termos, no princípio da ação generosa, do dom inicial de uma série de trocas, não existe a intenção consciente (calculista ou não) de um indivíduo isolado, mas essa *disposição* do habitus que é a generosidade, e que tende, sem intenção explícita e expressa, à conservação ou ao aumento do capital simbólico. (...) Para quem é dotado de disposições ajustadas à lógica da economia dos bens simbólicos, o comportamento generoso não é o resultado de uma escolha ditada pela liberdade, de uma decisão livre efetuada após uma deliberação que contém a possibilidade de agir de outra forma: ele aparece como a *única coisa a fazer*” (Bourdieu, 1996:9)

29- Sahlins (1976) sublinha como uma oposição característica entre as formas de reciprocidade “generalizada” (troca de dons) e “equilibrada” (os *negócios*), o fato de que, na primeira, “as relações sociais comandam os fluxos materiais”, enquanto que na segunda, inversamente, “os fluxos materiais informam as relações sociais” (Sahlins, 1976:249). Ou seja, na troca de dons é o capital simbólico que está prioritariamente em jogo, enquanto que nos *negócios* é o aspecto propriamente “econômico” (no sentido comum do termo) que é priorizado.

A sala: um lugar mais no jeito

A *sala* é, como vimos, o espaço da intermediação entre os universos interno e externo à *casa*: uma espécie de fronteira entre a “*casa*” e a “*rua*”, com tudo o que representam respectivamente esses dois mundos opostos.³⁰ Como uma fronteira, a *sala* é o lugar de chegada de quem é, até então, desconhecido, e onde se desenrola uma primeira análise mútua onde os *de casa* e a recém-chegada *visita* consideram, reciprocamente, o tipo de relação e o nível de troca que podem ser esperados de parte a parte. Os *de casa*, com base entre outros no discurso de sua *visita*, que deverá se *explicar*, explicitando quem é e a que veio; e a *visita* que, por sua vez, se volta menos para o discurso “*da casa*” do que para o modo como esta se faz representar naquele espaço em que a recebe – a *sala* (de *visita*). Nesse aspecto a vinda desses trabalhadores para o *arraial* opera uma mudança fundamental, materializada na centralidade a partir de então ocupada pela categoria *enfeite* – que tem na *sala* seu lugar privilegiado.

Como vimos no capítulo anterior, o uso de *enfeites* nas *casas* da *roça* era extremamente restrito e genericamente dirigido à devoção religiosa, aos *Santos*. Não havia, de acordo com os diversos relatos a respeito, a idéia de *enfeitar a casa*, no sentido de seu embelezamento por meio de acréscimo, posterior à construção, de *enfeites*, ou seja, no sentido de “embelezar-lhe”, de “dar-lhe uma boa aparência”.³¹ Isso não significa, no entanto, que a própria construção da *casa* não fosse em si mesma orientada por motivações de ordem estética, tanto no que se refere à solução formal de sua concepção espacial (que não responde, como vimos, a imposições de ordem exclusivamente técnica), quanto aos cuidados relativos a seu acabamento interior, onde aparece de modo mais evidente a intenção, ou a “disposição estética” inerente à essa construção.³² Essas *casas* devem ser consideradas como a expressão de um **estilo** que, na

30- Nas palavras de Marcelin. “a sala é a face pública da casa” (Marcelin, 1996:85). A respeito da sala como área de fronteira e intermediação, ver Garcia Jr. (1983), Heredia (1979) e Heye (1979).

31- Diz o “Aurélio”: “**Enfeitar**, v.t. Pôr *enfeites* em; adornar; encher de atavios; (fig.) colorir ou disfarçar (defeitos); **dar boa aparência a**: desculpar; disfarçar; (...) p. ornamentar-se; ataviar-se; embelezar-se; (Bras.) **atrever-se**; **esquecer-se de sua posição inferior**; **tomar confiança**. Aurélio B. H. Ferreira, *Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro. Ed. Civilização Brasileira S.A., 1960. (grifos nossos)

32- “Disposição estética” considerada aqui de modo abrangente, como uma relação ou uma atitude perante a beleza. “que nada mais é que uma dimensão de uma atitude mais geral perante a existência” (Bourdieu, 1974:359). ou seja, inerente aos esquemas de criação e percepção constituidores do *habitus* pelo qual se orientam as mais diversas práticas

medida em que socialmente constituído sob a orientação de um *habitus* específico, deve ser apreendido segundo a sua lógica própria, ou seja, de acordo com o “sistema de esquemas de pensamento, de percepção e de ação” dentro do qual fora criado.³³ A interpretação a partir de categorias estranhas ao sistema dentro e pelo qual fora criado um determinado estilo pode levar, como demonstra Bourdieu, a “interrogações estéreis” ou a “debates fictícios”, gerando, no limite, a própria negação do estilo enquanto tal.³⁴ De todo modo é importante sublinhar que a intenção estética presente nessas construções, ainda que referida ao padrão de construção das *fazendas* (casas sede), vinculava-se claramente ao prazer estético proporcionado aos próprios construtores/moradores da *casa* e, em certa medida, à imagem possivelmente transmitida aos *patrões*, através da *casa* – a de um trabalhador caprichoso, habilidoso, limpo, etc. Nesse sentido a ida para o *arraial* marca uma mudança brutal, gerada pela profunda transformação operada na relação do trabalhador com a rede de interdependências na qual encontra-se envolvido a partir de então.

O colonato baseava-se numa relação de sujeição do trabalhador ao *fazendeiro*, que tinha na *casa*, como vimos, um instrumento central de dominação. Saindo dessa condição específica de sujeição e conquistando, por assim dizer, a “autonomia”, esses trabalhadores

do grupo Estamos aqui muito distantes da “disposição estética” especificamente relacionada ao consumo material ou simbólico de obras de arte, definida por Bourdieu (1983) como “Capacidade generalizada de neutralizar as urgências ordinárias e de colocar entre parênteses os fins práticos, inclinação e aptidão duráveis **numa prática sem função prática**.” A disposição estética só se constitui numa experiência do mundo liberada da urgência e na prática de atividades que tenham nelas mesmas sua finalidade, como os exercícios de escola ou de contemplação de obras de arte. Dito de outro modo, **ela supõe a distância com o mundo (...)** que está no princípio da experiência burguesa do mundo”. (Bourdieu, 1983:87) – (grifo nosso). O tipo de intenção ou de experiência estética a que estamos nos referindo, longe de supor uma distância com o mundo, parece-nos representar justamente um meio de tornar este mundo possível, ou aceitável, ou seja, um modo de “aproximação” do mundo. Este parece-nos ser, por exemplo, o sentido primordial da aplicação da *tabatinga* no revestimento interior de diversas *casas*, que tem na pintura branca das *fazendas* o seu padrão referencial de excelência. (a aplicação da *tabatinga* se justifica, na percepção dos próprios agentes, exclusivamente pelo prazer estético proporcionado por sua textura bem fina, lisa, e por sua brancura – não havendo qualquer outra justificativa de ordem estritamente “prática”. Ver fotos).

33- Apresentando Panofsky (em *post face* escrito para a tradução francesa de dois textos deste autor), Bourdieu coloca que: “Esta intenção objetiva [criativa], que nunca se reduz à intenção do criador, é função dos esquemas de pensamento, de percepção e de ação que o criador possui por pertencer a uma sociedade, uma época e uma classe; por conseguinte, as categorias de interpretação do objeto devem ser extraídas do sistema concreto de relações significantes que define o objeto (...)” Bourdieu, 1974:357.

34- É o que nos parece ocorrer com as observações de Castro Faria (1951) a respeito dessas *casas de pau-a-pique*, em seu estudo sobre a “habitação popular” no Brasil: “Em toda parte a casa de taipa de sebe, portuguesa ou mediterrânea, para não buscar origens mais remotas – e que aqui se chamou barreada, de pau-a-pique, de sopapo – perdido o seu caráter de construção provisória, pioneira, foi e continua a ser o padrão de gente pobre, exprimindo antes uma condição que um estilo” (Castro Faria, 1951:46) – No entanto todo estilo é decorrente da articulação entre as diferentes condições vividas por todos aqueles que, numa dada trajetória, participaram de sua criação.

diaristas/ambulantes (ou mesmo *empregados*) moradores do *arraial* encontram-se agora sujeitos não exclusivamente a um *patrão*, mas a toda uma rede social de interdependências da qual dependerão, entre outros, os subsequentes *serviços* necessários à sua própria manutenção.³⁵ É considerando essa diferença qualitativa na rede construída a partir da vinda para o *arraial*, para a “autonomia”, que poderemos entender, com Elias (1995), o sentido da “apresentação” que se materializa, na *casa* de São Cristóvão, nos diversos *enfeites* e objetos valorizadores do espaço da *sala*, dirigidos portanto às *visitas*, ou seja, às interdependências centrais nas “negociações” das quais depende, agora, a própria sobrevivência da “*casa*”.³⁶ É a decoração da *sala* que fornecerá ao *estranho* recém-chegado (assim como à rede de parentesco e vizinhança) os parâmetros para o julgamento das condições domésticas em que vive o grupo que por ora o recebe.

“Mas a sala é importante, porque a gente arruma, bota as coisas mais no jeito...”

(Dna. Teresa)

A *sala* é assim o espaço da *casa* cuja aparência é a mais valorizada em São Cristóvão. É onde se prioriza especialmente não só o padrão de acabamento, quando em construção, mas a colocação dos melhores *enfeites* – eles próprios valorizados na medida em que colocados na *sala*. Os *enfeites* e demais objetos escolhidos para a *sala* são frequentemente dotados de um valor afetivo todo especial para quem os escolheu para tal função – via de regra a própria

35- Não queremos com isso negar a existência de uma rede de interdependências no período da *roça* – inegável até pela forte presença da categoria *visita* já nesse período – mas sublinhar o deslocamento, ou melhor, a ampliação de uma relação centralizada de sujeição que no *arraial* se abre como um leque em direção não mais a um homem, mas a toda uma rede social. Em outras palavras, a diferença entre a rede de interdependências construída no colonato e a rede de interdependências construída na “autonomia” não está na quantidade, mas na qualidade da própria dependência. Observamos ainda que mesmo entre os poucos eventualmente vinculados a empregos “fixos” no *arraial*, o caráter instável destes (por comparação à condição de *colono*) os aproxima da condição de autônomo/*ambulante*, tornando generalizada a nova relação acima mencionada.

36- Analisando a dimensão simbólica das casas construídas pela sociedade de corte no antigo regime, Elias demonstra a profunda relação entre a importância dada à decoração de suas casas e a rede específica de interdependências na qual encontravam-se envolvidos os cortesãos (Elias, 1995:46)

“dona-de-casa”.³⁷ É interessante observar, nesse sentido, a recorrente presença da televisão nessas *salas*. Em função da televisão as pessoas, mesmo *de casa*, podem agora reunir-se na *sala*, sobretudo à noite. Por um lado, o aparelho de TV veicula de fato um mundo bastante *estranho à casa* (e só por isso este já seria de fato o seu “lugar”); por outro lado, sua presença representa mais uma forma de valorização desse espaço, indicando o acesso a um padrão de consumo impensável para essas famílias no período da *roça*.

Quarto da sala (ou quarto de visita) & Quarto de dentro (ou quarto da cozinha)

Vimos como a *sala* e a *cozinha* materializam, de modo privilegiado no espaço da *casa*, as formas diferenciadas como esta se relaciona com a rede social, ou seja, os diferentes níveis de troca operados nesses espaços entre a *casa* e o mundo que lhe é exterior. Veremos agora como se articulam as diferentes categorias de quarto de dormir que representam – excetuando-se o *quarto da sala* – os espaços das trocas efetuadas no universo interior da própria *casa*.

Se a *casa* tem apenas dois *quartos*, como vimos (cap. 4), um será o *quarto da sala* (também chamado *quarto de visita*) e o outro será o *quarto de dentro* (também chamado *quarto da cozinha*). O *quarto da sala* está para a *sala*, assim como o *quarto de dentro* está para a *cozinha*, formando os dois pares, em conjunto, um sistema ao mesmo tempo de oposição e complementaridade. Nas *casas* de dois quartos – tanto na *roça* quanto no *arraial* – o *quarto de dentro*, voltado para a *cozinha*, é o quarto da família. É, certamente, o lugar mais íntimo da *casa* – o grau máximo de privacidade nesse interior doméstico. Se o interior da *casa* como um todo, como espaço privado (por oposição ao exterior, ao público), é o espaço da proximidade, da menor distância social possível, o *quarto de dentro* é, perante o interior da *casa*, o máximo de proximidade. É o espaço, por excelência, da troca de dons, do extremo positivo no *continuum*

37- Esse é o caso, por exemplo, da compoteira de louça sobre a cômoda, na *sala* de Teresa, que tem por ela um carinho todo especial: ganhara como presente de uma filha que, conseguindo seu primeiro emprego (empregada doméstica em Juiz de Fora), teve pela primeira vez condições de lhe comprar um presente de dia das mães – “*Essa é guardada com amor mesmo*”.

da reciprocidade demonstrado por Sahlins (1976) – é o espaço das relações amorosas entre marido e mulher, entre mãe e filho, entre irmãos.³⁸ É ainda, nesse sentido, o lugar mais protegido da *casa*, tanto física quanto magicamente. De um modo geral o oratório da *casa* fica nesse quarto, assim como o principal crucifixo e imagem religiosa – fixados na parede sobre a cabeceira da(s) cama(s). Nesse quarto dormem o casal e **todos** os filhos *pequenos*, ou seja, até que se tornem *espertinhos*, o que ocorre em geral por volta dos dez anos. Até então, é inconcebível para uma mãe, como vimos (cap.2), dormir longe de seus filhos. Os bebês dormem muitas vezes na própria cama dos pais, ou (no máximo) em pequenas *redes de taquara* colocadas bem junto desta; as criancinhas, em pequenas caminhas individuais, ou dividindo uma cama de adulto (de solteiro) para duas. De todo modo estarão todos bem juntos, num só cômodo – independente do tamanho e do número de cômodos da casa – de forma que o *quarto de dentro*, numa família relativamente jovem, pode não ter praticamente espaço livre para circulação, sendo em alguns casos sua área quase totalmente ocupada pelas diversas camas agrupadas.

Esse frequente adensamento do *quarto de dentro* é tanto mais surpreendente na medida em que se tem, via de regra no quarto ao lado – o *quarto da sala* – um espaço livre em geral **pronto** a ser usado como dormitório, ou seja, com uma ou duas camas permanentemente arrumadas, com todos os acessórios necessários, tais como travesseiros, lençóis, cobertores, colchas, etc., sem que jamais seja utilizado pela família nessas condições (com filhos *pequenos*). Voltaremos mais à frente ao *quarto da sala*, mas gostaríamos de considerar antes as representações associadas ao desdobramento do *quarto de dentro*.

38- Sahlins (op. cit.) dá como exemplo do extremo positivo da troca de dons o aleitamento dos bebês.

Quarto de dentro & quarto de fora

Quando as crianças crescem, meninos e meninas seguem destinos diferentes no interior da *casa*, que materializa em seus possíveis desdobramentos o ciclo de vida da família. Os meninos, na falta de outro espaço, ocupam o *quarto da sala*, sendo desalojados com a chegada de uma *visita* para dormir – fato sempre priorizado – dormindo provisoriamente, nessa ocasião, na *sala*.³⁹ Já as meninas dificilmente ocuparão o *quarto da sala*, e seu crescimento via de regra justifica, como acima mencionado, a necessidade de mais um quarto na *casa*: é o que dá sentido ao desdobramento do *quarto de dentro* num sistema próprio de oposições – *quarto de dentro* x *quarto de fora*.⁴⁰

O *quarto de dentro*, que na família “crescida” é **sempre** o das meninas, é o mais íntimo e reservado quarto da *casa*, tendo por único acesso a passagem pelo quarto dos pais, que é o assim chamado *quarto de fora*. Neste, dormem os “guardiães”, naquele, os elementos a serem “guardados”. *De fora* ou *de dentro* representam aqui uma oposição central referente não só ao grau em que estas pessoas podem estar expostas em relação à rede social, ao universo exterior à *casa*, mas, sobretudo, a uma passagem fundamental em que a aproximação da puberdade impõe uma necessidade de separação entre meninos e meninas, até então em convivência extremamente íntima, indistintamente reunidos no quarto dos pais. Trata-se de uma oposição instaurada pela proibição do incesto, que constitui, como demonstra Lévi-Strauss (1976), uma regra de reciprocidade que está no princípio da própria organização social: “A proibição equivale a uma obrigação, e a renúncia abre caminho a uma reivindicação. (...) A partir do momento em que proíbo a mim mesmo o uso de uma mulher, que com isso passa a ser disponível para um outro homem, há, em algum lugar, um homem que renuncia a uma mulher que, por esse fato, torna-se disponível para mim. O conteúdo da proibição não se esgota no fato da proibição. Esta só é instaurada para garantir e fundar, direta ou indiretamente, imediata ou

39- A *sala* não é aqui habitualmente usada como dormitório permanente, como ocorre em outras regiões (por exemplo no Recôncavo da Bahia, examinado por Marcelin, op. cit.).

40- Esse desdobramento não ocorre necessariamente numa segunda etapa da *casa*. Pode existir desde sua primeira construção, dependendo não só das idades das crianças nesta ocasião, mas sobretudo da disponibilidade econômica da família.

mediatamente, uma troca”.⁴¹

Tendo por espaço próprio o *quarto de dentro*, as meninas são nesse sentido guardadas, ao mesmo tempo que socializadas tendo em vista o seu “destino” de dona-de-casa, ou seja, visando a futura ocupação do universo interior da *casa* como um espaço caracteristicamente feminino.⁴² De modo equivalente, os meninos, com frequência colocados no *quarto da sala* – próximos portanto de um espaço de intermediação com o exterior, que é a *sala* – preparam-se também, já na espacialidade doméstica, para a sua futura posição de *chefe de casa* e, nessas condições, de responsável pela sua *casa* perante a rede social, ou, em outras palavras, pela intermediação e pelo confronto entre os universos intra e extra-doméstico.

Finalmente, essas duas categorias de *quarto* representam um espaço central na reprodução social do grupo – na continuidade e nas rupturas possivelmente operadas em sua trajetória – na medida em que, dando lugar ao mais alto nível de trocas de dons, às trocas regidas pela “generosidade” em seu mais alto grau, esses espaços materializam, mais do que qualquer outro espaço da *casa*, a negociação de uma moeda fundamental: o envolvimento afetivo. Examinando a troca de dons como uma comunicação pela qual se instaura e perpetua a dominação simbólica, Bourdieu (1996) sublinha a centralidade das trocas afetivas nas relações de sujeição e dependência pessoal assim instauradas – e pelas quais passarão, necessariamente, todas as negociações e possíveis rupturas aí engendradas: “A generosidade é possessiva e o será tanto mais quanto, nas trocas afetivas (entre pais e filhos, ou mesmo entre apaixonados), for e parecer mais sinceramente generosa”.⁴³ É importante consideramos ainda, nesse sentido,

41- Levi-Strauss, 1976:91

42- É de se notar que, entre as diversas transformações em curso a partir da vida no *arraial*, a entrada da mulher (aqui representada na nova geração, pelas filhas) no mercado de trabalho extra doméstico começa a refletir-se na organização do interior doméstico: encontramos um caso de uma *moça* dormindo no *quarto da sala* – o que na *roça* era seguramente impensável.

43- Diz ainda Bourdieu: “Estamos aqui no cerne da transmutação alquímica que se encontra no fundamento do poder simbólico como poder que se cria, se acumula e se perpetua através da comunicação, da troca simbólica. Porque, como tal, ela introduz na ordem do conhecimento e do reconhecimento (...) a comunicação que converte as relações de força bruta, sempre incertas e suscetíveis de serem suspendidas, em relações duráveis de poder simbólico pelas quais se é sujeito ou às quais se sente sujeito: ela transfigura o capital econômico em capital simbólico, a dominação econômica (do rico sobre o pobre, do patrão sobre o empregado, do homem sobre a mulher, do adulto sobre a criança, etc.) em dependência pessoal (com o paternalismo, por exemplo), e mesmo em dedicação, piedade (filial) ou amor”. (Bourdieu, 1996:14).

Um caso exemplar da centralidade ocupada pelas negociações afetivas socialmente demarcadas (e demarcadoras) na trajetória individual é apresentado por Norbert Elias em *Mozart, Sociologia de um Gênio*. Rio de Janeiro, Zahar, 1995.

a gravidade tanto maior dessas negociações na medida em que constituidoras de um processo primário de socialização – definido entre outros pelo “alto grau de emoção” no qual se desenvolve.⁴⁴ Assim, deve ser considerada a centralidade das relações entre pais e filhos na reprodução social do grupo – considerando-se as trocas, ou seja, as negociações afetivas operadas desde o aleitamento materno até as diferenciadas e crescentes formas de *ajuda e participação* – “direitos e deveres” – dos filhos na economia e na manutenção da *casa*.

Quarto da sala & (quarto de fora + quarto de dentro)

O *quarto da sala* é idealizado de modo a estar sempre pronto para hospedar uma *visita* inesperada, o que justifica, sempre que possível, a cama livre e arrumada. Quando as condições de vida da família não permitem a preservação desse espaço sempre livre, o *quarto da sala* encontra-se (certamente) representado por outras formas com função equivalente, ou seja, garantir condições de hospedagem a qualquer momento. Assim, na medida das dificuldades da *casa*, o *quarto da sala* poderá ser substituído (ou complementado) por uma ou mais camas desocupadas (sem dono fixo do próprio grupo doméstico), também sempre arrumadas, ou, no limite e na falta destas, por um número extra de colchões, travesseiros e muitos, muitos cobertores.⁴⁵

O modelo antecessor do *quarto da sala* encontra-se nas alcovas para hóspedes, presentes nas *fazendas* desde o período inicial de colonização da região. Voltadas para as salas de visita, as alcovas (em geral mais de uma) destinavam-se a abrigar hóspedes que eram mantidos, nessa organização espacial, fora da área de privacidade da *casa* (Schnoor, 1995:48).⁴⁶ É preciso

44- Berger e Luckmann, 1985:176.

45- Algumas *casas* mantêm todas as formas possíveis simultaneamente: *quarto da sala* livre, camas extras nos outros quartos, dois colchões em cada cama (um a ser usado direto no chão, caso se faça necessário), travesseiros, cobertores, etc. A título de exemplo, uma casa com 5 moradores pode chegar a ter 50 cobertores (o frio na região pode em certas épocas exigir cerca de 3 cobertores por pessoa).

46- Schnoor analisa a evolução histórica da produção cafeeira no Vale do Paraíba através da passagem, materializada nas casas sedes de fazendas, de um período inicial de implantação marcado pela junção do produzir e do morar, para

considerarmos essa hospedagem no que ela significava nessa região e nessa época, levando-se em conta a inexistência de outras formas de hospedagem que não a doméstica, assim como todas as dificuldades então enfrentadas pelos viajantes. Nessas condições deve ser pensado esse hóspede “original”, que não era necessariamente alguém do círculo de “próximos” da *casa* – poderia ser, por exemplo, alguém vindo a “negócios”. Se era assim na *fazenda* (casa sede), na *casa de colono*, na qual essa categoria se reproduz, não era em princípio muito diferente. De acordo com diversos relatos, o *quarto da sala* na *roça* abrigava não somente parentes e amigos da *casa*, mas eventualmente um *camarada* contratado para algum *serviço de empreita* na *fazenda*.⁴⁷

Nesse sentido devemos examinar a importante mudança de significado operada com a vinda para o *arraial* que, num aparente paradoxo, acompanha a preservação integral do *quarto da sala* enquanto categoria espacial desse interior doméstico (o *quarto da sala* não sofreu nenhuma alteração com relação a suas proporções e em sua relação com os demais espaços da *casa*). Entendemos o significado original do *quarto da sala* da *roça*, enquanto um espaço que, acolhendo no interior da *casa* uma *visita* (um *hóspede*),⁴⁸ a mantinha, como nas alcovas das *fazendas*, fora da área de privacidade da *casa*. O que é fundamental a ser entendido na preservação desse espaço no *arraial* é o fato da *visita* aqui representar, enquanto *hóspede*, uma pessoa da rede de próximos, o que nos parece apontar para a especificidade do sistema de reciprocidade que essa *casa* materializa em sua organização espacial. Em outras palavras, mudou em parte o significado da categoria *visita*, e não mudou em nada a categoria espacial a ela referida – o *quarto da sala* –, o que consideramos central para o entendimento do sistema de reciprocidade aqui constituído.

Em primeiro lugar, o *quarto da sala* é demarcador de um espaço central para o ciclo de vida do grupo, dando aqui (no *arraial*) lugar a dois movimentos opostos em sua trajetória: é

um período em que, no auge da produção cafeeira, a fazenda tornava-se “mais que um local de trabalho e de produção”, destacando-se nela, cada vez mais, “um espaço diferenciado de moradia e de representação” dos senhores rurais. Eduardo Schnoor. *Das Casas de Morada às Casas de Vivenda*. Em Castro e Schnoor (org./1995:38).

47- O que de certo modo nos indica o grau de sujeição em que se encontrava, nessas condições, a família de *colonos*.

48- As categorias *visita* e *hóspede* se confundem, sendo usadas com significados equivalentes.

para esse quarto que **vai**, frequentemente, o menino *grande*, materializando um movimento que visa a sua saída, como homem, rumo ao universo exterior à *casa*, ao mundo da “rua”; e é para esse quarto que **vem**, o filho adulto já *esparramado* “por aí”, ou seja, trabalhando e morando em outra cidade, recebido agora como *visita* – o que nos faz entender a própria ambivalência dessa categoria.⁴⁹ Em segundo lugar, devemos considerar que o *quarto da sala*, sendo da *sala*, dirige-se ao “público”, opondo-se, nesse sentido, ao *quarto de dentro* e à *cozinha* – espaços *de dentro*, íntimos, da privacidade da *casa*; e lhes é ao mesmo tempo complementar, na medida em que seu uso enquanto quarto *de visita* restringe-se atualmente, de fato, à *gente de casa* – ou seja, opõe e complementa, pois dirigido ao “público”, convida ao “privado”. A *cozinha*, reciprocamente, lugar por excelência dos *de casa*, é usada por estes como o espaço privilegiado da reunião – da coesão – não só no interior da própria família, do próprio grupo doméstico, mas no aprofundamento de suas relações com a rede social, voltando-se, nesse sentido particular, para a esfera “pública”: como vimos, é no espaço da *cozinha* que a família cria a especial oportunidade de incluir um “distante” em sua rede de próximos, ou seja, a *cozinha* é dos *de casa*, e assim referida ao “privado”, mas sempre aberta a convidar o “público”. É portanto na categoria *visita*, cujo significado se expande, com a mudança do grupo, a rede de parentesco e amizade, que encontramos um dos elementos-chaves para apreender o modo específico como as esferas pública e privada se opõem e se complementam, no interior da *casa*, constituindo este um aspecto central no circuito de trocas do grupo – na “amarração” do tecido social formado com a vinda para o *arraial*.

49- A atual ambivalência da categoria *visita* responde assim, a nosso ver, por dois momentos históricos distintos que materializaram nessa *casa*, respectivamente, a *sala* (de *visita* = *estranho*), e o *quarto da sala* (de *visita* = parente ou amigo, ou seja, alguém próximo). É importante observar ainda, que apesar de *visita* não ser aqui necessariamente um filho crescido morando longe, este é o caso mais frequentemente observado. As *visitas* podem existir sob formas variáveis, desde que pertencente – ou em vias de pertencer – à rede de parentesco e amizade. De todo modo, o aparente “exagero” no número de cobertores encontrados nessas casas (em proporção ao número de moradores) relaciona-se em geral com o número de filhos adultos *esparramados* em outras cidades, a quem os pais esperam estar sempre preparados para receber.

Crescimento e abertura

Apresentamos até aqui diferentes aspectos da organização espacial da *casa*, considerando os diferentes cômodos e suas respectivas representações; seus usos e significados; as oposições e complementaridades constituídas, na trajetória do grupo, em torno das esferas masculino x feminino, público x privado. Vimos os diferentes níveis das trocas aqui operadas, expressos numa “escala” de privacidade que ordena, na percepção dos próprios agentes, todos os cômodos – *sala*, *salinha*, *cozinha* e *quartos* – à exceção do *banheiro*, não “classificável” enquanto pertencente à ordem da natureza, e não da cultura. De todo modo, priorizamos até então o espaço horizontal da *casa* de São Cristóvão, constituído, como vimos no capítulo anterior, em linha de continuidade direta com sua antecessora da *roça*, a *casa de colono*. No que se refere à sua organização espacial, ou seja, à distribuição de seus diferentes espaços interiores, a *casa* que se constrói na vinda para o *arraial* reproduz quase que integralmente a *casa* da *roça* – excetuando-se o *banheiro*, anteriormente distante (ou inexistente), que com a mudança junta-se à *casa*. No entanto, os ambientes aqui construídos apresentam-se substantivamente diferentes de seus respectivos modelos antecessores.⁵⁰ Em primeiro lugar, devido ao novo padrão de acabamento e materiais utilizados em sua construção, agora em alvenaria; segundo, pela crescente incorporação de móveis, eletrodomésticos e diversos pequenos objetos de origem industrial, embora muitas vezes dividindo espaço com seus equivalentes artesanais, oriundos da *roça*; terceiro, pelo aspecto decorativo aqui instaurado, representado pelos diversos *enfeites* presentes no interior da *casa*, sobretudo na *sala*; e, finalmente, pela importante diferença observada na espacialidade vertical da *casa*, representada pelo referido acréscimo em seu pé direito

É na constituição desse novo espaço vertical que se materializa a mais fundamental ruptura operada na mudança para o *arraial* – para a **casa própria**. É toda a diferença entre o conceber-se, o permitir-se, ou não, crescer – social e espacialmente. Se todas as diferenças

50)- Ambiente no sentido semiológico considerando-se a totalidade dos signos presentes no interior da casa, nos materiais de construção assim como no conjunto dos diversos objetos nela encontrados. Cf. Baudrillard (1973).

acima apontadas participam, em conjunto, da constituição desse novo interior doméstico, representando, nesse sentido, um movimento em certa medida de ascensão social, a diferença demarcada com o acréscimo na altura interior/exterior da *casa* nos fala de um homem que não só se quer, mas que se pensa maior. Maior em relação à sua condição anterior, de *colono*, cuja *casa* construía-se, via de regra, numa altura compatível com as características físicas de seus construtores/moradores – as chamadas *casas baixinhas* – é como se o “tamanho” desse homem devesse ficar necessariamente restrito à ordem da natureza: nenhuma “altura” social lhe era então permitida. Trata-se aqui, portanto, nas *casas* (próprias) de São Cristóvão, de uma nova auto-imagem a um só tempo construída e construtora da nova espacialidade doméstica desse grupo de trabalhadores. A profundidade da ruptura vivenciada nessa passagem pode ser em parte apreendida nas palavras de Seu Osório:

P- “Qual é a diferença... no modo de vocês sentirem... entre morar na casa de colono (...) e morar nessa casa aqui, de vocês?...”

Sr. O- *“Nesse sentido, a diferença é muito grande. Porque... a gente morar na casinha da gente... eu nem não pensava que um dia eu fosse morar e que podia ser tão bom assim. A diferença é muito grande. É muito grande. A gente ser independente é muito bom. A gente tem muita saudade da roça, porque a roça é muito bom, mas... e graças a Deus a gente morou numa fazenda muito boa, combinou muito bem, igual a gente já disse... com os patrão, tem amizade até hoje... Graças a Deus a gente foi muito feliz, mas a gente morar por conta própria assim, é bom demais.”*

P- “Quer dizer, naquela época, o senhor não podia nem imaginar...”

Sr.O- *“Não, não podia imaginar... que... que me dava tanta diferença assim... A diferença é muito grande, é muito boa.”*

Em outras palavras, se no plano horizontal os traços desse passado recente perduram – numa continuidade de sutis transformações –, opera-se no plano vertical uma ruptura fundamental, com o trabalhador permitindo-se um efetivo crescimento e construindo-se maior, ao construir sua *casa* própria no *arraial*.⁵¹

51- É importante observar que esse “crescimento” vertical da *casa* contraria as determinações de ordem econômica, na medida em que na *roça*, construindo-se basicamente com materiais “naturais” (não comprados), não haveria em princípio qualquer “prejuízo” em se fazer uma *casa* um pouco mais alta. No *arraial*, inversamente, construindo-se em

Acompanha esse “crescimento” um processo correspondente de “abertura” das *casas* em São Cristóvão⁵²: como vimos (cap. 4), a área das janelas dessas *casas* é cerca de 20% maior que nas da *roça*. Essa “abertura” ou expansão das janelas representa uma mudança central na relação tecida entre os mundos interno e externo à *casa* (uma mudança radical fortemente perceptível nas sensações físicas imediatas, advindas de um e outro ambiente) – é uma nova relação que se instaura entre a *casa* e o mundo que lhe é exterior: o mundo da “rua”, dos *estranhos*, dos negócios, e sobretudo das trocas possivelmente negativas (e imprevisíveis). Essas *casas* de alvenaria, mais altas e mais abertas, e portanto mais claras e ventiladas, encontram-se claramente fortalecidas nessa relação, em comparação com as suas antecessoras.⁵³ Trata-se aqui de um processo de individualização ao qual correspondem, como demonstra Elias (1994), mudanças fundamentais na relação entre as ordens da natureza e da cultura – mudanças aqui instauradas na passagem de uma condição social a um só tempo **frágil** e **“protegida”** (na qual o próprio “fechamento” constituía uma defesa fundamental), para uma posição social comparativamente **fortalecida** e **exposta**, cuja expressão encontra-se, entre outros, no impulso, no movimento de “abertura”: se antes era preciso se fechar (defendendo-se inclusive do meio natural),⁵⁴ agora é fundamental **abrir-se** – é fundamental *participar* da teia de interdependências aqui em construção.⁵⁵ E a *casa* cresce e se abre, numa nova respiração,

alvenaria e portanto com materiais em sua maioria comprados (e em geral em meio a dificuldades financeiras) justificaria-se uma *casa baixinha* pela economia material que esta poderia representar.

Tivemos a especial oportunidade de observar, no nosso último período em campo, o crescimento vertical de uma *casa* em São Cristóvão como decorrência da recente separação do casal proprietário. A *casa* havia sido construída bem *baixinha*, pelo então marido de F. Com a separação, segundo a regra local, a *casa* – *coisa de mulher* – fica de fato com a mulher (sendo no entanto dividido o *lote*, o que pode acarretar situações constrangedoras de difícil solução). A primeira atitude de F após a separação foi aumentar a altura de todas as paredes da *casa* (acrescentando mais duas carreiras de tijolos), o que estava claramente relacionado com um crescente sentimento de auto-confiança e auto-estima conquistados a partir da separação (de acordo com a sua própria percepção). Ver fotos de antes/depois – julho/97 e janeiro/98. (Arrisco-me a supor que talvez ele não tivesse “crescido”, mas ela sim – o que parece vincular-se ao pivô central da própria separação). Pé direito original da *casa* - 1,78m; pé direito após o acréscimo - 2,20m.

52- Esse processo de “abertura”, crescente (as construções mais recentes são as mais “abertas”), foi observado também no *Centro* de Santa Bárbara, igualmente correspondente ao crescimento social e “arquitetônico” da família. Ver fotos.

53- Fortalecidas por comparação às da *roça*, porém não ao ponto de poderem dispensar a proteção dos *Santos* com relação as ameaças externas: essas *casas* frequentemente trazem um crucifixo pintado em suas duas portas de entrada (frente e fundos) – “fronteiras mágicas” entre os mundos interno e externo à *casa* (Bourdieu, 1977).

54- Devemos lembrar dos mucambos do Nordeste, cujo significado original é refúgio, esconderijo. cf. Castro Faria, op. cit.

55- Em *Problemas da Auto consciência e da Imagem do Homem* (anos 1940 e 50), Norbert Elias examina a especificidade do processo de individualização ocidental, demonstrando a existência de três “etapas” fundamentais no desenvolvimento da humanidade, marcadas pelo deslocamento da insegurança humana (angústia e medo) frente ao

numa troca muito mais intensa com a rede social – e com sua *cozinha*, sempre aberta, a convidar... *Vamo chegá?*

★ ★

★

desconhecido, a imprevisibilidade e à necessidade de controle, perante, respectivamente – à natureza, à sociedade e ao próprio indivíduo. Elias analisa as dificuldades enfrentadas pelo homem nas chamadas sociedades complexas (o homem perante si mesmo, perante o seu auto-desconhecimento) decorrentes de uma suposta incompatibilidade intrínseca às “necessidades individuais anti-sociais [naturais] e exigências sociais antinaturais”, decorrente, ela própria, das formas reificadas como são apreendidas as noções de “indivíduo” e “sociedade”, tanto no plano erudito e intelectual das elaborações conceituais, como no plano do pensamento leigo a respeito dos problemas e desajustes sofridos na esfera pessoal. “individual”. Em Norbert Elias, *A Sociedade dos Indivíduos*, Rio de Janeiro, Zahar, 1994.

Nesse sentido consideramos o crescimento e a abertura materializados na *casa* de São Cristóvão, como expressão de uma nova posição conquistada por esses trabalhadores, fortalecidos na medida em que mais abertos à construção da sua própria rede de interdependências – sobre a qual podem e buscam exercer, comparativamente, um maior controle.

Um aspecto igualmente participante da nova relação natureza x cultura aqui construída encontra-se na radical aproximação do *banheiro*, aqui junto à *cozinha*, cujas motivações extrapolam as determinações de ordem técnica ou “prática” – na *roça*, um banheiro dependente do fluxo natural de um córrego; no *arraial* um banheiro de esgoto independente (fossa) porém abastecido por uma caixa d’água comum à *cozinha* (não precisaria na *roça* ser tão distante nem no *arraial* tão perto).

ANEXO 7
FOTOGRAFIAS NA ROÇA



Antiga *casa de colono* construída por Seu Osório. Técnica: adobe



Entrada da *sala*



Entrada da *cozinha*



Pequeno *rancho*



Bica e jirau de lavar roupas, no quintal



Banheiro sobre o córrego



Água “puxada” da nascente em *bica* de bambu



Horta de couve



Sala – paredes revestidas com tabatinga



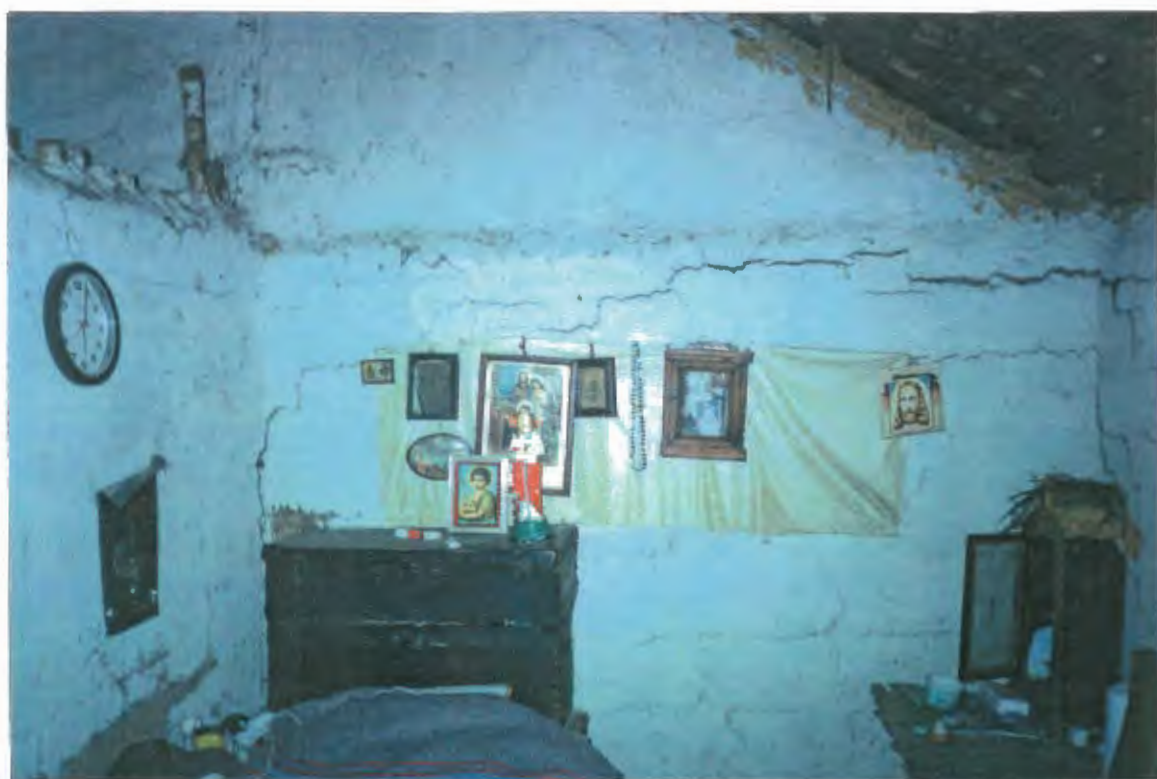
Quarto da sala – paredes revestidas com tabatinga



Modelo de *casa de colono* em *pau-a-pique*. Cobertura de telhas e de sape. Construída por Seu Vicente, ex-colono aposentado.



Cozinha com fogão a lenha



Quarto de dentro revestido com tabatinga



Cama de cavalete



Cama com pés fixos ao chão (modelo similar às camas de forquilha)



Fazenda Barão



Fazenda Barão



Pé direito da fazenda: 3,86m



Pé direito da casa de colono: 1,80m

ANEXO 8
FOTOGRAFIAS NO *ARRAIAL*



“Flagrante” de crescimento: antes e depois (julho 97 / janeiro 98). Frente



“Flagrante” de crescimento: antes e depois (julho 97 / janeiro 98). Lateral



“Flagrante” de abertura: casa antiga e casa nova da Dna. Santa e Seu Santinho (comerciantes. Ambas situadas na antiga *rua “de baixo”*.

Casa antiga (atual moradia): pé direito 2.27m, área das janelas 0.63m². Casa nova (em construção): pé direito 3.15m, área das janelas 1.40m².



Casa da Balança



A mais antiga *casa* do bairro. Construída em *adobe* e *pau-a-pique*. Cobertura em *telhas de bica*.



Combinação de diferentes materiais de construção



Combinação de diferentes materiais de construção



Material armazenado no *quintal*



Marcas na fachada das diferentes etapas de construção da *casa*



Casa de um pedreiro



Casa de temporada de uma família de São Paulo




Casa de temporada de uma família de Juiz de Fora


ANEXO 9
CASOS E CASAS EM SÃO CRISTÓVÃO

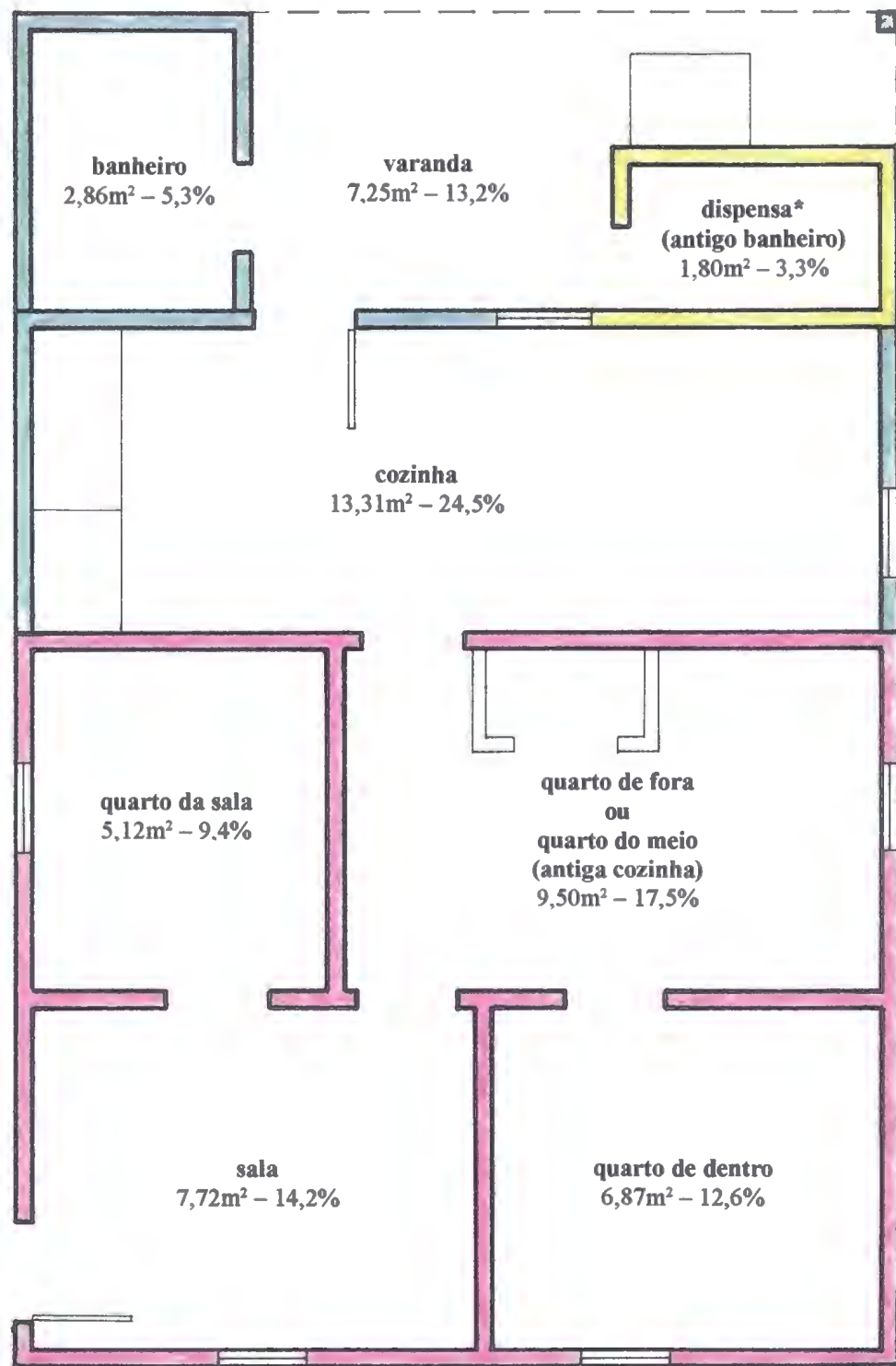
Obs: plantas baixas em escala 1:50.

Etapas de construção da *casa*:

 1ª etapa

 2ª etapa

 3ª etapa



SR. ADÃO (53 anos) - Ex-colono nascido em 1944 na Serra Negra, Município de Lima Duarte. Seus pais eram *lavradores colonos* nessa região. Começou a trabalhar aos 8 anos, ajudando no curral e levando leite no *ponto*. Casou-se aos 20 anos com Teresa, também filha de *lavradores colonos* da região. Moraram *de colono* em várias *fazendas*. Sua mudança para o arraial não foi planejada, mas em consequência de uma brusca ruptura com o patrão. Comprou seu primeiro *lote* e fez sua primeira *casa* no *arraial* com recursos de seu trabalho como *diarista ambulante*. Sua atual *casa* foi construída com economias guardadas num período em que morou e trabalhou como *caseiro* no Rio de Janeiro. Seu Adão trabalhava até recentemente como lavrador diarista. Após um acidente, foi forçado a parar de trabalhar. Atualmente trabalha como *vigia* nas obras de pavimentação da estrada estadual.

A CASA — paredes: em *lajota*, com uma parte em blocos de cimento; parcialmente emboçada por dentro; piso: irregular de cimento grosso; cobertura: telhas francesas; portas e janelas: todas em madeira; forro: plástico somente no *quarto de dentro* e parte do *quarto do meio*; Pé direito: 2,24m. Área das janelas (média): 0,60m². Fogão: a lenha e a gás.



Fachada da *casa*



Terreiro com jardim



Sala com revestimento de tabatinga



Quarto de fora ou quarto do meio



Quarto de dentro



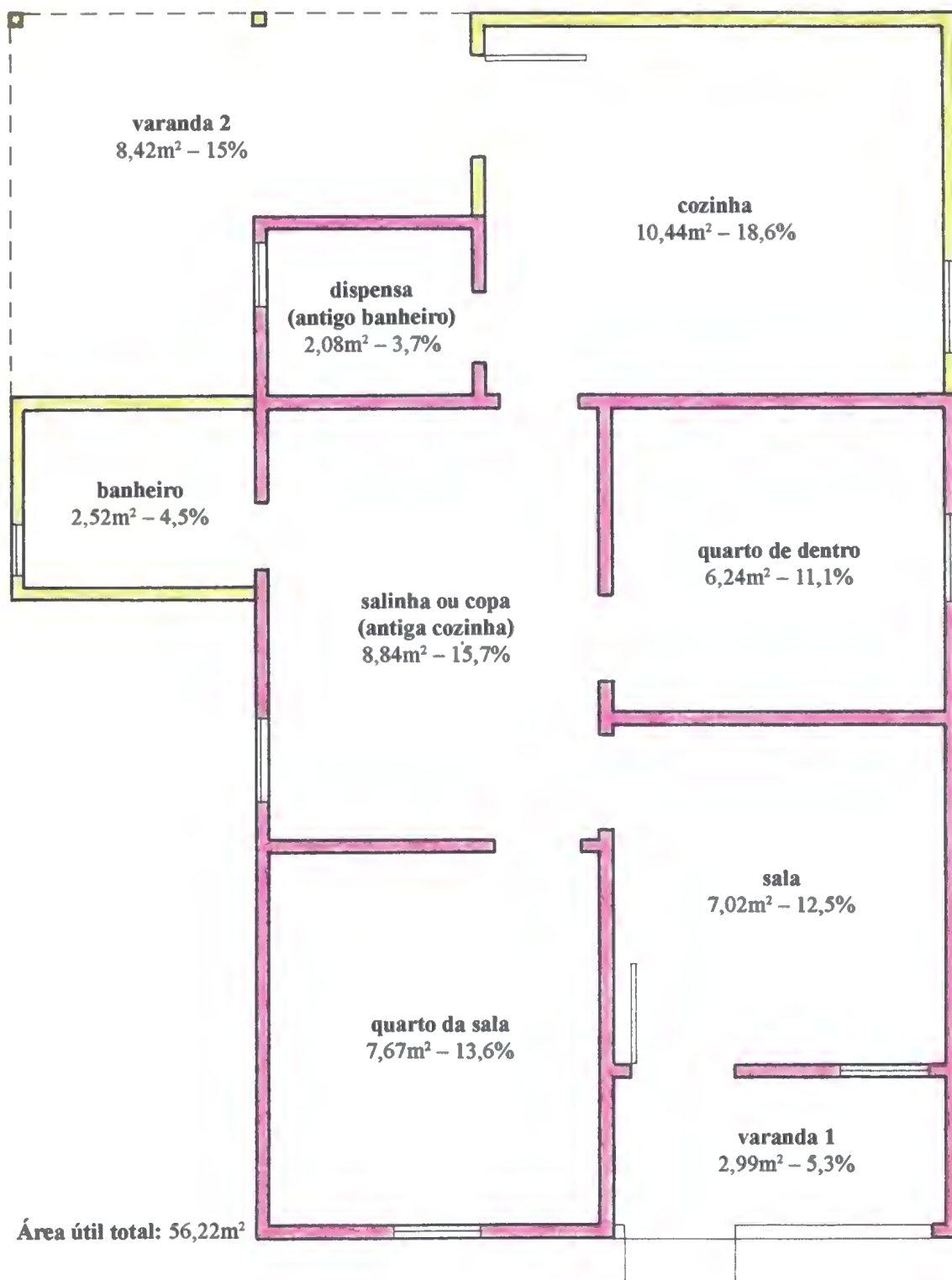
Cozinha



Cozinha



Varanda com tanque de lavar roupas



SR. OSÓRIO (70 anos) — Ex-colono nascido em 1927 em Pirapetinga. Seus pais eram *colonos* na região. Começou a trabalhar aos 10 anos, *candiando boi*. Casou-se aos 20 anos com Dna. Izabel, também filha de *colonos* da região, e foram morar *de colono* numa fazenda dessa mesma região onde nasceram (ver fotos da *casa em adobe* por eles construída); nela trabalharam e viveram por 44 anos, até Seu Osório se aposentar. Mudaram-se para o *arraial* pela solidão que sentiam após a saída de *casa* de todos os filhos, *esparramados* em busca de emprego, e pela insegurança de sentirem-se, nessa idade, longe dos *recursos*. Sua atual *casa* havia sido construída por um médico do Rio de Janeiro, que tem terras em Santa Bárbara, para alojar um empregado seu. Seu Osório a comprou com o dinheiro da venda de um *pedacinho de terra* recebido do ex-patrão a título de indenização.

A *CASA* — paredes: em *lajota*, totalmente emboçadas; piso: cimento fino pintado; cobertura: telhas francesas; portas e janelas: madeira, sendo basculante de ferro e vidro no banheiro e na dispensa; forro: de madeira, somente na sala. Pé direito: 2,40m. Área das janelas (média): 0.68m². Fogão: somente a gás.



Seu Osório e Dna. Izabel na frente da *casa*



Horta de couve



Salinha ou copa



Caixa ou baú trazido da roça (aqui foi pintado e adornado com tapeçaria), usado para guardar roupa de cama



Cozinha



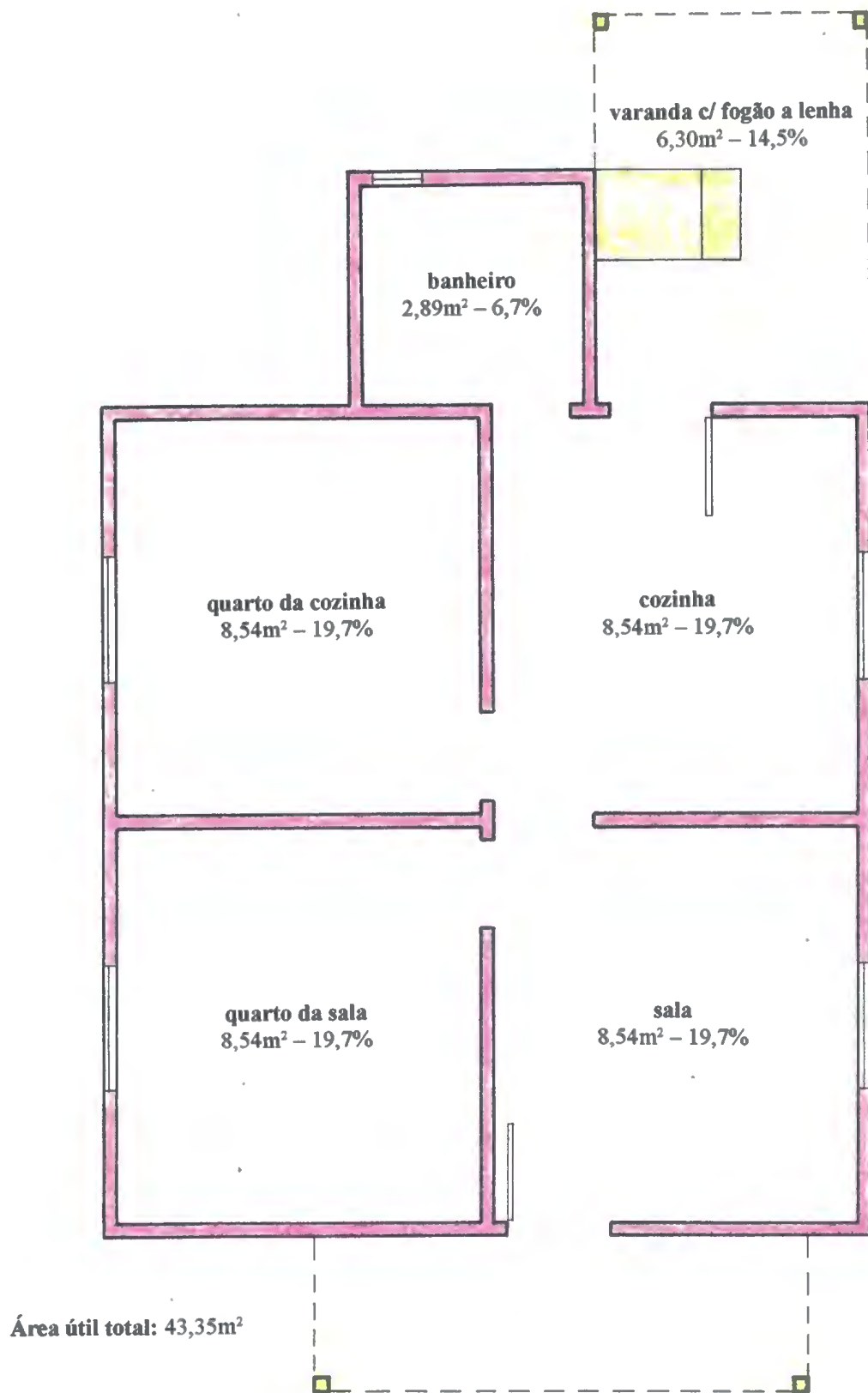
Quarto de dentro



Sala



Quarto da sala

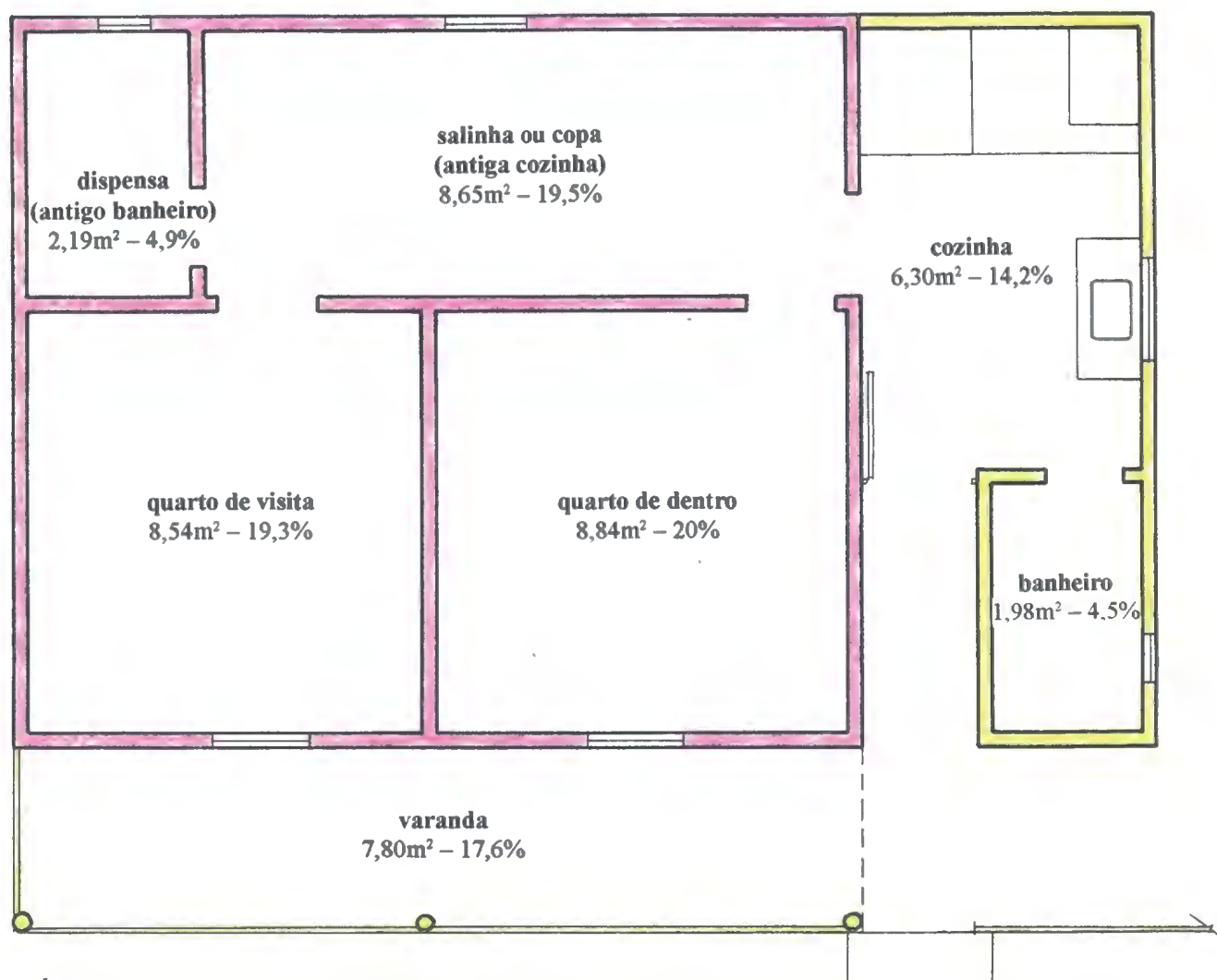


DNA. QUITA (71 anos) — Nascida em 1926 na região de Pirapetinga, seus pais eram *colonos*. Não conheceu sua mãe, falecida logo após seu nascimento. Começou a trabalhar aos 7 anos, lavando roupa *pra fora*. Aos 10 anos foi morar com uma *madrinha* em Santa Bárbara (no *arraial*), ficando responsável por todos os serviços domésticos da *casa*. Casou-se aos 19 anos, indo morar *de colono* em terras dessa mesma família. Seu marido era *retireiro*. Lavando roupa *pra fora*, Dna. Quita comprou com seu próprio dinheiro o atual *lote*; seu marido *levantou* nele uma *casinha* de *pau-a-pique*. Já viúva, mudou-se para o *arraial* somente por ocasião da venda da *fazenda* em que morava como *colona*. Sua atual casa, em alvenaria, foi construída com mão-de-obra paga por um *filho de leite* e materiais em grande parte doados por diversos *conhecidos* seus. Dna. Quita recebe uma pensão, e faz peças de tapeçaria para vender.

A CASA — paredes: em *lajota*, quase totalmente emboçadas; piso: cimento liso e áspero; cobertura: telhas francesas (modelo novo) com amianto na *varanda*; portas e janelas: de ferro e vidro; forro: não possui; Pé direito: aprox. 2,40m. Área das janelas: 0,96m²; Fogão: a lenha e a gás.



Fachada da *casa*

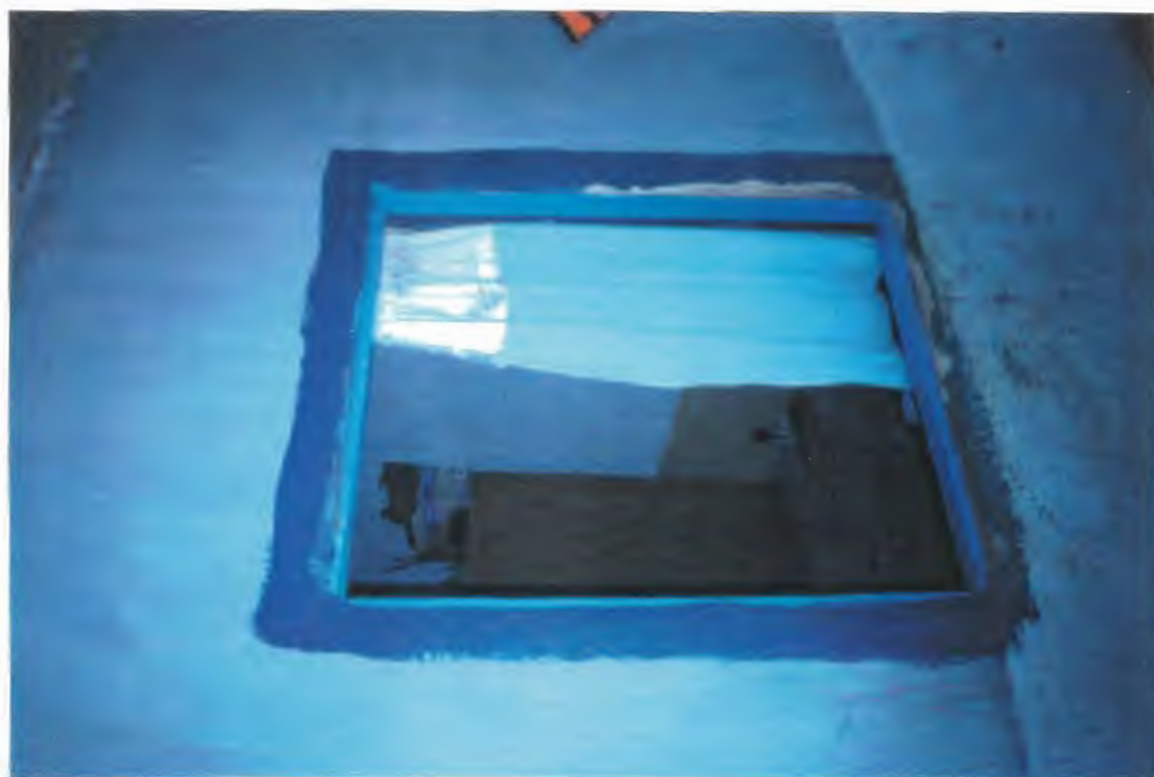


TIÃO PINTO (40 anos) — Nascido em 1957 em Pirapetinga (localidade pertencente ao atual Município de Santa Bárbara do Monte Verde). Seu pai era pequeno *sitiante*, mas plantavam de meia no terreno dos outros, porque o seu era pequeno (2,5 alqueires). Sua mãe era filha de *colonos* da mesma região. Começou a trabalhar aos 7 anos, *candiando boi*. Casou-se aos 31 anos com Silésia, também filha de um *sitiante* (16 alqueires). Moraram não exatamente *de colono*, mas como *caseiros* numa granja em Juiz de Fora. Rompendo com esse emprego, moraram *num pedacinho de terra* do pai de Silésia. Mudaram-se para o *arraial* por pressões familiares e pela necessidade de escolarização da filha mais velha (nessa ocasião com 5 anos). Construiu essa casa reaproveitando todos os materiais possíveis da casa da roça (trazidos em caminhão). Trabalha atualmente como *servente* para a Prefeitura Municipal.

A CASA — paredes: em *lajota*, totalmente emboçadas; piso: cimento fino; cobertura: telhas francesas e amianto; portas e janelas: em madeira; forro: não possui; Pé direito: aprox. 2,30m; Área das janelas: aprox. 0,54m². Fogão: a lenha e a gás.



Fachada da *casa*



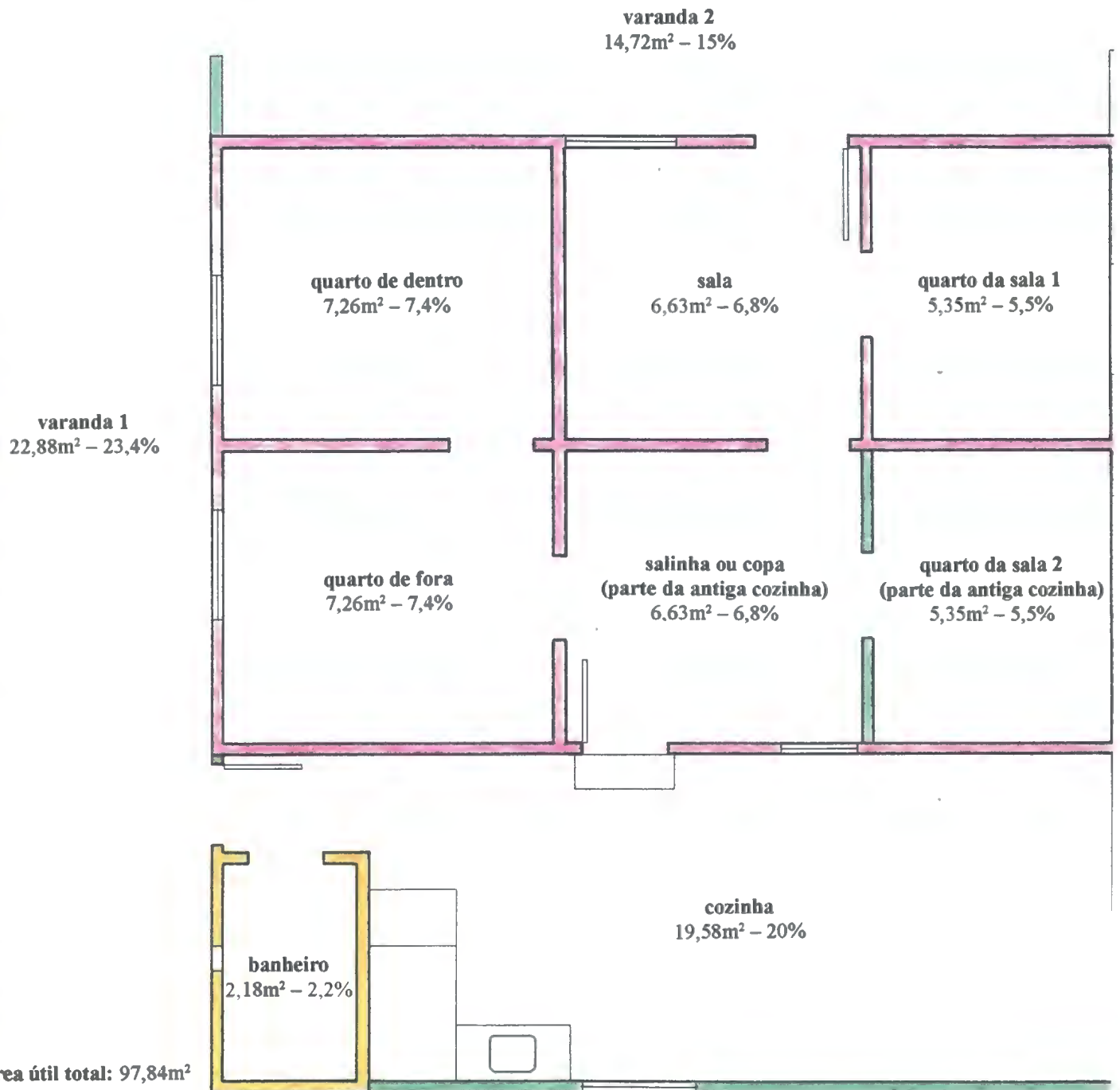
Janela com moldura pintada, referida ao estilo colonial das *fazendas* (sedes)



Cozinha com fogão a gás (há outra na casa com fogão a lenha)



Quarto da sala



SR. FERNANDO (53 anos) — Nascido em 1944 na Serra Negra, município de Lima Duarte. Seu pai era *retireiro*, e moravam *de colonos* numa fazenda da região. Começou a trabalhar aos 8 anos, na *roça* do pai. Casou-se com Dna. Pitita, também filha de *colonos* da região. Moraram em duas *fazendas* como colonos. Sua mudança para o *arraial* foi planejada, tendo por objetivo a escolarização dos filhos. Compraram o *lote* e fizeram a *casa* antes de romper com o patrão. O dinheiro usado na construção foi obtido com a venda de uma novilha criada por Dna. Pitita com esta finalidade. Ela mudou-se primeiro com as criaças; Seu Fernando mudou-se três meses depois. Trabalha atualmente como *servente* para a Prefeitura Municipal.

A CASA — paredes: em *blocos de cimento*, totalmente emboçadas; piso: cimento fino; cobertura: telhas francesas; portas e janelas: parte em ferro e vidro, parte em madeira; forro: toda forrada com esteira de taquara, menos a cozinha; Pé direito: 2,40m; Área das janelas (média): 0,88m²; Fogão: a lenha e a gás.



Fachada da casa



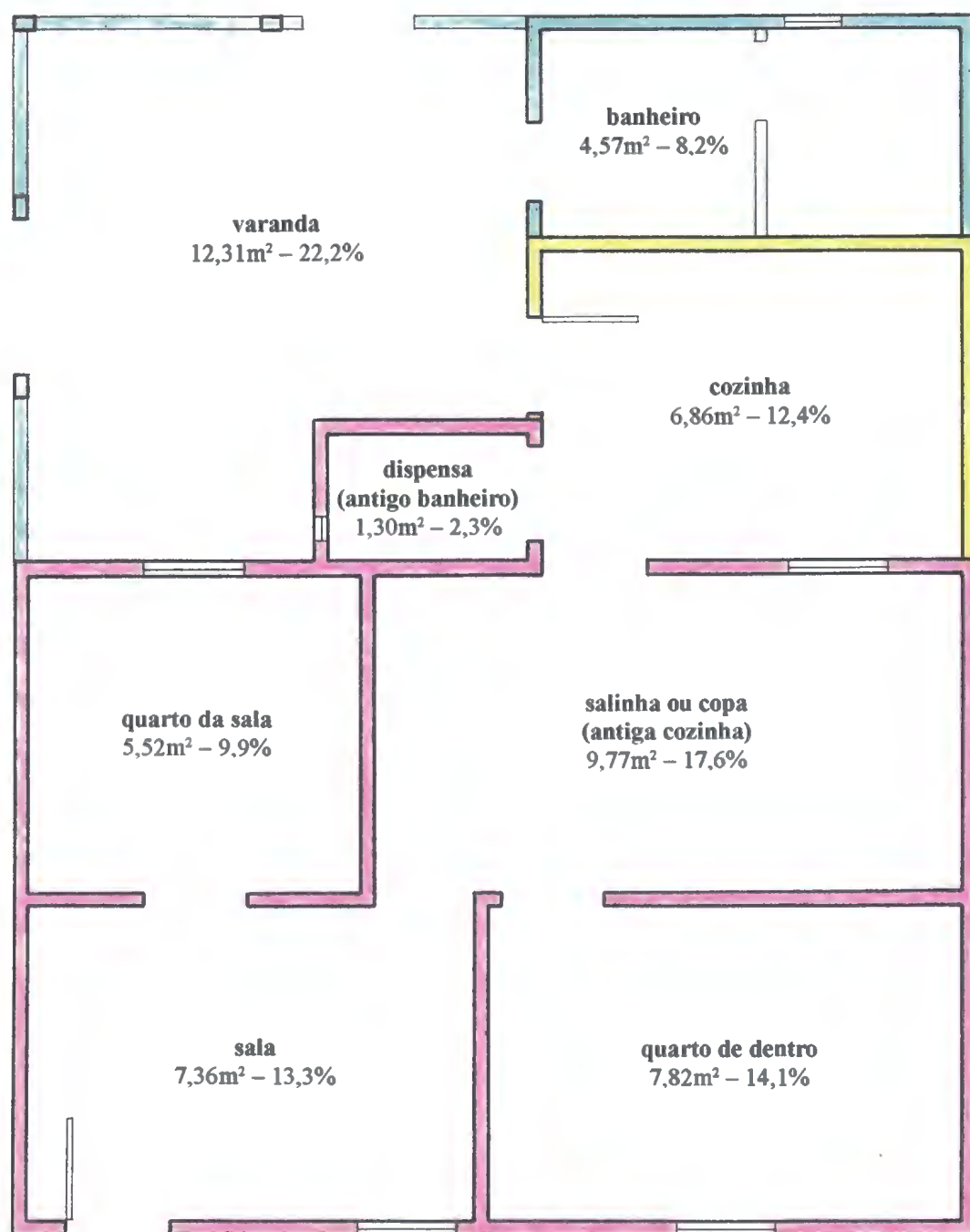
Sala



Cozinha



Moendo o café colhido no quintal



Área útil total: 55,51m²

ZÉ DURICA (39 anos) — Nascido em 1958, município de Santa Bárbara. Seu pai era lavrador, morava *de colono*. Começou a trabalhar com 9 anos, ajudando o pai na *roça*; ajudava também a roçar pasto. Casou-se aos 27 anos com Aninha, filha de um pequeno sitiante (3 alqueires) da região. Foram morar *de colono*, e foi nessa condição que Zé Durica conseguiu juntar dinheiro para compra do *lote* em São Cristóvão. A primeira *casa* construída era de *pau-a-pique* com telhas de amianto; depois construiu a atual. Sua mudança para o arraial foi planejada, tendo por objetivo principal a escolarização de seu filho. Zé Durica trabalha atualmente como *retireiro* numa *fazenda* da região; comprou uma moto e vai e volta diariamente.

A CASA — paredes: em *adobe*, totalmente emboçadas; piso: cimento fino; cobertura: telhas francesas e amianto; portas e janelas: em madeira, com basculante no banheiro; forro: não possui; Pé direito: 2,10m; Área das janelas (média): 0,60m²; Fogão: somente a gás.



Fachada da casa



Cozinha



Quarto de dentro



Salinha ou copa

CONCLUSÃO

Apresentamos inicialmente a formação histórica do Vale do Rio Preto, considerando a especificidade das diferentes regiões componentes do atual Município de Santa Bárbara do Monte Verde. Vimos a origem da cidade como um *rancho de tropeiros* e a centralidade ocupada pela *lavoura de mantimentos* na vida econômica e cultural dessa população; o enfraquecimento e a desvalorização de suas terras, o declínio geral da lavoura e a introdução da pecuária leiteira, responsável pelo período vivido como o de maior prosperidade da região e do então *arraial* de Santa Bárbara. Consideramos a passagem do trabalho escravo para o trabalho “livre” sublinhando a inversão operada nas formas de dominação, exercidas a partir da abolição sobre bases familiares – constituindo a *casa de colono* o meio concreto pela qual se instaura a condição de sujeição dos trabalhadores e suas famílias com relação ao poder centralizado do *fazendeiro*. A partir da decadência econômica da produção leiteira e das dificuldades de assimilação, da parte dos patrões, das conquistas trabalhistas implantadas com o Estatuto do Trabalhador Rural, é desencadeado um processo de desconstrução desse colonato, ao qual corresponde, aqui, um processo de *esvaziamento da roça* – em termos sociais, econômicos e culturais. É o deslocamento dessas famílias da *roça* para o *arraial* que dá origem a São Cristóvão – *bairro* basicamente constituído de trabalhadores ex-colonos da região (vindos não só do próprio município, mas do município vizinho de Lima Duarte).

Enfocamos em seguida a cidade de Santa Bárbara, tendo em vista a apreensão das condições enfrentadas na chegada assim como das condições criadas com a vinda e a presença desse grupo de ex-colonos agora na cidade. Vimos a centralidade física e simbólica ocupada pela Igreja, cuja posição (social e geográfica) é demarcadora de toda uma lógica hierarquizada de distribuição dos espaços da cidade, atualmente subdividida em duas áreas distintas – o

Centro e o *bairro* de São Cristóvão. Analisamos o modo específico como se constitui a oposição entre essas duas áreas, relativizada pela articulação dos diferentes “momentos” de oposição constituídos na trajetória do grupo, num processo que reconstrói, em dois planos distintos (primeiro em São Cristóvão, depois em Santa Bárbara como um todo), a grande “casa” em que se vivia quando na *roça*. Trata-se de um processo de reconstrução coletiva de toda uma rede de relações tecida, sobretudo, entre *iguais*: é o que faz de São Cristóvão uma grande “casa” (e do *Centro*, uma “rua”), um lugar mais *sossegado* onde se vive com mais *liberdade*, em meio a relações extremamente próximas – parentes, amigos e vizinhos em geral, que partilham não só sua atual condição enquanto moradores do *bairro*, mas toda uma trajetória de vida no colonato. Vimos em seguida os diversos aspectos marcantes desse tecido social, formado, nesses termos, em extrema proximidade, aos quais corresponde o predomínio da forma “generalizada” de reciprocidade, da troca de dons (cf. Sahlins, 1976).

Procedemos assim nos dois primeiros capítulos a uma espécie de mapeamento básico a respeito dos desenvolvimentos históricos precedentes ao nosso grupo, assim como das condições por eles enfrentadas e recriadas a partir da moradia no então *arraial*. No terceiro capítulo nos aproximamos dos agentes para rever, com o seu olhar, a sua própria história.

O fim do colonato é percebido de modo diferenciado nas diferentes posições ocupadas pelos agentes nessa história. De acordo com a visão patronal, da parte dos *fazendeiros*, o fim do colonato relaciona-se à decadência econômica em que entrara a produção leiteira na região. decorrente ela própria de condições externamente impostas que têm no “poder público” (no “governo”) o seu pivô central: a legislação trabalhista e o subsídio ao leite importado. O sentimento de serem injustiçados e o de que essa injustiça responde por todas as suas dificuldades econômicas aproxima os atuais *fazendeiros* daqueles de um século atrás, na passagem que associa, nessa região, a abolição da escravatura com o declínio produtivo do café. Esse sentimento dificulta a estes – como impediu a seus antecessores – uma percepção mais objetiva a respeito de possíveis mudanças nas técnicas e métodos de produção, aproveitamento das terras, assim como na própria relação com o trabalhador, certamente capazes de melhorar os índices de produtividade na região, revertendo o referido quadro. Não podemos deixar de considerar no entanto, que apesar das efetivas perdas sofridas e das frequentes subdivisões

das propriedades (quando comparados às condições da geração anterior), aqueles aqui considerados grandes *fazendeiros* não nos parecem enfrentar realmente graves dificuldades.

Vimos como o plantio generalizado da *brachiaria* é altamente significativo e representativo dessa passagem. A *roça* do colonato *acabou*; e a *roça* da *brachiaria* – que *não dá trabalho* – *esvaziou-se*: a julgar pelo discurso dos *fazendeiros* e pela observação das condições enfrentadas por esses trabalhadores, a pecuária extensiva que vem sendo praticada nessa região não atende às expectativas e necessidades de nenhum dos lados. Seria preciso se pensar numa nova *roça* – tanto no que se refere aos usos da terra, quanto às relações de trabalho e de vida a se construir.

Esse processo é percebido de formas diferenciadas entre os próprios trabalhadores. Junto àqueles atualmente aposentados, o colonato é visto de modo naturalizado, e a *roça* nele constituída, relacionada para essa geração à juventude e à fase produtiva de suas vidas, é considerada um “lugar” ideal de vida. Para os trabalhadores ainda ativos, moradores de São Cristóvão, as rupturas desencadeadas a partir da aplicação da legislação trabalhista, decorreram não só das dificuldades de assimilação, da parte dos patrões, das novas formas de *combinação* assim instauradas, mas do crescente desinteresse, da parte destes, em relação às lavouras de *mantimentos* – traço cultural profundamente marcante desse grupo. As mudanças operadas junto a esses trabalhadores com o fim do colonato não se restringem à ordem sócio-econômica: é todo um universo cultural cujas referências são postas em questão. A vida *nessa roça* perde cada vez mais sentido na medida em que esta se *esvazia*; na medida em que cresce o número de trabalhadores em mudança para o *arraial*, ou seja, na medida em que se torna um movimento coletivo. Ao processo de desconstrução dessa *roça* corresponde um processo de reconstrução do próprio sentido da vida. E apesar do mundo da *roça* (enquanto mundo da infância primariamente internalizado) continuar presente com um forte referencial, a vida no *arraial* se reveste de um novo significado, representando não só a aproximação dos referidos *recursos* (valorizados nesse processo), mas, sobretudo, a conquista de uma relativa autonomia e valorização desse trabalhador ex-colono – agora *trabalhando particular* como *diarista/ambulante* ou como *empregado* –, que tem na *casa própria* a sua mais forte expressão.

As *casas* construídas por esses trabalhadores em São Cristóvão materializam assim um

processo de continuidades e rupturas pelo qual se opera a sua própria reconstrução enquanto indivíduos. E foi através da análise comparativa de sua organização espacial, assim como de seus valores formais/estéticos, tendo como referência o modelo antecessor das *casas de colono*, que pudemos apreender as profundas mudanças operadas nessa trajetória. Ao discurso de seus moradores, somou-se o discurso da própria *casa* – apresentado nos dois últimos capítulos.

Como vimos, a organização dos espaços horizontais dessas *casas* reproduz em grande parte as interrelações já existentes nas *casas de colono*, refletindo a reconstrução de uma rede de próximos, possível entre outros em função do caráter coletivo dessa trajetória. Analisamos os diferentes graus de privacidade relativos a cada cômodo da *casa*, aos quais correspondem os diferentes níveis de troca nela operados, inerentes portanto aos modos específicos de participação da *casa* na constituição dessa rede. Vimos assim a centralidade ocupada pela *cozinha* – espaço da “generosidade” intra e extra doméstica – expressa no espaço por ela ocupado assim como na recorrente priorização por ocasião da ampliação da *casa*; vimos as oposições constituídas entre as diferentes categorias de quarto de dormir, seus respectivos significados para o ciclo de vida do grupo e a sua importância enquanto espaço privilegiado das trocas afetivas – aquelas operadas no interior da família – na instauração da dominação simbólica intra familiar e, conseqüentemente, na reprodução social do grupo; vimos ainda a preservação do *quarto da sala*, apesar da profunda alteração em seu uso e respectivos significados – relacionada à ambivalência da categoria *visita*, que no *arraial* passa a referir-se não só aos “distantes”, mas também aos “próximos”: os filhos *esparramados*. O caráter gradual como se opera essa mudança, ou, em outras palavras, a continuidade marcante dessa história, se expressa não só na reprodução da distribuição dos espaços horizontais da *casa*, como na manutenção e coexistência de diversos elementos interiores de origem artesanal – fogão, móveis e diversos objetos – trazidos da *roça*, com seus equivalentes industrializados comprados a partir da moradia no *arraial*.

A análise da *sala* – espaço dos “negócios” no interior da *casa* – nos indica, por um lado, o pequeno espaço por esta dedicado às relações “distantes” (sobretudo por comparação ao espaço ocupado pela *cozinha* como lugar dos “próximos”); mas sublinha, por outro lado, a busca e a necessidade de uma nova forma de apresentação, materializada na categoria *enfeite*,

instaurada a partir das novas interdependências tecidas na condição de “autonomia”. A preocupação com o modo como a *casa* será percebida pelas *visitas* é geradora de importantes mudanças nos valores estéticos do grupo, representando uma das expressões centrais das rupturas aqui enfrentadas.

Finalmente, o acréscimo efetuado na altura das *casas* no *arraial*, assim como na área ocupada por suas janelas, nos fala de um processo de individualização e crescimento social de seus moradores, e da conquista, assim materializada, de uma nova relação da *casa* com o mundo (natural e social) que lhe é exterior. O crescimento e a abertura dessas *casas* expressam a mais central ruptura operada na trajetória do grupo, essencialmente referida à passagem de uma condição de sujeição ao poder centralizado de *um fazendeiro*, para a criação de uma nova **rede de interdependências** da qual dependem agora, na condição de “autonomia”, os *serviços* obtidos e a própria vida desses trabalhadores.

Vimos o modo como se materializa, nas interrelações constituidoras do espaço horizontal das *casas* de São Cristóvão, a reprodução da grande “casa” em que se vivia na *roça*; vimos ainda o seu novo espaço vertical como expressão da profunda ruptura operada com o fim do colono e com as novas condições de vida aqui enfrentadas. Consideramos assim o modo específico como os espaços horizontal e vertical se articulam e materializam, nas *casas* examinadas, as continuidades e rupturas dessa história, ou, nas palavras de Braudel, os “movimentos longos e impulsos breves, considerados estes últimos nas suas fontes imediatas e aqueles na sua projeção de um tempo longíquo”.¹

Ao representarmos os espaços domésticos analisados sob a forma de “planta baixa”, podemos ser levados a priorizar a bidimensionalidade desses espaços e as diversas interrelações constituídas na distribuição e na organização de seu espaço horizontal – são modos de uso, circulação, intercomunicação, posicionamento, áreas ocupadas, etc., que nos falam dos diferentes significados e das relações sociais ali material e sincronicamente configuradas. A terceira dimensão, a vertical, não sendo facilmente representada, arrisca-se a não ser igualmente

1- Fernand Braudel: op. cit., p. 18.

apreendida, permanecendo em certo sentido “alheia” ou isolada do que se passa no plano horizontal do espaço examinado. É como se ela não trouxesse em si um significado relacionado com a organização horizontal observada.

Foi a partir de uma abordagem histórica de longa duração e da análise sincrônica e diacrônica das diferentes *casas* construídas pelo grupo (e daquelas construídas pelos representantes da posição “oposta”, os *fazendeiros*) que pudemos apreender, no presente estudo, a importância das alterações materializadas na terceira dimensão da *casa* (crescimento e abertura), assim como a estreita vinculação destas com as mudanças interiores “horizontalmente” observadas (mobiliário, enfeites e os novos valores estéticos assim instaurados). Foi portanto considerando todos os passos e espaços dessa história que pudemos apreender, em sua totalidade, a dimensão simbólica das *casas* analisadas.

Finalmente, o estudo do espaço doméstico produzido e produtor do universo simbólico específico de um outro grupo, nos induz inevitavelmente a uma revisão sobre os nossos próprios espaços. O modelo concebido e genericamente disseminado em nosso meio urbano (nem sempre alcançado, mas desejado), entre diversos aspectos que merecem ser examinados, estende sempre mais a individualização do espaço, propondo como ideal, por exemplo, não mais diversos quartos, mas diversas suítes, de modo que nenhum banheiro da “casa” precise ser de uso comum. Essa concepção espacial – tão mais impressionante quando comparada com as concepções aqui analisadas – parece-nos relacionar-se estreitamente com o que demonstra Elias (1994) a respeito das dificuldades existenciais enfrentadas pelo homem ocidental (nas chamadas sociedades complexas): os sentimentos de solidão e isolamento do indivíduo que pensa a si mesmo como um “eu” interior em oposição a um “mundo” que lhe é exterior, marcantes de um estágio específico de individualização².

2- Para uma melhor compreensão dessas dificuldades, Elias propõe a imagem de uma parábola: a parábola das estátuas pensantes: “À margem de um largo rio, ou talvez na encosta íngreme de uma montanha elevada, encontra-se uma fileira de estátuas. Elas não conseguem movimentar seus membros. Mas têm olhos e podem enxergar. Talvez ouvidos, também, capazes de ouvir. E sabem pensar. São dotadas de “entendimento”. Podemos presumir que não vejam umas às outras, embora saibam perfeitamente que existem outras. Cada uma está isolada. Cada estátua em isolamento percebe que há algo acontecendo do outro lado do rio ou do vale. Cada uma tem idéias do que está acontecendo e medita sobre até que ponto essas idéias correspondem ao que está sucedendo. Algumas acham que essas idéias simplesmente espelham as ocorrências do lado oposto. Outras pensam que uma grande contribuição vem de seu próprio entendimento: no final, é impossível saber o que está acontecendo por lá. Cada estátua forma sua própria opinião. Tudo o que ela sabe provém de sua própria experiência. Ela sempre foi tal como é agora. Não se modifica. Enxerga. Observa. Há algo

O espaço em que vivemos é gerado e é gerador de nossos comportamentos, de nossas relações. Não somos, como na *roça* do colonato, construtores das nossas próprias *casas* – atividade em nosso meio monopolizada por arquitetos e engenheiros. Mas os valores e referenciais interiorizados por esses profissionais passam eles próprios pelas formas materializadas em seus espaços de vida. Uma visão mais objetiva e consciente a respeito dos significados contidos e assimilados pelas formas espaciais nas quais nos movemos talvez possa, nesse sentido, contribuir para outras formas de auto-imagem e de relações humanas assim construídas.

Estas considerações finais não são desvinculadas do que podemos pensar e atuar no sentido de uma nova *roça* – ou de um novo *arraial*. Não somos estátuas. E vivemos todos, de certa forma, num imenso ônibus.



acontecendo do outro lado. Ela pensa nisso. Mas continua em aberto a questão de se o que ela pensa corresponde ao que lá está sucedendo. Ela não tem meios de se convencer. É imóvel. E está só. O abismo é profundo demais. O golfo é intransponível." Norbert Elias, 1994: 96 e 97.

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, Eloy de.

1989 — *O Vale do Paraíba*. Rio de Janeiro, edição particular.

ARAÚJO, José Marinho de.

1937 — *Rio Preto: Resumo Histórico*. Rio Preto, Tipografia de *O Progresso*.

BACHA, Edmar Lisboa.

1992 — *Política Brasileira do Café: Uma Avaliação Centenária*. Em: Edmar Bacha e Robert Greenhill, *150 Anos de Café*. Rio de Janeiro, Marcellino Martins & E. Johnston.

BACHELARD, Gaston.

1978 — *A Poética do Espaço*. São Paulo, Abril Cultural.

BAUDRILLARD, Jean.

1973 — *O Sistema dos Objetos*. São Paulo, Perspectiva.

BERGER, Peter L. e LUCKMANN, Thomas.

1985 — *A Construção Social da Realidade*. Petrópolis, Vozes.

BOURDIEU, Pierre.

1970 — *La Maison Kabyle ou le Monde Renversé*. Em: Jean Pouillon et Pierre Maranda (org.), *Échanges et Communications*. Tome II. Paris, Mouton.

1974 — *Estrutura, Habitus e Prática*. Em: *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo, Perspectiva.

1983 — *Gostos de Classe e Estilos de Vida*. Em: *Pierre Bourdieu: Sociologia*. São Paulo, Ática.

FARIA, Luiz de Castro.

1951 — *Origens Culturais da Habitação Popular do Brasil*. Em: *Boletim do Museu Nacional – Antropoloia – nº 12*. Rio de Janeiro, Museu Nacional.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Hollanda.

1960 — *Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

FREYRE, Gilberto.

1954 (1933) — *Casa-grande & Senzala*. Rio de Janeiro, José Olympio.

1979 — *Oh de casa!* Recife, Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais.

GARCIA JR., Afranio Raul.

1983 — *Terra de Trabalho: Trabalho Familiar de Pequenos Produtores*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

1989 — *O Sul: Caminho do Roçado. Estratégias de Reprodução Camponesa e Transformação Social*. São Paulo, Marco Zero; Brasília, Universidade de Brasília.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de.

1979 — *A Morada da Vida: Trabalho Familiar de Pequenos Produtores no Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

HEYE, Ana Margarete.

1979 — *Mata Machado: um Estudo sobre Moradia Urbana*. Rio de Janeiro. Dissertação de mestrado apresentada ao PPGAS – Museu Nacional – UFRJ.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE)

— *Censos Agrícolas de Minas Gerais, 1920 / 1940 / 1950 / 1960 / 1970 / 1975 / 1980 / 1985*.

— *Censos Demográficos de Minas Gerais, 1920 / 1940 / 1950 / 1960 / 1970 / 1980 / 1991 / 1996*

— *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, 1959*.

JORGE, Stela de Souza Lima.

1977 — *Dados Genealógicos da Família Souza Lima*. Valença, Ed. Valença.

- 1996 — *Marginália. Algumas Notas Adicionais sobre o Dom*. Em: *Mana: Estudos de Antropologia Social*, vol. 2 nº 2. Rio de Janeiro, PPGAS – Museu Nacional – UFRJ.

BRAUDEL, Fernand.

— *História e Ciências Sociais*. Lisboa, Presença.

CASTRO, Hebe Maria Mattos de.

- 1995 — *Das Cores do Silêncio: os Significados da Liberdade no Sudeste Escravista – Brasil século XIX*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional.

CASTRO, Elza Maria Neffa Vieira de. (coord.)

1992 — *Vale do Rio Preto: Recursos e Necessidades*. Valença, Ed. Valença.

1994 — *Região do Médio Paraíba do Sul: Limites & Desafios*. Rio de Janeiro, Quartet.

CRUZ, Pedro Oswaldo (fotografias); PIRES, Fernando Tasso Fragoso (roteiro e legendas); MERCADANTE, Paulo (introdução); MIRANDA, Alcides da Rocha e CZAJKOWSKI, Jorge (notas sobre os aspectos arquitetônicos).

1986 — *Fazendas: Solares da Região Cafeeira do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira. Memória Brasileira.

DAMATTA, Roberto.

1991 — *A Casa & a Rua*. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan.

DAVATZ, Thomas.

1941 — *Memórias de um Colono no Brasil (1850)*. Tradução, prefácio e notas de Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo, Livraria Martins.

DELGADO, Alexandre Miranda.

— *Memória Histórica sobre a Cidade de Lima Duarte e seu Município*.

ELIAS, Norbert.

1986 — *A Sociedade de Corte*. Lisboa, Estampa.

1994 — *A Sociedade dos Indivíduos*. Rio de Janeiro, Zahar.

1995 — *Mozart: Sociologia de um Gênio*. Rio de Janeiro, Zahar.

LAMEGO, Alberto Ribeiro.

1950 — *O Homem e a Serra*. Rio de Janeiro, IBGE.

LÉVI-STRAUSS, Claude.

1976 — *As Estruturas Elementares do Parentesco*. Petrópolis, Vozes / São Paulo, USP.

MAGALHÃES, Symphronio de.

1934 — *Rio Preto (MG): Propaganda do Brasil por Municípios*. Juiz de Fora, Typ. Zappa.

MALINOWSKI, Bronislaw.

1975 (1922) — *Objetivo, método e alcance desta pesquisa*. Em: Alba Zaluar Guimarães, *Desvendando Máscaras Sociais*. Rio de Janeiro, Francisco Alves.

MARCELIN, Louis Herns.

1996 — *A Invenção da Família Afro-americana: Família, Parentesco e Domesticidade entre os Negros do Recôncavo da Bahia, Brasil*. Rio de Janeiro. Tese de doutorado apresentada ao PPGAS/UFRJ.

MARTINS, José de Souza.

1979 — *O Cativo da Terra*. São Paulo, Ciências Humanas.

MEYER, Doris Rinaldi.

1979 — *A Terra do Santo e o Mundo dos Engenhos: Estudo de uma Comunidade Rural Nordestina*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

PALMEIRA, Moacir.

1977 — *Casa e Trabalho: Nota sobre as Relações Sociais na Plantation Tradicional*. Rio de Janeiro, Contraponto – Ano II, vol. 2.

PRADO, Rosane Manhães.

1987 — *Mulher de Novela e Mulher de Verdade: Estudo sobre Cidade Pequena, Mulher e Telenovela*. Rio de Janeiro. Dissertação de mestrado apresentada ao PPGAS/UFRJ.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA DO MONTE VERDE

1997 — *Pesquisa desenvolvida pelo Serviço de Assistência Social*.

PUPO, Néelson Ignácio Hadler.

1979 — *Manual de Pastagens e Forrageiras*. Campinas, Instituto Campineiro de Ensino Agrícola.

RYBCZYNSKI, Witold.

1996 — *Casa: Pequena História de uma Idéia*. Rio de Janeiro, Record.

SAHLINS, Marshall.

1976 — *Age de Pierre, Age d'Abondance: L'économie des Sociétés Primitives*. Paris, Gallimard.

SCHNOOR, Eduardo.

1995 — *Das Casas de Morada às Casas de Vivenda*. Em: Hebe Maria Mattos de Castro e Eduardo Schnoor (org.), *Resgate: Uma Janela para o Oitocentos*. Rio de Janeiro, Topbooks.

STEIN, Stanley J.

1961 — *Grandeza e Decadência do Café no Vale do Paraíba, com referência especial ao município de Vassouras*. São Paulo, Brasiliense.

STOLCKE, Verena.

1986 — *Cafeicultura: Homens, Mulheres e Capital (1850 - 1980)*. São Paulo, Brasiliense.

TAUNAY, Affonso d'Escragnoille.

1945 — *Pequena História do Café no Brasil (1727 - 1937)*. Rio de Janeiro, Departamento Nacional do Café.

VOVELLE, Michel.

1987 — *Ideologias e Mentalidades*. São Paulo, Brasiliense.

Periódicos

– *Jornal O Vale Riopretano*. Março/94 e agosto, setembro, outubro e dezembro/95.

– *Jornal do Brasil*. 20/02/98, 22/03/98.

– *Imprensa Oficial de Minas Gerais. Diário do Legislativo*. 22 de dezembro de 1995 / nº 240.